



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Tomás Rosa de Almeida

## (ES)PAÇO DO PEREGRINO

VALORIZAÇÃO DA PEREGRINAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO

SOCIÓECONOMICO DE SICÓ

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,  
orientada pelo Professor Doutor Adelino Manuel dos Santos Gonçalves  
e apresentada ao Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia  
da Universidade de Coimbra.

Fevereiro de 2024





# O (ES)PAÇO DO PEREGRINO

Valorização da Peregrinação no Desenvolvimento Socioeconómico de Sicó



DARQ



**Nota à edição:**

Utiliza-se para referência bibliográfica, por decisão do autor, a Norma APA, edição 7<sup>th</sup>;

O símbolo “↪” indica que existe conteúdo na parte posterior da página;

Para melhor compreensão do projeto, propõe-se o acompanhamento da leitura com os desenhos presentes em anexo.

Agradeço,

Ao meus pai, pela disciplina e pelas “portas” que me abriu.

À minha mãe, pelo apoio. Porque quem tem uma mãe tem tudo, quem nao tem mãe não tem nada.

À minha irmã e ao meu cunhado, pela motivação e pela inspiração

Aos amigos que Coimbra me deu, pelos momentos marcantes e pelos laços criados ao longo deste anos. “Tomara a muitos”

Ao meu orientador, Professor Doutor Adelino Gonçalves, pela partilha de conhecimento e pela disponibilidade.

Ao D’arq, por se tornar uma segunda casa.

A Coimbra, pelos segredos desta cidade que levo comigo para a vida.



## RESUMO

O interior de Portugal, especialmente as zonas rurais com menor densidade populacional, enfrenta desafios sociais e económicos decorrentes de estratégias inadequadas adotadas desde a década de 1950, que levaram à concentração da população no litoral do país e, conseqüentemente, ao abandono das áreas rurais.

Esta dissertação é desenvolvida no âmbito do seminário de investigação *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?*. Esta iniciativa é fruto de um protocolo de cooperação institucional entre a universidade de Coimbra e a Terras de Sicó, uma associação de desenvolvimento local que resulta de uma parceria com seis municípios: Condeixa-a-Nova, Soure, Penela, Pombal, Ansião e Alvaiázere. Um dos projetos criados por esta associação é o Plano Integrado de Intervenção “Rede de Aldeias de Calcário: 6 aldeias, 12 experiências” (RAC), criado em 2019.

Neste sentido, em Atelier de Projeto IIC, foi desenvolvida em grupo uma estratégia de desenvolvimento integrado, que caracteriza as Aldeias de Calcário como Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais e Centros de Saber e Experiência. Esta estratégia integra o Plano de intervenção RAC e partilham o objetivo de desenvolver a região através da promoção e valorização dos valores que lhe são particulares e desta forma reforçar a atratividade deste território, não só por via das atividades turísticas, tirando partido de todo o património natural e cultural presente no território, como também por via da criação de condições para a fixação de pessoas através de empregabilidade e residência.

Neste sentido a estratégia individual baseia-se na valorização da peregrinação, uma atividade enraizada neste território que constitui um dos valores particulares nele inserido. Esta valorização é realizada em duas escalas de trabalho: Inicialmente, pelo desenvolvimento de um plano de ação sobre o território de Sicó onde são analisadas as condições da peregrinação e posteriormente são identificados locais para possíveis intervenções de apoio à mesma. Em seguida, pela Reabilitação do Paço de Jesuítas, na aldeia da Granja para a criação de um albergue para peregrinos de base comunitária, fomentando a interação entre peregrinos e habitantes locais.

**Keywords:** Sicó | Peregrinação | Desenvolvimento Socioeconómico | Reabilitação | Património Natural e Cultural



## ABSTRACT

The interior of Portugal, especially rural areas with lower population density, faces social and economic challenges resulting from inadequate strategies adopted since the 1950s. These strategies led to the population concentration on the country's coast and, consequently, the abandonment of rural areas.

This dissertation is developed within the scope of the research seminar "Back to the Rural or How to Strengthen the Cohesion of the Regional City?". This initiative is the result of an institutional cooperation protocol between the University of Coimbra and Terras de Sicó, a local development association resulting from a partnership with six municipalities: Condeixa-a-Nova, Soure, Penela, Pombal, Ansião, and Alvaiázere. One of the projects created by this association is the Integrated Intervention Plan "Rede de Aldeias de Calcário (Limestone Villages Network): 6 villages, 12 experiences" (RAC), created in 2019.

In this context, in the Project Workshop IIC, a group developed a strategy for integrated development, characterizing the Limestone Villages as Poles of Multifunctionality, Social Agglomerators, and Centers of Knowledge and Experience. This strategy integrates the RAC intervention plan and shares the objective of developing the region by promoting and valuing its unique values, thus enhancing the attractiveness of this territory. This is not only through tourism activities, leveraging the natural and cultural heritage present in the territory but also by creating conditions for people to settle through employment and residence.

In this regard, the individual strategy is based on the valorization of pilgrimage, an activity deeply rooted in this territory, constituting one of its particular values. This valorization occurs in two stages: initially, through the development of an action plan for the Sicó territory, analyzing the conditions of pilgrimage and identifying locations for possible support interventions. Subsequently, through the Rehabilitation of the Jesuit Palace in the village of Granja to create a community-based pilgrim hostel, fostering interaction between pilgrims and local residents.

**Keywords:** Sicó | Pilgrimage | Socioeconomic Development | Rehabilitation | Natural and Cultural Heritage





## LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS

AACF	Associação dos Amigos dos Caminhos de Fátima
ACF	Associação dos Caminhos de Fátima
ADSICÓ	Associação de Municípios da Serra de Sicó
CNC	Centro Nacional de Cultura
DARQ	Departamento de Arquitetura
DRCN	Direção Regional de Cultura do Norte
EAV	Equipamento de Apoio à Visitação
FCTUC	Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
JCI	Junta de Colonização Interna
MRUI	Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada
PDM	Planos Diretores Municipais
PDR	Programa de Desenvolvimento Rural
PNCT	Programa Nacional para a Coesão Territorial
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO.RO.S	Museu Portugal Romano em Sicó
RAC	Rede de Aldeias do Calcário
UMVI	Unidade de Missão para a Valorização do Interior



## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	16
<b>1. PROBLEMA</b>	
1.1 Rural vs Urbano	32
1.2 Peregrinação: uma prática milenar	
1.2.1. Raizes e Tradições	48
1.2.2. Descobertas e Aparições: os casos de Santiago de Compostela e Fátima	54
1.2.3. Peregrinar na atualidade	58
<b>2. CONTEXTO</b>	
2.1 Terras de Sicó	
2.1.1. Caracterização Territorial e Contexto Social	64
2.1.2. Valores, Tradições e Produtos	72
2.1.3. Arquitetura Vernacular	78
2.1.4. Percursos Pedestres e Rotas de Peregrinação	88
2.2 Peregrinação: Potencial transformador em territórios por desenvolver	92
2.3 Relatos de uma Jornada	106
<b>3. PROPOSTA</b>	
3.1 Aldeias de Calcário: Estratégia de Intervenção para Sicó	126
3.2 Lugar da Granja	144
3.3 Paço dos Jesuítas: Morfologia e Intervenção	150
3.4 Apoio à peregrinação em Sicó	156
3.5 Albergue “O Paço do peregrino”	
3.5.1. Conceito	160
3.5.2. Espaço e Forma	164
3.5.3. Definição Material e Construtiva	170
<b>Considerações finais</b>	178
<b>Referências Bibliográficas</b>	182
<b>Lista de Figuras</b>	190
<b>Anexos</b>	210



Fig. 1. Capa de apresentação do Seminário *De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?*

## INTRODUÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito da iniciativa “De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade Regional”, iniciada em Setembro de 2020 e ainda em curso. Esta iniciativa resultou de um protocolo de cooperação institucional celebrado entre a Terras de Sicó, Associação de Desenvolvimento, e a Universidade de Coimbra, através do Departamento de Arquitetura da FCTUC (DARQ). A investigação e a estratégia apresentadas foram desenvolvidas no contexto das unidades curriculares de Seminário de Investigação, Atelier de Projeto IIC e Laboratório de Projeto ID, integrantes do Mestrado Integrado em Arquitetura, sob a orientação do Professor Doutor Adelino Gonçalves. Contou também com participação de vários docentes e investigadores da Universidade de Coimbra, assim como de estudantes do Mestrado em Reabilitação Urbana Integrada (MRUI) do DARQ.

Esta iniciativa tem como território de ação o maciço de Sicó, região localizada no centro de Portugal, entre os distritos de Leiria e Coimbra, e integra o território de seis municípios parceiros da associação Terras de Sicó: Condeixa-a-Nova, Soure, Penela, Ansião, Pombal e Alvaiázere. O grande objetivo da iniciativa é o ensaio de um pensamento crítico e interpretativo sobre o desenvolvimento das zonas rurais, procurando testar novas abordagens aos valores do território, através da arquitetura. Os trabalhos para a preparação desta dissertação foram desenvolvidos de acordo com o dossier “Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experiência” e respeita especificamente à Rede de Aldeias do Calcário – 6 Aldeias 12 Experiências (RAC), um projeto de valorização turística de Sicó, criado pela Terras de Sicó em 2019.

A Terras de Sicó é uma associação de desenvolvimento de direito privado, fundada em 1995 em resposta à aumento de parcerias para o desenvolvimento do território localizado no maciço de Sicó. Esta associação vem assumir novas responsabilidades, complementando as iniciadas em 1988 pela Associação de Municípios da Serra de Sicó – ADSICÓ. Centrada no maciço de Sicó, foca-se no desenvolvimento integrado e sustentável desta região, procurando, através de parcerias e cooperação entre entidades locais, impulsionar a valorização do território, a diversificação das atividades económicas,



a preservação do património cultural e natural, e a promoção do turismo responsável. Desta forma potenciar o crescimento socioeconómico da região, garantindo a qualidade de vida das comunidades locais, a preservação do meio ambiente e a oferta de experiências enriquecedoras para os visitantes.

Um dos projetos criados por esta associação é o Plano Integrado de intervenção “Rede de Aldeias de Calcário: 6 aldeias, 12 experiências” - RAC - um projeto que consiste na valorização e diversificação das atividades económicas da região através da criação de produtos e experiências turísticas em colaboração com uma rede de conhecimentos locais. Desta forma permitir também que o visitante participe nas transformações naturais e culturais que ocorrem ao longo do ano.

“A rede de Aldeias do Calcário é um produto responsável, ancorado no ciclo da Terras de Sicó, potenciador de uma cultura e identidade responsável e sustentável e que pode fazer a diferença na vida de quem nos visita, melhorando a consciência individual e coletiva no que se refere à relação Homem /Natureza e consumo/qualidade de vida” (Terra de Sicó, 2019, pág.20)

A relação entre o mundo rural e o mundo urbano é uma dinâmica que se tem vindo a transformar ao longo do tempo. Na Idade Média, eram claros os limites das cidades e a maior parte das pessoas viviam em meios rurais, dedicando-se às principais atividades económicas como a agricultura e a pecuária. Com a expansão marítima e o comércio com o exterior, surgiram as primeiras cidades e portos, que se tornaram centros de poder e riqueza. Com a Revolução Industrial e a urbanização crescente no século XIX o país começou a assistir a um processo de migração de pessoas do campo para as cidades, em busca de melhores condições de vida. No século XX, este processo intensificou-se, especialmente nas décadas de 1950 e 1960, com a industrialização e modernização da economia portuguesa. A construção de infraestruturas como estradas, ferrovias, barragens, além da expansão das indústrias, veio criar oportunidades de trabalho nas cidades, atraindo assim milhares de pessoas do meio rural para os centros urbanos.

No entanto, esta migração teve naturalmente consequências negativas para as áreas rurais, que perderam grande parte da sua população ativa e enfrentaram o abandono e envelhecimento das comunidades. A partir da década de 1980, começaram a ser tomadas medidas na tentativa de equilibrar o desenvolvimento entre as áreas urbanas e rurais, através de políticas de descentralização e de valorização do património natural e cultural do país. Atualmente, a maioria da população portuguesa vive em áreas urbanas,





enquanto as áreas rurais enfrentam desafios como a despovoação, a falta de investimento em infraestruturas e serviços básicos, e a dificuldade em se adaptar a uma economia globalizada. No entanto, há também uma crescente valorização do património rural e da produção agrícola e artesanal, que tem vindo impulsionar o turismo rural.

A terras de sicó é um território privilegiado pelas suas características unicas e pelos recursos particulares à região. Seja no âmbito do património histórico, como a vila romana do Rabaçal os as ruínas de Conímbriga, seja pelo seu património natural, como as formações cársicas que deram origem a geoformas como as buracas do Casmilo, seja pela gastronomia e produtos endógenos característicos da região como o azeite, o queijo, o vinho e o mel.

Uma das atividades bastante presentes neste território e que constituem um valor particular do mesmo são os percursos pedestres e rotas de peregrinação que o atravessam. A peregrinação é uma atividade que tem ganho popularidade nos últimos anos. Cidades com Fátima, Porto e Chaves são alguns exemplos da capacidade deste fenómeno de impulsionar o desenvolvimento económico de regiões. Nesta região temos presentes percursos pedestres como é o caso da Grande Rota 26, um percurso circular composto por 8 rotas que celebram tradições, patrimónios e produtos locais. A atravessar o território, seja de norte para sul ou de sul para norte, temos também rotas de peregrinação, com é o caso do caminho português central de Santiago de Compostela, o Caminho de Fátima, o Caminho do Centenário e a Rota Carmelita. Estas rotas partilham percursos ao longo do território cruzando-se entre si e atravessam algumas aldeias da RAC que compõem locais de intervenção desta iniciativa. Posto isto, para dar resposta ao problema anteriormente apresentado, é adotada a temática da peregrinação, tendo as rotas de peregrinação como objeto alvo de intervenção.

A peregrinação, que deriva do termo em latim “per agros”, que significa “pelos campos”, é uma viagem de aproximação a um lugar sagrado, através da natureza. Embora inicialmente a motivação para a peregrinação fosse predominantemente religiosa, a partir do séc. XV houve uma alteração de valores e motivações que associaram idealmente a peregrinação ao sentimento de viagem, de descoberta de novas terras e ao conhecimento de novos povos, das suas heranças históricas e culturais. (Stellarum, 2009)

Atualmente, de acordo com estatísticas da Oficina do Peregrino, as razões para peregrinar são cada vez mais diversas. Os motivos que levam à peregrinação abrangem tanto a espiritualidade, como a saúde física e psicológica, a aventura, a descoberta, a



cultura, a amizade, o desporto, entre outros motivos. No entanto todas estas motivações compartilham a quebra da rotina.

“O peregrino procura o genuíno, procura a natureza no seu estado mais puro, as tradições dos locais e os usos e costumes das terras que o caminho o faz atravessar.” (Mendes, 2009)

Na rotina da peregrinação, o caminho apresenta diversas necessidades e desafios relacionados tanto ao alojamento, como à alimentação e hidratação e em algumas situações, a cuidados médicos. Por sua vez, as condições climáticas e algumas etapas de alta dificuldade requerem pausas e/ou abrigo momentâneo.

Um mapeamento da oferta de alojamento ao peregrino disponibilizado pela Associação de amigos dos caminhos de Fátima permite concluir que grande parte dos albergues presentes nesta região são privados, o que os torna menos acessíveis para estes utilizadores, que ao fazerem percursos de longa duração, necessitam de pernoitar em muitos locais diferentes, e torna-se dispendioso para os mesmos.

De forma sucinta, esta dissertação procura dar resposta as fragilidades que esta prática enfrenta no território de Sicó. Com enfoque no alojamento, uma das necessidades básicas da peregrinação, recorre-se à reabilitação do Paço dos Jesuítas na Granja, indo desta forma de encontro com os objetivos do seminário de valorizar o património histórico e construído. Através dessa reabilitação é criado um albergue direcionado ao caminhante, mas que simultaneamente desempenha uma função de espaço comunitário que incentiva a interação social entre peregrinos e habitantes.

Numa perspetiva estratégica mais abrangente, procede-se a uma análise minuciosa de todas as rotas de peregrinação inseridas nos limites das terras de Sicó. O objetivo é proporcionar uma visão completa da experiência do peregrino, abrangendo todos os serviços e recursos diretamente ou indiretamente relacionados com a peregrinação. Estes incluem albergues, alojamentos locais, postos médicos/farmácias, espaços de repouso, restaurantes/café, mercearias ou supermercados, igrejas/capelas e pontos de água potável.

Posteriormente, através de um plano de ação, identificam-se e selecionam-se os locais mais carentes de apoio ao peregrino, destacando áreas onde intervenções específicas poderiam ser vantajosas para aprimorar a experiência do peregrino, tornando a peregrinação mais segura, confortável e enriquecedora.



Essa abordagem estratégica visa não apenas resolver as lacunas existentes na infraestrutura de suporte ao peregrino, mas também realçar as oportunidades de desenvolvimento que podem emergir ao fortalecer a peregrinação como uma atividade cultural e espiritual no território de Sicó.

### **Estrutura**

Esta dissertação organiza-se em três partes, sendo estas antecedidas de uma introdução e concluídas com considerações finais.

A Primeira parte desta dissertação – O Problema – subdivide-se em 3 capítulos. O primeiro foca-se nos problemas existentes no território relativamente aos espaços rurais e ao seu abandono. procura-se neste capítulo em primeiro lugar compreender a realidade existente na região de Sicó, determinando as suas forças e fraquezas e conhecer o processo de evolução da sociedade portuguesa bem como as políticas que resultaram na situação atual.

O Segundo capítulo, introduz a peregrinação como resposta ao problema apresentado. Primeiramente através de uma revisão da literatura a cerca deste fenómeno, conhecendo a suas raízes e tradições de modo a conhecer a origem desta atividade. No último capítulo faz-se um balanço sobre a forma como a peregrinação se traduz na atualidade e como pode influenciar o desenvolvimento de regiões. Procurando responder a questões como, como podem peregrinos ajudar a revitalizar territórios desfavorecidos? Como melhorar as condições da peregrinação e multiplicar os seus efeitos sociais e económicos? Como integrar os caminhantes nas comunidades locais com base nos seus recursos e valores?

A segunda parte – O Contexto – é dedicado à ao conhecimento adquirido a cerca das forças e fraquezas apresentadas nas Terras de Sicó e sobre a peregrinação enquanto instrumento de desenvolvimento socioeconómico.

O primeiro capítulo, subdivide-se em quatro subcapítulos dedicados às características territoriais e o contexto social das terras de Sicó, onde é dada uma noção geográfica e geológica da região bem como a situação demográfica em que se encontra. Aos valores, tradições e produtos que caracterizam a região, destacando os percursos pedestres e as rotas de peregrinação que atravessam a região.



O Segundo capítulo aborda a peregrinação enquanto instrumento potencial de transformação de territórios por desenvolver, onde são referidos alguns casos de intervenções institucionais e sobre a peregrinação que provocaram um crescimento na adesão à prática. Neste capítulo aborda-se a diferença de desenvolvimento da peregrinação e das comunidades envolvidas entre os casos de estudo das peregrinações a Santiago de Compostela e a Fátima.

A terceira parte – A Proposta – divide-se em cinco capítulos, onde se pretende dar resposta aos problemas do território.

Primeiro através da definição de uma estratégia realizada em grupo onde foram definidos os pilares de intervenção a aplicar no território. Aqui são apresentados planos de ação realizados em cada uma das aldeias da RAC.

O segundo capítulo apresenta o plano de ação realizado para a aldeia da granja de forma mais detalhada pois é local onde se encontra o principal projeto desta dissertação.

O terceiro capítulo é dedicado ao Paço dos jesuítas onde é feita uma análise da morfologia do edifício e do método de intervenção a adotar.

O quarto capítulo aborda a primeira intervenção individual onde através de uma perspectiva estratégica mais ampla é feito um plano de ação relativo a todo o território. Este teve base numa análise detalhada de todos os serviços e recursos diretamente e indiretamente relacionados com a peregrinação procurando identificar que tipo de apoios já existem e quais os que mais carecem de requalificação e depois com uma visão abrangente a todo o território, identificar quais os locais com maior necessidade de apoios e simultaneamente conjugar esses locais com a valorização do património natural. As propostas em causa visam não só cuidar o espaço público das zonas habitadas do território, como também dos caminhos que unem estas comunidades, dando resposta às necessidades antes referidas com estruturas de abrigo momentâneo com água potável, para situações em que as condições climáticas sejam adversas.

O quinto e último capítulo é dedicado ao projeto de reabilitação do Paço dos jesuítas para a criação de um albergue de caráter comunitário. Este albergue para além da valorização de um bem do património arquitetónico e histórico, com consequências diretas na melhoria do ambiente construído da aldeia em causa, o programa funcional a adotar incluirá também a oferta de serviços como, uma loja/café para a venda de





produtos locais e de apoio ao equipamento e à aldeia. Existe também a intenção de que desempenhe um papel comunitário através da criação de uma sala comunitária que incentive a interação entre os habitantes locais e os peregrinos.



## **1. PROBLEMA**

1.1 Rural vs Urbano

1.2 Peregrinação: uma prática milenar



## Rural vs Urbano

Esta dissertação tem como base as disparidades entre o mundo rural e o mundo urbano em Portugal, bem como o problema da coesão territorial, que requer uma atenção especial para as regiões menos desenvolvidas e com uma densidade populacional em decadência. Para um melhor entendimento desta problemática, este capítulo faz uma contextualização história de como o nosso país chegou a essa situação, e discute algumas medidas aplicadas até aos dias de hoje para combater o problema.

As relações entre o mundo rural e o mundo urbano são complexas e têm sido objeto de estudo de diversas áreas científicas. Atualmente, estes dois contextos geográficos representam duas realidades distintas, com características, necessidades e estilos de vida muito diferentes. Historicamente, o mundo rural é associado às áreas agrícolas, com comunidades de menor densidade e menos desenvolvidas, facilmente associadas à pobreza. Ele ainda é associado a uma economia baseada na produção agrícola e caracteriza-se por um acesso limitado a serviços e infraestruturas, e um estilo de vida mais tradicional. Por sua vez, o mundo urbano é caracterizado por uma maior densidade populacional, uma diversidade de atividades económicas e infraestruturas mais desenvolvidas, e o estilo de vida é mais cosmopolita e acelerado.

Durante muito tempo o mundo rural desempenhou um papel fulcral na sociedade portuguesa. A economia agrícola, que foi a principal atividade económica do país até meados do século XX, foi a base da subsistência e sustento de muitas famílias, com a produção agrícola e pecuária. Este papel foi fulcral para a sociedade portuguesa e o campo era também o local de convívio, comunidade e a origem de muitas tradições que se enraizaram na nossa cultura.

De acordo com João Ferrão (2000) a realidade rural organiza-se com base em quatro aspetos fundamentais:

- a) a sua função principal: a produção de alimentos;
- b) - a atividade económica dominante: a agricultura;
- c) - o grupo social de referência: a família camponesa, que possui modos de vida, valores e costumes próprios;

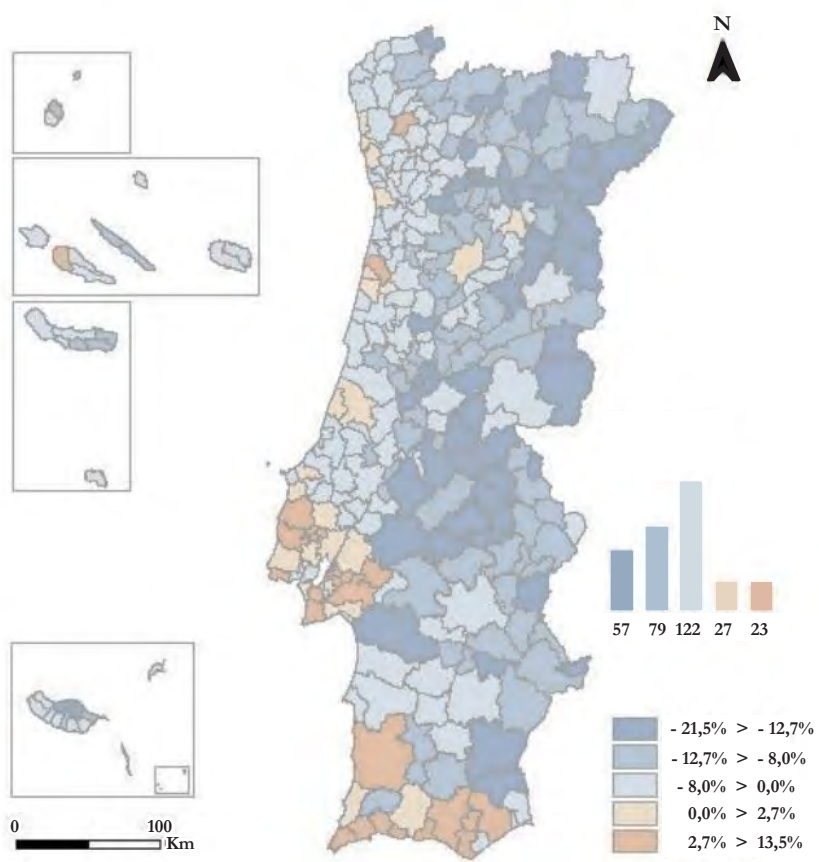


Fig. 2. Mapa de variação da população residente por concelho em Portugal entre 2011 e 2021.

d) - e, por fim, a paisagem, que reflete o equilíbrio entre a natureza e as atividades humanas desenvolvidas, evidenciando a interdependência entre ambos os elementos.

O mundo urbano e o mundo rural, com funções, atividades, grupos sociais e paisagens diferentes, construídos um contra o outro, mantiveram durante muito tempo uma relação de dependência. Porém, esta “...oposição tende a ser encarada como natural e, por isso, recorrentemente associada a relações de natureza simbiótica: campo e cidade são complementares e mantêm um relacionamento estável num contexto (aparentemente?) marcado pelo equilíbrio e pela harmonia de conjunto.” (Ferrão, 2000, p.46).

No entanto, este equilíbrio alterou-se com a mecanização do mundo a partir do século XVIII (Giedion, 1948) e a migração em massa das zonas rurais para as áreas urbanas, impulsionada pelo crescimento das indústrias e pela busca de melhores oportunidades de trabalho. Em Portugal este processo foi mais tardio e lento, mas levou à concentração da população, desde o final do século XIX, nas cidades do litoral e nas áreas industrializadas, contribuindo para o êxodo rural que perdura.

Assim, a evolução das áreas urbano-industriais veio gerar uma mudança da relação entre estes dois mundos. Como defende João Ferrão (2000), estas alterações tiveram consequências para as zonas rurais, sobretudo a perda de centralidade económica, social e simbólica que possuía historicamente. Por isso, o mundo rural começou a ser identificado como uma realidade arcaica, enquanto as novas áreas urbano-industriais são vistas como o centro da atualidade e do progresso. Desta forma, veio adicionar-se uma nova função ao mundo rural: o fornecimento de mão-de-obra barata para as atividades económicas nas cidades.

A expansão das infraestruturas e dos equipamentos responsáveis pela qualidade de vida das pessoas, foi concentrando cada vez mais a prestação de serviços de interesse coletivo nas cidades, bem como recursos essenciais, diversificando cada vez mais a relação de complementaridade entre estes dois mundos. Concomitantemente, nas áreas rurais, o investimento em serviços e infraestruturas como estradas, transportes públicos, serviços de saúde e educação, ainda era incipiente, e a “...tradicional natureza (aparentemente?) simbiótica [entre estes dois mundos] vai dando lugar a interdependências cada vez mais reconhecidas como assimétricas.” (João Ferrão, 2000, p.46)

Como referido antes, a revolução industrial chegou tarde a Portugal. Porém, a moder-





nização das indústrias foi rápida. Na primeira metade do século XX, já se notava um avançado envelhecimento da população, principalmente no meio rural, devido à migração de grande parte da população jovem para as grandes áreas urbanas, sobretudo Lisboa e Porto, e também pela elevada percentagem de emigração para o estrangeiro, sobretudo para o Brasil e América do Norte.

Ainda nesta época, foram levadas a cabo algumas iniciativas por parte do Governo central para tentar combater a migração da população, ou seja, a par das evidências de que o êxodo iria perdurar e as suas consequências seriam preocupantes. Uma dessas iniciativas foi a criação de uma Junta de Colonização Interna (JCI), em 1936, no seio do Ministério da Agricultura.

A JCI tinha o objetivo principal de impulsionar o desenvolvimento económico e social das áreas rurais, incentivando a fixação de pessoas e a exploração agrícola dessas regiões. Em resposta ao reformismo agrário, como refere Guerreiro (2015), a JCI é criada de forma a dar resposta aos vícios de estruturação agrária do século XIX em Portugal. Para isso, planeava, coordenava e implementava projetos de colonização através do desenvolvimento de comunidades já existentes, como também através da criação de novas áreas de povoamento, com Casais Agrícolas. Isto incluía a construção de infraestruturas e serviços básicos, como estradas, escolas e postos de saúde, bem como o estabelecimento de cooperativas agrícolas e incentivos para a prática da agricultura.

Além disso, surge também na década de 1930 o debate sobre a necessidade de criar estruturas de ensino agrícola para permitir argumentar a natureza das intervenções através de inquéritos e estudos. Neste sentido foi integrado o Instituto Superior de Agronomia na Universidade Técnica de Lisboa.

Guerreiro (2015, p.59) fala também sobre o redimensionamento da propriedade de modo a uniformizar o território e com a intenção de regular e homogeneizar as condições sociais da população. Medidas aplicadas após estudo realizado pela JCI às colonizações particulares desenvolvidas no final do século XIX e início do século XX.

No entanto, apesar de ser claros os objetivos da JCI, o seu contexto político e social era conflituoso dificultando a realização das intervenções. Esta integrava racionalidades estatais que separavam as esferas institucionais do estado, uma executiva e outra administrativa com lógicas de atuação que não coincidiam. Isto porque, além de representar a tentativa de resolver os problemas territoriais existentes no início da década de 1930,



com soluções que promoviam a industrialização e um mundo moderno que procurava elevar as condições de vida das pessoas, este programa colonizador do Estado Novo representava também uma base de defesa dos valores que “caraterizam o regime - a família, a propriedade, a ruralidade, a exaltação da nação, expansão da raça, a valorização do território.” Guerreiro (2015, p.60) Uma compilação de intuítos que nem sempre se alinhava e refletiam “a complexidade do organismo”.

Desta forma, esta iniciativa não teve o sucesso desejado e o despovoamento das áreas rurais, sobretudo do interior, intensificou-se a partir da década de 1950.

Após a Segunda Guerra Mundial, a industrialização da agricultura e mecanização dos campos acentuaram-se, contribuindo para uma redução significativa da mão de obra necessária. Os avanços tecnológicos e a adoção de práticas agrícolas mais eficientes diminuíram a necessidade de um grande número de trabalhadores rurais, levando-os a procurarem novas oportunidades e contribuindo, mais uma vez, para migração em direção às áreas urbanas. Neste período pós-guerra, Portugal enfrentava desafios socioeconómicos e políticos, com a ditadura do Estado Novo, que teve um grande impacto nas zonas rurais. Este governo centralizou a agricultura e promoveu políticas de industrialização que foram as principais causas dos fluxos migratórios.

A mecanização da agricultura demonstrou que o mundo rural tinha capacidade para adotar práticas modernas e deixar de ser visto apenas como uma realidade tradicional e arcaica. Por isso, João Ferrão (2000, p.47) defende que “pela primeira vez na história da humanidade, a oposição rural-urbano começa a não ser vista como a mais decisiva, na medida em que a modernidade deixa de constituir um exclusivo das áreas urbanas.”

A partir daqui, a natureza das áreas rurais começa a sofrer alterações na relação com as áreas urbanas. Assim, as zonas rurais que estavam mais próximas das áreas urbanas sofreram alterações no seu ambiente construído e funcional, enquanto as mais distantes, denominadas como áreas rurais profundas, observavam um aumento progressivo das suas interdependências, e viram a sua população a diminuir cada vez mais.

Na década de 1980, com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias (agora denominada de União Europeia), o desenvolvimento da industrialização em Portugal continuou, mas também se iniciou a um novo pensamento relativamente ao mundo rural. É um novo pensamento que João Ferrão (2000, p.47) denominou de “invenção social de uma nova realidade: o mundo rural não agrícola”, e que se baseia no reconhe-



cimento de novos potenciais para o mundo rural, desvinculando a realidade rural da produção de alimentos enquanto função principal e a agricultura enquanto atividade económica predominante.

Neste contexto, foram adotadas políticas de incentivo à redução da produção agrícola, como é o caso da política comunitária *Set Aside*, uma iniciativa da União Europeia que, através da redução da produção agrícola, procurava equilibrar a oferta e a procura no mercado europeu, permitindo assim a conservação do solo e a proteção do meio ambiente, incentivando a manutenção de áreas não cultivadas e o aumento de habitats naturais.

Este novo conceito do mundo rural, sustentado em grande parte pela ideia de património é suportado por três tendências que forçam a mudança na perceção e nas necessidades sociais no mundo rural:

- a) A consciencialização das sociedades relativamente à importância dos recursos naturais e os ecossistemas, onde é reconhecida a necessidade de uma renaturalização, concentrada na conservação e proteção da natureza. No contexto rural isto implica a conservação e proteção da biodiversidade, a restauração de habitats naturais, a agricultura sustentável e a promoção de práticas agrícolas e pecuárias amigas do ambiente, “aspectos agora hipervalorizados no âmbito do debate sobre os processos de desenvolvimento sustentável” (João Ferrão, 2000, p.48)
- b) A busca pela autenticidade e a fuga ao crescimento da globalização e uniformização das tendências das sociedades modernas, as pessoas procuram cada vez mais reconectarem-se com as suas raízes culturais, tradições e identidades locais. Estas tendências podem ser concretizadas através da valorização do património histórico e cultural, não só construído como também imaterial, associado a práticas tradicionais, como o artesanato ou gastronomia locais. A preservação destes elementos culturais impulsiona a autenticidade destes locais, nomeadamente através do turismo rural, oferecendo experiências únicas ao visitante, longe dos ambientes artificiais e padronizados das áreas urbanas.
- c) Por fim, a mercantilização das paisagens, que decorre do aumento do tempo livre e da crescente necessidade de fuga às áreas rurais em busca de ambientes mais relaxantes, torna estas áreas destinos atraentes. Daqui nasce a necessidade de criar atividades turísticas e de lazer, e de preparar as áreas rurais com infraes-



truturas que permitam receber estes novos utilizadores, fornecendo respostas a todas as necessidades básicas.

Estas tendências representam um dilema para o meio rural, pois apresentam novas exigências e desafios sociais. Ainda que tragam oportunidades económicas e culturais, é fundamental adotar abordagens sustentáveis que equilibrem o desenvolvimento socioeconómico com a preservação ambiental, a proteção do património e a identidade destes locais. Para isso, é essencial envolver as comunidades dando-lhes voz e autonomia para identificar os problemas, definir prioridades e implementar soluções. Desta forma, descentralizar a tomada de decisões e permitindo que as soluções se manifestem espontaneamente pela comunidade, garantindo um futuro prospero e resiliente para estas regiões.

Os Planos Diretores Municipais (PDM), figura de planeamento criada em 1977, pela Lei das Autarquias Locais<sup>1</sup>, veio promover a democratização do planeamento urbano e garantir a participação dos indivíduos na definição do futuro das suas comunidades. Na década de 1990, todo o território nacional ficou coberto com PDM, porém, em vez de garantir um desenvolvimento harmonioso do território, foi uma das causas do seu desequilíbrio, nomeadamente pela desproporção entre as áreas urbanizáveis que previam e as reais necessidades do país, criando assim condições para o mercado imobiliário dominar as lógicas de ocupação dos solos.

Só em 2007 é que foi criado o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) com o objetivo de organizar de forma adequada a utilização do território nacional, bem como todo o sistema legislativo criado na década anterior. Dadas disparidades do desenvolvimento territorial, este instrumento de política dá-lhe uma atenção particular e procura promover um desenvolvimento equilibrado e sustentável do país, orientando as decisões tomadas no que diz respeito ao uso do solo, infraestruturas, atividades económicas e proteção do ambiente.

Mais tarde, em 2016, à responsabilidade da Unidade de Missão para a Valorização do Interior (UMVI), esta preocupação foi reforçada com o Programa Nacional para a Coesão Territorial<sup>2</sup> (PNCT), que consiste na definição de estratégias e planos com o objetivo de promover a união e harmonia entre diferentes regiões e territórios, procu-

---

1 Publicada com a Lei n.º 79/77 de 20 de outubro.

2 Publicado com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro.





rando enfrentar as disparidades regionais e estimular o desenvolvimento económico e social de áreas menos favorecidas.

A este respeito, Alcides Monteiro (2019) realça que a resposta aos desafios coesão territorial e do desenvolvimento destas regiões vão além da necessidade de um quadro de medidas a implementar, sendo necessário incluir os atores locais na investigação dos desafios para os quais se procura soluções. Assim, além de um modelo de governança participativa, é importante promover o desenvolvimento destes territórios através de abordagens bottom-up, porque as soluções mais efetivas para os desafios enfrentados nascem do conhecimento e da criatividade das pessoas que vivem e trabalham nessas regiões. É através das experiências e perspetivas únicas que estas comunidades têm sobre o seu território que é possível o desenvolvimento de estratégias e projetos que sejam verdadeiramente adequados e relevantes para cada região.

Por sua vez, Paula Reis (2012, p.3) destaca a preocupação relacionada com as estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais. Estas tendem a ser desenvolvidas com base em permissas utilizadas em locais urbanizados, negligenciando as características distintas das comunidades rurais. A perceção equivocada de que o desenvolvimento rural deve replicar os padrões urbanos, reflete a falha na compreensão das dinâmicas próprias dessas localidades.

Paula Reis (2012, p.3) também chama a atenção para o facto de o mundo rural ser constantemente objeto de intervenções “...desenvolvidas por agentes externos ao mundo rural“, nem sempre conhecedores dos problemas estruturais que possui, e com resultados que ficam aquém do desejado.

O exemplo do turismo rural, que tanto em termos de criação de emprego, como de geração de rendimento adicional para as famílias, contribuem muito pouco para um desenvolvimento económico e social destas regiões e são facilmente interpretadas como aproveitamento do espaço rural enquanto produto “com a estreita dependência de práticas de consumo urbanas cuja durabilidade está longe de corresponder a uma realidade incontroversa” (João Ferrão, 2000, p.48)

Um exemplo disso é o Programa Aldeias do Xisto., um programa assente no desenvolvimento e valorização do património construído das aldeias do interior de Portugal, de modo a incentivar a visitação. No entanto esta abordagem veio transformar as aldeias num produto turístico de rentabilização económica, sem qualquer contributo



para o desenvolvimento sustentável da comunidade local. Embora esta iniciativa tenha promovido a recuperação do seu património edificado, o excesso de turismo em busca de experiências supostamente tradicionais, resultou na perda de autenticidade destas comunidades e da tranquilidade do ambiente social que estes lugares ofereciam.

Neste contexto, é crucial repensar as estratégias de desenvolvimento mais específicas e sensíveis às características de cada lugar, reconhecendo e valorizando as particularidades das zonas rurais. Além de valorizar o património e promover o turismo, para combater a desvitalização destes lugares, é crucial basear os processos de desenvolvimento sobre políticas territoriais “placed-based”, focadas nas forças dos lugares, naquilo que lhes é específico e singular, bem como nas suas necessidades, com base no conhecimento da comunidade local. Desta forma, garantir que as intervenções são adaptas as particularidades dos lugares onde são aplicadas, preservando a autenticidade cultural e contribuindo para um desenvolvimento sustentável e uma efetiva melhoria da qualidade de vida das comunidades.



## **Peregrinação: uma prática milenar**

É impossível refletir sobre os possíveis impactos socioeconômicos da peregrinação sem antes conhecer as suas raízes e compreender no que consiste esta atividade. Por isso, este capítulo apresenta alguns tipos de peregrinações históricas e as suas motivações, para testemunhar a origem desta prática. Procura também definir o que se entende por peregrinação, apresentando argumentos de alguns escritores que já propuseram definições e classificações para este fenómeno. Em seguida introduz as peregrinações a Santiago de Compostela, em Espanha, e a Fátima, em Portugal, que são o foco desta dissertação. Desta forma, através de uma revisão da literatura, é possível compreender a realidade complexa da peregrinação e as formas como se manifesta na atualidade.

### **Raízes e Tradições**

A peregrinação é uma prática milenar, presente em várias culturas e tradições religiosas em todo o mundo. As suas origens estão ligadas à busca espiritual, à penitência por pecados passados e à busca de benefícios físicos. Os peregrinos visitam lugares sagrados, como templos, santuários, túmulos de santos ou figuras religiosas importantes, em busca de uma experiência transformadora.

Maria Santos (2019) propõe uma classificação das peregrinações em quatro categorias, baseada na sua posição cronológica, especialmente no contexto das religiões históricas. Essas categorias são:

Peregrinações prototípicas - relacionadas com os locais fundadores e centrais das religiões históricas, como Roma e Jerusalém para os cristãos, Meca para os muçulmanos, ou Benares para os hindus;

Peregrinações arcaicas - realizadas em direção a lugares sagrados de religiões antigas, possivelmente extintas, como acontece com a montanha Croagh Patrick na Irlanda, ou com peregrinações cristãs que seguem os vestígios de práticas célticas pré-existentes;

Peregrinações medievais - (especialmente cristãs) como Santiago de Compostela, Chartres ou Assis, caracterizadas por uma forte dimensão espiritual



Peregrinações pós-tridentinas ou modernas: resultantes da contrarreforma católica, caracterizadas por uma acentuada devoção mariana ou a outras figuras religiosas, com o seu auge nos séculos XIX e XX, muitas delas relacionadas com aparições ou visões. São alguns exemplos as peregrinações a Fátima, Lourdes ou La Sallette.

Durante a idade média, no contexto das peregrinações prototípicas, segundo Souza (2013) fazia-se a distinção entre romeiros, que realizavam as romarias em direção a Roma para visitar locais sagrados pela presença de corpos de S. Pedro e S. Paulo, e peregrinos, que se dirigiam para Jerusalém e para outros lugares relacionados com o nascimento e a morte de Cristo.

Jerusalém é uma cidade sagrada para o judaísmo, o cristianismo e o islamismo, o que gerou conflitos entre os crentes das diferentes religiões. Por este motivo, um dos movimentos mais conhecidos relacionados com Jerusalém são as Cruzadas, que, segundo Le Goff (2005) era um movimento militar da idade média de origem cristã que também era considerado uma forma de peregrinação. As cruzadas foram criadas numa altura em que a peregrinação à Terra Santa (hoje conhecida por Jerusalém) crescia exponencialmente e era relatado um crescente conflito entre cristãos, muçulmanos e judeus. Por estas razões, o objetivo específico das cruzadas era libertar a Terra Santa.

No campo da espiritualidade, as peregrinações do Hinduísmo também são um exemplo importante. Segundo Rana Singh (2006), o hinduísmo tem uma forte e antiga tradição de peregrinação, à qual se dá o nome de *Tirtha-Yatra* que, inicialmente, era associada a banhos sagrados, como símbolo de purificação. No entanto, o hindus também veem a peregrinação como um vínculo entre a psique humana e o espírito da natureza. Como diz Rana Singh (2006, p.221), a peregrinação é “um processo de atravessamento espiritual onde atravessar a paisagem sagrada é ser transformado.” Além de associada a estas religiões, a peregrinação também é importante no Budismo e no Judaísmo.

Embora existam diferenças entre todas estas religiões, é possível concluir que muitas partilham tradições comuns relativamente à peregrinação, como é o caso da crença numa divindade, o mérito obtido por quem a pratica e os locais sagrados fixos enquanto destinos primordiais, que evidenciam a universalidade deste fenómeno. Ao explorar as raízes e tradições da peregrinação, torna-se evidente que este fenómeno transcende barreiras culturais, criando conexões entre comunidades de diferentes culturas. A peregrinação, ao longo dos séculos, consolidou-se como um elo cultural e religioso intrínseco à huma-





## PROBLEMA

nidade, proporcionando uma compreensão mais aprofundada da diversidade cultural e religiosa global. Por este motivo, considera-se a peregrinação como um valor intrínseco e particular deste território



Fig. 3. Catedral de Santiago de Compostela

## **Descobertas e Aparições: os casos de Santiago de Compostela e Fátima**

A descoberta do túmulo do apóstolo Santiago Maior e dos seus discípulos Teodoro e Atanásio em Santiago de Compostela, no século IX, deu origem a uma das peregrinações mais famosas do mundo. Segundo informações obtidas no site oficial dos Caminhos de Santiago, entre 820 e 830, um eremita de nome Paio encontrou as ruínas de um antigo túmulo numa floresta chamada Libredón. Esta descoberta veio confirmar uma tradição popular enraizada anteriormente documentada por monges. O rei Afonso II, na altura rei das Astúrias, mandou edificar de imediato uma modesta igreja no local. Em 899, a igreja foi reconstruída dando assim origem à atual Catedral de Santiago de Compostela.

A peregrinação a Santiago de Compostela foi então ganhando popularidade e atingiu o seu auge na chamada “época de ouro das peregrinações”, entre os séculos XI e XIII. Peregrinos de diversos países da Europa, incluindo França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Islândia, viajavam a pé, a cavalo ou de barco para chegar ao túmulo do apóstolo.

A hospitalidade é uma das principais características do Caminho de Santiago. Desde a Idade Média, este constitui um dos aspetos fundamentais da experiência do Caminho, onde os peregrinos contam de forma permanente com um serviço de ajuda sanitária e espiritual organizada por diversas entidades, incluindo a Coroa, a Igreja e o próprio povo.

A maioria das instituições hospitalares para peregrinos e pobres foram fundadas com doações de comunidades religiosas, famílias nobres, altos clérigos e, sobretudo, de reis, que o faziam para demonstrar a sua fé e o seu compromisso com o apóstolo Santiago, santo padroeiro do Reino.

O Caminho de Santiago resistiu a diversos desafios ao longo da história. Superou prolongados períodos de fome e crise económica na baixa Idade Média, a reforma protestante e guerras religiosas na Idade Moderna (séculos XVI-XVIII). A adesão aos caminhos variou ao longo do tempo, com fases de crescente e decrescente adesão, mas a hospitalidade sempre foi um aspeto fundamental da experiência do Caminho.

Em 1950, surge a primeira associação dos Amigos de Santiago de Compostela em Paris, criada por um pequeno grupo de historiadores. Este tinha como objetivo o estudo



Fig. 4. Capela das Aparições em 1922



Fig. 5. Comemoração do 100º aniversário das aparições em 2017



Fig. 7. Basílica de Nossa Senhora do Rosário em 1954



Fig. 6. Basílica da Santíssima Trindade em 2021



Fig. 8. Basílica da Santíssima Trindade em 2021

e a valorização de fenómenos históricos, artísticos e literários associados à história da peregrinação a Santiago de Compostela e o seu importante papel desempenhado na evolução da Europa. Mais tarde, em 1962, é fundada em Estella, Espanha, uma associação semelhante. Mas é a partir da década de 1980 e 1990 que o associativismo cresce exponencialmente por toda a Europa, sendo criadas associações em Itália, Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Países Baixos, Portugal, entre outros. Estes vieram responsabilizar-se pela preservação e promoção dos caminhos contribuindo para um avanço significativo das condições e sinalização dos mesmos.

Concomitantemente, no início do século XX em Portugal, iniciaram-se as primeiras peregrinações a Fátima, após as primeiras aparições<sup>3</sup> da Virgem Maria, nos dias 13 de maio, junho, julho, setembro e outubro de 1917.

Com a elevada afluência de peregrinos ao local, em 1920, o bispo de Leiria, José Alves Correia da Silva, autoriza a compra dos terrenos junto ao oratório, com o intuito de organizar e regular o culto popular.

Segundo o site oficial Turismo Centro Portugal, devido ao aumento contínuo da afluência de fiéis ao local e à generosa doação de esmolas, tornou-se necessário gerir-las adequadamente, assim como a decisão da sua utilização. Deste modo, o Bispo de Leiria deu início à elaboração de planos para a construção de um albergue destinado aos peregrinos, uma fonte coberta por uma abóboda e uma avenida que conduzisse ao recinto, ladeada por uma Via Sacra.

Integrada nesses planos, dá-se início à construção da Basílica de Nossa Senhora do Rosário a 13 de maio de 1928, seguindo um projeto de Gerardus Samuel van Krieken. A sua consagração ocorreu a 7 de outubro de 1953, e no mês seguinte, o Papa Pio XII proclamou-a Basílica de Nossa Senhora do Rosário. Do lado oposto encontra-se a Basílica da Santíssima Trindade, projetada pelo arquiteto Alexandros Tombazis, que foi inaugurada a 13 de outubro de 2007, em comemoração do 90º aniversário das aparições. No entanto, este projeto já estava a ser planeado desde 1973, uma vez que a Basílica de Nossa Senhora do Rosário já não era então suficiente para acomodar o número crescente de peregrinos e turistas que desejavam assistir às celebrações litúrgicas no Santuário.

---

3 Em 1917, três crianças, Lúcia dos Santos e os seus primos Francisco e Jacinta Marto, que guardavam o rebanho à sombra das azinheiras de um lugar chamado Cova da Iria e presenciaram a aparição da Virgem Maria. Vinda em nome de Deus prometendo paz no mundo caso os seus pedidos de oração, reparação e consagração fossem ouvidos. Dos quais a construção de uma capela em sua homenagem. Pedido que é cumprido e entre 28 de abril e 15 de junho de 1919 ergue-se a Capelinha das Aparições.



## Peregrinar na atualidade

A peregrinação consiste numa viagem realizada individualmente ou em grupo em direção a um local considerado sagrado, sendo ainda possível encontrar esta prática em todas as grandes religiões do mundo. De acordo com Barber (1991) Essa viagem possui tanto efeitos externos levando os peregrinos a lugares novos, desafiantes e muitas vezes perigosos, quanto efeitos internos, proporcionando o aprimoramento espiritual, seja pela melhoria do autoconhecimento ou pelos desafios que apresenta, pondo à prova as capacidades físicas e de superação do caminhante.

Na verdade, a peregrinação tem indubitavelmente uma motivação religiosa na sua gênese, porém, não se pode negar que esta atividade também se enquadra claramente no âmbito de atividades turísticas, na medida em que, à sua maneira, realizam as mesmas atividades que um turista comum. Desde a visita a monumentos, usufruto do património natural, recurso a alojamento, compra de lembranças, ou seja, demonstram interesse pelo património histórico-cultural e por lugares que fazem parte de um itinerário devidamente planificado.

Atualmente, entre as várias formas de compreender a peregrinação e as diversas motivações, Pereiro (2017) identifica:

- a) Um esforço físico de purificação antes do encontro com o local sagrado.
- b) Um espaço de reflexão sobre os sentimentos e ações da vida. Uma jornada que oferece um ambiente propício à introspeção, permitindo ao peregrino refletir sobre os seus pensamentos, sentimentos e ações no contexto da vida quotidiana.
- c) O regresso à natureza de acordo com os novos valores de harmonia com ela. Tendo em conta as preocupações atuais com o meio ambiente, a peregrinação representa uma conexão mais profunda com a natureza e promove a preservação do património natural.
- d) Uma oportunidade económica para as comunidades locais, os mediadores e outros agentes sociais. Esta atividade tem um impacto económico significativo para as localidades que atravessa, permitindo a promoção de serviços, alojamento e comércio que serve as necessidades dos peregrinos.





- e) Um espaço de discursos ideológicos, políticos e institucionais. Esta atividade também pode ser aproveitada como plataforma para a expressão de novas ideologias e também na integração de políticas europeias.
- f) Uma procura de paz interior e do sentido da vida. A busca por paz interior e significado é provavelmente uma das motivações mais centrais para os peregrinos contemporâneos, que encontram na peregrinação o espaço para contemplar questões espirituais, filosóficas e existenciais.
- g) Um antídoto contra o mal-estar social. Devido às tensões e pressões da vida moderna, a peregrinação pode ser vista como uma fuga temporária ao mal-estar social, oferecendo um período de tranquilidade e desconexão.

Numa outra análise, de âmbito sociológico, López et al. (2010) aponta as seguintes funções desempenhadas pelas peregrinações:

- a) A satisfação de necessidades humanas, como a busca de uma conexão espiritual com benefícios para a saúde física e mental.
- b) Elas desempenham um papel de comunicação, sendo um fenómeno baseado na entajuda e interação social, promovendo, desta forma a coesão social.
- c) As peregrinações possuem uma importância cultural ao longo dos séculos, exemplificada pelo Caminho de Santiago, que é reconhecido como o primeiro itinerário cultural europeu. Algumas localidades até têm o seu nome relacionado com o mesmo, como é o caso de Santiago da Guarda, no concelho de Ansião.
- d) Além disso, as peregrinações possuem um significado político, pois serviram como catalisadores da a união de cristãos em tempos passados.

Os estudos realizados sobre o tema concluem que está longe de constituir um elemento do passado ou uma “sobrevivência” cultural. As peregrinações são “...um fenómeno social complexo e polissémico” (Pereiro, 2017, p.416) , que se redefine continuamente a partir da sua relação com as mudanças socioeconómicas, as transformações tecnológicas e mesmo as novas orientações intelectuais.

Dessa forma, a peregrinação na atualidade apresenta-se como um fenómeno polissémico, atravessando fronteiras entre o sagrado e o secular, o espiritual e o material. Seja como uma jornada de autoconhecimento ou um ato de valorização do meio ambiente e dos valores culturais, a peregrinação continua a desempenhar um papel significativo na experiência humana, adaptando-se às exigências da sociedade moderna.



## 2. CONTEXTO

2.1 Terras de Sicó

2.2 Peregrinação: Potencial transformador em territórios por desenvolver

2.3 Relatos de uma jornada

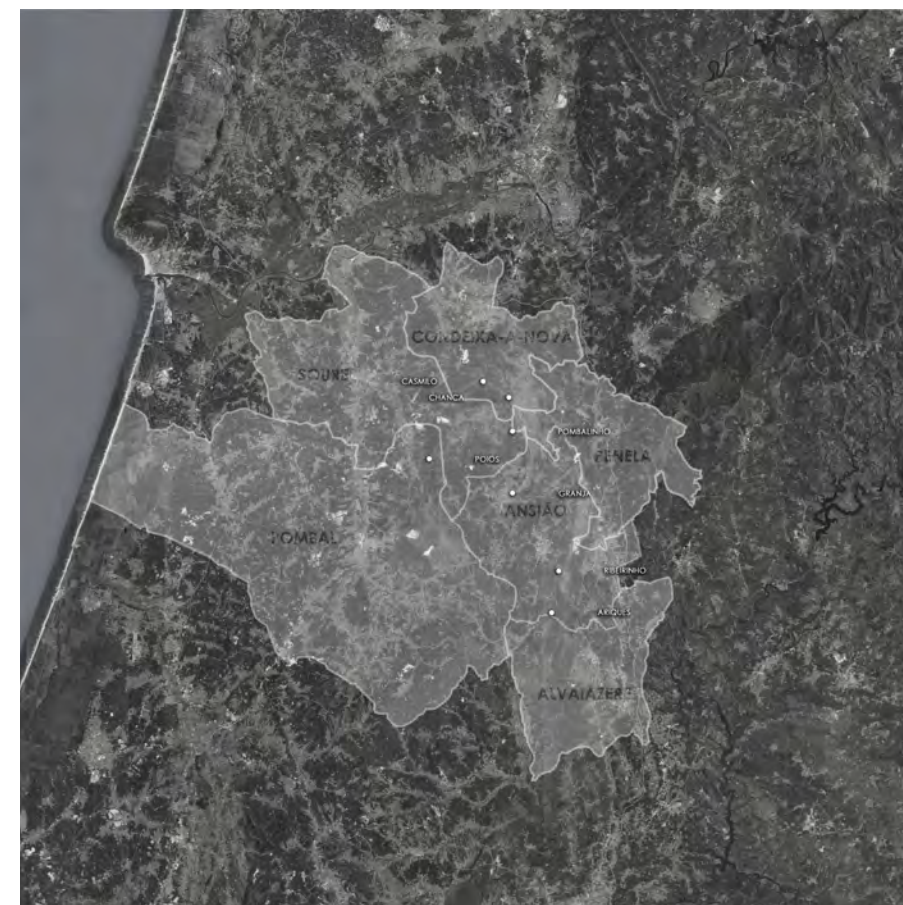


Fig. 9. Municípios pertencentes à associação Terras de Sicó. Tomás Almeida ©



Fig. 10. Carta Geológica de Portugal.

**Ambito nacional**

**Parque Nacional**

1 Peneda-Gerês

**Parques Naturais**

- 2 Montesinho
- 3 Litoral Norte
- 4 Alvão
- 5 Douro Internacional
- 6 Serra da Estrela
- 7 Tejo Internacional
- 8 Serras de Aire e Candeeiros
- 9 Serra de São Mamede
- 10 Sinta-Cascais
- 11 Arrábida
- 12 Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina
- 13 Vale do Guadiana
- 14 Ria Formosa

**Reservas Naturais**

- 15 Dunas de São Jacinto
- 16 Serra da Malcata
- 17 Paul de Arzila
- 18 Berlengas
- 19 Paul do Boquilobo
- 20 Estuário do Tejo
- 21 Estuário do Sado
- 22 Lagoas de Santo André e Sancha
- 23 S.C.Marim - V.R.S. António

**Paisagens Protegidas**

- 24 Serra do Açor
- 25 Arriba Fóssil da Costa da Caparica

**Monumentos Naturais**

- 26 Cabo Mondego
- 27 Portas de Ródão
- 28 Pegadas de Dinossauros de Ourém/Torres Novas
- 29 Caranque
- 30 Pedra da Mua
- 31 Lagosteiros
- 32 Pedreira do Avelino

**Ambito regional/local - DL 19/93**

**Paisagem Protegida**

- 33 Albufeira do Azibo
- 34 Corno do Bico
- 35 Lagoas de Bertandos e São Pedro de Arcos
- 36 Serra de Montejunto

**Ambito regional/local - DL 14272008**

**Parque Natural Regional**

37 Vale do Tua

**Reserva Natural Local**

- 38 Paul da Tomada
- 39 Estuário do Douro

**Paisagem Protegida Regional**

- 40 Litoral de Vila do Conde e Reserva Ornitológica do Mindelo
- 41 Serra da Gardunha

**Paisagem Protegida Local**

- 42 Açude da Agolada
- 43 Açude do Monte da Barca
- 44 Rocha da Pena
- 45 Fonte Benémola
- 47 Serra do Socorro e Archeira

**Ambito privado**

**Area Protegida Privada**

46 Faia Brava

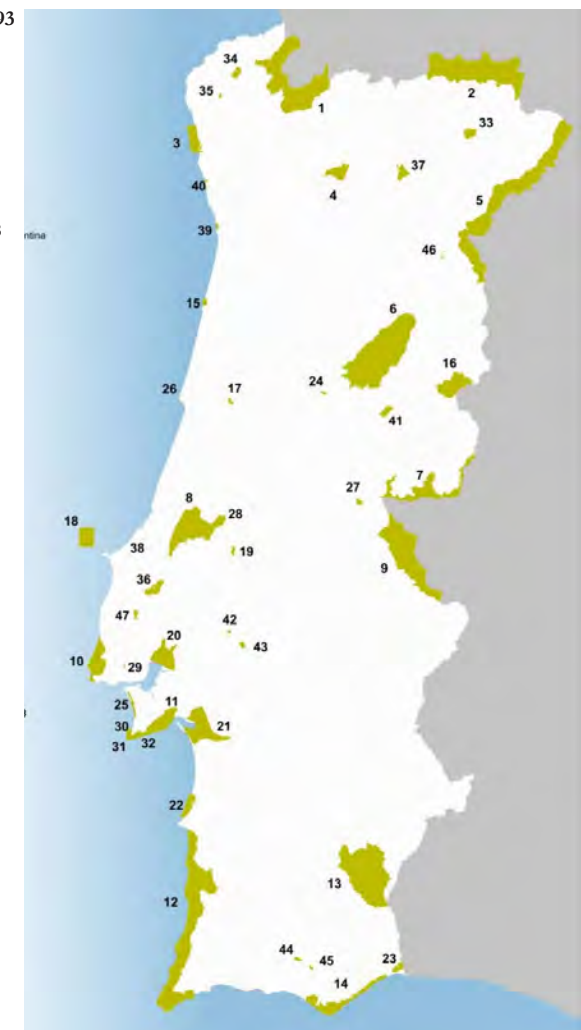


Fig. 11. Distribuição geográfica das áreas protegidas da rede nacional em Portugal Continental

## Terras de Sicó

### Caracterização Territorial e Contexto Social

As terras de Sicó compõem um território da Região Centro de Portugal que ocupa parcialmente dois distritos, Coimbra e Leiria. O epicentro deste território está localizado na Serra de Sicó, a qual dá o nome a um dos principais maciços calcários carsificados da Orla mesocenozóica ocidental portuguesa<sup>4</sup>, o maciço calcário de Condeixa / Sicó / Alvaiázere, composto por vários planaltos, colinas, serras calcárias e planícies que formam um total de 430 km<sup>2</sup>. Trata-se de um maciço de reduzida elevação em relação ao nível do mar (Sicó com 553m e Alvaiázere com 618m), mas de grande valor territorial pelas suas características ambientais e geológicas que levaram à sua formação cársica e a uma quantidade considerável de rocha calcária.

No início da década de 1980, Portugal iniciou o desenvolvimento da sua rede nacional de áreas protegidas, onde algumas das primeiras áreas de interesse de proteção ambiental a serem identificadas foram a Serra de Aire e Candeeiros ou o Parque Natural da Serra da Estrela, protegidas por razões ambientais. No entanto, inicialmente, esta iniciativa não se destinava a proteger estas áreas por razões científicas, como a geologia, o que fez com que a área do maciço de Sicó ficasse excluída da lista por mais alguns anos. Hoje, o maciço de Sicó ainda não é uma área protegida, mas está em processo de classificação como área de paisagem protegida regional. Mais tarde, na década de 1990, foi criada a Rede Natura 2000, que tem como objetivo proteger a diversidade de espécies de plantas e animais. Nesta rede foi identificada A serra de Sicó/Alvaiázere foi identificada como uma área prioritária para a conservação da biodiversidade, no entanto, as fronteiras da área identificada pela Rede Natura não coincidem com as fronteiras da área que está em processo de classificação como área de paisagem protegida regional.

---

4 A orla mesocenozóica ocidental portuguesa ou também conhecida por orla mesocenozóica lusitana é uma designação geológica que se refere a uma região específica de Portugal, mais precisamente à faixa costeira ao longo da costa oeste do país. É uma região de grande importância para o estudo da geologia e paleontologia, uma vez que contém uma rica e diversificada história de vida e evolução ao longo dos períodos geológicos Mesozoico (era dos dinossauros) e Cenozoico (era dos mamíferos)





Atualmente, esta região tem sido cada vez mais procurada no âmbito do turismo, em particular do turismo de natureza. Por isso, este tem sido o alvo de estratégias de valorização do território. No entanto, estas estratégias focam-se no turismo de uma forma ensimesmada, o que pode não gerar os efeitos necessários para um desenvolvimento sustentável e equilibrado da região. Para que isso não aconteça é necessário adotar abordagens holísticas e integradas, com estratégias multifuncionais que estimulem a participação da comunidade na gestão do território e a valorização das culturas locais. Além do turismo, é essencial considerar respostas para as demais fraquezas das localidades de Sicó e questões como a preservação ambiental, a criação de emprego e requalificação do espaço físico dessas localidades são fatores cruciais para a atração e fixação de pessoas.

Ora, com este objetivo em mente, foi criada em 1995 a Terras de Sicó, uma associação de desenvolvimento local de direito privado. A associação abrange seis municípios — Condeixa-a-Nova, Soure, Penela, Pombal, Ansião e Alvaiázere — que são compostos por 45 freguesias e uniões de freguesias, classificadas pelo Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020) como freguesias rurais. Nestas freguesias encontramos apenas uma cidade, Pombal, e 10 vilas (Alfarelos, Condeixa-a-Nova, Soure, Penela, Espinhal, Louriçal, Guia, Avelar, Ansião e Alvaiázere). As restantes e numerosas localidades são aldeias e pequenas povoações.

Além da colaboração dos Municípios, parceiros estratégicos, esta associação conta também com a participação de outros associados envolvidos no desenvolvimento do território, estes representam o setor económico, o ensino técnico-profissional, o setor financeiro, o cultural e recreativo e solidariedade social.

A Terras de Sicó sucedeu a Associação de Municípios da Serra de Sicó (ADSICÓ) criada em 1988, representando assim cerca de 35 anos de experiência na promoção do desenvolvimento local e na participação em programas de desenvolvimento financiados por fundos europeus.

Este é um projeto plural que trabalha no sentido do desenvolvimento local e das suas populações, com objetivo de promover os produtos endógenos e o turismo, bem como na organização de espaços e novas oportunidades de mercado na região de modo a impulsionar a sua economia de forma sustentável bem como recuperar a sua dinâmica social.

	<b>1991</b>	<b>2001</b>	<b>2012</b>	<b>2022</b>
<b>Portugal</b>	9.833.014	10.356.117	10.503.889	10.467.366
<b>Centro</b>	2.301.514	2.348.397	2.310.828	2.256.441
<b>Sicó</b>	123.533	121.330	116.464	108.908
<b>Condeixa-a-Nova</b>	13.257	15.340	17.167	17.121
<b>Penela</b>	8.023	6.594	5.876	5.524
<b>Soure</b>	22.570	20.940	18.861	17.121
<b>Pombal</b>	53.727	56.299	54.622	51.133
<b>Ansião</b>	15.446	13.719	12.916	11.685
<b>Alvaiázere</b>	10.510	8.438	7.022	6.281

Fig. 12. População Residente em Portugal, Centro e nos seis municípios da Terras de Sicó entre 1991 e 2022.



Um dos projetos mais recentes desta associação é a Rede de Aldeias do Calcário – 6 aldeias 12 experiências (RAC), um projeto de 2019 que visa a valorização de uma rede aldeias através de incentivos ao investimento nas áreas turística, cultural, desportiva e económico-social.

Estrategicamente, foram selecionadas seis aldeias, uma por cada município, que caracterizam a atividade rural no contexto do calcário, onde as tradições e costumes ainda refletem a autenticidade das comunidades. As aldeias em causa são Casmilo (Condeixa-a-Nova), Chanca (Penela), Pombalinho (Soure), Granja (Ansião), Poios (Pombal) e Ariques (Alvaiázere).

Atualmente, uma grande parte deste território transmite um estado de abandono, visível na população diminuta em várias das suas aldeias e nos edifícios desocupados, muitos em mau estado de conservação e em ruína. Resta assim uma população diminuta e envelhecida.

A baixa densidade populacional é, pois, um dos problemas mais significativos neste território. De acordo com Lúcio Cunha (2003, p.5), resultou de um processo de perda demográfica longo, principalmente a partir da década de 1960 devido a emigração, inicialmente para o Brasil, depois intensificando-se para a Europa e para os grandes centros urbanos de Portugal, como Lisboa, e mais tarde para os pequenos centros urbanos da região como Pombal, Soure, Condeixa-a-Nova e Ansião.

Desde então, a população tem vindo a diminuir progressivamente, como podemos ver na tabela da figura 12, onde é apresentada a população residente em Portugal, na região Centro, em Sicó e nos municípios pertencentes à Terras de Sicó.

Assim, é possível compreender a acelerada migração da população da região de Sicó e, de um modo geral, as dinâmicas demográficas diferentes dos seus concelhos. Condeixa-a-Nova destaca-se de todos os outros concelhos, por ser o único que não só não tem perdido população, como tem mesmo registado um aumento, ainda que ligeiro. Esta cresceu quase 26% nos últimos 31 anos, percentagem que representa 4 557 habitantes.

A localização das terras de Sicó relativamente à rede viária e ferroviária, não faz parte da lista de fraquezas do território, pelo contrário. De facto, este território é servido, na sua parte poente, pela Linha do Norte, com estação em Pombal e apeadeiro em Soure, e é atravessado e está rodeado por itinerários principais e complementares, com uma excelente rede viária municipal que proporciona ligações seguras e rápidas em toda a sua área.



A A1, uma das principais autoestradas do país, atravessa três concelhos do lado poente deste território: Condeixa-a-Nova, Soure e Pombal. Por sua vez, a A13 atravessa os restantes 3 concelhos e assegura uma ligação direta a Coimbra. Além disso, o território integra uma rede de Itinerários Complementares que garantem acessos rápidos regionais como o IC3 que percorre os concelhos de Condeixa-a-nova, Penela, Ansião e Alvaiázere; o IC2 que percorre os concelhos de Condeixa-a-nova, Soure e Pombal; e o IC8 que conecta os concelhos de Pombal e Ansião. A rede ferroviária atravessa apenas a oeste no território, proveniente de Coimbra, atravessando os municípios de Soure e Pombal.



Fig. 13. Vale das Buracas do Casmilo



Fig. 14. Canhão Cárstico do Vale do Poio Novo





Fig. 15. Exsurgência de Olhos de Agua de Ancos



Fig. 17. Escarpa da Falha da Senhora da Estrela



Fig. 16. Mancha de Carvalho Cerquinho de Alvaiázere



Fig. 18. Gruta Soprador do Carvalho



### Valores, Tradições e Produtos

De acordo com Pedro Bingre do Amaral (2020), a serra de Sicó é das paisagens mais bem preservadas da região centro, seja relativamente à sua biodiversidade diversificada e vestígios arqueológicos, como à própria caracterização das aldeias que não perderam ainda a sua identidade. em comparação com outros lugares da Região Centro, como é o caso de aldeias que pertencem à rede de Aldeias do Xisto, que viram o seu património edificado a ser recuperado, mas foram alvo de turismo excessivo em busca de experiências supostamente tradicionais, resultando na perda de autenticidade destes lugares, das suas pessoas e da tranquilidade que estes lugares ofereciam.

O Maciço de Sicó, localizado na fronteira entre o clima atlântico e o clima mediterrâneo, é uma região protegida das épocas sazonais quentes e secas mais acentuadas, que em combinação com a qualidade do solo, derivado do calcário, rico em nutrientes, atribuem-lhe características únicas, capazes de sustentar uma extensa biodiversidade vegetal. Estas características tornam o Maciço de Sicó um caso único em Portugal e, na Península Ibérica, só é possível testemunhar um território semelhante no norte da região de Aragão, em Espanha.

As formações cársicas são uma das características mais identitárias deste território. Estas são resultado da erosão das rochas calcárias ao longo de milhares de anos, dando origem a geoformas e geossítios de grande valor geomorfológico e que são hoje muito procurados por turistas. Alguns exemplos desses sítios são o geossítio do Vale das Buracas do Casmilo (fig.13), o Canhão Cársico do Vale do Poio Novo (fig.14), o Canhão Cársico de Rio de Mouros, a Escarpa da falha da Senhora da Estrela (fig.17) e o Pequeno Canhão do Vale da Mata.

É também de realçar a existência de grutas e algares de grande atração no âmbito da espeleologia. Ao longo deste território, existem centenas exemplos destes fenómenos, entre os quais sobressaem a Gruta do Soprador de Carvalho (fig.18), uma das maiores cavidades subterrâneas do país, o Algar da Várzea, a gruta do Algarinho, os olhos de água do Dueça. Excetuando estes exemplos, a grande maioria das cavidades de Sicó não ultrapassam os 200 metros de galerias. Outro fenómeno, são as geoformas cársicas de



Fig. 19. Ruínas de Conimbriga



Fig. 20. Vila Romana do Rabaçal





Fig. 21. Azeite Ouro do Sicó



Fig. 23. Queijo Rabaçal



Fig. 22. Criação de Cabras e Ovelhas



Fig. 24. Vinhos de Sicó

superfície, como dolinas e campos de lapiás, como são os casos do Campo de Lapiás do Casmilo e a Reculée do Casmilo.

Embora o maciço de Sicó seja uma região principalmente conhecida pelo seu património geológico e geomorfológico, o património hidrológico também desempenha um papel importante na definição do território e na configuração do ambiente local. Ainda que os cursos de água sejam reduzidos à superfície, a rede de circulação hídrica subterrânea é responsável pelas numerosas exurgências que existem ao longo do maciço de Sicó. Estas são a fonte de abastecimento da população para a agricultura e para a rede pública. Um exemplo destas exurgências são os Olhos de Agua de Ancos (fig.15), no Vale de Anços, em Pombal, considerada uma das mais importantes do maciço com cerca de 63m de profundidade.

No entanto, a litologia cársica do território, com a sua escassez de água à superfície, sempre representou um desafio e um fator determinante para o desenvolvimento biológico da região. A camada de solo reduzida levou a que apenas algumas espécies fossem capazes de se desenvolver. Entre elas, destaca-se o Carvalho-Cerquinho (fig.16), que é abundante em Sicó e constitui a maior mancha desta espécie na Europa, numa área entre Alvaiázere e Condeixa-a-Nova. Os vales do maciço também têm bosques primitivos ricos em zambujeiros (oliveiras selvagens), dando nome, aliás, a uma das localidades de Penela, o Zambujal.

Este território é também um testemunho da ocupação da civilização romana. Os romanos foram os primeiros a explorar e domesticar as oliveiras selvagens que encontraram, num solo e um clima idênticos aos do norte de Itália. Esta semelhança permitiu-lhes aplicar os seus conhecimentos e técnicas agrícolas, dando origem a uma cultura da oliveira e do azeite em Sicó que se mantém viva até aos dias de hoje. Isto, juntamente com os vestígios arqueológicos desta ocupação, como Conimbriga ou a Vila Romana do Rabaçal, reforçam esta ligação ao passado e tornam este território num museu ao ar livre de agricultura e paisagens culturais romanas.

Esta região é também de grande relevância na história de Portugal, pois foi aqui que se constituiu a principal linha de defesa contra as invasões muçulmanas durante a Reconquista Ibérica, que durou cerca de 800 anos, aproximadamente desde 718 e 1492. Durante cerca de 300 anos, Sicó era uma “terra de ninguém”, a fronteira entre mouros e cristãos, o que levou à necessidade de reforçar e ampliar as fortalezas existentes.





Neste contexto, foram contruídos muitos castelos e outras construções associadas ao sistema defensivo, que constituem hoje parte do património histórico da região e do país. Alguns exemplos são o do castelo da Lousã ,também conhecido por castelo de Arouce, a Torre-sineira de Miranda do Corvo, que é o único vestígio do antigo castelo, o castelo de Pombal, o castelo de Germanelo e o Castelo de Penela, no concelho de Penela, o Castelo de Soure, e o Castelo de Montemor-o-Velho.

A gastronomia rica em produtos tradicionais é também uma das principais forças da região e contribui para a sua economia. O Queijo Rabaçal, será um dos produtos que tem contribuído mais nesse sentido, e constitui já uma imagem de marca para a região. Além deste, existem outros produtos como é o caso do Mel de Sicó, o Vinho de Sicó e o Azeite de Sicó.

Cabras e Ovelhas são as espécies que constituem os rebanhos existentes na serra de Sicó, pastando a erva-de-santa-maria que dá um sabor característico ao queijo Rabaçal. Este gado está também presente nos principais pratos típicos da região, o cabrito e o borrego, seja no forno ou em caldeirada, muito procurados pelos que visitam a região em busca de sabores tradicionais.

As ervas aromáticas são abundante em toda a região, assim como os frutos secos, como a noz, que é homenageada todos os anos com uma grande feira e um feriado municipal, a 29 de setembro, no concelho de Penela. As passas de figo são um dos produtos mais recentemente implementados no território, mas já se tornaram populares. As passas de uva, derivada da tradição vitivinícola, acaba por ser um complemento desta atividade. O chicharo também regista uma grande importância e a sua cultura é celebrada todos os anos em Alvaiázere, com um festival dedicado a este produto. Por fim, também são de realçar os doces de compota, os licores, os enchidos e fumados, que completam uma lista rica em produtos endógenos da região de Sicó.



Fig. 25. Capa do livro *Inquérito à Habitação Rural*



Fig. 26. Capa do livro *Casas Portuguesas* de Raul Lino



Fig. 27. Capa dos livros *Arquitetura Popular em Portugal* (volume 1 e 2)

## Arquitetura Vernacular

A arquitetura vernacular, ou como é mais comum ser designada em Portugal, a arquitetura popular, é uma arquitetura sem arquiteto, criada pelo povo e para o povo, que nasce das necessidades práticas e tradições locais de uma determinada região e é condicionada por diversos fatores e circunstâncias como as condições climáticas, a geologia do lugar, a economia e a cultura dos locais onde esta é materializada. Além disso, estes fatores conferem à arquitetura vernacular uma enorme diversidade de formas, estilos e modos de construir desempenhando um papel crucial na definição da identidade das comunidades.

Por ser maioritariamente funcionalista, desempenhou também um papel importante na preservação das tradições culturais das comunidades rurais, pois eram muitas vezes construções multifuncionais que para além de serem habitação eram também espaços de trabalho e centros da vida comunitária. Dessa forma, as características arquitetónicas desses edifícios refletem hoje a cultura e a história dos locais onde se inserem.

Este modo de construir, historicamente associado a épocas de escassez e à agricultura de subsistência, tinha como base estratégias de adaptação ao meio ambiente e de racionalização dos recursos disponíveis no mesmo. Isto porque o bem-estar das comunidades dependia do equilíbrio com o meio ambiente que as envolvia.

É logo após o desvinculo da sociedade moderna deste modo de construir que se dá início aos paradigmas não sustentáveis da construção. Com o aparecimento da industrialização, a arquitetura vernacular começou a ser associada a um contexto de subdesenvolvimento relativamente aos materiais utilizados e ao modo de viver. Os novos materiais padronizados “(...) vieram homogeneizar os modos de construir e impulsionaram a disseminação de uma arquitetura de cariz universal, desarraigada do seu meio, muito dependente de energia e com um significativo consumo de recursos.” (Fernandes et al., 2016, p.2)

Por um lado, esta evolução tecnológica trouxe facilidades na área da produção e na diversidade de materiais transformando radicalmente a sociedade, no desenvolvimento de máquinas, na produção em massa e na urbanização. No entanto foram dados passos



Fig. 28. Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia do Casmilo



Fig. 29. Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia da Chanca

para trás relativamente à sustentabilidade. O consumo de carvão e outros combustíveis fósseis para alimentar máquinas a vapor resultaram em elevados níveis de poluição do ar e emissões de gases. A urbanização acelerada levou a degradação ambiental e perda de habitats naturais, com a exploração de recursos naturais em excesso, como minerais e água, para dar resposta à demanda industrial. Todos estes foram impactos negativos para a sustentabilidade do nosso modo de viver que ainda hoje representam um desafio importante e crucial para o equilíbrio entre a evolução tecnológica e industrial e a preservação do meio ambiente.

Logo após a revolução industrial, a arquitetura popular portuguesa começou a ganhar destaque em Portugal. Várias reflexões e discussões realizadas no século XX sobre a casa portuguesa e aquilo que melhor a caracterizava, resultaram numa diversidade de pesquisas onde as perspetivas aí apresentadas não conseguiam encontrar um consenso.

Dentro das ideias discutidas destacam-se três momentos de discussão e reflexão sobre a arquitetura popular em Portugal – o *Inquérito à Habitação Rural* promovido pela Universidade Técnica de Lisboa, o *Movimento da Casa Portuguesa* conduzido por Raul Lino e o *Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal* realizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitetos sob a presidência de Francisco Keil do Amaral.

O *Inquérito à Habitação Rural*, realizado sob a direção do professor Lima Basto, e com a colaboração de Henrique Barros, entre outros finalistas e recém-licenciados em agronomia, pretendia tornar visível aquilo que já se acreditava ser a realidade do meio rural em Portugal nos anos 30. Este inquérito tinha como principal objetivo analisar e documentar a realidade socioeconómica da população do meio rural e as condições precárias em que muitas das famílias agrícolas viviam, particularmente no que diz respeito às habitações.

Focado em cerca de 80 casos de estudo na zona Norte e o mesmo número de casos na zona sul, esta investigação não tinha como objetivo avaliar a arquitetura, as tipologias das habitações, a variedade das construções e materiais utilizados, mas sim focar-se apenas nas carências e necessidades básicas como a falta de higiene nas habitações, as condições de saneamento básico, o acesso à água potável e o tratamento de resíduos.

Segundo João Leal (2000), este inquérito foi aplicado em todo o país, dividindo-o em 11 províncias (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto Douro, Beira Litoral, Beira Alta, Beira Baixa, Estremadura, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve) onde





Fig. 30. Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia do Pombalinho



Fig. 31. Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia de Poios

foram selecionadas 20 localidades, uma de cada província, que melhor representassem o grupo-alvo, constituído por pequenos proprietários e trabalhadores agrícolas.

O Movimento da Casa Portuguesa desenvolve-se de maneira geral entre o final do século XIX e as décadas de 1940/1950. Segundo João Leal (2009), além do destaque de Raul Lino contou também com a participação de outras personagens de diversas áreas como Henrique das Neves (Militar) que terá sido o primeiro a falar da possibilidade de um “tipo português de habitação”, Rocha Peixoto (Antropólogo) que discordava por completo da existência de um só tipo de habitação que caracteriza-se a casa portuguesa devido ao vasto conhecimento que tinha sobre a diversidade do país e da arquitetura popular portuguesa, Joaquim Vasconcelos (historiador) e Abel Botelho (ensaísta) que partilhavam a mesma ideia e João Barreira (historiador) concordava com as ideias de Raul Lino, embora admite-se a existência de uma certa diversidade regional da Habitação em Portugal, considerava que essas diferenças não impossibilitavam a definição de características que surgiam em grande quantidade e que constituíssem unidade.

Genericamente esta discussão resulta num movimento baseado em duas grandes ideias: a existência de um tipo específico de habitação popular que seria caracteristicamente português e a oficialização de um formulário arquitetónico baseado nesse tipo de habitação e adequado às exigências da vida moderna. Numa época em que emergia uma arquitetura em Portugal considerada estrangeira, vem provocar a criação deste movimento muito vinculado a ideias nacionalistas, na procura do modelo de casa portuguesa.

Raul Lino, natural de Lisboa, era fascinado pelo Alentejo e por Marrocos e defendia que as características que melhor definiam a casa portuguesa eram de tipo mediterrâneo. Em primeiro lugar destacava o alpendre, depois a caiação a branco ou a cores, telha manual portuguesa e beiral, a chaminé, os azulejos, entre outras características.

Em resposta a este movimento surge Francisco Keil do Amaral, no final da década de 1940 apelando a uma iniciativa necessária de recolha e classificação dos elementos peculiares à arquitetura portuguesa nas diferentes regiões do país, consciente da importância dessa pesquisa para o desenvolvimento da arquitetura moderna em Portugal.

Nesse sentido, em meados da década de 1950 e até ao início da década de 1960, a cargo do Sindicato Nacional dos Arquitetos, juntamente com outros grandes nomes da arquitetura portuguesa da época como Fernando Távora e Nuno Teotónio Pereira, dão início ao Inquérito à Arquitetura Popular em Portugal.



Fig. 32. Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia da Granja



Fig. 33. Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia de Ariques



Segundo João Leal (2009), o próprio título do inquérito refletia sobre a preocupação em direcionar o foco na arquitetura popular em Portugal e não na arquitetura popular portuguesa. O adjetivo “portuguesa” usado no movimento “casa portuguesa” era visto como um sinónimo de unidade que este inquérito pretendia questionar. Em vez disso optaram por uma referência mais ampla a Portugal como um território onde se procurava destacar a diversidade.

Neste sentido, foram realizados uma série de trabalhos de campo, por equipas de arquitetos português, com o intuito de catalogar a arquitetura vernacular em Portugal, não para encontrar a casa mais portuguesa, mas com o objetivo de reunir todas as características que constituíam o quadro da arquitetura vernacular no território português. Foram criadas equipas de arquitetos, onde cada uma era responsável por documentar e fotografar uma região.

Ainda que a arquitetura vernacular em Sicó não tenha sido incluída nos estudos sobre a arquitetura popular portuguesa, esta representa um importante fator identitário. Sicó condiciona assim a sua arquitetura vernacular através de 3 características principais: um território montanhoso, um solo rochoso e a localização geográfica que lhe atribui um clima único.

Tem como material dominante nas suas construções a pedra calcária, esta que representa a sua principal identidade material e é possível encontrá-la na maioria das construções, juntamente com a madeira, seja nos elementos estruturais, nos revestimentos ou pavimentos e até mesmo nas escadas de acesso exterior. As paredes estruturais em pedra, com cerca de 50cm de espessura, eram por norma caiadas com reboco de cal branca que permitia, apenas com estes dois elementos, resolver o isolamento térmico das casas. No caso das eiras e casas das eiras deixavam a pedra aparente. As paredes interiores não estruturais que separavam os espaços da casa eram por norma em tabique. Os telhados eram de duas ou quatro águas, a estrutura em madeira, revestidos com telha de aba e canudo ou só canudo. O pavimento interior era em soalho de madeira e o exterior em pedra calcária local. Os vãos das casas eram abertos por estrita necessidade e por norma de dimensão reduzida para não prejudicar a temperatura controlada no interior pelas lareiras.

As casas em Sicó eram erguidas maioritariamente com um ou dois pisos. Nos casos em que eram dois pisos, o piso inferior destinava-se a arrumos e para o abrigo de ani-



## CONTEXTO

mais e o piso superior para habitação. O acesso ao piso superior era feito pelo exterior através de umas escadas em pedra calcária. Era também comum existir um patamar de grande dimensão na entrada da casa que servia também para o armazenamento de águas pluviais.

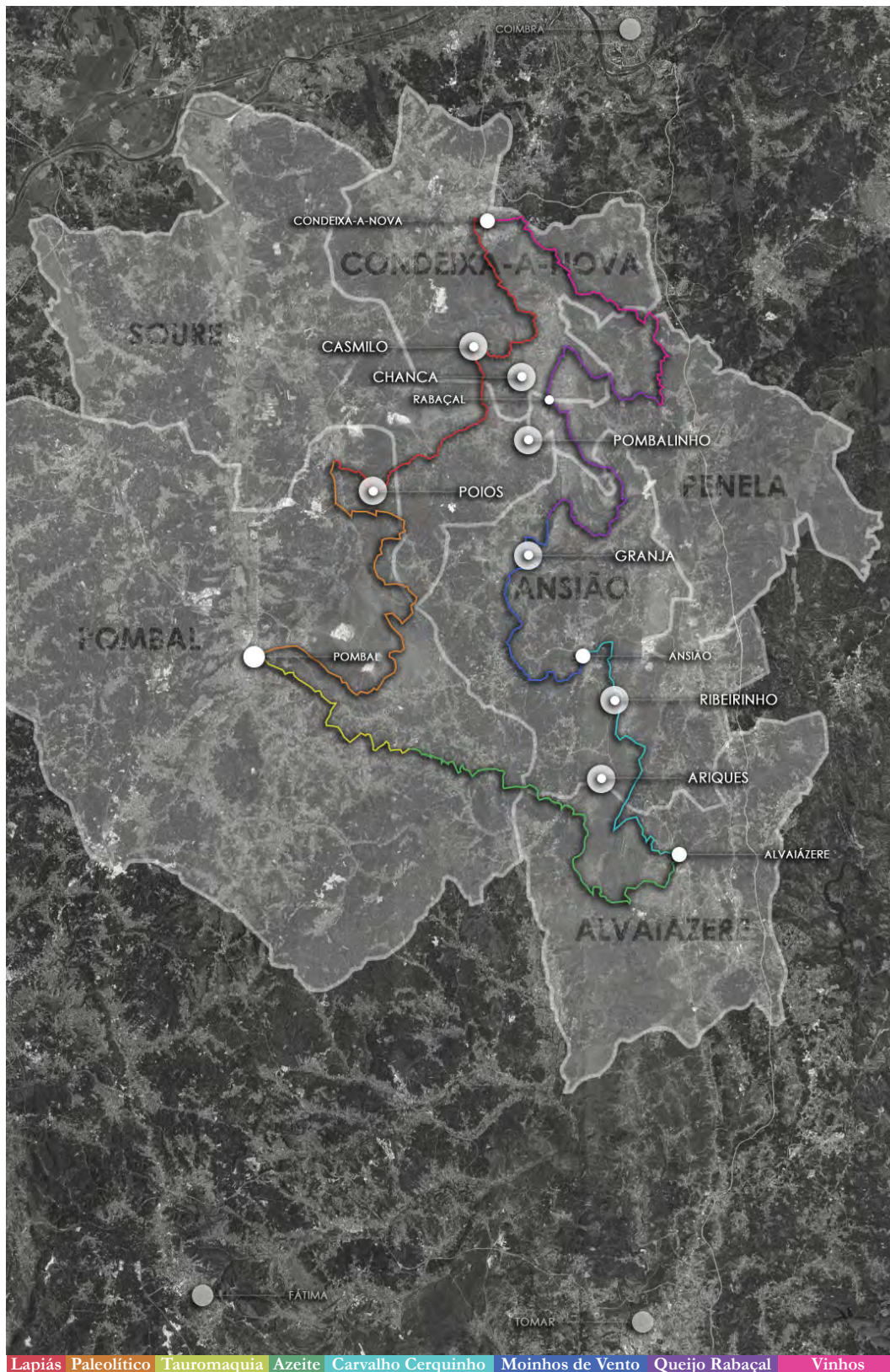


Fig. 34. Vista satélite da Grande Rota 26 com as pequenas rotas que nela integram

## Percursos Pedestres e Rotas de Peregrinação

A região de Sicó tem uma diversificada oferta de percursos pedestres, rotas de peregrinação e desportos de natureza, compostos por atividades como BTT, escalada, geocaching, rapel, parapente, entre outras.

Os percursos pedestres são maioritariamente circulares e têm temáticas específicas. A maioria é de curta distância e constam no Guia QUERCUS (Associação Nacional de Conservação da Natureza).

É de destacar a Grande Rota 26, um percurso circular com cerca de 190 km que atravessa as serras de Condeixa, Sicó e Alvaiázere, e que se cruza com diversos pontos de interesse patrimonial. Esta rota subdivide-se em 8 Rotas alusivas a produtos e tradições locais pelos quais cada uma delas se faz atravessar:

- a) Rota das Lapiás.
- b) Rota da tauromaquia.
- c) Rota do Azeite.
- d) Rota do Carvalho-Cerquinho
- e) Rota dos Moinhos de Vento.
- f) Rota do Queijo Rabaçal.
- g) Rota do Paleolítico.
- h) Rota dos Vinhos Terras de Sicó

Cada uma destas rotas proporciona uma experiência única, explorando e promovendo os recursos culturais e naturais da região de Sicó. Iniciativas desta natureza contribuem para a diversificação da atratividade da região, tornando-a atrativa para diferentes públicos.

Por último e mais importante para os objetivos deste trabalho, são as rotas de peregrinação. As terras de Sicó são atravessadas por 4 rotas de peregrinação: o Caminho de Santiago, o Caminho de Fátima, o Caminho do Centenário e a Rota Carmelita. O Caminho do Centenário, que percorre os concelhos de Condeixa-a-Nova, Soure e Pombal, por essa ordem, não será alvo de análise visto que se encontra muito distante das aldeias da RAC, que são o objetivo específico deste trabalho. Os restantes caminhos percorrem os concelhos de Condeixa-a-Nova, Penela, Ansião e Alvaiázere, percorrendo as terras



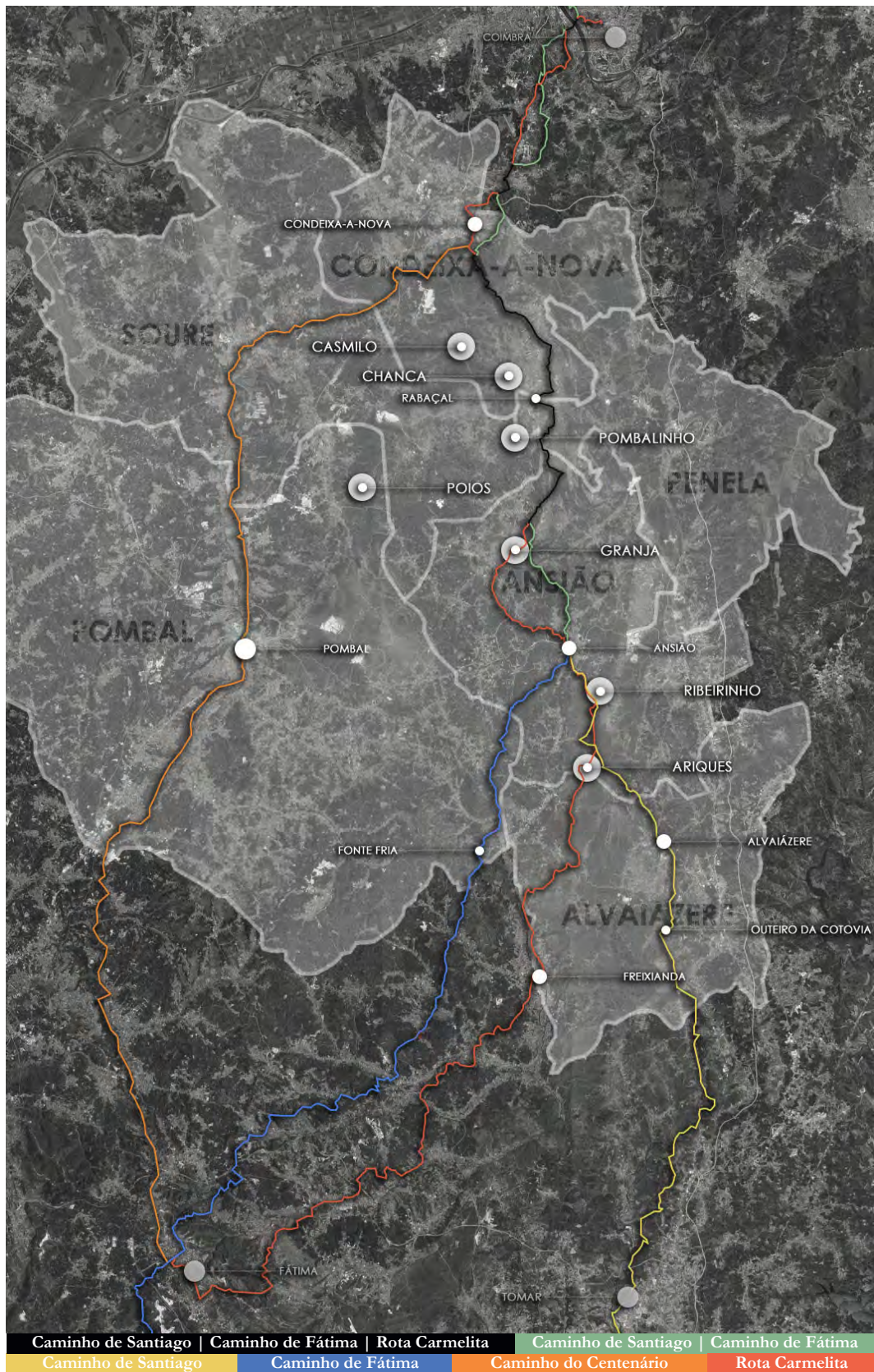


Fig. 35. vista satélite das Rotas de Peregrinação que atravessam as terras de Sicó

de Sicó de norte a sul e passam muito perto da maioria das aldeias da RAC, chegando mesmo a atravessar as aldeias da Granja, do Ribeirinho e de Ariques.

Entre Coimbra e Ansião, o Caminho de Santiago e o Caminho de Fátima coincidem, embora seguindo sentidos opostos. A Rota Carmelita segue paralela a estes dois Caminhos, cruzando-se com os mesmos em alguns pontos e partilhando o mesmo percurso em alguns momentos. A sul de Ansião, os três caminhos seguem percursos diferentes. O Caminho de Fátima e a Rota Carmelita em direção a Fátima e o caminho de Santiago vindo de Tomar.

Estas rotas passam por uma rica biodiversidade oferecida pela serra de Sicó, oferecendo aos peregrinos a oportunidade de experienciar os diversos ambientes que compõem o património natural da região. Além disso, o território também é rico em património cultural e religioso que em muitos momentos se encontra ao longo destas rotas e que enriquecem a experiência do peregrino.





## **Peregrinação: Potencial transformador em territórios por desenvolver**

A presente dissertação insere-se numa estratégia realizada em grupo, coordenada pelo colega de turma João Pereira (2022), baseada numa visão de Sicó como Cidade-Região e intitulada Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência.

Esta estratégia tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado das aldeias das terras de Sicó, através da valorização do património cultural e natural, das pessoas e dos seus saberes. Com esse propósito, como sugere o seu nome, a estratégia é sustentada por três pilares fundamentais de caracterização do conjunto de aldeias da RAC: transformá-las em polos de multifuncionalidade, torná-las em aglutinadores sociais e em centros de saber e experiência. Para isso, a estratégia determina eixos de intervenção que são desenvolvidos em Plano de Ação, para cada aldeia, e considera necessária a criação de sinergias e de promover a multifuncionalidade entre outros núcleos da região, fomentando a colaboração e cooperação entre as comunidades. Além disso, defende também a necessidade de repensar o espaço público e reforçar o associativismo para contribuir para a coesão social.

Com o cumprimento dos objetivos da estratégia, pretende-se a melhoria do bem-estar da população, considerando a valorização do património cultural e natural como um motor da revitalização do território. Por último, com o desenvolvimento do turismo de forma responsável, proporcionando experiências únicas que beneficiem tanto as aldeias quanto os visitantes, pretende-se reforçar a economia local e reforçar a integração territorial do maciço de Sicó.

Neste sentido, esta dissertação dá resposta a alguns dos eixos de intervenção referidos, tendo sempre em conta que é pensada em rede e, por isso, juntamente com as propostas de todos os colegas que integram o grupo de trabalho, ou seja, não é uma só solução que dá resposta ao problema, mas sim uma rede de soluções que contribuem para o mesmo objetivo.

Posto isto, esta dissertação apresenta o fenómeno da peregrinação e defende o seu potencial para contribuir para o desenvolvimento de territórios marginalizados, com

Ano	Nº de Peregrinos	% Crescimento	
2003	3.297		
2004	15.024	355%	Ano Santo
2005	5.420	-64%	
2006	6.472	19%	
2007	8.042	24%	
2008	9.573	19%	
2009	11.953	25%	
2010	33.140	177%	Ano Santo
2011	21.819	-34%	
2012	25.068	15%	
2013	28.804	15%	
2014	34.715	21%	
2015	41.664	20%	
2016	49.538	19%	
2017	59.233	20%	
2018	67.822	15%	
2019	72.355	7%	
2020	10.252	-86%	
2021	34.248	234%	Ano Santo
2022	93.195	172%	
2023	88.717	-5%	

Fig. 36. Tabela de estatísticas de adesão de peregrinos ao Caminho Português Central

base na sua aptidão para os configurar como aglutinadores sociais e no reforço do seu sistema económico. De facto, esta atividade tem vindo a crescer exponencialmente nas últimas décadas em Portugal e poderá ter resultados bastante positivos para o objetivo da estratégia aqui defendida.

Através de estatísticas disponíveis no site oficial Oficina de Acogida al Peregrino, responsável pela receção e ajuda ao peregrino nos caminhos de Santiago de Compostela, foi possível concluir que o Caminho Português Central e o Caminho Português da Costa são o segundo e terceiro itinerários mais percorridos pelos peregrinos, logo a seguir ao Caminho Francês. Com estas estatísticas, foi também possível entender a velocidade do crescimento das peregrinações a Santiago de Compostela e tirar também algumas conclusões acerca da dimensão que poderá vir a tomar.

Nos últimos 20 anos o aumento da procura pela peregrinação a Santiago de Compostela tem sido constante, assim como os Anos Santos (2004, 2010, 2021) representarem sempre um aumento significativo de peregrinos em relação aos restantes anos.

Como é possível verificar no gráfico da fig.36, disponível no site Oficina de Acogida al Peregrino, a adesão ao Caminho Português Central de Santiago tem crescido a um ritmo significativo. Os dados relativos aos Anos Santos evidenciam a significativa influência da motivação religiosa nas peregrinações a Santiago de Compostela. Nos últimos 20 anos ocorreram três Anos Santos. Em 2004, que gerou um notável aumento de 355% em comparação a 2003. O Ano Santo de 2010 apresentou um crescimento de 177% em comparação a 2009. Mesmo durante a pandemia COVID-19, o último Ano Santo em 2021 registou um aumento de 234% relativamente a 2020, que foi um período marcado pelos isolamentos resultantes da pandemia e causaram uma queda de 86% em comparação ao ano de 2019. A análise anual da adesão à peregrinação a Santiago Compostela revela um crescimento consistente mesmo sem considerar os extraordinários Anos Santos. Entre 2005 e 2009 a média anual de crescimento foi de 22%. Posteriormente entre 2012 e 2019, a média anual de crescimento manteve-se positiva, atingindo um crescimento de 17%.

A aplicação da última média de crescimento observada antes de um Ano Santo aos próximos quatro anos permite estimar que, caso o ritmo de crescimento se mantenha numa média de 17% por ano, a adesão ao Caminho Português Central atingirá aproximadamente 150 000 peregrinos em 2026, um ano antes do próximo Ano Santo, programado para 2027. Esta projeção sugere um aumento contínuo do número de pere-

2023

Número Peregrinos por Año e Camino

Camino ● Francés ● Portugués ● Portugués Costa

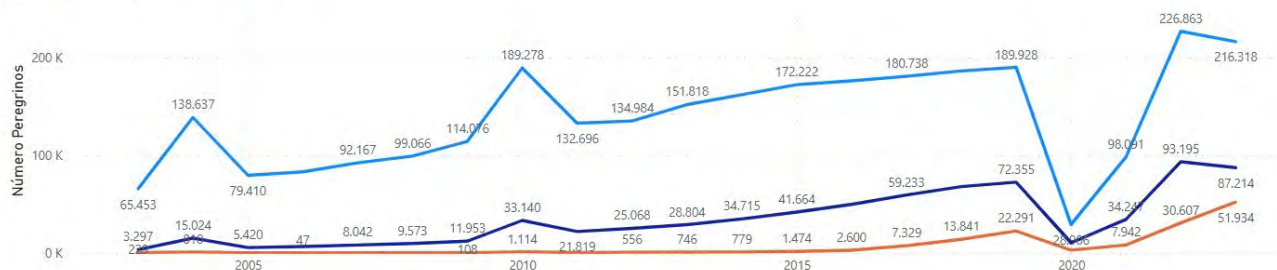


Fig. 37. Gráfico do numero de peregrinos por ano e por Caminho (Francés, Portugués Central, Portugués da Costa)

2023

Número Peregrinos por Mes e Camino

Camino ● Francés ● Portugués ● Portugués Costa

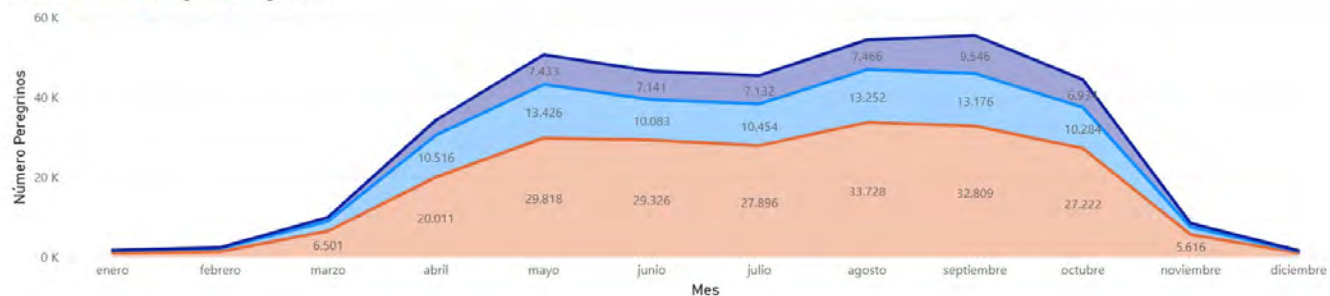


Fig. 38. Gráfico do numero de peregrinos por mês e por Caminho em 2023 (Francés, Portugués Central, Portugués da Costa)

grinos a percorrer o Caminho Português Central, destacando a importância de preparar e fortalecer a infraestrutura e os serviços diretamente relacionados à peregrinação de modo a capacitar o Caminho de acordo com o aumento previsto.

É também merecedor de nota o impacto negativo da pandemia COVID-19 nesta atividade, provocando uma quebra radical devido aos confinamentos e consequentes encerramentos dos principais equipamentos de apoio à peregrinação. Porém, é de salientar a rápida recuperação no período pós-pandemia, com um crescimento do número de peregrinos em 2022 em relação a 2019. A rápida recuperação demonstra que esta pandemia gerou também um impacto positivo, uma mudança na forma como procuramos passar o nosso tempo livre. Muitas pessoas passaram a procurar mais espaços ao ar livre e o contacto com a natureza, como forma de aliviar o stress e a ansiedade causados pelo isolamento social e pelas restrições impostas pela pandemia. A procura por ambientes naturais e atividades ao ar livre aumentou, uma vez que oferecem uma sensação de tranquilidade e oportunidade de manter o distanciamento físico, o que para muitas pessoas passou a ser uma preocupação constante.

A temática dos Caminhos de Santiago tornou-se assim uma atração turística, sobretudo no âmbito do turismo religioso, e veio despertar o interesse das Autarquias que nela descobriram uma fonte de lucros e desenvolvimento local.

Exemplo disso foi um protocolo assinado em Vila Pouca de Aguiar, a 7 de abril de 2011, numa exposição sobre os caminhos jacobeus. Este foi assinado pelos oito Municípios atravessados pelo Caminho de Santiago do Interior: Viseu, Castro Daire, Lamego; Peso da Régua, Santa Marta de Penaguião, Vila Real, Vila Pouca de Aguiar e Chaves. O Protocolo visa criar um produto de turismo cultural e de peregrinação que promova os valores culturais e naturais dos locais por onde o caminho passa. Uma iniciativa que reflete a crescente sinergia entre a peregrinação e o desenvolvimento local e o interesse das autarquias em tirar proveito do crescimento desta atividade.

No sentido de melhorar as condições dos caminhos portugueses de Santiago, em 2019, foi criado um projeto transfronteiriço designado “Facendo Caminho”. Este projeto financiado através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) contou com a colaboração da entidade de Turismo Porto e Norte, a Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN), a Agência de Turismo de Galícia e a Agência de cooperação Transfronteira Norte de Portugal – Galiza.



Segundo a Direção Regional de Cultura do Norte, o principal objetivo deste projeto era consolidar as rotas do caminho português Santiago na Euroregião Galiza-Norte de Portugal valorizando o património cultural e natural a este associado e gerando turismo e atividades económicas que contribuíssem para o desenvolvimento deste território. Neste sentido, segundo Magalhães (2023) não só foram melhoradas as infraestruturas de sinalização, como também foram criadas iniciativas de promoção e estudos<sup>5</sup> para compreender o impacto dos Caminhos de Santiago de Compostela no território de Portugal e Galiza.

No caso das peregrinações a Fátima, praticadas há menos tempo do que as peregrinações a Santiago, é possível verificar a diferença de evolução da relação que as comunidades têm com os caminhos e com os peregrinos, refletindo-se nas condições dos percursos e na sua segurança, bem como na oferta de alojamento direcionado à atividade. A realidade do mundo rural mencionada é visível na região de Sicó, em que a maioria das aldeias é composta apenas por habitação e sem quaisquer vestígios de atividade social, comércio ou espaços comunitários. Na grande maioria é possível encontrar opções de alojamento temporário como o Alojamento local, que pode ser uma alternativa para os peregrinos. No entanto esta opção não é a mais indicada para este tipo de atividade pois torna a viagem mais dispendiosa e pouco interativa com a comunidade local.

Com o aumento do fluxo de peregrinos que caminham em direção a Fátima, tornou-se preocupante a tendência dos grupos organizados de peregrinos em optar por percorrer estradas nacionais, incluindo Itinerários Complementares e Principais. Na verdade, não se trata de uma escolha, pois é baseada numa tradição, uma vez que os peregrinos têm seguido essas estradas desde o início das peregrinações a Fátima. Porém, com o desenvolvimento do país, essas estradas transformaram-se em vias de grande movimento rodoviário e não oferecem segurança aos caminhantes.

Em concordância com o Centro Nacional de Cultura, defende-se com esta dissertação que esta opção de percursos vai contra o objetivo da peregrinação de acordo com o qual “os caminhos procuram contribuir para uma verdadeira ‘espiritualidade’, em ligação com a natureza e as vivências religiosas e culturais” CNC (2018, p.1). Os caminhos a percorrer

---

5 Os resultados deste projeto foram apresentados no início de 2023 em Vigo, uma das cidades espanholas atravessadas pelo caminho português da costa, por Luís Pedro Martins, presidente do Turismo do Porto e Norte, que realçou a participação de cerca de 125 mil pessoas a percorrerem os caminhos da costa e central no ano de 2022, gerando um volume de receitas estimado em 16 milhões de euros.





devem levar em conta a segurança dos peregrinos desviando-os das vias rodoviárias que, para além dos perigos, diminuem a conexão espiritual e a experiência coletiva da peregrinação. O barulho constante de veículos, a falta de contato com a natureza e a ausência de momentos de tranquilidade, facilmente o tornam mais stressante, contribuindo para o aumento do nível de dificuldade do percurso.

Isto reforça a necessidade de uma constante divulgação dos percursos alternativos existentes no território, bem como a devida divulgação das vantagens e dos recursos que oferecem, seja relacionado com segurança ou com produtos locais e lugares de interesse turístico que atraiam os peregrinos e os afaste das vias rodoviárias.

Com o objetivo de criar condições mais seguras e aprazíveis para os peregrinos, foi criada em 2016 a Associação dos Caminhos de Fátima (ACF), uma associação de direito privado sem fins lucrativos que nasceu da cooperação entre o Centro Nacional de Cultura, o Turismo de Portugal, 14 municípios atravessados<sup>6</sup> e as respetivas entidades regionais de Turismo. A ACF é financiada pelo FEDER através do Portugal 2020, um acordo estabelecido entre Portugal e a União Europeia.

Com a criação desta associação surgiram em 2017 duas novas rotas que com intuito de fornecer melhores e mais seguras condições aos peregrinos. Um deles foi o Caminho do Centenário que une Vila Nova de Gaia e Fátima e veio substituir um percurso que até então era feito em grande parte através do IC. Este novo percurso percorre cerca 212km entre os municípios mencionados anteriormente, e o seu nome surge pela celebração dos 100 anos das aparições em Fátima. Concomitantemente foi também implementada a Rota Carmelita, que percorre cerca de 111 km partindo de Coimbra e atravessando Condeixa-a-Nova, Penela, Ansião, Alvaiázere e Ourém. Um percurso que leva o peregrino a descobrir o territórios “(...) A fauna e a flora, as serranias e os cursos de água atravessados, que oferecem ao longo do percurso ambientes de grande riqueza natural.” Caminhos de Fátima (2023)

Neste contexto, não pode deixar de ser referido o Caminho de Fátima, que já existia antes da criação da ACF e dos percursos criados pela mesma. O Caminho de Fátima é um caminho que une Fátima a Santiago de Compostela e é conhecido pelo facto de poder ser percorrido nos dois sentidos. Este percurso era preservado pela Associação

---

<sup>6</sup> Os municípios em causa são Vila Nova de Gaia, Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha, Águeda, Anadia, Mealhada, Coimbra, Condeixa a Nova, Soure, Pombal, Leiria e Ourém.



de Amigos dos Caminhos de Fátima (AACF), também de direito privado sem fins lucrativos, que se encarregava de fazer a manutenção da sinalética e estava envolvida em serviços de apoio ao peregrino. No entanto, a criação de novas rotas de peregrinação que percorrem o território paralelamente ao Caminho de Fátima gerou descontentamento por parte da AACF, que sentiu que tanto o caminho quanto os serviços e agentes associados a ele foram negligenciados e abandonados.

Pouco tempo depois, a AACF deixou de exercer as suas funções, deixando apenas um site ativo com a explicação do que, na sua opinião, era o problema. O site incluía ainda uma extensão do Google Maps onde era possível obter uma noção geográfica da relação entre os novos percursos e o antigo, e onde procurava evidenciar interesses políticos nos desvios que compõem a atual rota Carmelita.

De facto, durante a peregrinação realizada foi possível testemunhar os ambientes dos dois percursos e juntamente com análises feitas através do Google Earth, foi possível entender que, na região de Sicó, a Rota Carmelita percorre mais ambientes rodoviários e de maior movimentação comparativamente com o Caminho de Fátima que atravessa a natureza na grande maioria do percurso, longe das estradas, atravessando lugares menos populosos, semelhantes às aldeias da RAC apresentadas nesta dissertação.

Do ponto de vista do desenvolvimento regional, a criação de novas rotas de peregrinação pela ACF é uma abordagem compreensível. Essas têm o potencial de gerar desenvolvimento socioeconómico, ao promover o turismo e a atividade económica no território que atravessa. Enquadra, inclusivamente, o objetivo da estratégia a desenvolver nesta dissertação. No entanto, também é importante valorizar os caminhos já existentes, quando localizados nos ambientes certos, preservá-los enquanto elementos culturais importantes que integram um fenómeno que transcende os objetivos socioeconómicos da região.

Por isso, a redefinição de percursos deve ser realizada de maneira parcial, quando necessária, e não na sua totalidade, garantindo a preservação dos caminhos já existentes.

As intervenções na peregrinação poderão ser mais pertinentes na criação de serviços básicos de apoio a esta atividade, como a criação de alojamento direcionado ao



peregrino, o incentivo a novos comércios locais, serviços de cuidados médicos, espaços de repouso e manutenção dos percursos existentes. Desta forma, além de garantir as condições ideais para o bom funcionamento da peregrinação, promove-se a preservação de caminhos tradicionais, gera-se empregabilidade em núcleos urbanos de menor densidade populacional e, com base em modelos de desenvolvimento integrado, interpretam-se novas formas de dinamizar a relação entre os peregrinos e a comunidade local, proporcionando uma experiência enriquecedora para os visitantes e incluindo-os na revitalização e rejuvenescimento das dinâmicas socioeconômicas dos lugares que os caminhos os levam a atravessar.

Assim, tendo as terras de Sicó como objeto, ao direcionar as atenções para os peregrinos, considerados atores de sensibilização pelos valores dos territórios que atravessam, são considerados nesta investigação como um dos públicos-alvo para a prática de um turismo responsável.

A estratégia a desenvolver parte do princípio de que a melhoria das condições para a peregrinação pode trazer benefícios diversos para o território em causa. Nomeadamente, a valorização dos patrimónios histórico, cultural e natural, o enaltecimento das produções locais e reforçar, por essa via, a autoestima dos seus habitantes, a relação entre peregrinos e habitantes locais, usufruindo dos usos e costumes que estas comunidades preservam, permitindo a troca de conhecimento.

Além disso, como turista, o peregrino leva consigo essas experiências, e ao voltar às suas origens irá inevitavelmente partilhá-las e expor este território além das suas fronteiras.



## Relatos de uma jornada

Com o intuito de enriquecer o conhecimento acerca da experiência de peregrinar e conhecer a situação atual dos percursos de peregrinação existentes neste território foi realizada uma viagem de peregrinação pelo autor entre os dias 7 e 10 de setembro de 2021 pelo Caminho de Fátima e Rota Carmelita.

A viagem inicia-se em Coimbra, no Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, e termina no Santuário de Fátima. Com a viagem procurou-se fazer um balanço dos ambientes que os caminhos atravessam, o estado de preservação dos percursos quando inseridos na natureza e os apoios e pontos de interesse presentes ao longo do percurso, de forma a julgar com espírito crítico e construtivo as necessidades que possam existir. Desse modo, pretendia-se identificar alguns locais apropriados para aplicar apoios que fazem parte da estratégia defendida com este trabalho.

Os seguintes subcapítulos são escritos em formato de diário de viagem, abordando tanto o percurso realizado quanto os percursos que seguem paralelo a este.

### 1ª etapa: Coimbra > Rabaçal – 27km

Comecei a caminhar em Coimbra, pelo percurso composto pelas três vertentes de peregrinação mencionadas anteriormente, tendo sempre em conta que o Caminho de Santiago é no sentido oposto.

O começo desta experiência de peregrinação não podia ter começado de forma mais impactante: ainda em Coimbra, quando atravessava a ponte de Santa Clara (07:00h), começou a chover intensamente o que me obrigou a parar. Quando acalmou, voltei a caminhar, já perto do convento de São Francisco, onde os caminhos se separavam: o Caminho de Fátima seguia pelo mosteiro de Santa Clara-a-Nova em direção a Santa Clara. A Rota Carmelita seguia pelo **Vale do Inferno**, pela qual eu segui.

Depressa a chuva voltou e foi no fim da ladeira do Vale do Inferno que encontrei o primeiro local que me despertou interesse para uma possível intervenção: uma ruína de uma pequena casa (figura 43) que devido às condições climáticas do momento não pude deixar de identificá-lo como indicado para um espaço de abrigo, pelo facto de não existir nada no local para me abrigar da chuva.

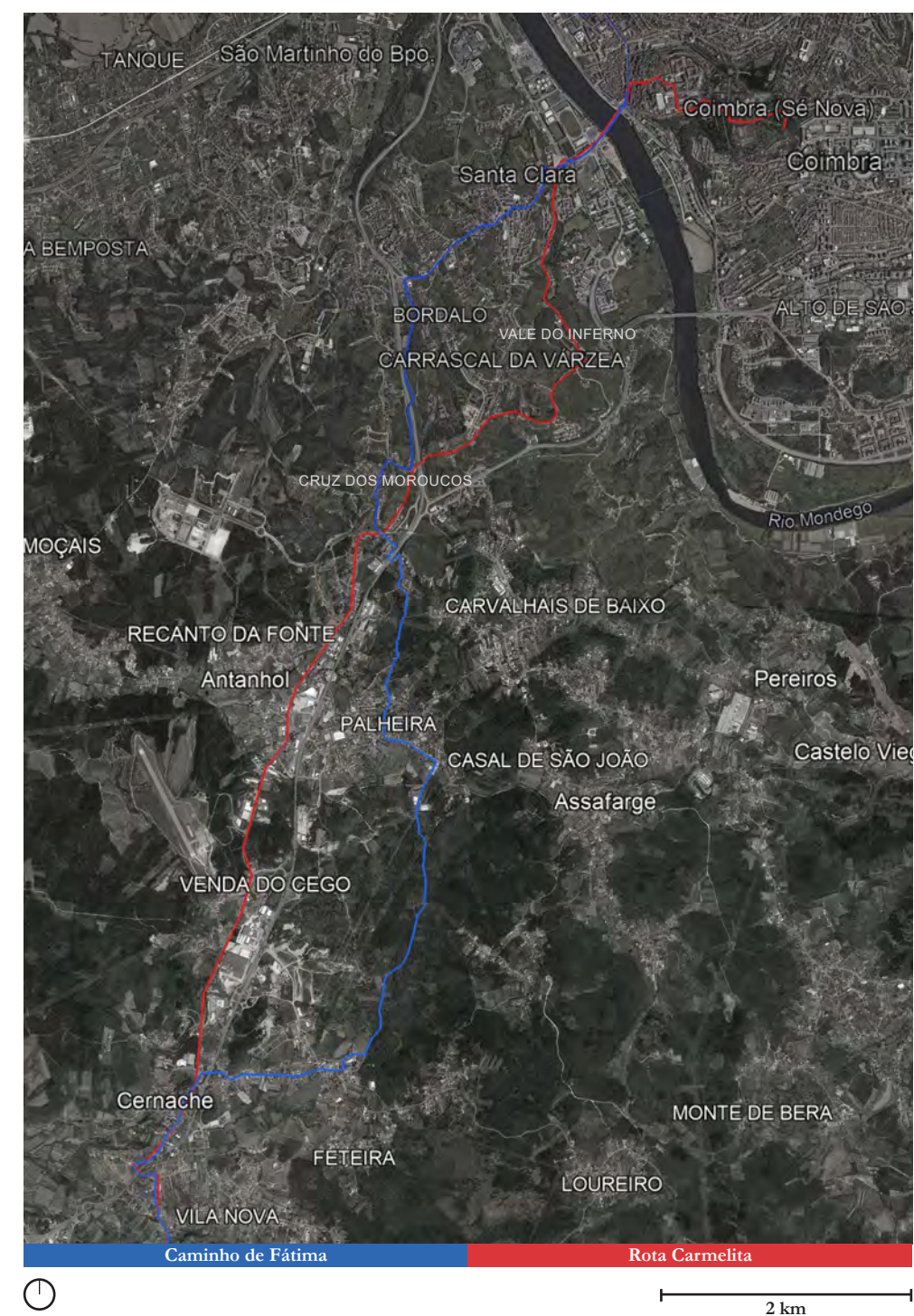


Fig. 39. Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmelita entre Coimbra e Cernache





Fig. 40. Sinalização do caminho no chão perto da Sé Velha de Coimbra



Fig. 42. Ruína de uma casa no Vale do Inferno



Fig. 43. Parque dos Silvais em Condeixa-a-Nova



Fig. 45. Marco informativo de serviços existentes em Condeixa-a-Nova



Fig. 47. Marco de 96 km de distancia do Santuário em Eira Pedrinha



Fig. 41. Ponte de Santa Clara



Fig. 44. Museu P.O.R.O.S em Condeixa-a-Nova



Fig. 46. Sé Velha de Coimbra



Fig. 48. Ruínas de Conímbriga



Fig. 49. Ruínas de Conímbriga



A chuva durou cerca de 1h e foi o tempo que demorei a percorrer cerca de 5 km até **Cruz dos Moroucos**, local onde o Caminho de Fátima e a Rota Carmelita se cruzaram de novo. Sempre por via rodoviária, como é possível verificar na figura 40, a Rota Carmelita seguia em direção à zona industrial de **Antanho**, por uma estrada principal nada apelativa para caminhar. Ainda assim, sempre bem sinalizada. O caminho de Fátima seguia em direção a **Palheira** por caminhos rurais, atravessando lugares modestos e pouco movimentados, onde a circulação de veículos era reduzida. A partir daí o caminho seguiu sempre rodeado por natureza até chegar a **Cernache**, onde se uniu à Rota Carmelita e coincidiram durante 2,5km, atravessando a freguesia de Cernache até se separarem de novo em **Orelhudo**, onde se encontra a fronteira entre os municípios de Coimbra e Condeixa-a-Nova, o primeiro município pertencente às terras de Sicó. Aqui a Rota Carmelita seguia em direção a **Condeixa-a-Nova** e atravessava toda a vila, o que permite ao peregrino abastecer-se de alimentos, se necessário, cruzar-se com uma farmácia, passar pelo Parque dos Silvais (figura 44), pelo museu PO.R.O.S (figura 45) e seguir em direção a **Condeixa-a-Velha**. Já o caminho de Fátima seguia novamente evitando as grandes áreas urbanas, pela periferia da vila, maioritariamente pelos campos em direção a **Atadoa, Valada**, até chegar a Conímbriga, onde os caminhos voltaram a unir-se, agora por uma distância maior: cerca de 15.5km.

Em **Conímbriga**, o percurso passava ao lado das ruínas (figura 49 e 50), permitindo ao peregrino visitar o local sem se desviar do seu percurso normal. Daqui em diante, a viagem foi mais solitária, mas não menos agradável. Rodeado apenas pela natureza, o percurso seguiu em direção à mata da Bufarda, composta por uma diversidade de fauna e flora que embora atualmente estejam ameaçados e empobrecidos, é ainda uma das maiores manchas florestais da região de Sicó e um privilégio para os peregrinos que a atravessam.

A cascata do rio de Mouros, a apenas a 1km de Conímbriga, parecia muito agradável de ver com água pelas fotografias ilustradas nos painéis informativos (figura 52) que se encontravam pertos das ruínas de Conímbriga, porém na data em que passei estava seca, pois o rio dos Mouros é, na verdade, uma ribeira de caráter sazonal e passa a grande maioria do ano seco, tendo água apenas em épocas de muita chuva

Cerca de 2 km depois da cascata, quando caminhava ao lado de um vale, surgiu a ideia de um miradouro que possibilitasse avançar sobre o vale e disfrutar de uma vista privilegiada. Este, acompanhado de um espaço de repouso, deu origem ao primeiro local

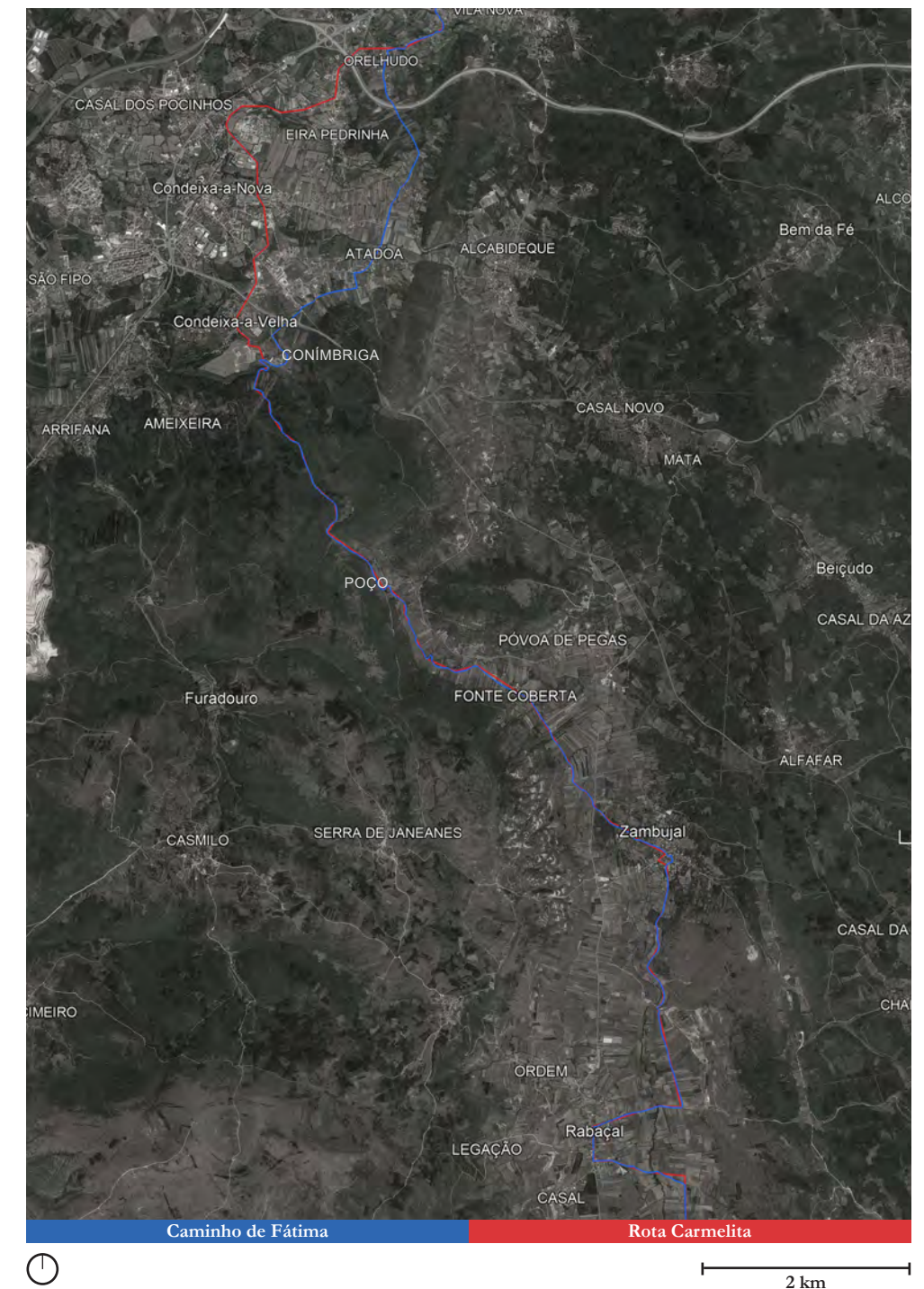


Fig. 50. Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmelita entre Condeixa-a-Nova e Rabaçal





Fig. 51. Painel Informativo da Rota Carmelita acerca do Canhão Fluviocársico do Rio de Mours



Fig. 53. Placas de indicação da Grande Rota 26 e da PR2 - Rota do Sicó

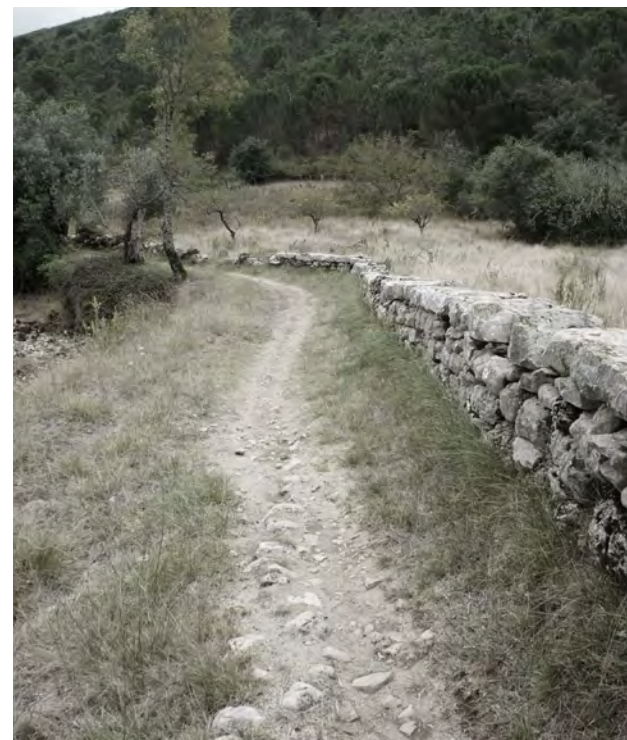


Fig. 54. Muros de pedra seca ao longo do Caminho



Fig. 56. Local de interesse para intervenção de apoio à peregrinação



Fig. 52. Marco de indicação do Caminho de Santiago e da Rota Carmelita



Fig. 55. Parque de merendas no Lugar de Poço



Fig. 57. Albergue de peregrinos "O bonito" no Rabaçal



(figura 57) a identificar como “espaço do peregrino” no âmbito da estratégia proposta com este trabalho.

O leito do rio dos Mouros, embora seco, acompanha-nos pelo caminho até chegarmos a Poço, 2 km adiante, onde encontrei uma humilde capela acompanhada de umas mesas em pedra (figura 56) onde aproveitei para descansar uns minutos antes de fazer os últimos 6.6km do dia.

Passei ainda pela aldeia de **Fonte Coberta** onde existia um refúgio equipado com tendas para os peregrinos, chamado refugio das Cabaças, e pela aldeia de **Zambujal** onde existia um alojamento local, a Casa das Raposas. Por fim no **Rabaçal**, depois de uma primeira etapa de 27 km, onde pernoitei no albergue de peregrinos “O Bonito” (figura 58), de que já tinha conhecimento e para o qual tinha ligado para saber se estava aberto. Este albergue tinha 1 quarto grande com 7 beliches e 2 quartos mais pequenos com 2 e 3 camas. O albergue estava equipado com uma cozinha e tinha uma piscina no exterior, sendo estes os únicos locais de convívios privados do albergue. O albergue era um anexo do café “O bonito” que dava apoio ao mesmo onde servia refeições e vendia produtos locais como queijo, chouriço, azeite e vinho.

O Rabaçal foi o único sítio onde encontrei peregrinos, e só no albergue. Neste albergue conheci dois peregrinos, um holandês e um espanhol, que vinham a caminhar desde Lisboa e Fátima, respetivamente, e seguiam para Santiago, ou seja, caminhavam no sentido oposto ao meu.

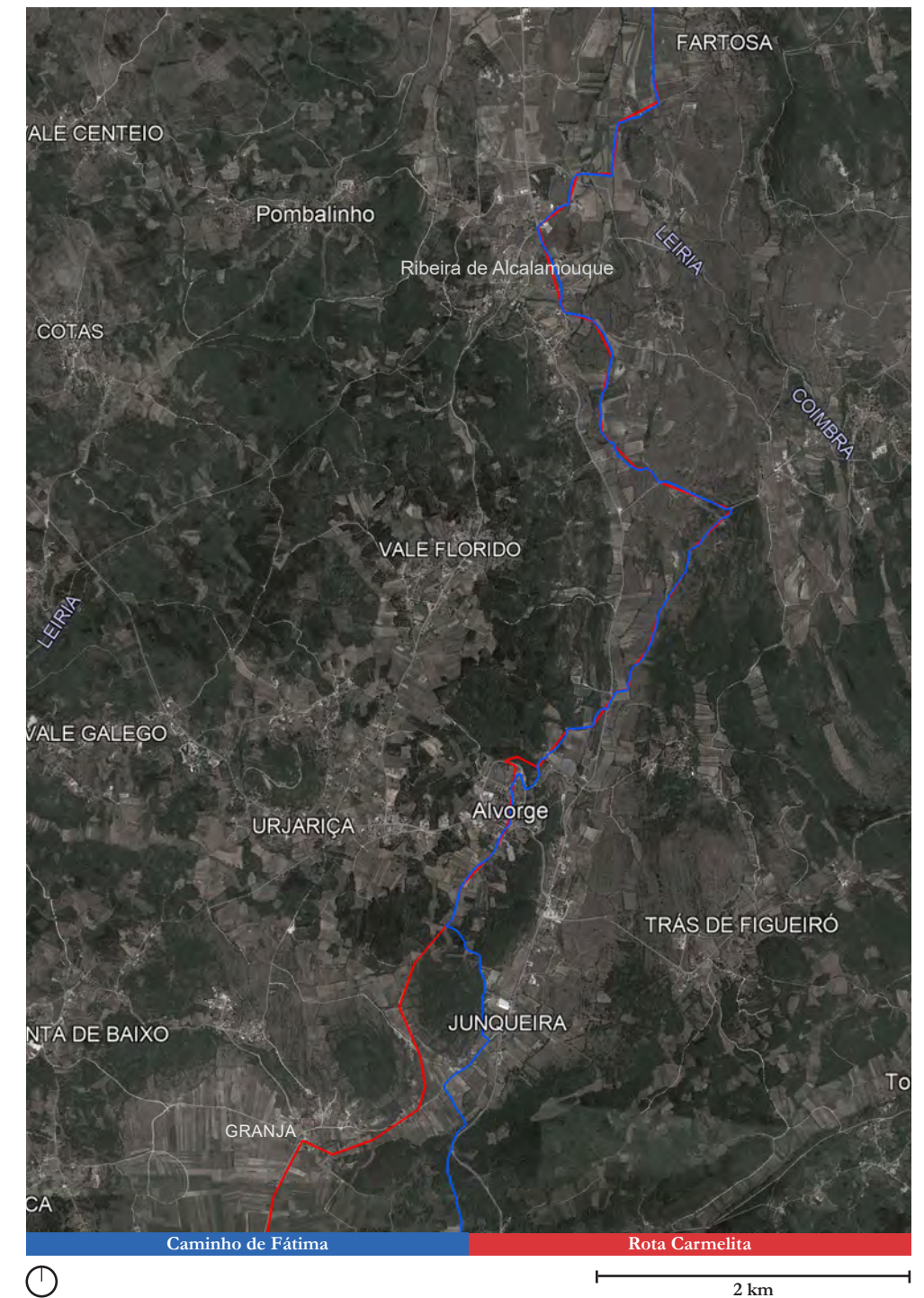


Fig. 58. Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmelita entre Rabaçal e Granja





Fig. 59. Pedreira localizada a cerca de 2,6 km antes de Alvorge



Fig. 60. Local de interesse para intervenção de apoio à peregrinação



Fig. 61. Marco de 74 km de distancia do Santuário



Fig. 62. Foto tirada no sentido oposto ao Caminho de Fátima e Rota Carmelita com a indicação do Caminho de Santiago



Fig. 63. Fotografia tirada do local de interesse ilustrado na figura 60



Fig. 64. Edifício devoluto perto de Alvorge



Fig. 65. Moinho do Cubo - alojamento local perto de Ribeira de Alcamouque



Fig. 66. Edifício devoluto perto de Alvorge



**2ª etapa: Rabaçal > Ansião – 18 km**

O primeiro lugar que atravessei foi a **Ribeira de Alcalamouque**, que era nada mais do que uma estrada principal com habitação. Mesmo antes de chegar a Ribeira de Alcalamouque, reparei num moinho e vim mais tarde a descobrir que este já não exerce essa mesma função, mas sim a de alojamento local, com um privilegiado miradouro. (figura)

Logo a seguir a Ribeira de Alcalamouque, quando o caminho me levava cada vez mais para dentro da natureza, deparei-me com um muro de pedra seca com alguma inclinação (fig.61) e tinha à sua frente algumas grandes pedras que me convidavam a sentar, o que fiz e me fez desejar de imediato uma sombra ao meu redor, o que poderia ser facilmente solucionado com uma cobertura

Desta forma, marquei aquele que seria o segundo local de interesse para mais um “espaço do peregrino” para o meu trabalho.

Tinha acabado de começar o dia, por isso não deixei que esta paragem durasse muito tempo e depressa voltei a caminhar. No entanto, poucos metros à frente, encontrei uma pedreira que convidava a ser habitada, um local cheio de potencial, desta vez com maior dimensão, que incentivava à construção. Foi por isso marcado também como local de interesse.

Cerca de 2km depois, a poucos metros de chegar ao Alvorge, deparei-me edifício devoluto e em avançado estado de degradação, completamente apoderada pela natureza. Porém, não deixou de se destacar pelo seu claro valor patrimonial histórico, pela sua alvenaria em pedra aparente e símbolos gravados nas mesmas. Mais tarde vim a descobrir, segundo Paiva (2019) que existem no Alvorge vestígios de um edifício parcialmente demolido que estará relacionado com a presença dos Jesuítas na neste local. Não posso afirmar com certezas de que era este, mas a semelhante aparência da construção, bem como o estado de degradação, com o Paço dos Jesuítas na Granja levou-me a acreditar que se trata também de uma construção jesuíta.

A entrada era feita através de umas escadas à beira da estrada que se elevavam a um patamar entre 3 a 4 metros de altura. O edifício em questão tinha uma área estimada

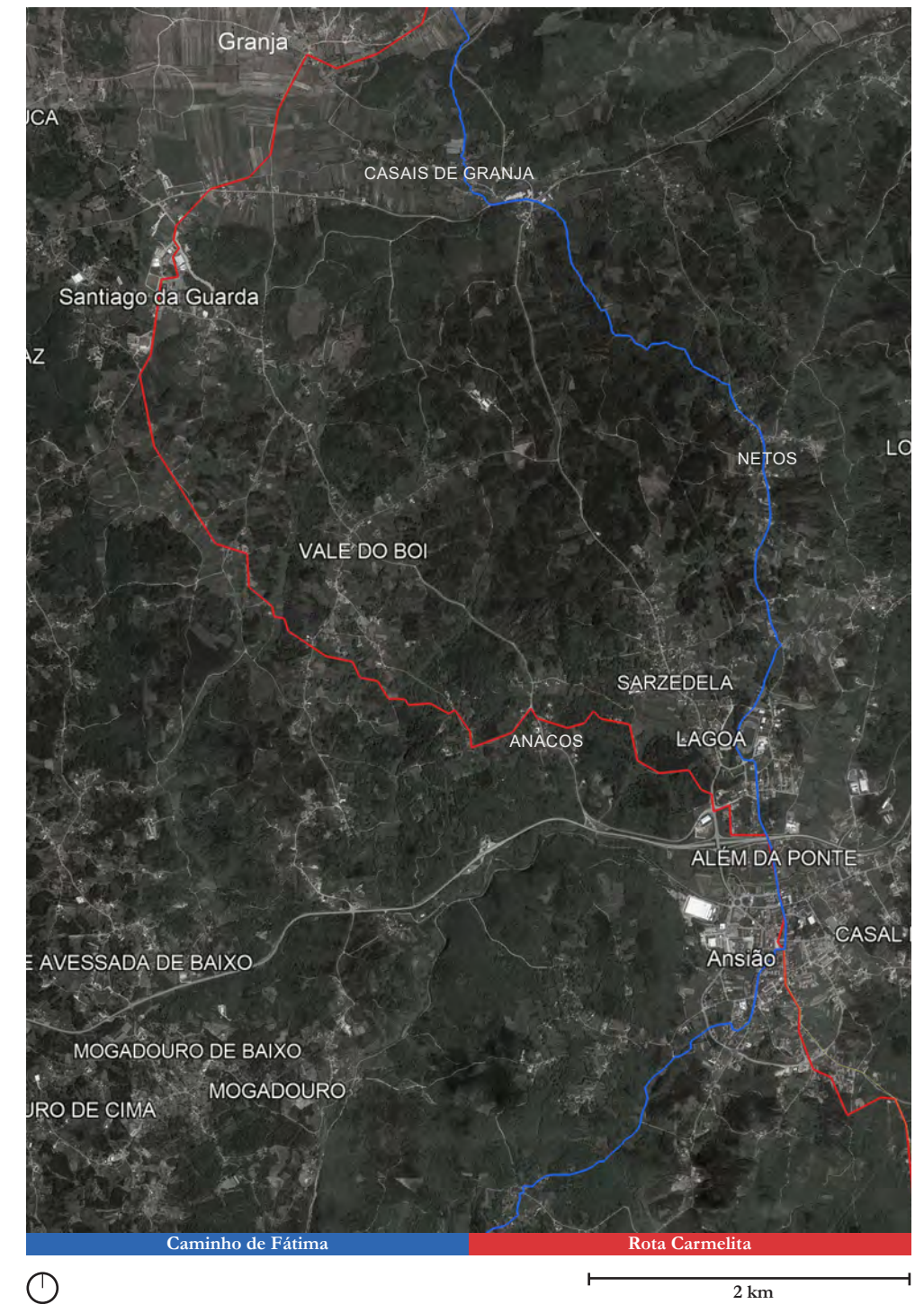


Fig. 67. Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmelita entre Granja e Ansião





Fig. 68. Método tradicional de Conservação de Tremoço em Alvorge



Fig. 71. Abergue "Pelegrino" em Alvorge



Fig. 74. Mesa de rua a cerca de 1 km antes da aldeia da Granja



Fig. 77. Arquitetura vernacula de Sicó



Fig. 69. Parque de merendas à entrada de Alvorge



Fig. 72. Igreja da Nossa Senhora da Conceição em Alvorge



Fig. 75. Paço do Jesuítas na aldeia da Granja



Fig. 70. Marco informativo de serviços existentes em Alvorge



Fig. 73. Encontro com rebanho de ovelhas durante o Caminho



Fig. 76. Marco indicativo da Rota Carmelita



Fig. 78. Poço de água com bomba manual de volante a cerca de 2,3km de



entre 70 a 80 metros quadrados, excluindo os espaços ao quais não tive acesso devido à avançada invasão da natureza no local. No entanto vim mais tarde a concluir, através do google Earth, que a área real do edifício era consideravelmente maior. Por estes motivos este edifício ficou identificado como um dos que possuía potencial para a criação de um albergue pela possibilidade de valorização do património arquitetónico construído através da sua reabilitação. Além disso a presença de um parque de merendas, localizado alguns metros à frente, acrescia um mais valia ao local, proporcionando um local de convívio aos peregrinos.

Chegando ao **Alvorge**, 600 metros depois do edifício mencionado anteriormente, logo à entrada da aldeia tinha um albergue, O “albergue Pelegrino” que se encontrava fechado. Este localizado ao lado da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Nesta aldeia, além do albergue, podemos encontrar vários serviços, como cafés, um restaurante, um minimercado e também um alojamento local. Depois de Alvorge, os Caminhos voltam a separar-se, mas, desta vez, como alternativa, ou seja, a Rota Carmelita continua a acompanhar o Caminho de Fátima em direção às aldeias da **Junqueira**, **Casais da Granja** e **Netos**, mas dá-nos a alternativa de seguir por uma variante em direção a aldeia da Granja. Voltei então a entrar na natureza por caminhos rurais até 3 km depois chegar à aldeia da **Granja**, onde pouco se passa para além de alojamento local. Mas aqui encontramos o Paço dos Jesuítas, objeto da principal intervenção desta dissertação. Na entrada desta aldeia, deparei-me com algumas alterações em curso que iam de encontro com as propostas feitas por mim e pelo colega Nuno Santos no Plano de Ação para a aldeia.

Passados 1.7 km cheguei a **Santiago da Guarda**, onde tive a oportunidade de visitar o Complexo Monumental de Santiago da Guarda e estive à conversa com a Doutora Cláudia Santos, que nos acompanhou na visita à capela da Senhora da Orada na Granja, na semana em que visitámos as aldeias. Este contacto não tinha sido planeada, mas depressa se tornou numa conversa enriquecedora. Ela ajudou-me a encontrar sítio para dormir em Ansião, que na altura ainda não tinha, e deu-me informações úteis relativas ao Paço dos Jesuítas e sobre os Caminhos de Fátima e Santiago naquela região, bem como a relação do nome dado à aldeia de Santiago da Guarda estar relacionado com a devoção ao apóstolo Santiago, que remonta ao período da reconquista cristã. Na sua origem está o facto de aqui passaram os caminhos de Santiago de Compostela, que criaram um culto muito acolhido pela população da região e deu o nome à freguesia.

Após percorrer 4.6 km a partir de Santiago da Guarda, mesmo antes de chegar a



Fig. 79. Cruz Grega em pedra de calçada em frente ao edifício da fig.80



Fig. 80. Edifício devoluto a 1km antes de Anacos









Fig. 82. Albergue "Ibon"



Fig. 83. Albergue "Ibon"



Fig. 84. Figo apanhado de uma figueira encontrada pelo Caminho



Fig. 85. Foto do tipo de solo percorrido pelo Caminho



Fig. 86. Marco de indicação da Grande Rota 26 e do Caminho de Fátima



Fig. 87. Pequena ponte sobre o Rio Nabão (seco)



Fig. 88. Leito do Rio Nabão (seco)



Fig. 89. Fonte de água com bomba manual



### 3ª etapa – Ansião – Ribeira de Fárrio – 19,5 km

Ansião é um ponto de encontro dos dois Caminhos aqui apresentados, mas também é a partir de Ansião que os Caminhos seguem percursos diferentes até ao destino final. Com o intuito de compreender as diferenças das condições dos percursos da Rota Carmelita e do Caminho de Fátima, decidi em Ansião deixar de seguir a Rota Carmelita e passar a seguir o Caminho de Fátima em direção a **Albarrol**. Antes de chegar a Albarrol, passei por um albergue chamado Ibon,. Este albergue foi criado por um senhor inglês chamado Steve Harvell que, por paixão à peregrinação, decidiu construir este abrigo que para além de ser a sua casa, também acolhe peregrinos. Tive a oportunidade de estar à conversa com Steve e ele contou-me que foi construindo o albergue conforme as suas capacidades financeiras iam permitindo. Para ficar neste albergue, paga-se por donativos, o que se achar correto ou que se puder dar. Steve partilhou também o seu descontentamento com o facto de haver cada vez menos pessoas devido ao aparecimento da Rota Carmelita. Steve olha para a Rota Carmelita como um desvio, contribuindo cada vez mais para o esquecimento do Caminho de Fátima.

Depois de Albarrol o caminho encontra-se com o rio Nabão, que aparentemente parecia seco há algum tempo, sendo mais um caso de poucas chuvas. Curiosamente o rio Nabão nasce em Ansião e passa por Tomar, chegando também a acompanhar o Caminho de Santiago. Desta forma, ele acompanhava o caminho desde Albarrol até **Parcerias**, a localidade seguinte, percorrendo 9.3 km de terra batida, onde se atravessa apenas natureza.

Esta foi a etapa onde senti maior necessidade da presença de algum apoio e de um ponto de água potável. Por isso identifiquei um local, a meio desses 9.3km, como sendo uma necessidade de intervenção,. Chegando a Parcerias e logo de seguida **Arneiro de Baixo**, além de habitação, encontrei uma pequena capela na berma da estrada, uma fonte de água e um restaurante. A partir desta localidade, deixei o município de Pombal e passei a estar fora dos limites das terras de Sicó, portanto, fora dos limites do território de intervenção desta dissertação.

Continuei a caminhar por estrada até chegar a **Fonte Fria**, onde também só existe

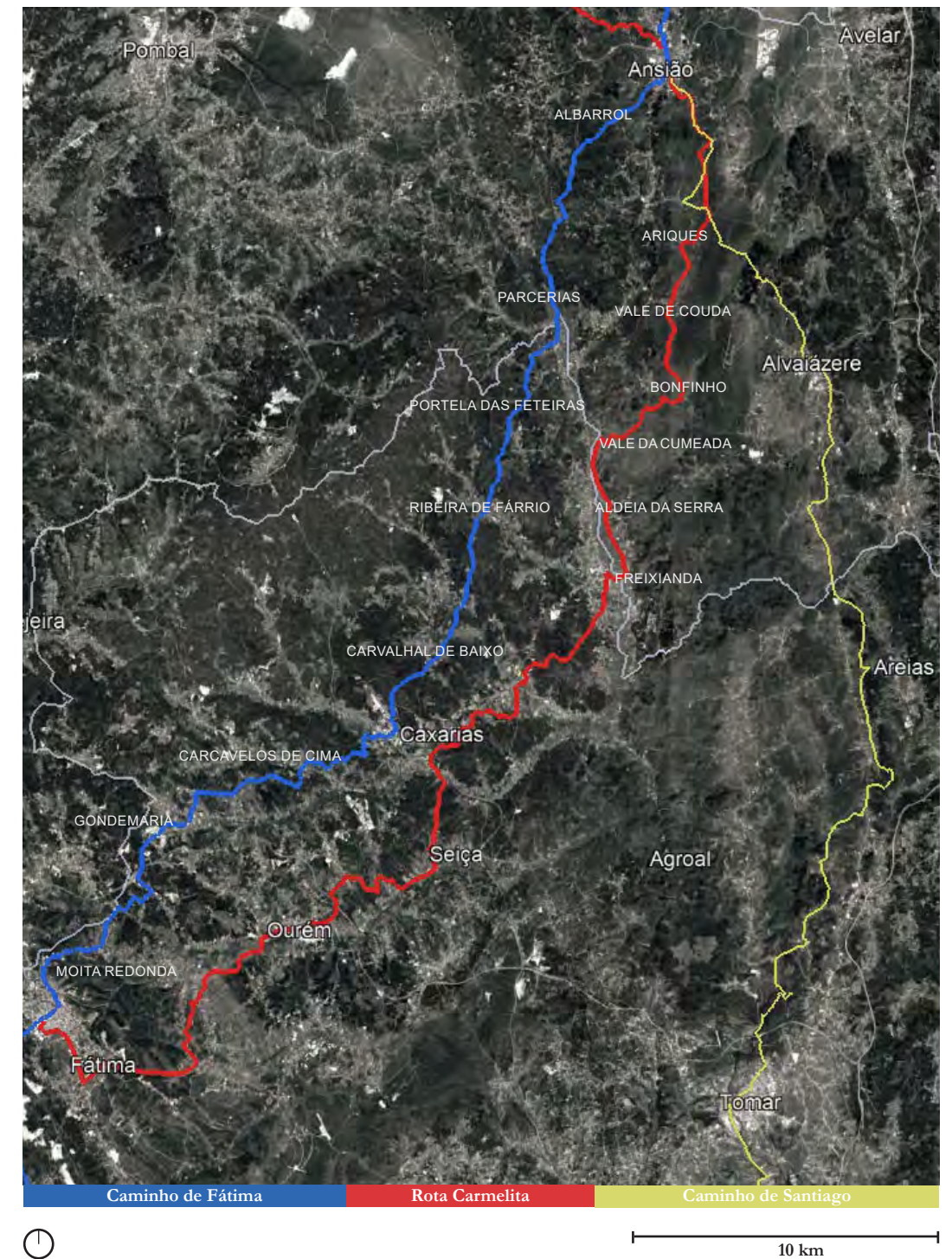


Fig. 90. Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmelita entre Ansião e Fátima





Fig. 91. Armazenamento de telhas e lenha ao ar livre



Fig. 93. Arvore de Fruto encontrada pelo caminho



Fig. 92. Tipo de solo percorrido pelo Caminho



Fig. 94. Chegada a freguesia de Fárrio



Fig. 95. Local de interesse para intervenção de apoio à peregrinação a cerca de 1,6km de Ribeira de Fárrio



Fig. 96. Igreja Paroquial de Ribeira de Fárrio



Fig. 97. Vista do local de interesse ilustrado na figura 95

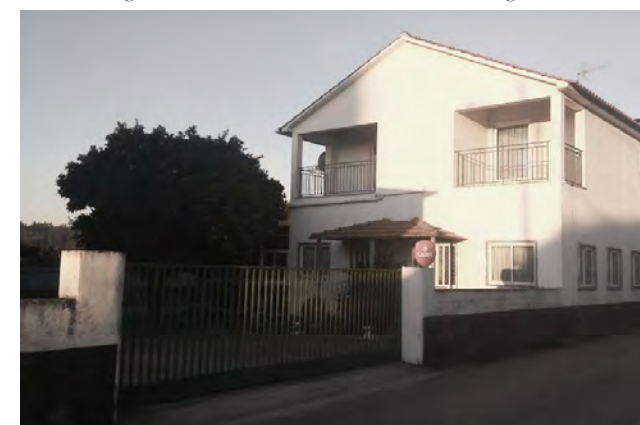


Fig. 98. Albergue "Farrus Bar" em Ribeira de Fárrio



habitação. O restante caminho até Ribeira de Fárrio, o destino deste dia, foi quase todo feito por via rodoviária que, felizmente, não era muito movimentada, com muito pouca circulação de carros e sempre rodeada de eucaliptos. Pouco antes de iniciar a descida para **Ribeira de Fárrio**, deparei-me com um local onde seria oportuno a criação de uma torre de vigia. Esta local a uma cota elevada de aproximadamente 245 metros acima do nível do mar, através da criação de uma torre proporcionaria uma vista panorâmica sobre a região. Desta forma, a criação de uma torre de observação, projetada de forma versátil para ser adaptada a diversos locais, pode enriquecer a experiência do peregrino permitindo não só apreciar a paisagem como também dar-lhe uma noção geográfica da região.

Ribeira de Fárrio parecia uma aldeia fantasma: com a maioria dos edifícios de habitação, mas com muito pouco movimento. Quando cheguei ao “albergue Farrius bar” tinha duas pessoas no café para além do dono e foram as únicas pessoas que vi naquela aldeia, o que desde logo deixou a impressão de uma vida comunitário com falta de dinamismo social. O albergue era um apartamento, com três quartos de duas camas e uma casa de banho partilhada. O apartamento estava localizado em frente ao café, sendo este o único local disponível para me providenciar a última refeição do dia.

Paralelamente ao percurso realizado, a Rota Carmelita prosseguiu em direção à aldeia de **Ariques**, uma das aldeias integrantes da Rede de Aldeias de Calcário. A sua localização estratégica, atravessada pela Rota Carmelita, apresenta esta aldeia como uma alternativa viável para a criação de um albergue. Desta forma, não só daria resposta ao alojamento para peregrinos no local como também constituía uma oportunidade para a reabilitação de edifícios representantes do património arquitetónico vernacular.

Depois de Ariques, esta rota atravessa várias aldeias, como **Vale de Couda**, **Bonfinho** e **Aldeia da Serra**, até chegar a **Freixianda**, uma vila mais movimentada e onde o peregrino tem acesso a serviços como: uma farmácia, um supermercado, uma residencial e restaurantes.



Fig. 99. Tradições pelo Caminho





Fig. 100. Ambiente e tipo de solo percorrido pelo Caminho



Fig. 103. Ambiente e tipo de solo percorrido pelo Caminho



Fig. 106. Ambiente e tipo de solo percorrido pelo Caminho



Fig. 109. Igreja Matriz de Gondemaria



Fig. 101. Casa em ruina na aldeia de Cacinheira



Fig. 104. Identidade construtiva local em Carvalhal do Meio



Fig. 107. Setas de indicação desenhadas em postes de iluminação



Fig. 110. Colunata do Santuário de Fátima



Fig. 102. Identidade construtiva local em Carvalhal do Meio



Fig. 105. Identidade construtiva local em Carvalhal do Meio



Fig. 108. Chegada a Fátima pelas traseiras da Basílica de Nossa Sra. do Rosário



Fig. 111. Basílica de Nossa Sra. do Rosário - interior do Santuário de Fátima



**4ª etapa: Ribeira de Fárrio > Fátima – 34km**

O último dia continuou a ser uma viagem solitária e completamente rodeado por natureza, com algumas partes em terra batida, mas na grande maioria por via rodoviária. No percurso, atravessei diversas localidades pequenas, como **Cacinheira, Carvalhal do Meio, Carvalhal de Baixo, Carcavelos de Baixo, Carcavelos de Cima, Cumiada, Boeiro**, entre outras. Reconheci e identifiquei identidade construtiva em algumas habitações unifamiliares, pela sua semelhança nas coberturas de varandas com asnas aparentes. Fiz uma pausa maior no coreto da igreja Matriz de **Gondemaria**, nesta aldeia tive acesso a serviços como pastelaria, café e mercearia. Cheguei a **Fátima** pouco depois das 19 horas, o que me permitiu contemplar o espaço do santuário com o pôr do sol.

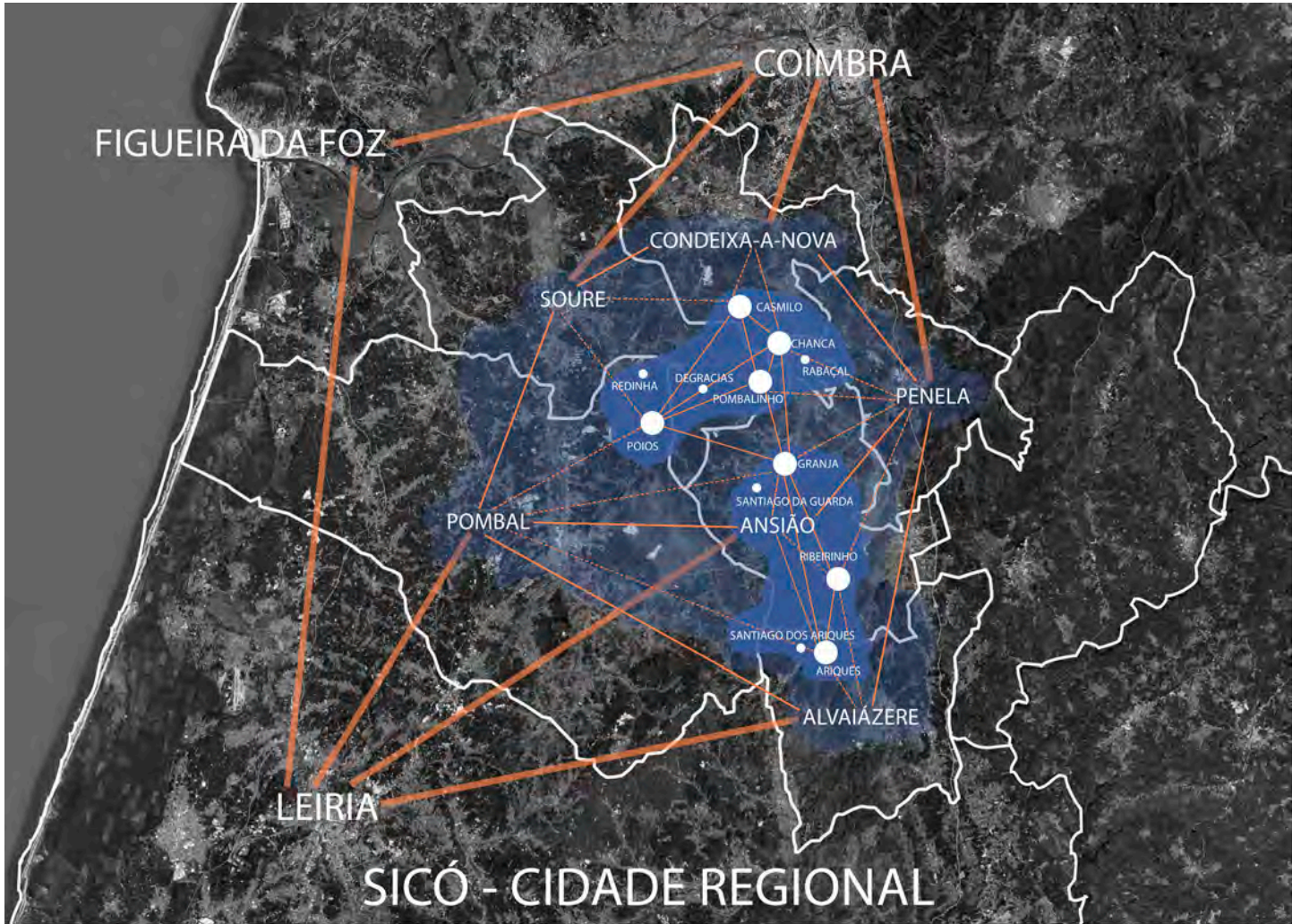
A última etapa foi a única que não estava dentro dos limites do território de Sicó, o que permitiu abstrair-me do contexto académico e de pesquisa para apreciar a paisagem e simplesmente disfrutar a caminhada sem a necessidade de avaliações detalhadas. São estes momentos de descontração que tornam estas viagens em experiências mais holísticas e pessoais e permitem ao caminhante abstrair-se da vida quotidiana e do afogo das rotinas. Esta escapatória, que cada vez mais constitui uma necessidade básica na vida das pessoas, atribuí um valor significativo à peregrinação enquanto experiência.





### **3. PROPOSTA**

- 3.1. Aldeias de Calcário: estratégia de intervenção para Sicó
- 3.2. Lugar da Granja
- 3.3. Paço dos Jesuítas: Morfologia e Intervenção
- 3.4. Estratégia de apoio à peregrinação em Sicó
- 3.5. Albergue “O Paço do peregrino”



**VARIACÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 1960 - 2011**

**VISÃO**

**PROBLEMA**

A industrialização de Portugal tardou, mas há muito que se instalou o movimento da população do campo para as cidades e para o exterior. Ele intensificou-se a partir da década de 1950 e agravou-se o desequilíbrio entre o interior e o litoral. Hoje temos um país dividido, com o litoral a prosperar e o interior despovoado e com:

- Falta de investimento no Setor Primário;
- Falta de Pessoas;
- Falta de Serviços;
- Baixa Autoestima das populações.

**CONCEITO**

A Cidade Regional assenta nas ligações entre múltiplos polos urbanos e os fluxos entre eles revestem-se de extrema importância. A Cidade Regional vai além das divisões administrativas e não tem um limite fixo. A rede de comunicações que ela implica integra o movimento de pessoas, de serviços, de bens, de investimento e de conhecimento. O objetivo da Cidade Regional é a coesão socioterritorial, essencial para a sustentabilidade do território.

Uma nova vida nos núcleos urbanos em espaço rural de Sicó, baseada em redes de interação. Um território mais atrativo, com responsabilidades, custos e recursos partilhados e divididos de forma equitativa, para que as aldeias se tornem aglutinadores sociais, polos de multifuncionalidade e centros de saber e experiência. Um território com mais atividade, mais pessoas e uma população com uma autoestima reforçada.

**RELACÕES INTERURBANAS E RURAIS-URBANAS**

**POLARIDADES E REDES DE FLUXOS CASA-TRABALHO/ ESCOLA**

Autoria: João Pereira  
Coordenação: Adelfo Gonçalves | janeiro, 2021

Fig. 112. Painel alusivo ao conceito de Sicó como Cidade-Região

## **Aldeias de Calcário: estratégia de intervenção para Sicó**

Com base numa perceção crítica das fragilidades do ordenamento do território, que contribuíram para o desequilíbrio social e económico do mesmo, bem como das forças e fraquezas de Sicó, foi elaborada uma estratégia para o desenvolvimento integrado da Rede de Aldeias do Calcário.

Esta estratégia, designada Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experiência, foi desenvolvida em turma, no âmbito das unidades curriculares de Atelier de Projeto IIC e Laboratório de Projeto IC, no ano letivo 2020/2021, e coordenada pelo colega de turma João Pereira, em conjunto com os estudantes do Mestrado e Reabilitação Urbana Integrada, igualmente integrados na iniciativa De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?

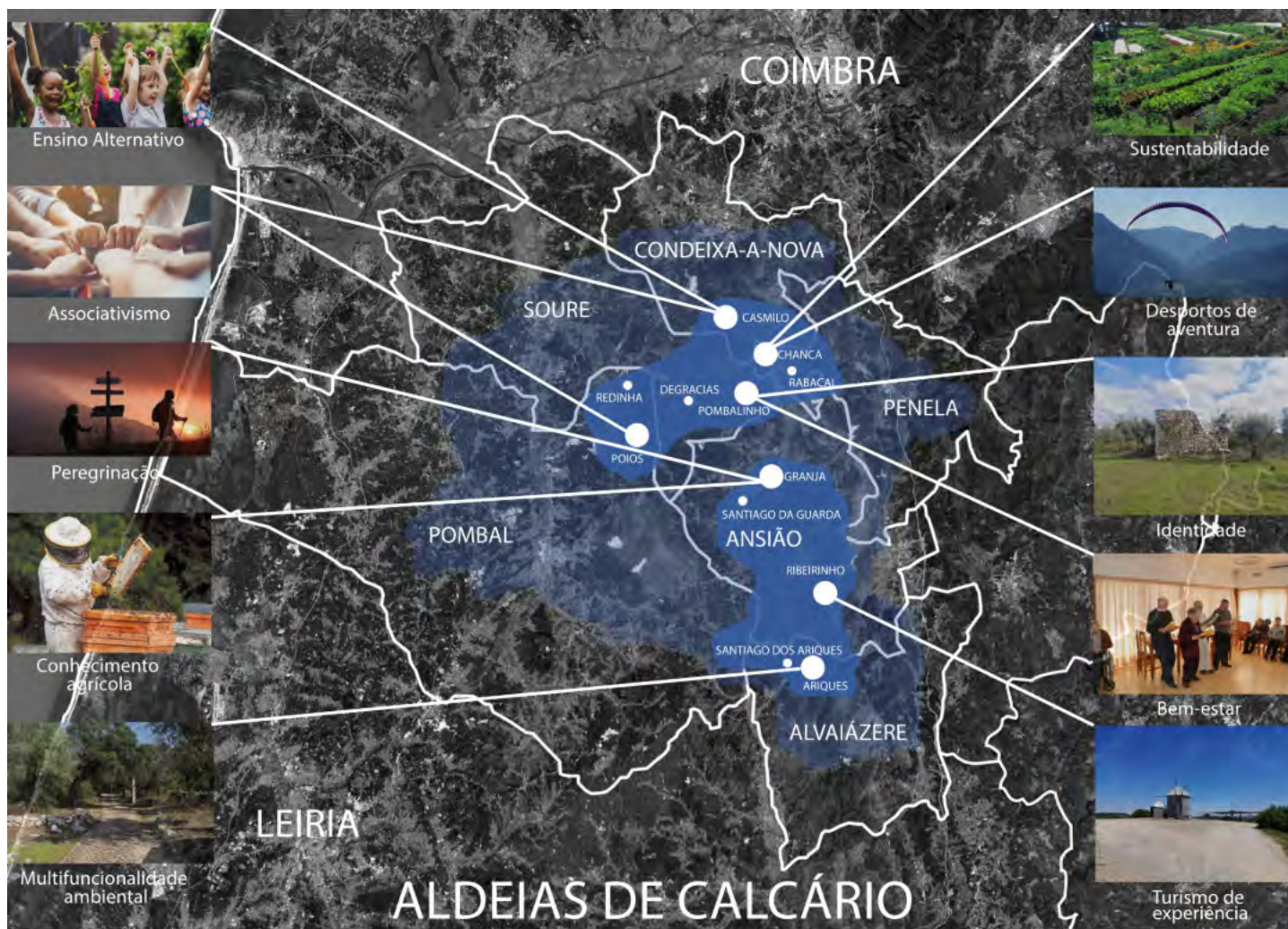
O grande objetivo da estratégia é o reforço da integração territorial do maciço de Sicó, assente num projeto de urbanidade para a sua rede de aldeias. Para isso, procura capacitar estes pequenos núcleos como os principais impulsionadores do seu desenvolvimento, não só através da visitação turística e da respetiva economia, mas principalmente da fixação de pessoas e de novas atividades.

A estratégia interpreta este território como uma cidade-região, entendendo com isso que é um sistema urbano composto por núcleos com características diferentes, e entre os quais existem relações de complementaridade, criando um funcionamento em rede e promovendo uma sinergia entre as áreas urbanas e rurais. Por isso, reconhecendo que a área urbana e rural tem impacto e influencia uma na outra, os seus eixos estratégicos de intervenção são pensados com base na transversalidade dos impactos gerados pelos respetivos projetos estruturantes.

Tendo por base aqueles objetivos, a estratégia é então assente em 6 eixos de intervenção:

- a) Criar sinergias e promover a multifuncionalidade
- b) Reforçar e capacitar o associativismo
- c) Valorizar o espaço público
- d) Potencializar a sustentabilidade e o bem-estar da população
- e) Valorizar o Património Natural, Cultural e Social
- f) Desenvolver o turismo sustentável para o território





Polos de Multifuncionalidade		Aglutinadores Sociais		Centros de Saber e de Experiência	
<b>Eixos Estratégicos de Intervenção</b>					
Criar sinergias e promover a multifuncionalidade	Reforçar e capacitar o associativismo	Valorizar o espaço público	Potenciar a sustentabilidade e o bem-estar das populações	Valorizar património cultural e natural	Desenvolver o turismo
<b>Objetivos Estratégicos</b>					
Promover o agroturismo e o empreendedorismo agrícola	Reabilitar e requalificar as instalações das associações já existentes	Promover investigação aplicada e direcionada à valorização	Ordenar o estacionamento automóvel	Reabilitação de edifícios e valorização de outros elementos construídos identitários que melhor representem a marca aldeias do calcário	Reforçar os apoios ao turismo e desportos de natureza
<b>Projetos Estruturantes</b>					
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Laboratório de Sicó, associação de desenvolvimento local;</li> <li>- Albergue de apoio ao peregrino com base nas rotas de peregrinação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reabilitação e capacitação das associações, Estrela Poiense e CRCO – Centro Recreativo, Cultural e Desportivo, para reforço do associativismo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realçar o património natural a partir de um complexo multifuncional;</li> <li>- Centro comunitário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Hub de desportos de aventura;</li> <li>- Comunidade de aprendizagem de Sicó;</li> <li>- Centro sénior.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Laboratório do Património com o objetivo de valorizar a paisagem cultural de Sicó com a comunidade local;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Complexo turístico de base comunitária para promover a aldeia e o território com base em turismo responsável e de novas experiências.</li> </ul>

Fig. 113. Painel da estratégia de turma *Aldeias de Calcário*: Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência

Por sua vez, os projetos estruturantes previsto visam cumprir objetivos específicos, tais como promover o agroturismo e o empreendedorismo agrícola, reabilitar e requalificar as instalações das associações existentes, promover a investigação aplicada e direcionada à valorização da biodiversidade, ordenar o estacionamento automóvel, reabilitar edifícios e outras construções do património construído vernacular de Sicó, reforçar os apoios ao turismo e desportos de natureza.

Pois bem, com base nestes eixos de intervenção e objetivos específicos, foram desenvolvidos os Planos de Ação para cada uma das aldeias em estudo<sup>7</sup> :

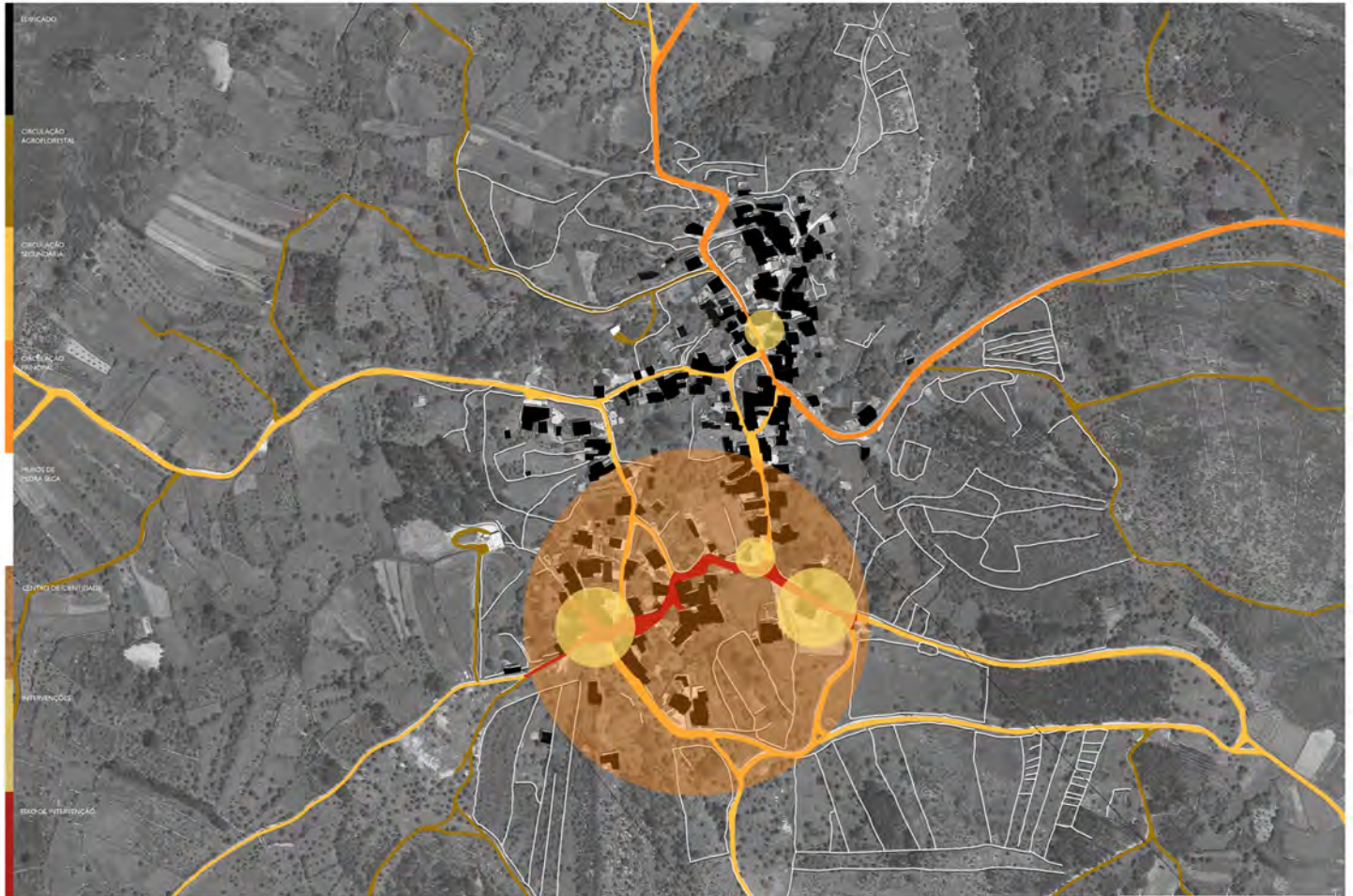
- a) Casmilo (Condeixa-a-Nova)
- b) Chanca (Penela)
- c) Pombalinho (Soure)
- d) Poios (Pombal)
- e) Granja (Ansião)
- f) Ribeirinho (Ansião)
- g) Ariques (Alvaiázere)

Na definição dos Planos de Ação, foram ainda definidos alguns princípios-base a serem pensados em cada aldeia, relativos ao referido projeto de urbanidade. Entre eles está a criação de um centro de identidade, ou seja, um centro gravitacional de interação social da comunidade de cada aldeia; a requalificação do espaço público e a reabilitação de edifícios e construções representativos da arquitetura vernacular de Sicó, e ainda a integração de um Equipamento de Apoio à Visitação (EAV) previsto no Plano Integrado de Intervenção Rede de Aldeias de Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências (Terras de Sicó, 2018).

---

<sup>7</sup> As aldeias em causa são as que compõem a Rede de Aldeias de Calcário, mais a aldeia de Ribeirinho, Ansião, que se juntou por proposta da colega Joana Correia, acolhida pela Associação Terras de Sicó e pelas suas Câmaras Municipais Parceiras.





## PLANO DE AÇÃO

A estratégia para o desenvolvimento da aldeia do Casmilo assenta em dois grandes grupos de ações: 1) intervenções no edificado; 2) tratamento do espaço público. O principal objetivo é o reforço da atratividade da aldeia, por via da requalificação do espaço público, da capacitação da CRCC e da instalação de uma comunidade de aprendizagem inovadora. Em conjunto, estas ações resultam no Centro de Identidade do Casmilo, na zona sul da aldeia, que se estende ao longo do eixo que une a CRCC ao largo da capelinha de S. Jorge, e, contando com várias intervenções no edificado.

As intervenções no edificado, apesar de separadas, funcionam em conjunto e querem dar vida à aldeia, com programas associados ao ensino, conhecimento, cultura e associativismo. No topo poente da aldeia, uma comunidade de aprendizagem, dirigida a crianças e jovens e a relações com a comunidade, um edifício administrativo e um alojamento, pretendem revitalizar o seu centro de identidade, tendo igualmente em atenção o desenho do espaço público. Com o mesmo objetivo e procurando promover as relações intergeracionais através da partilha de conhecimentos, são propostas, a requalificação do CRCC, a instalação de um espaço de mercado e a requalificação da zona envolvente, com um campo de jogos e um parque de merendas.

A par destas propostas, também se prevê a intervenção no espaço público, principalmente ao longo da Rua do Tronco. As intervenções no espaço público dizem respeito à renovação do pavimento, desenho de um novo perfil de rua, soluções de estacionamento para a comunidade e para o visitante, melhoria dos espaços de convívio, nomeadamente a zona do palco, através da criação de um edifício de restauração – plantação de vegetação, mobiliário urbano e iluminação pública. Esta intervenção ao longo da Rua do Tronco conta ainda com a integração do Equipamento de Apoio à Visitação da Rede de Aldeias de Calciário (VRAC) e visa criar uniformidade requalificação da zona envolvente, com um campo de jogos e um parque de merendas.



Aldeias de Calciário: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sico  
CASMILO: PLANO DE AÇÃO

Autoria: Catarina Ribeiro, Inês Bailão, Rita Caniceiro  
Coordenação: Adelino Gonçalves | janeiro, 2020

Fig. 114. Painel do Plano de Ação da aldeia do Casmilo

## **Casmilo**

Aldeia do concelho de Condeixa-a-Nova, freguesia do Furadouro, destaca-se pelo património geomorfológico existente na sua área envolvente. Do conjunto de aldeias aqui apresentadas, esta é provavelmente a mais conhecida precisamente devido às Buracas do Casmilo, um fenómeno geomorfológico que é alvo de muitas visitas, nomeadamente de praticantes de montanhismo e escalada.

O Plano de Ação de Casmilo, realizado pelas colegas Catarina Ribeiro, Inês Bailão e Rita Caniceiro, foca-se no reforço da atratividade da aldeia através de programas funcionais associados ao ensino alternativo, conhecimento, cultura e associativismo. A par das ações relativas a estes programas, o Plano de Ação prevê igualmente soluções de requalificação do espaço público e reforço da segurança do peão com medidas que inibem a presença excessiva do automóvel.

As intervenções propostas baseiam-se em dois temas principais, que deram origem a dois projetos distintos realizados pelas colegas Catarina Ribeiro (2022), que se foca no associativismo e procura promover um maior dinamismo sociocultural na aldeia através da interação e partilha de saberes entre a comunidade local e o visitante; e pela colega Inês Bailão (2022), que se foca no ensino alternativo, criando a comunidade de aprendizagem de Sicó.

O associativismo:

- a) Capacitação e reabilitação do Centro Recreativo Cultural e Desportivo (CRCD)
- b) Criação de um pequeno mercado

Ensino Alternativo:

- a) Criação de uma comunidade de aprendizagem
- b) Reabilitação de um edifício destinado à administração da escola
- c) Alojamento de apoio ao espaço escolar





Fig. 115. Painel do Plano de Ação da aldeia do Chanca



## **Chanca**

Aldeia do concelho de Penela, freguesia de Alter do Chão, destaca-se pelo património natural. Esta é conhecida por ser uma das aldeias de montanha de Sicó completamente envolvida por natureza, e com uma quantidade significativa de muros de pedra seca. Esta aldeia é também um miradouro natural para o vale do Rabaçal.

O Plano de Ação foi realizado pelos colegas Tiago Silva, Jénifer Cunha e Joana Almeida no qual procuraram tirar partido de forças da aldeias e reforçar a coesão do seu espaço físico e social, procurando integrar um condomínio privado ai existente e criar um centro de identidade, como previsto na estratégia Aldeias de Calcário.

Entre as intervenções previstas no Plano de Ação, conta-se um conjunto de projetos desenvolvido pela colega Joana Almeida (2022) relativos ao tema da sustentabilidade no meio rural, tendo em conta a eficiência, ecologia e os recursos endógenos deste lugar. Além desta propostas, o Plano prevê igualmente intervenções subordinadas ao tema dos Desportos de Aventura, desenvolvidas pelo Tiago Silva (2021) e integra a criação de um hub de desportos de aventura, e um núcleo de bungalows para fins turísticos.

### Aldeia Sustentável:

- a) Criação do Núcleo da Comunidade
- b) Criação de um curral e de estufas
- c) Criação de um abrigo e zona de compostagem
- d) Criação de uma área de trabalho para a comunidade
- e) Criação de um parque de energias renováveis

### Desportos de aventura:

- a) Criação de Infraestrutura de apoio aos Desportos de aventura
- b) Criação de um Restaurante de comida local
- c) Criação de um alojamento temporário
- d) Criação de plataformas de descolagem de parapente



Fig. 116. Painel do Plano de Ação da aldeia do Pombalinho

### **Pombalinho**

Aldeia de Soure, freguesia de Pombalinho, destaca-se pelo seu património natural da paisagem em que se insere. Esta é mais uma das aldeias de montanha de Sicó e está diretamente relacionada com a Serra do Rabaçal. A riqueza da sua história marcada através no seu património cultural construído, está presente nas ruínas do Paço dos Almadas, o Pelourinho, a Igreja Matriz de Pombalinho, a capela de Santa Ana, a Villæ romana de Dordias e a Anta da Casa da Moura de Pombalinho.

O Plano de Ação foi realizado pelos colegas Renato Cardoso, Inês Gouveia e Ana André que estabeleceram como principais objetivos a melhoria das condições de habitabilidade dos habitantes e reforçar a atratividade da aldeia para a fixação de novas atividades e habitantes. Para o cumprimento destes objetivos, o Plano prevê a requalificação do espaço público e a reabilitação de edifícios devolutos, bem como intervenções em vias, passeios e largos que melhorem as condições de convívio e deslocação das pessoas.

Como programas, o Plano de Ação prevê a instalação de um Centro Sénior e de um Laboratório do Património. No primeiro caso, correspondente às propostas do colega Renato Cardoso (2023) trata-se de uma unidade multifuncional de apoio à população idosa, incluindo habitação, serviços de saúde, apoio domiciliário e espaços de convívio. No segundo caso, correspondente às propostas do colega Inês Gouveia (2021), trata-se de uma laboratório de base colaborativa dedicado à valorização do património natural e cultural, que conta com a comunidade local como um dos principais atores das suas atividades.

Bem-Estar da população idosa:

- a) Criação do Centro Sénior de Sicó através da reabilitação de edifícios devolutos
- b) Gabinetes
- c) Lavandaria
- d) Cantina
- e) Residências
- f) Unidade de saúde
- g) Espaço polivalente





Valorização do Património:

- a) Criação do Laboratório do Património através da reabilitação do edifício da antiga casa paroquial
- b) Criação de um café e mercearia através da reabilitação da antiga junta de freguesia
- c) Criação de uma sala multifuncional para uso da comunidade no terreno das ruínas do Paço dos Almadás



### Objetivos

O objetivo principal, comum a todas as aldeias da Rede de Aldeias de Calcário (RAC), é a **criação de um centro de identidade**, ou seja, de um espaço com diferentes características funcionais que se assuma como centros da vida pública das aldeias.

- Valorizar o **património** edificado e natural
- Criar **ligações** entre a cota baixa e a cota alta da aldeia

- Requalificar os **espaços de uso público**, a bem da **segurança** e do **bem-estar**, mas também para melhorar a imagem da aldeia
- Capacitar a **Estrela Poense**, para reforçar o seu papel como "aglutinador social"
- Promover a **visitação** e a **fixação**
- Sensibilizar para a importância de existirem de **espaços públicos com qualidade**

### Intervenções

- No **núcleo central da aldeia**:

- Criação de uma "cintura interna", com um só sentido de circulação automóvel
  - Criação de espaços pontuais para **estacionamento**
- Refuncionalização do **edifício da antiga escola primária**, com o programa de **museu arqueológico**
  - Instalação de um **equipamento de apoio à prática de desportos de natureza** na chegada à aldeia, a partir do Vale de Poios

- Integração de **eiras**, requalificação da **sede da Estrela Poense** e requalificação de edifícios devolutos com diferentes programas de **apoios à visitação**, ao **comércio local** e ao **turismo de experiência**

- Tratar a área desde a **Estrela Poense** até à **capela da Senhora da Estrela** como um **Parque Rural**
- Requalificação de espaços públicos e Integração do **Equipamento de Apoio à Visitação** da Rede de Aldeias de Calcário.

Fig. 117. Painel do Plano de Ação da aldeia do Poios

## Poios

Aldeia do concelho de Pombal, freguesia de Redinha, localiza-se na colina da Serra de Sicó e é dominada pelo Santuário da Nossa Senhora da Estrela. Muito próximo encontra-se também o Canhão de Poios, outro fenómeno geomorfológico associado ao processo de formação cársica deste território, e onde também têm lugar atividades de montanhismo e turismo de natureza devido à riqueza da biodiversidade existente neste local.

O Plano de Ação para esta aldeia, elaborado pelas colegas Alexandra Ventura e Marina Gasparini, tem como objetivos principais a valorização do património edificado e natural, e a requalificação da Associação Estrela Poiense, associada à criação de um centro de identidade, tal como previsto na estratégia Aldeias de Calcário.

Assim, as intervenções previstas no Plano debruçam-se sobretudo sobre a temática do associativismo, com o intuito de valorizar a importância das associações do território para a dinamização da população das aldeias. Do programa do Plano fazem parte as intervenções:

Associativismo:

- a) Requalificação da Associação Estrela Poiense
- b) Requalificação do espaço público envolvente

Centro de identidade:

- a) Requalificação do espaço público desde a Associação até à capela da senhora da estrela como parque rural
- b) Criação de espaços de coworking e uma sala de estudo na Associação
- c) Reabilitação do edifício da escola primária para Museu

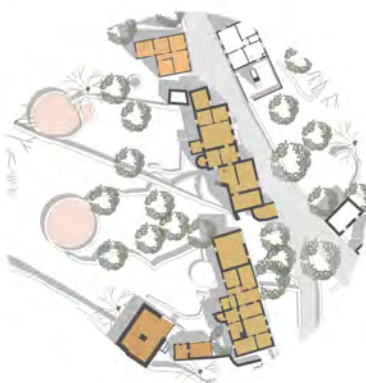




A estratégia proposta para a aldeia pretende desenvolver um percurso e um enredo de experiências tradicionais da região, potenciando o lugar – a aldeia e a sua comunidade – e os sentidos sensoriais dos seus habitantes e dos seus visitantes.

Para isso, é desenvolvida uma ideia de turismo inovador de base comunitária que tem como propósito o reforço da atratividade da aldeia. Neste sentido, é desenvolvido um projeto de arquitetura que consiste na reabilitação do edificado central do Ribeirinho. Atualmente a aldeia é composta, na sua maioria, de edifícios desprovidos de qualquer uso, estando muitos desabitados e abandonados, e conta com apenas 7 habitantes.

A intervenção mantém a atmosfera vernácula da aldeia, assim como a orgânica informal que existe entre as casas. Neste sentido, o projeto, além de funcionar como alojamento de curto, médio ou longa duração para os visitantes, servirá de espaço de reunião da comunidade da aldeia e/ou mesmo das aldeias em seu redor, entre as pessoas que já as habitam e as que irão habitar impulsionadas pela estratégia de desenvolvimento da aldeia e do território.



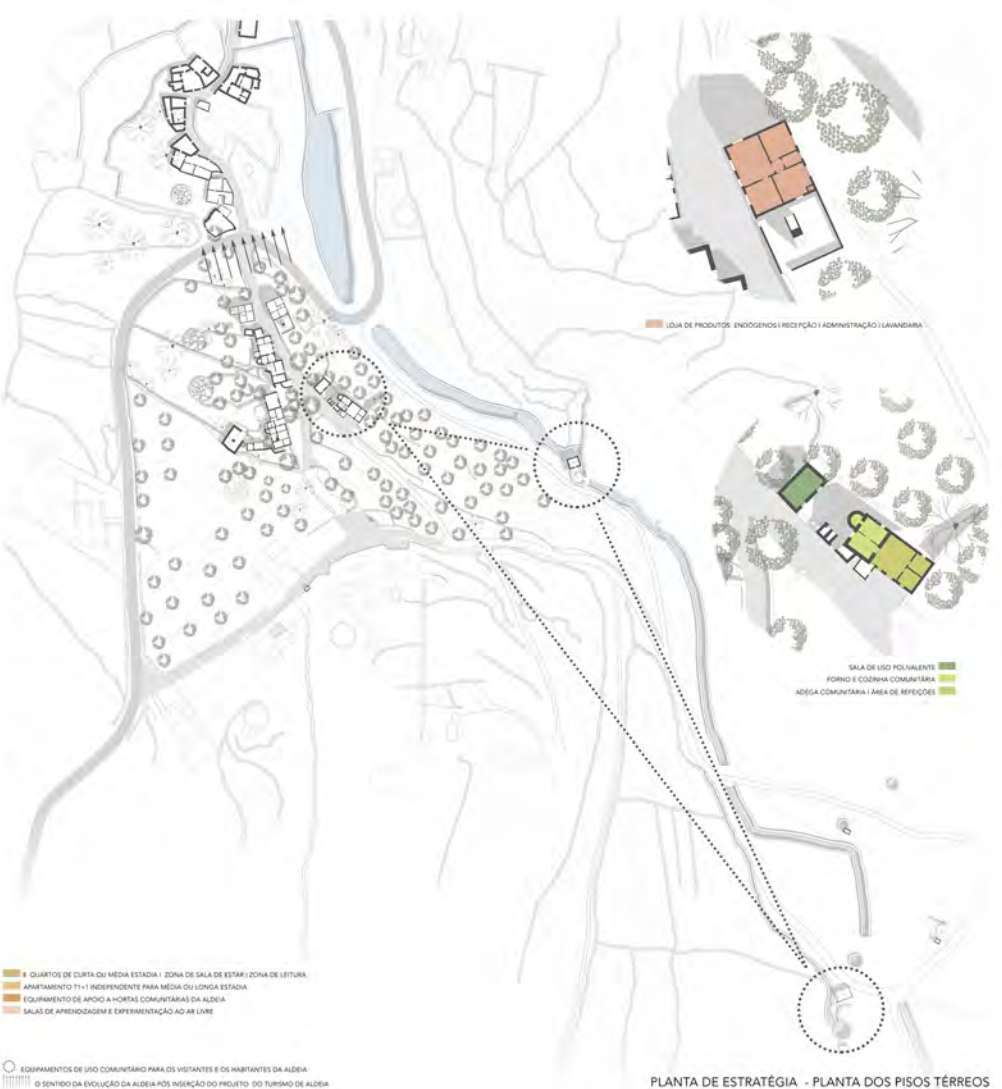
## TURISMO DE ALDEIA

PERFIL DA TRAVESSA DO POÇO



Aldeias de Calcário: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de São Ribeirinho. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

Autoria: Joana Mendes Correia  
 Coordenação: Adélio Gonçalves | Janeiro, 2020 | escala: 1:1



● QUARTOS DE CURTA OU MÉDIA ESTADIA / ZONA DE SALA DE ESTAR / ZONA DE SERTURA  
 ● APARTAMENTO T1+1 INDEPENDENTE PARA MÉDIA OU LONGA ESTADIA  
 ● EQUIPAMENTO DE APOIO A HORTAS COMUNITÁRIAS DA ALDEIA  
 ● SALAS DE APRENDIZAGEM E EXPERIMENTAÇÃO AO AR LIVRE

○ EQUIPAMENTOS DE USO COMUNITÁRIO PARA OS VISITANTES E OS HABITANTES DA ALDEIA  
 ○ SENTIDO DA EVOLUÇÃO DA ALDEIA PÓS INSERÇÃO DO PROJETO DO TURISMO DE ALDEIA

PLANTA DE ESTRATÉGIA - PLANTA DOS PISOS TÉRREOS

Fig. 118. Painel do Plano de Ação da aldeia do Ribeirinho



## **Ribeirinho**

Aldeia do concelho de Ansião, freguesia de Chão de Couce, é um pequeno núcleo dominado pelo ambiente natural, caracterizado por vegetação autóctone de oliveiras e carvalho. Como referido antes, esta aldeia não integra a Rede de Aldeias do Calcário (RAC) mas, por proposta da Joana Correia, foi integrada na estratégia global elaborada. A proposta de inclusão de Ribeirinho foi motivada não apenas pelo valor que representava para a Joana e para a sua família, mas também pelas características do seu edificado e da paisagem em que se integra, que a tornam digna de representar a marca “aldeias de calcário”. Com uma arquitetura vernacular rica, Ribeirinho possui um número significativo de muros de pedra seca que desempenham um papel fundamental na identidade da aldeia.

O Plano de Ação, desenvolvido pela Joana Correia (2022) é baseado num conceito de turismo de experiência de base comunitária, que oferece aos visitantes a oportunidade de experienciar a vida numa aldeia e as suas tradições e costumes locais. O principal objetivo do Plano é a valorização do património natural e cultural do território, permitindo que tanto os visitantes como os locais se conectem com a história e a beleza da região, ao mesmo tempo de reforçam os laços entre a comunidade. Do programa de intervenções fazem parte:

Turismo de experiência:

- a) Reabilitação do aglomerado central para promover o turismo de experiência
- b) Criação de uma adega, uma lavandaria, uma cozinha com forno tradicional, uma biblioteca e um espaço polivalente para a comunidade.
- c) Reabilitação do Moinho de água
- d) Reabilitação do tanque em pedra calcária
- e) Reabilitação e criação de condições de segurança para o uso de 3 poços comunitários
- f) Reabilitação do bebedouro de animais



## PRESERVAR | REABILITAR | PROMOVER

Ariques, no contexto das aldeias de calcário

Com o intuito de reforçar a coesão territorial e social da aldeia de Ariques, foi desenvolvida uma estratégia que culmina num conjunto de objetivos que fundamentam a proposta de intervenção e se apoiam em três conceitos chave: PRESERVAR, REABILITAR e PROMOVER.

Ao ter presente todo o património cultural e natural, pretende-se PRESERVAR a marca calcária e a biodiversidade que a aldeia alberga, bem como os seus costumes e tradições. De modo a enaltecer a importância destes elementos, prevê-se a delimitação de percursos pedestres de observação de carvalho cerquinho, oliveiras milenares e lípias.

REABILITAR surge também como um objetivo fundamental, passando esta ação pelo tratamento e definição do espaço público e pela reabilitação de alguns edifícios que mantêm presente uma construção em alvenaria de pedra calcária.

Por último, e após a reabilitação de alguns espaços, a ideia chave é PROMOVER tanto uma vida comunitária como a visitação, de forma a proporcionar uma experiência única a quem visite a aldeia.

- Espaços importantes na aldeia
- Edifício existente
- Edifícios a reabilitar: proposta de intervenção
- Eixo estruturante da aldeia: Plano de ação
- Eixo viário
- Caminhos pedonais de acesso à mancha de carvalho cerquinho
- Intenções de movimentos, espaços exteriores e ligações interior/exterior

Aldeias de Calcário: estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana no espaço rural de Sicó  
ARIQUES PLANO DE AÇÃO



### ENTRADA | CENTRO DE IDENTIDADE

- Criação de um complexo multifuncional:
  - Comunidade | Investigador | Visitante;
- Reativação do Lugar e Fonte Comunitária;
  - Turismo comunitário e lazer;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.



### LAZER | RESTAURAÇÃO

- Reabilitação do edifício assinalado;
- Criação de um restaurante;
- Criação de um espaço dedicado à realização de eventos culturais;
- Criação de uma zona de estacionamento;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.



### ALBERGUE | ROTAS

- Reabilitação do edifício assinalado;
- Criação de um albergue de apoio ao peregrino/caminhante;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.



### ENTRADA | VISITAÇÃO

- Valorização do ponto de entrada na aldeia;
- Criação de uma zona de paragem e observação;
- Implantação do Equipamento de Apoio ao Visitante;
- Preservação da biodiversidade;
- Tratamento de pavimentos e passeios;
- Desenho de mobiliário urbano.

Autoria: Catarina Jugo, Laura Almeida  
Coordenação: Adelinho Gonçalves | janeiro, 2021

Fig. 119. Painel do Plano de Ação da aldeia do Ariques

### **Ariques**

Aldeia do concelho Alvaiázere, freguesia de Almoester, é dominada pelo património natural pelo qual é envolvida e localiza-se no extremo sul daquela que é a maior mancha de carvalho-cerquinho na Europa. Trata-se de um pequeno lugar e em estado avançado de abandono, mas possui fortes características identitárias referentes à marca de aldeias de calcário que justificam a sua integração na RAC. Desde logo os muros de pedra seca, as eiras e edifícios de alvenaria de pedra seca, aparente ou rebocada, mas também o património natural em que se insere, onde é possível encontrar espécies autóctones como, além do caso do carvalho-cerquinho, os olivais milenares, a azinheira e o sobreiro.

O Plano de Ação desta aldeia foi elaborado pelas colegas Catarina Jegundo e Laura Almeida, e a visão defendida assenta em 3 conceitos-chave: Preservar, Reabilitar e Promover. O principal objetivo é promover a vida comunitária, preservar a identidade de origem cársica, a biodiversidade e os costumes e tradições da aldeia. A par das ações relativas ao cumprimento destes objetivos, o Plano integra prevê também soluções para requalificação do espaço público, integrando o Equipamento de Apoio à Visitação antes referido e a criação de um ponto de paragem para os peregrinos que atravessam a aldeia.

Do ponto de vista dos programas de intervenção, o Plano prevê a instalação de um complexo multifuncional que proporciona o interface entre a academia e a comunidade local e abrange a reabilitação de quatro edifícios de carácter vernacular da aldeia, duas habitações, um antigo lagar e uma casa da eira. Trata-se da proposta desenvolvida pela colega Laura Almeida (2022) e que tem como base a multifuncionalidade e integra:

- a) Criação de um complexo multifuncional
- b) Reativação do lagar e da fonte comunitária
- c) Criação de uma torre de observação/vigia
- d) Criação de um Albergue de apoio ao peregrino



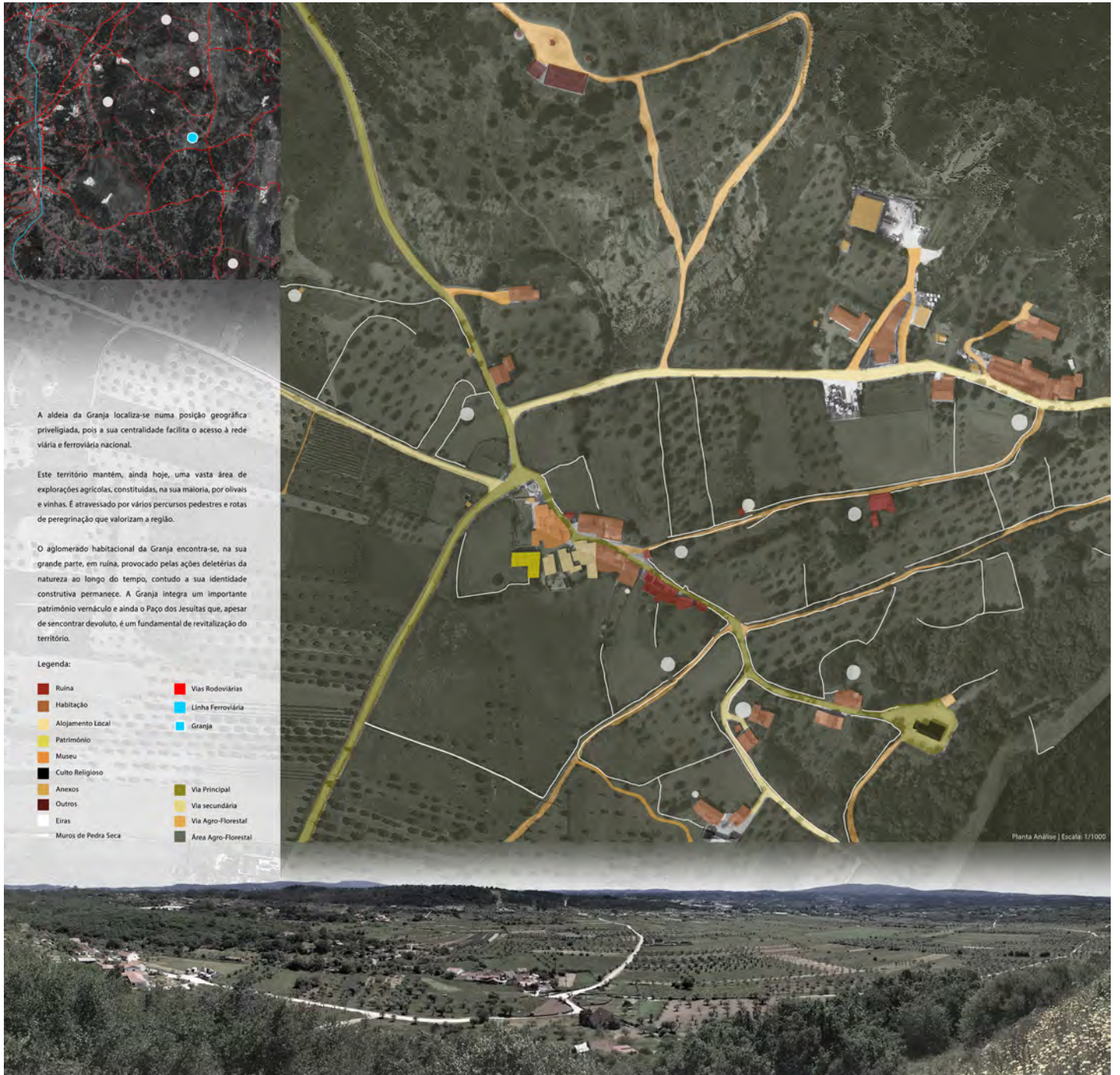


Fig. 120. Painel de Caracterização da aldeia da Granja



## Lugar da Granja

O lugar da Granja, localizado na freguesia de Santiago da Guarda, concelho de Ansião, é geograficamente, na Rede de Aldeias de Calcário, a mais central relativamente ao território de Sicó, e está muito próxima dos principais eixos rodoviários municipais e nacionais, estando 2 minutos a norte da estrada municipal mais próxima e a 3 minutos a oeste da estrada nacional que liga o Rabaçal a Ansião, que se encontram ambas a 11 minutos da Granja, que constituem comunidades mais desenvolvidas e capazes de fornecer todo o tipo de serviços.

Esta aldeia é um pequeno lugar, um núcleo muito pequeno onde residiam apenas 13 pessoas em 2019, das quais apenas 1 é criança. Esta ajuda a compreender o estado do seu edificado, que se encontra, na sua maioria, devoluto e, por isso, degradado e em alguns em ruína. Num bom estado de conservação podemos apenas encontrar o edificado direcionado ao alojamento local e ao turismo, que se localiza ao lado da ruína do Paço dos Jesuítas.

A Granja é uma aldeia muito ligada à agricultura pelo facto de estar inserida no Vale do Rabaçal, constituído por uma várzea que proporciona ao local um solo fértil e plano. Aqui existem maioritariamente oliveiras e vinha, que são elementos caracterizadores da região e cruciais para a sua economia.

A aldeia da Granja é organizada através de um eixo principal, a Rua Senhora da Orada, que liga o Paço dos Jesuítas à Capela da Senhora da Orada. É ao longo desta rua que estão as principais construções da aldeia. Além desta rua principal existe ainda a Rua da Fonte Nova, a norte, que é uma estrada municipal com construções mais recentes. Entres as duas ruas existe um caminho da terra que foi desde o início dos trabalhos identificado com um elemento crucial para a união destes dos núcleos de habitação.

A entrada da aldeia possui características que propiciam a sua configuração como o centro de identidade da aldeia, pela presença de espaço de convívio, uma fonte comunitária e um museu, ou seja, um equipamento de interesse coletivo.

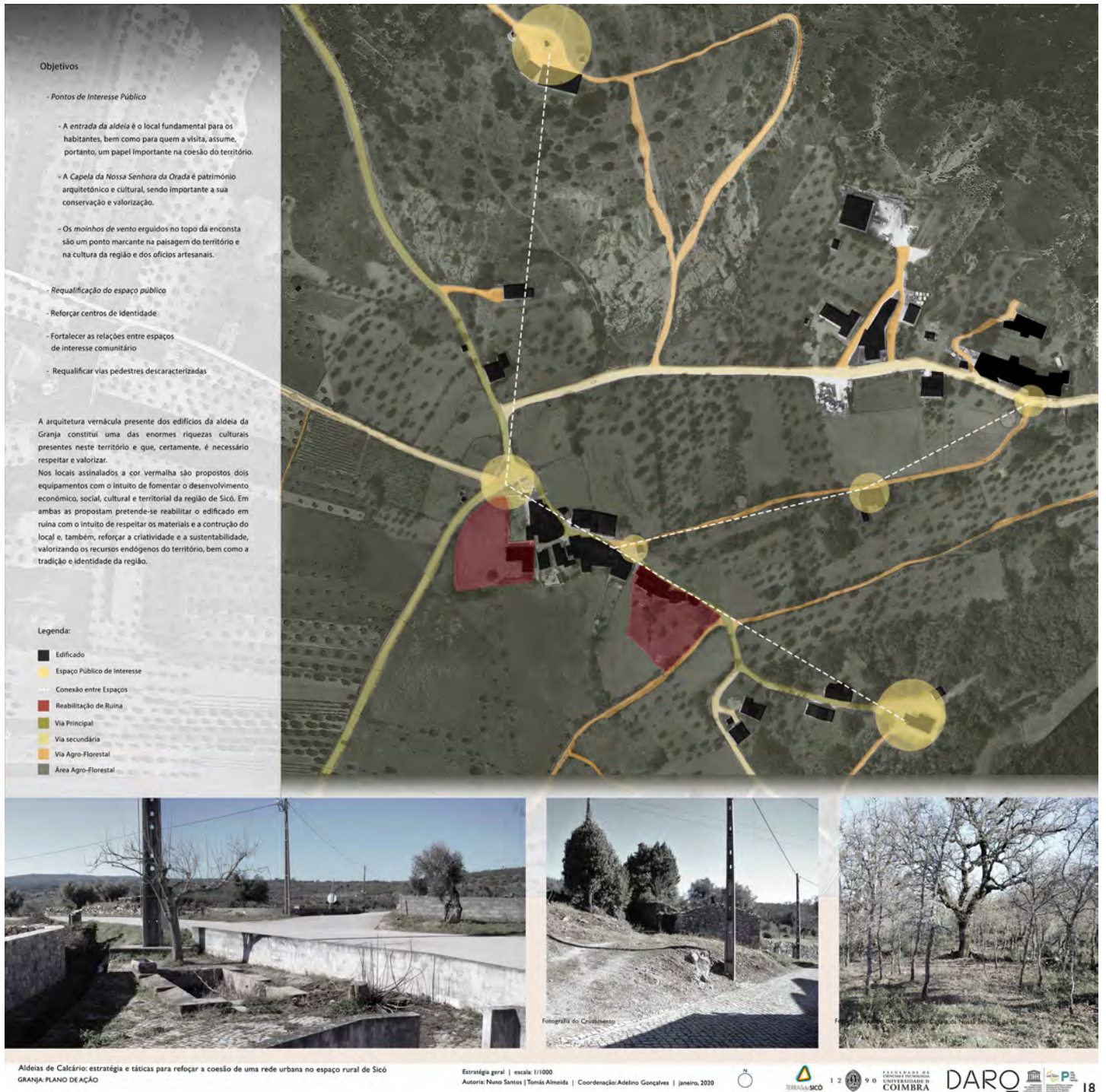


Fig. 121. Painel do Plano de Ação da aldeia da Granja

Mais a norte, no cimo de um monte, o Monte do Outeiro, encontramos um conjunto de moinhos de vento, que além de ainda exercerem a sua função ocasionalmente, são também o marco de um local privilegiado pela vista panorâmica que oferece sobre o vale e está equipado com mobiliário urbano para ocasiões de lazer.

A sua localização e bom serviço ao nível da rede viária criam um quadro potencial desta aldeia. No entanto, após a análise feita, foram identificados desafios complexos, como combater a diminuição da população e facilitar o acesso e a comunicação entre os dois conjuntos habitacionais, o mais recente e o mais antigo, bem como o acesso a pontos de interesse como é o caso dos moinhos do Outeiro.

Nesse sentido, o Plano de Ação para a aldeia da Granja, elaborado juntamente com o colega Nuno Santos (2022), contempla propostas de requalificação do espaço público, das quais:

- a) A requalificação da entrada da aldeia, mantendo os principais elementos caracterizadores do espaço, como a fonte e o lavadouro. Uniformizou-se o pavimento, estendendo-o até a um antigo acesso ao terreno do Paço dos jesuítas, onde foi colocado o EAV (Espaço de Apoio ao Visitante).
- b) A requalificação do caminho que une as duas ruas que constituem os núcleos habitacionais da aldeia, a rua Senhora da Orada e a rua da Fonte Nova.
- c) A reabilitação de dois edifícios presentes no caminho a requalificar, um na interseção entre a rua da Senhora da Orada e o caminho em questão, e outro durante o caminho a requalificar. Ambos planeados para albergar serviços básicos necessários para o reforço da dinâmica social da aldeia como restaurantes, cafés ou mercearias.
- d) A criação de um muro de pedra seca de modo a reforçar o eixo principal da aldeia e dando origem a um segundo centro de identidade junto ao edifício a reabilitar na interseção da rua da Senhora da Orada e do caminho a reabilitar
- e) A criação de um parque de merendas na área florestal a nordeste da capela da Senhora da Orada, para um bom aproveitamento do seu espaço envolvente em ocasiões de convívio comunitário, como é o exemplo da romaria que celebra anualmente na Quinta-feira de Ascensão, com início na igreja Matriz de Santiago da Guarda e segue em direção à capela.
- f) A definição de um caminho de acesso ao miradouro dos moinhos do Outeiro, no cimo do monte do outeiro, criando ligação entre o miradouro e o conjunto edificado da rua da Fonte Nova.





Fig. 122. Painel de Propostas de Requalificação do Espaço Público da aldeia da Granja



Além das propostas relativas ao espaço público na aldeia, o Plano de Ação da Granja prevê ainda a instalação de dois programas distintos, mas que visam os mesmos objetivos: desenvolver e inovar a dinâmica da aldeia e valorizar o património arquitetónico construído. os programas são:

### O albergue “O Paço do Peregrino”

A criação de um albergue para peregrinos e cujo programa integra um espaço comunitário que incentiva a interação entre peregrinos e habitantes. Trata-se de um projeto realizado pelo autor deste trabalho e é concretizado com a reabilitação do Paço dos Jesuítas, localizado junto à entrada da aldeia, o edifício que mais se destaca quando chegamos à aldeia pela rua de Monte Alvão que vem de Santiago da Guarda.

### O Laboratório Sicó

Um laboratório colaborativo proposto pelo colega Nuno Santos (2022) e que podemos imaginar como sendo um novo perfil de atuação da associação Terras de Sicó, com o intuito de promover a inovação territorial através da interação entre a academia, o poder local e a população.

A sua concretização traduz-se na reabilitação de um conjunto edificado com características que permitem dizer que representam o património vernáculo de Sicó, um casal agrícola. Um projeto focado na gestão, investigação, divulgação e monitorização da região de Sicó e dos recursos endógenos que esta oferece.



Fig. 123. Planta do Piso 1 e 2 Existente do Paço dos Jesuítas





Fig. 124. Imagens do exterior do Paço do Jesuítas e do espaço da antiga capela



## Paço dos Jesuítas: Morfologia e Intervenção

Na aldeia da Granja, lugar antigamente denominado Cabeça de Façalamim, está localizado o Paço da Granja dos Jesuítas que, segundo Paiva (2019), terá dado o nome Granja à localidade. O Paço dos Jesuítas terá sido construído pela Ordem da Companhia de Jesus no final do século XVII, o que pode ser comprovado por duas inscrições: uma no pórtico da capela que existia no interior edifício, que diz “IGNCIO DE LOYOLA DA COMPA DE HIS ROGAI POR NOS”; outra na padieira de uma das portas que tem inscrito a data “1693” e o símbolo da ordem “IHS”.

A chegada dos Jesuítas a Portugal terá ocorrido durante o século XVI, a convite de D. João III e com o objetivo de apoiar a nação na evangelização do Oriente. Os jesuítas rapidamente se tornaram uma força importante na sociedade portuguesa, nomeadamente com a fundação de colégios e missões, apoiando a Coroa nas guerras e nos empreendimentos coloniais, e permaneceram no país até à sua expulsão em 1759 por Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal.

Segundo Coutinho (1986), em 1717, a Companhia de Jesus, foi aprovada pela

*“bula Regimini militantes Ecclesiae, a 27 de setembro de 1540, de Paulo III, obteve mais seis residências, de que a segunda era a de Falsalamim, pelo facto de o Colégio do Espírito Santo de Évora ter benefícios estabelecidos nesta terra.” Coutinho (1986, p.196)*

Ainda que a construção do Paço remeta aos finais do século XVII, estima-se que a presença dos jesuítas nesta região remonta a meados do século XVI. De facto, segundo Paiva (2019), existem vestígios da presença dos jesuítas no Alvorge, nomeadamente uma inscrição da sigla dos jesuítas num edifício parcialmente demolido junto à capela de espírito Santo, do qual foram retiradas pedras para reutilização noutras construções.

O Paço dos Jesuítas funcionava como paço e residência, e era ocupado pelos membros da ordem jesuíta. Devido à avançado estado de degradação do edifício e à escassez de documentos relacionados com o edifício, é apenas possível pressupor as funções exercidas em cada divisão, bem como a imagem que este edifício apresentava no seu perfeito estado de conservação, através de interpretações baseadas nas evidências arquitetónicas remanescentes.







Fig. 126. Imagens do interior do Paço do Jesuítas



Esta construção setecentista em forma de “L”, constituída por dois volumes de planta retangular, com os alçados de maior dimensão direcionados a Norte e Nascente, assume uma presença que se destaca das restantes construções da aldeia. Esta afirma-se pela sua dimensão e apresenta elementos arquitetónicos decorativos, como um pórtico, cornijas e nichos, que a caracterizam e a associam à arquitetura religiosa.

A partir da tipologia apresentada pelo edifício, é possível assumir que as funções eram distribuídas de forma idêntica aos padrões da arquitetura popular da região, onde o piso superior se destinava ao convívio e aos dormitórios, enquanto o piso inferior, com um pé direito mais reduzido, se destinaria a arrumos e abrigo de animais. No entanto, devido à avançado estado de degradação do edifício, este encontra-se já sem a estrutura e pavimento do piso superior, podendo apenas perceber o nível onde este se encontraria através de marcas nas paredes e das cavidades onde estavam as entregas das vigas que suportavam o pavimento do piso superior.

No alçado Nascente encontra-se a entrada principal do edifício, que acontece no piso superior através de um patamar elevado cerca de 1 metro do nível da rua, ao qual se acede por degraus em pedra calcária. Deste patamar temos acesso à entrada principal e ao pórtico de entrada da antiga capela. A existência da capela é evidenciada por um nicho de grande dimensão, existente na parede do alçado sul, que daria lugar ao altar. Segundo Coutinho (1986), esta capela seria revestida com painéis de azulejo azuis e brancos. A capela tem uma porta que nos leva ao átrio de entrada do edifício, onde acontece a distribuição para os dormitórios e para os espaços de uso coletivo como a sala e a cozinha. No seguimento do átrio de entrada, temos duas pequenas divisões que se supõe terem sido os dormitórios do Paço.

No interior do alçado norte encontramos um espaço mais amplo que provavelmente correspondia ao espaço de convívio, de refeições e da cozinha, esta última possivelmente situada junto à chaminé que ainda permanece, no alçado poente. Era também neste espaço que provavelmente estariam umas escadas de acesso ao piso inferior, localizadas logo em frente à porta que acede ao átrio de entrada.

No alçado norte, já bastante deteriorado, presume-se a preexistência de dois vãos com varandim em cantaria de pedra, iguais aos dois que ainda subsistem no alçado sul, ainda que já não tenham a padieira. No alçado sul também encontramos dois espaços já sem as paredes divisórias, que possivelmente seriam dois dormitórios ou também





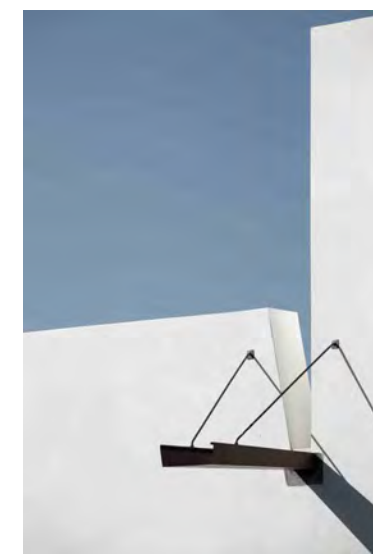
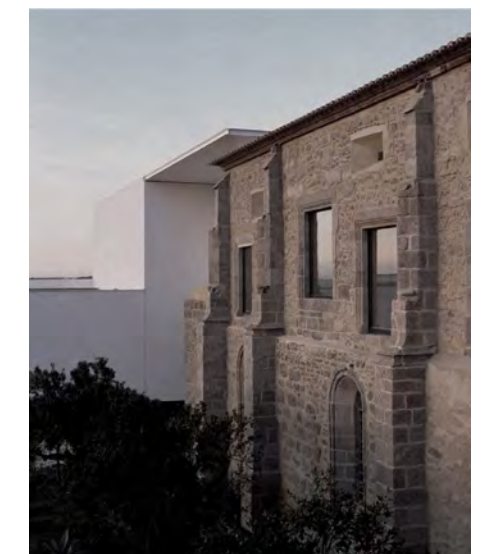


Fig. 128. Algumas referências de projetos de arquitetura que influenciaram a elaboração do projeto



espaços de convívio dada a presença de janelas com “conversadeiras”. A rematar o alçado Poente encontramos uma varanda com dois arcos de grande dimensão, que se apoiam em volumosos pilares de pedra. Estes são privilegiados pela vista sobre o vale e o terreno que pertence ao edifício. O piso inferior do edifício tem a mesma organização espacial do piso superior, com dois vãos de entrada no alçado norte e com janelas de pequena dimensão no alçado norte e sul.

O terreno do Paço dos Jesuítas, com cerca de 2200 m<sup>2</sup>, é delimitado por muros de pedra seca em todo o seu perímetro e, além do edifício, podemos nele encontrar também um pombal em alvenaria de pedra colocada espaçadamente, criando cavidades onde os pombos faziam os seus ninhos.

O Paço dos Jesuítas possui valores reconhecidos pela comunidade local, que lhe atribui uma significativa importância enquanto património histórico e identitário da região. Este edifício, além de representar um testemunho do passado e da ocupação jesuíta, é também representante da herança cultural, despertando um sentimento de apreço entre os habitantes locais. Este nível de importância levantou questões acerca das possíveis transformações a serem realizadas nesta reabilitação. Estas questões poderão não ser tão sensíveis se comparadas com as que se levantam no caso de projetos de reabilitação de edifícios classificados como património histórico e cultural, como, por exemplo, Castelvecchio, por Carlo Scarpa, uma obra terminada num ano simbólico para a questão do património, 1964, ano em que foi adotada a Carta de Veneza pelo ICOMOS e na qual são defendidos princípios de intervenção que Scarpa ensaiou. No contexto nacional, a Pousada Flor da Rosa de Carrilho da Graça (1995) ou do Convento de Santa Maria do Bouro de Eduardo Souto Moura (1996), também são exemplos do quão sensível é a questão da intervenção em edifícios ou conjuntos com importância histórica.

No entanto, é importante destacar que o Paço dos Jesuítas não é um edifício protegido por via de classificação como património e por aí não obrigar a seguir diretrizes de reabilitação como as estabelecidas pela Carta de Veneza. Ainda assim, tendo em conta o valor que representa para a comunidade local, foi desde início assumido como tal, tendo no exercício de projeto procurado manter a imagem geral do que é reconhecido pela comunidade como Paço dos Jesuítas.

Nesse sentido, projetos desta natureza foram tidos como referência para a reabilitação do Paço, bem como edifícios jesuítas como é o caso do Colégio dos Jesuítas no Funchal, Madeira.



Fig. 129. Locais escolhidos para exemplificar as intervenções de apoio à peregrinação



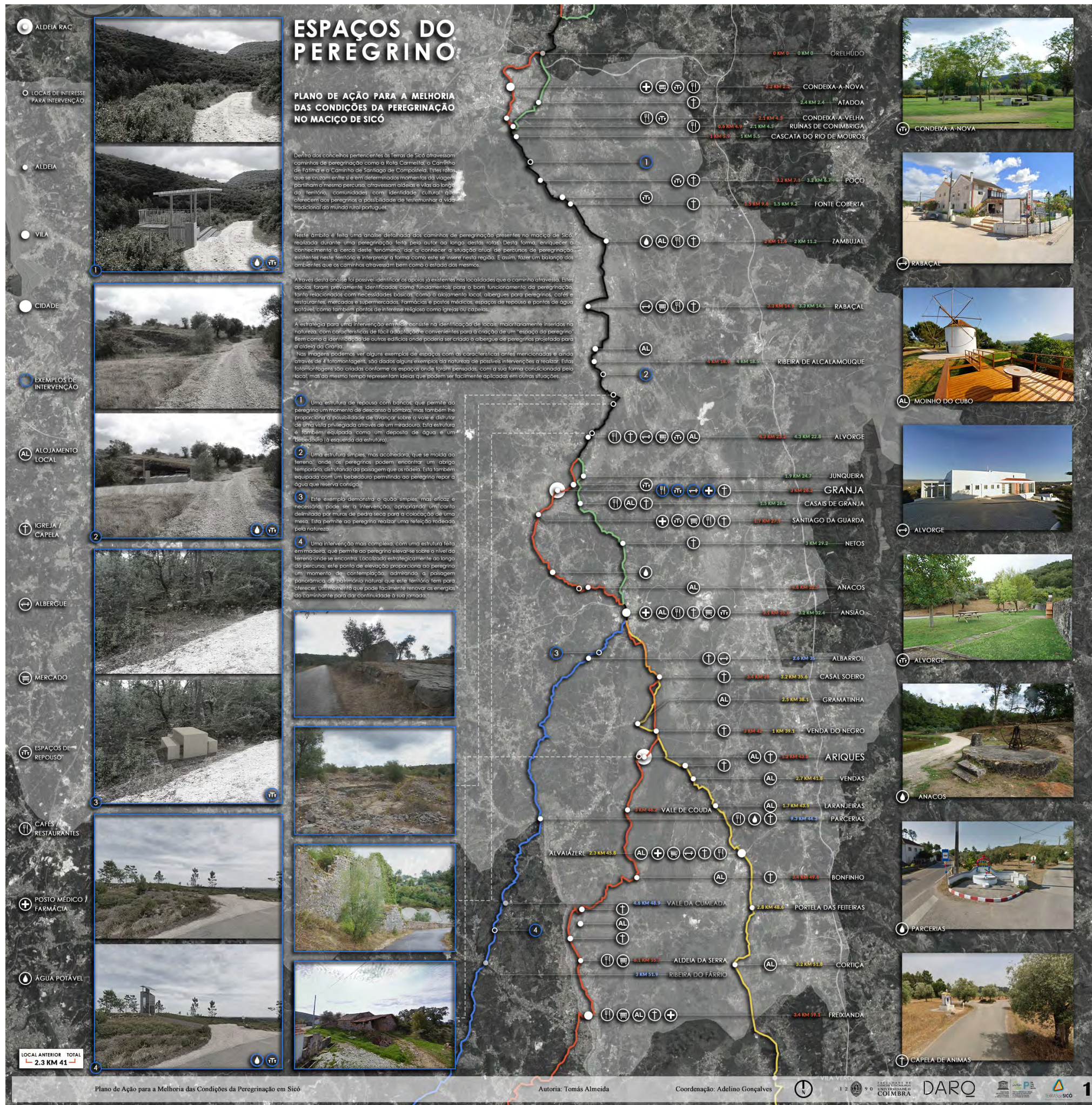


Fig. 130. Plano de Ação para a melhoria das condições da peregrinação em Sicó

— Caminho de Fátima — Caminho de Santiago — Rota Carmelita — Todos os Caminhos — Caminho de Santiago e Caminho de Fátima — Caminho de Santiago e Rota Carmelita



## **Apoio à peregrinação em Sicó**

Integrada na Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Agregadores Sociais, Centros de Saber e Experiência, a estratégia de apoio à peregrinação em Sicó defendida nesta dissertação foi desenvolvida com base na consulta bibliográfica sobre o tema e na análise dos caminhos de peregrinação que atravessam o território de Sicó – Caminho de Fátima, Caminho de Santiago e Rota Carmelita – e que dentro dos limites do mesmo completam cerca de 45 km, 57 km e 59 km respetivamente. A análise foi feita através de uma peregrinação realizada pelo autor e complementada com pesquisa de modo a listar todos os apoios existentes ao longo destas rotas.

Através desta análise foi possível identificar os apoios existentes nas localidades que o caminho atravessa, sejam apoios relacionados com necessidades de alojamento, como albergues para peregrinos e alojamento local, como outras necessidades básicas, como alimentação –(cafés, restaurantes, mercados e supermercados), saúde (farmácias e postos médicos), espaços de repouso e pontos de água potável, como também pontos de interesse religioso, como igrejas ou capelas. Estes apoios são fundamentais para o bom funcionamento da peregrinação e, dada a sua natureza enquanto percurso, implicando diferentes lugares, é fundamental pensá-los em rede.

Ao longo do território de Sicó, a estratégia para uma intervenção em rede consiste na identificação de locais, muitos inseridos em espaço natural, com características que permitam uma adaptação fácil e conveniente para a criação de “espaços do peregrino”. Com a peregrinação realizada, foi possível identificar alguns locais ao longo do percurso com estas características (Fig. 129) . Entres os locais selecionados, foram escolhidos 4 para ilustrar, através de fotomontagens, as intervenções propostas.

O primeiro caso consiste na criação de uma estrutura de repouso, que permite ao peregrino fazer uma pausa na sua caminhada, descansar à sombra, e é agregada a um miradouro, que permite ao peregrino disfrutar de uma vista privilegiada sobre o vale onde esta estrutura se insere. Além disso, esta estrutura é equipada com um bebedouro, com um depósito de água, dada a inexistência (normal) de uma rede de abastecimento.

A segunda proposta consiste na criação de uma estrutura de repouso que se molda

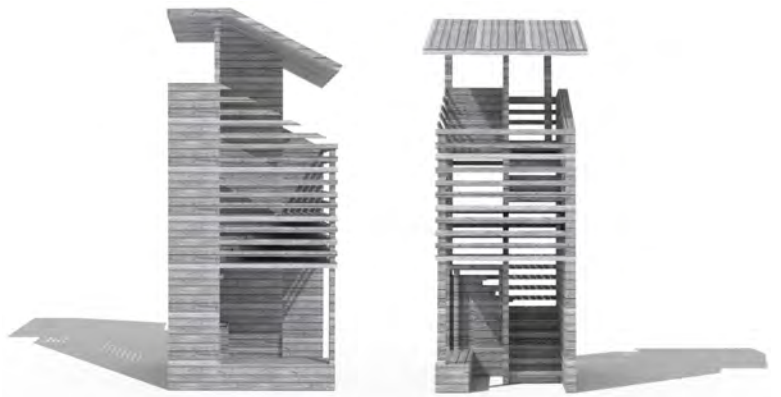
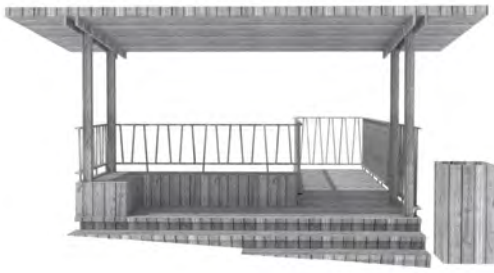


Fig. 131. Exemplos de intervenções para a melhoria das condições da peregrinação em Sicó



ao terreno, apoiada em muros de pedra seca, e proporciona uma sombra aos peregrinos numa área crucial, providenciando também um bebedouro com depósito de água.

A terceira proposta demonstra o quão simples, mas eficaz, pode ser a intervenção para dar resposta a uma necessidade do peregrino. Trata-se da apropriação de um espaço delimitado por muros de pedra seca para a colocação de uma mesa. Um lugar assim criado permite ao peregrino realizar uma refeição, em condições confortáveis, rodeado por natureza.

Por fim, a última proposta diz respeito a uma intervenção que proporciona ao peregrino uma experiência sensorial diferente com o território que se encontra a percorrer: a criação de uma torre de vigia. Uma torre permite não só ao peregrino, mas a todos os visitantes, contemplar a paisagem e também dar uma noção geográfica ao caminhante. Esta estrutura feita em madeira, é também equipada com um bebedouro com depósito de água.

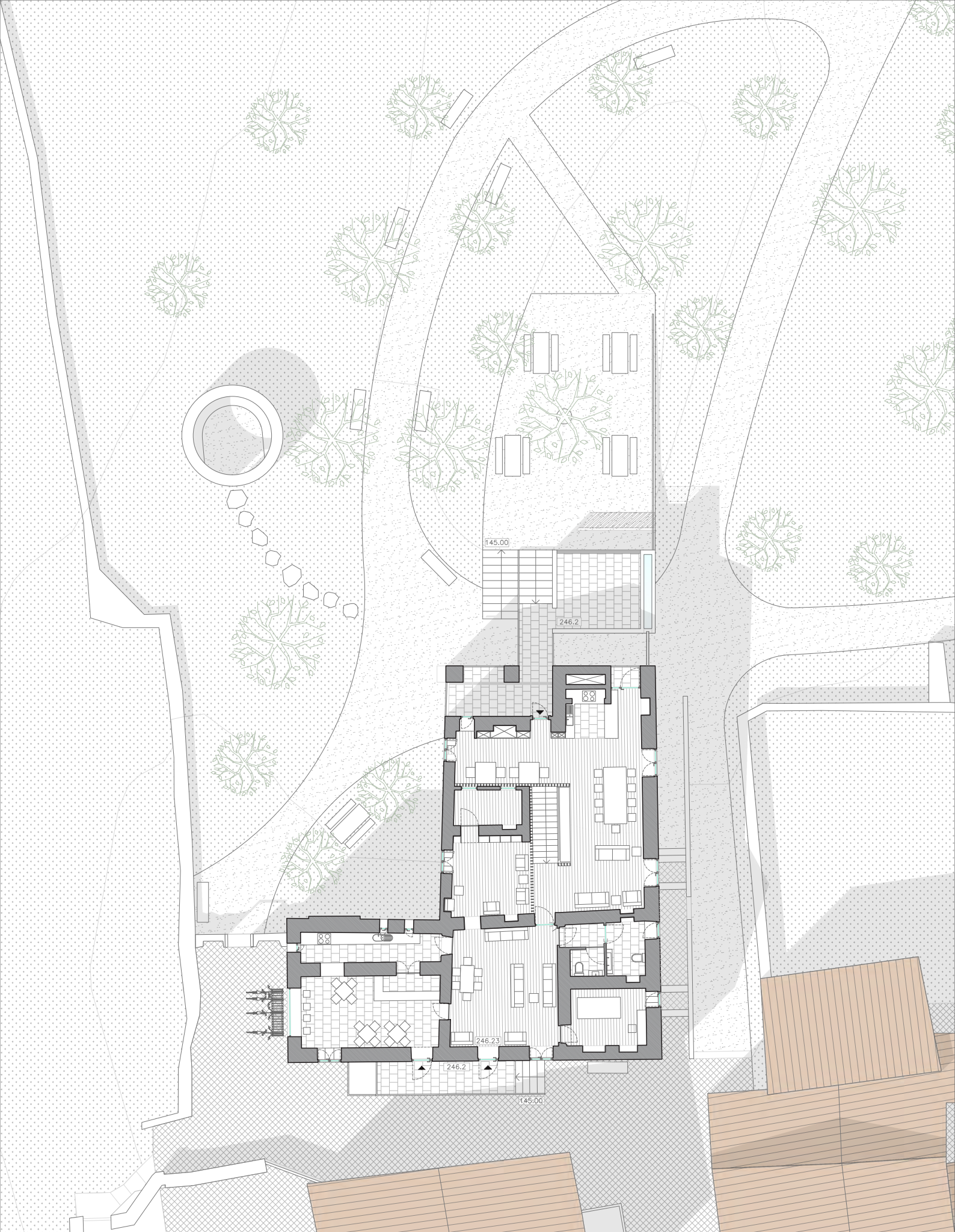


Fig. 132. Planta do Piso 1 | Escala 1:200



## **Albergue “O Paço do peregrino”**

### **Conceito**

O conceito do projeto começa por conferir os objetivos da estratégia global Aldeias de Calcário através da reabilitação do Paço dos Jesuítas, um edifício que representa a memória da ocupação jesuíta nesta comunidade. Ainda que não esteja classificado como um bem do património arquitétonico cultural, este estatuto é lhe reconhecido pela comunidade local que o valoriza como um elemento identitário e histórico da região.

A reabilitação proposta materiliza a intenção de incentivar a interação entre peregrinos e habitantes da aldeia através de um programa multifuncional. Este programa é composto por duas areas funcionais distintas, mas que se complementam entre si: uma diz respeito ao albergue, a outra ao café/loja e um espaço de convívio que, em conjunto, contribuem para o desenvolvimento económico e social da aldeia e dão resposta a algumas das necessidades básicas do peregrino. Além disso, é ainda criado um posto médico de apoio ao peregrino e também à aldeia.

A criação do albergue vem dar resposta à necessidade de alojamento de peregrinos da Rota Carmelita, atraindo desse modo mais peregrinos a percorrerem este percurso e a pernoitarem nesta aldeia. Os peregrinos que embarcam nestas jornadas procuram experiências autênticas e sustentáveis, sendo, por esse motivo, um público-alvo para o desenvolvimento sustentável de comunidades frágeis nos domínios social e económico. Além disso, o albergue também gera emprego, relativo às suas necessidades básicas de manutenção do edifício e ao serviço de cafetaria e alimentação.

A criação de um café/loja permite enriquecer a experiência do peregrino ao oferecer a oportunidade de experimentar produtos típicos da região, enquanto gera emprego e permite aos habitantes divulgarem e comercializarem os seus produtos, gerando um ciclo de oferta e procura.

A criação de um posto médico, nao só para dar apoio aos peregrinos em possíveis lesões que tenhm ao longo da sua jornada, como também para apoiar a comunidade da granja e as pequenas comunidades que a rodeiam como o outeiro ou a junqueira, com uma unidade médica



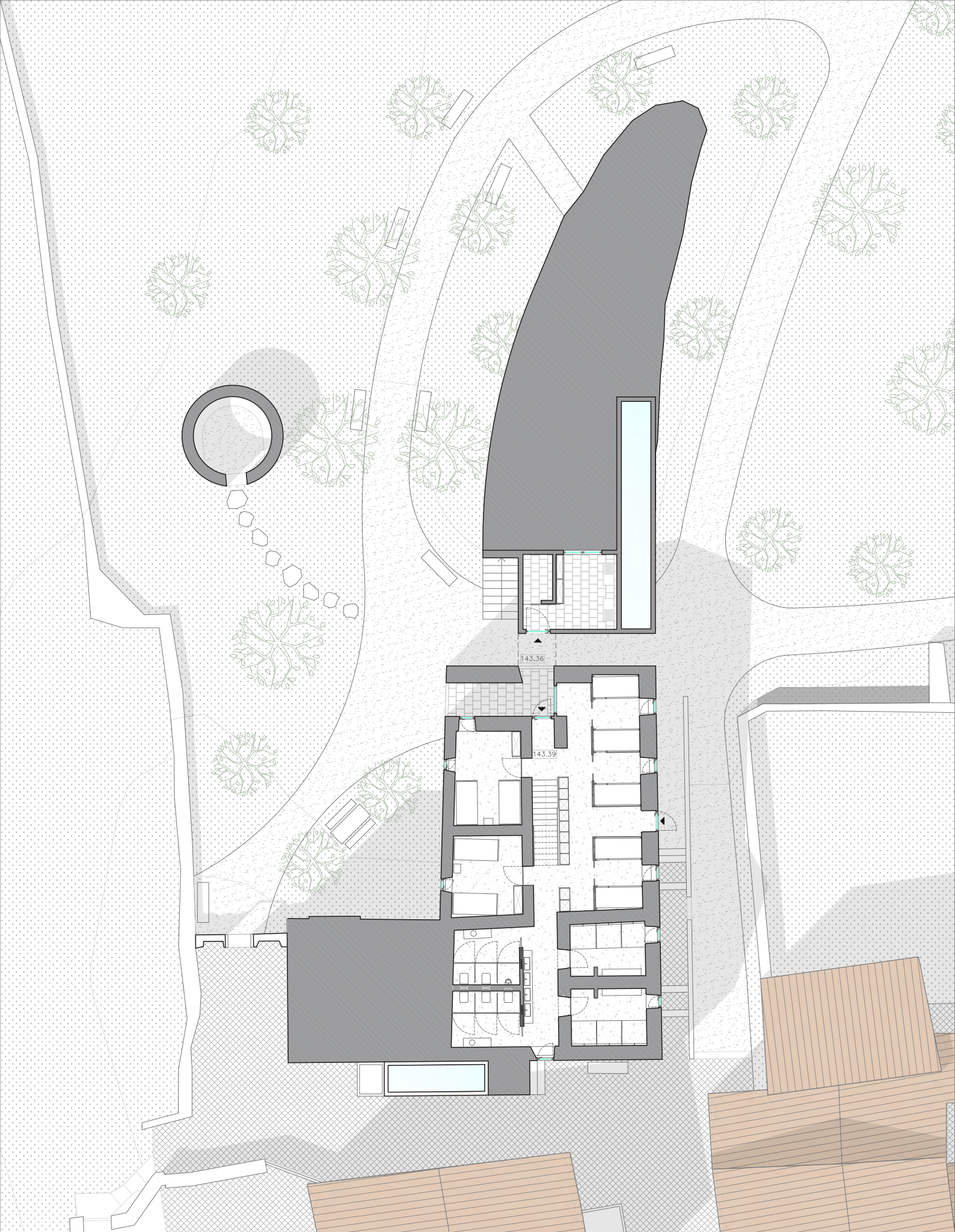


Fig. 133. Planta do Piso 0 | Escala 1:200



A criação de um espaço comunitário para o desenvolvimento da dinâmica social da aldeia, proporciona um ambiente que incentiva a interação e a partilha entre os habitantes e os peregrinos. A troca de experiências e a partilha de histórias, não só cria um ambiente acolhedor, como contribui para uma melhor compreensão da cultura local por parte dos visitantes. Este espaço, além de enriquecer a experiência dos peregrinos, também fortalece a histórica relação que esta freguesia tem com a peregrinação.

Além disso, este espaço comunitário poderá albergar eventos culturais, atividades sociais, iniciativas de colaboração com associações locais como a Terras de Sicó, que promovam a coesão social da região e que consequentemente agregam valor à estadia do peregrino.

Agregado a este espaço comunitário, está uma pequena biblioteca onde é possível disponibilizar livros, revistas e documentos para o uso dos habitantes e dos peregrinos. Entre o material disponibilizado neste espaço, deverão existir temas para enriquecer e elucidar os leitores sobre o território, os patrimónios nele inseridos, os seu valores, produtos e tradições, e também sobre a peregrinação e a relação que com ela tem a freguesia.

Ainda dentro dos limites do terreno do Paço dos Jesuítas, o antigo pombal é reabilitado e reinterpretado como um pequeno retiro espiritual. A criação de um espaço de reflexão pretende enriquecer a experiência espiritual do peregrino, valorizando a forte motivação religiosa ainda presente na prática da peregrinação.

Assim, este albergue vem transformar uma aldeia que era apenas um local de passagem para o peregrino, num ponto de encontro com a cultura local, onde se partilham experiências e se fortalecem relações interpessoais, beneficiando de igual modo os habitantes e os peregrinos.



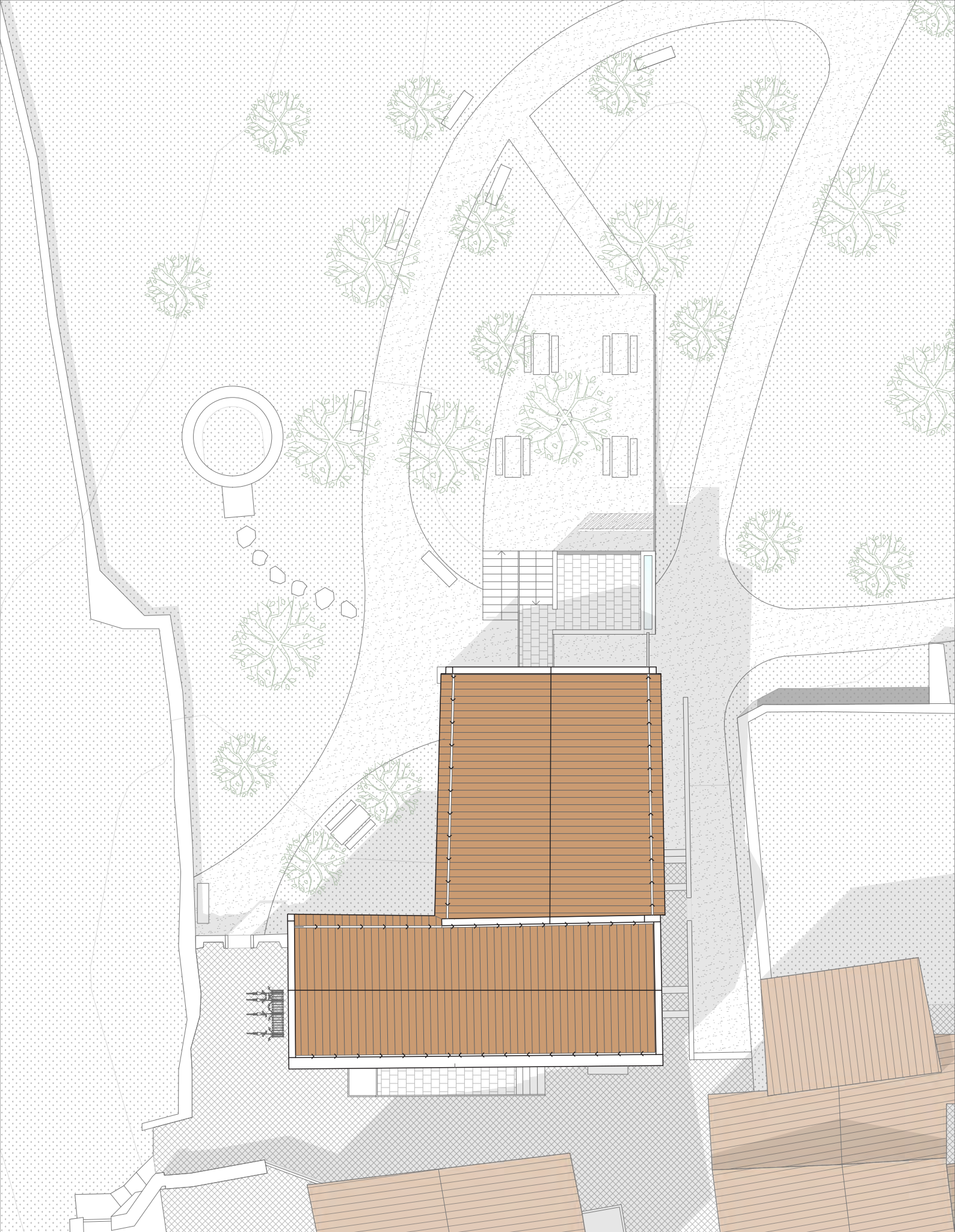


Fig. 134. Planta de Cobertura com indicação da circulação das águas pluviais | Escala 1:200





### **Espaço e Forma**

Como foi referido anteriormente, o exercício de projeto teve sempre como base a preservação da imagem geral do Paço dos Jesuítas. Procurou-se manter a volumetria atual do edifício, de modo a preservar a sua identidade visual e reconhecida pela comunidade local, valorizando a importância da preservação da memória coletiva associada pela região.

No entanto, devido à escassez de documentos que retratem a imagem original do Paço dos Jesuítas, o atual estado avançado de degradação do edifício representa a única referência visual conhecida pela comunidade. Por isso, qualquer imagem resultante da intervenção, embora possa assemelhar-se à aparência original que o edifício teve no passado, será, inevitavelmente, uma imagem renovada.

Este desafio destaca a importância de interpretar o equilíbrio entre o restauro e a criação de uma nova identidade visual que respeite a história do lugar, ao mesmo tempo que se procura adaptar às exigências atuais, à nova função do edifício e às expectativas da comunidade local.

Neste sentido, o projeto começa por realçar a multifuncionalidade do edifício através da cobertura. Esta é projetada dando a sensação de se tratar de dois edifícios distintos. Neste sentido são feitas duas coberturas independentes, tendo em conta a forma em “L” do edifício, onde as águas do volume a nascente marcam a sua inclinação no alçado norte. Esta solução vem também contribuir para a criação de um percurso das águas pluviais para o seu armazenamento, onde se procurou armazenar as águas da chuva na sua totalidade.

O armazenamento das águas pluviais é feito em dois depósitos, um de maior dimensão, com aproximadamente 23 m<sup>3</sup> e uma capacidade de armazenamento de aproximadamente 23 000 litros de água, numa construção nova criada em frente ao alçado Poente, o outro, de menor dimensão, com aproximadamente 8 m<sup>3</sup> e uma capacidade de armazenamento de aproximadamente 8 000 litros de água. Este com influência nos métodos usados na arquitetura popular local, criado através da reconstrução do patamar de entrada do edifício, inserindo o reservatório sob o mesmo.

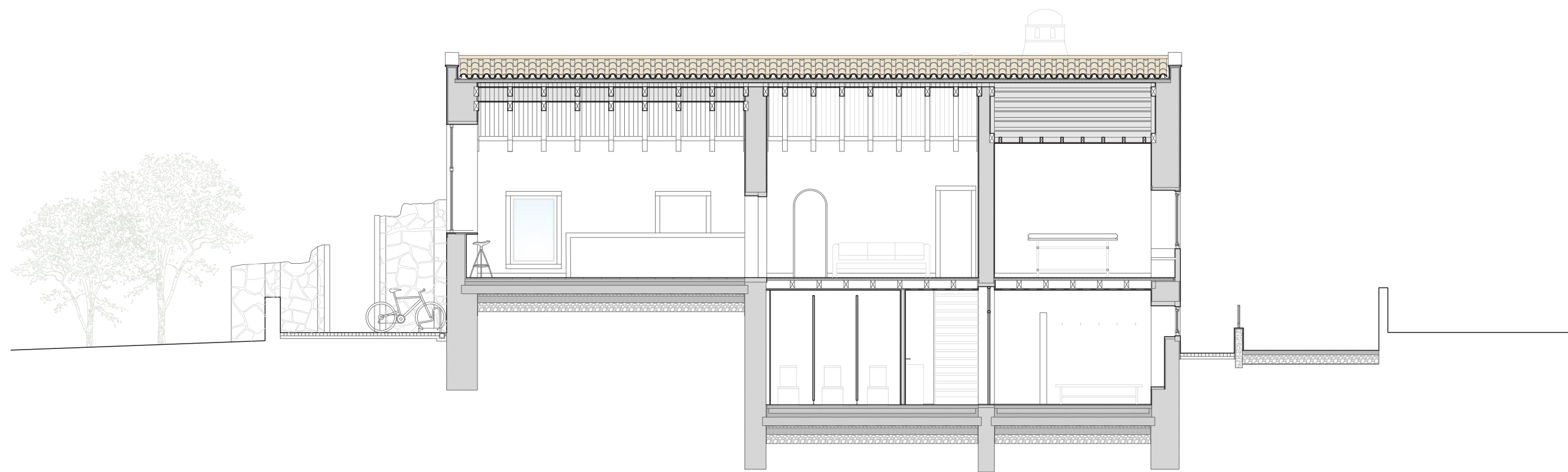
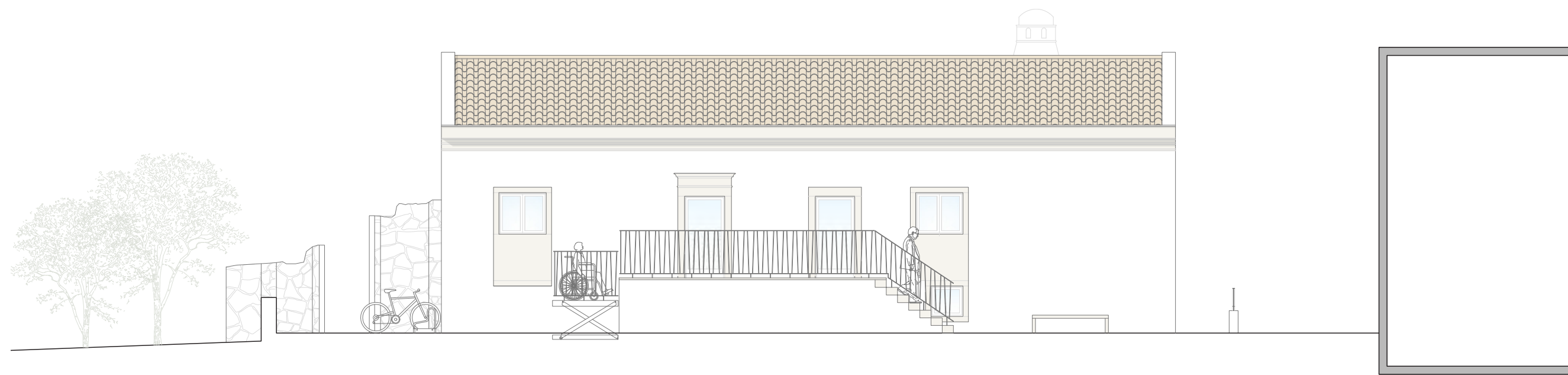


Fig. 135. Alçado Nascente e Corte AA'

A recolha das águas para o reservatório do patamar de entrada é feita apenas pela cobertura a nascente, enquanto a recolha das águas para o reservatório do anexo, depois de realizar o percurso ilustrado na figura 134, acontece através de uma gárgula que se encontra no alçado poente, que proporciona uma queda de água sobre o muro da cobertura habitável da construção nova, criando um pequeno espelho de água.

Assim, toda a água da chuva é encaminhada para os reservatórios, eliminando a presença de tubos de queda, sendo os mesmos apenas necessários nos depósitos em caso de atingir a capacidade máxima de armazenamento. O armazenamento de águas pluviais permitirá o seu uso no edifício, em situações que não seja necessário o uso de água para consumo, casos como máquinas de lavagem, sanitas e irrigação.

Neste anexo, além de conter o reservatório de águas pluviais, é integrado também um espaço de lavandaria, com tanques de lavagem de roupa, e uma cobertura habitável, criando uma extensão da varanda já existente no edifício.

O terreno do Paço alberga o Espaço de Apoio ao Visitante (EAV), que transforma o que era uma área privada do terreno do Paço numa área de circulação pública da aldeia. Por este motivo, a construção nova vem desempenhar também a função de separador, para permitir ao Paço continuar a ter uma área exterior mais privada e direcionada aos peregrinos.

Desta forma, o anexo faz a contenção de uma elevação do terreno criada para diferenciar a privacidade dos espaços exteriores envolventes ao edifício. Este patamar natural eleva-se fluidamente a 1,60 m do nível do terreno, e neste é criado um parque de merendas. A poucos metros do Paço, do lado semiprivado do terreno, encontramos o antigo pombal, que passa a exercer a função de espaço espiritual e de reflexão, criado principalmente para os peregrinos que caminham por motivos religiosos e espirituais.

No interior do Paço temos o espaço comunitário como átrio de entrada e de distribuição, que nos dá acesso a todos os espaços do primeiro piso, nomeadamente, o café/loja, que é responsável por fazer a receção aos peregrinos, bem como a venda de produtos endógenos e serviço de café. Neste espaço, é aberto um novo vão em arco, de grande dimensão e virado a sul, que procura iluminar de forma abundante este espaço. Este vão ocupa o espaço onde se encontraria o nicho do antigo altar.

Outro espaço é o posto médico, criado não só para auxiliar os peregrinos em possíveis

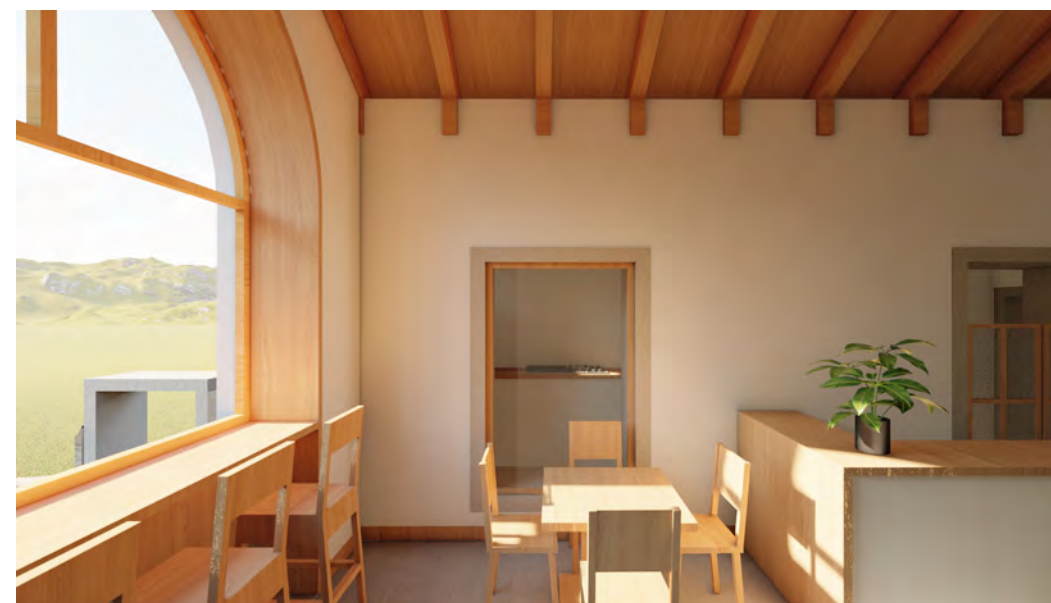


Fig. 136. Fotomontagens da antiga capela transformada no café/loja



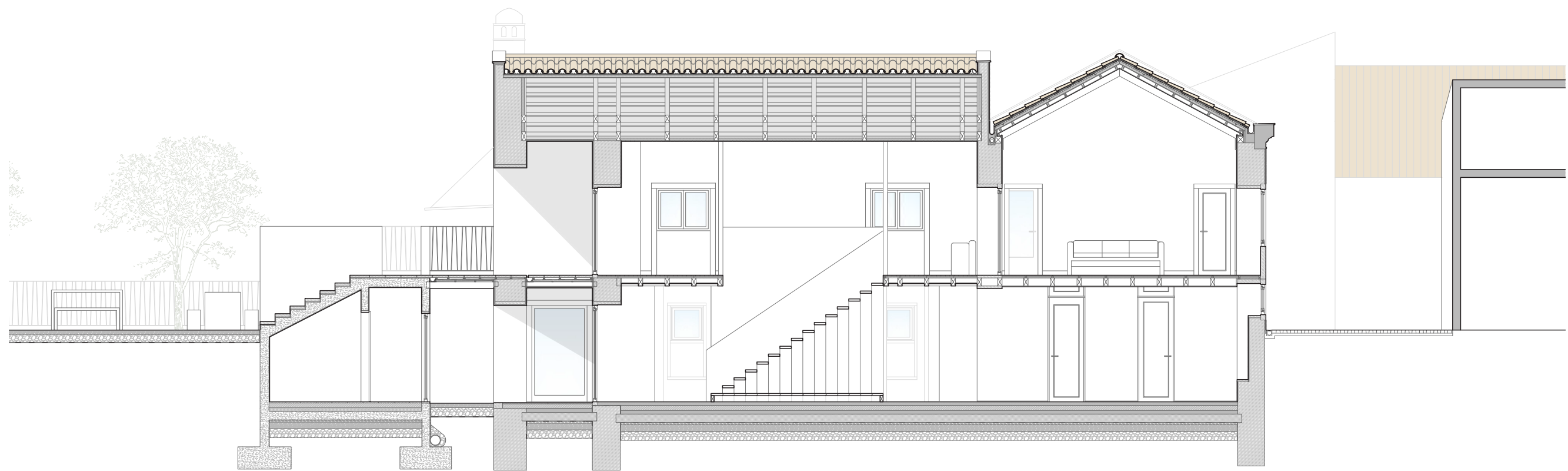
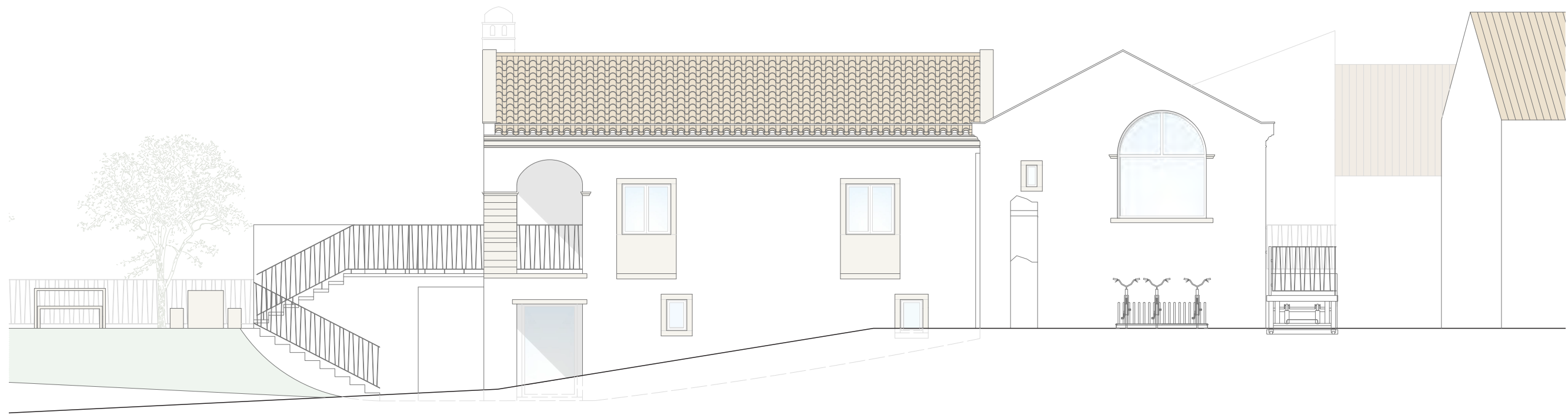


Fig. 137. Alçado Sul e Corte DD'

lesões, como também para a existência de um espaço medico que apoie os habitantes da aldeia e das localidades envolventes.

O programa contempla também uma pequena biblioteca, acedida por um vão em arco, que assume esta forma devido ao aproveitamento de um nicho preexistente, que permitir o acesso a este espaço pelo átrio de entrada. Este espaço relaciona-se diretamente com a zona privada aos peregrinos, de modo que a separação dos espaços é feita através de um ripado de madeira, que impede transitar entre os dois espaços, mas permite o contacto visual e auditivo. Esta solução vem afirmar a viva intenção deste programa de incentivar a relação entre os peregrinos e os habitantes, criando um momento em que ambos são obrigados a reconhecer a presença um do outro no edifício.

O último acesso desde o átrio é para a Sala do Peregrino, um espaço amplo com zona de estar, refeição e cozinha que partilham o mesmo ambiente. É também neste espaço que é feito o acesso vertical ao piso inferior através de umas escadas localizadas logo de frente para a porta que acede ao átrio de entrada.

No piso inferior conferem-se os dormitórios para os peregrinos, onde encontramos 2 quartos de carater mais privado, cada um com duas camas, e um espaço mais amplo com 5 beliches, dando uma capacidade total ao albergue de albergar 14 pessoas. O quarto de beliches permite o acesso ao exterior através de um corredor que confere também o acesso aos beliches. De modo a porporcinar a possibilidade de privacidade neste espaço mais amplo, os acessos aos beliches contem portas de correr.

O corredor principal contem um armário em madeira com compartimentos individuais, que atua como delimitador do espaço, separando o mesmo das escadas e criando uma barreira para a passagem de luz e som proveniente do piso superior. Este piso está equipado com instalações sanitárias e zona de banhos.

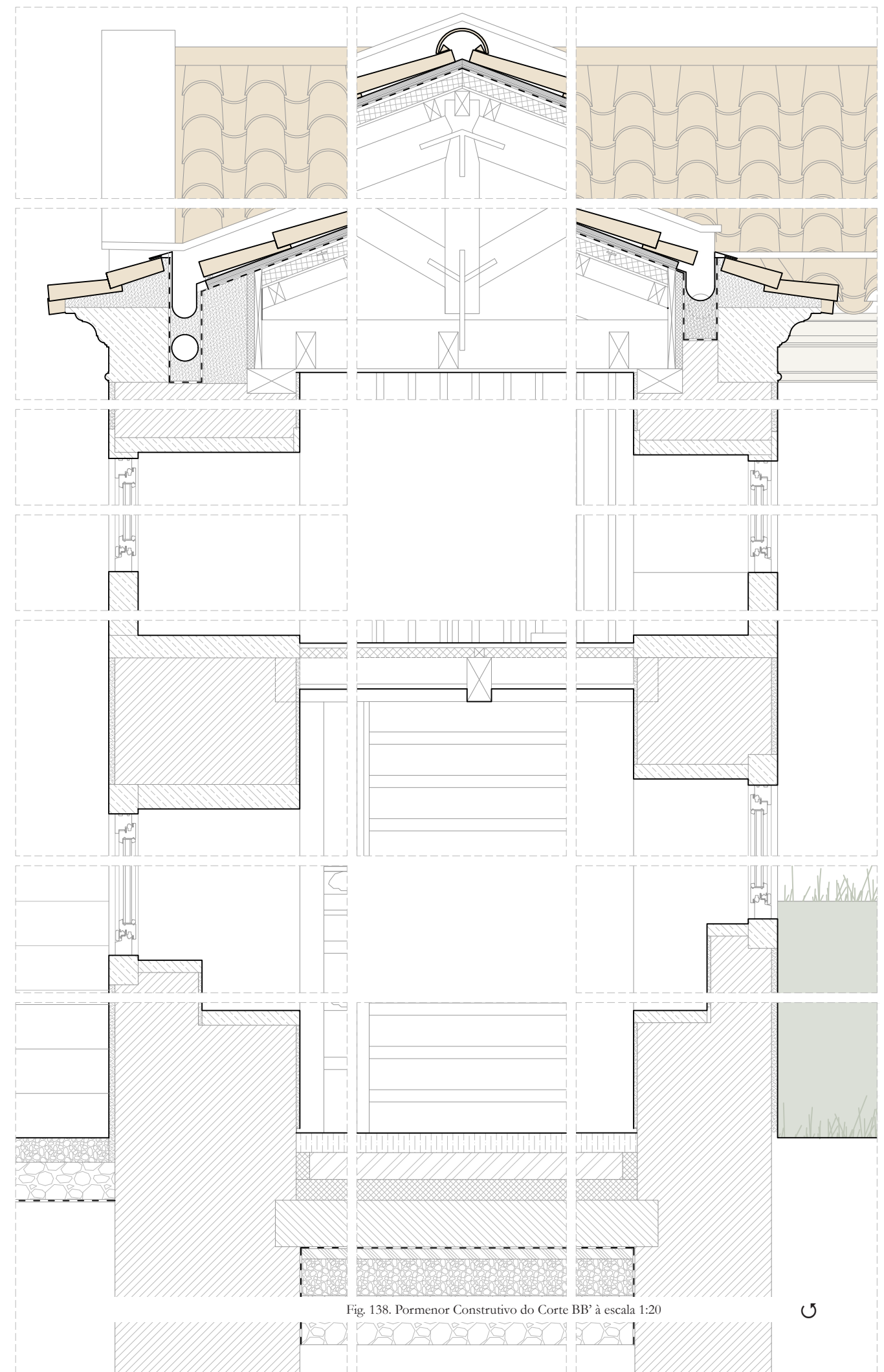


Fig. 138. Pormenor Construtivo do Corte BB' à escala 1:20

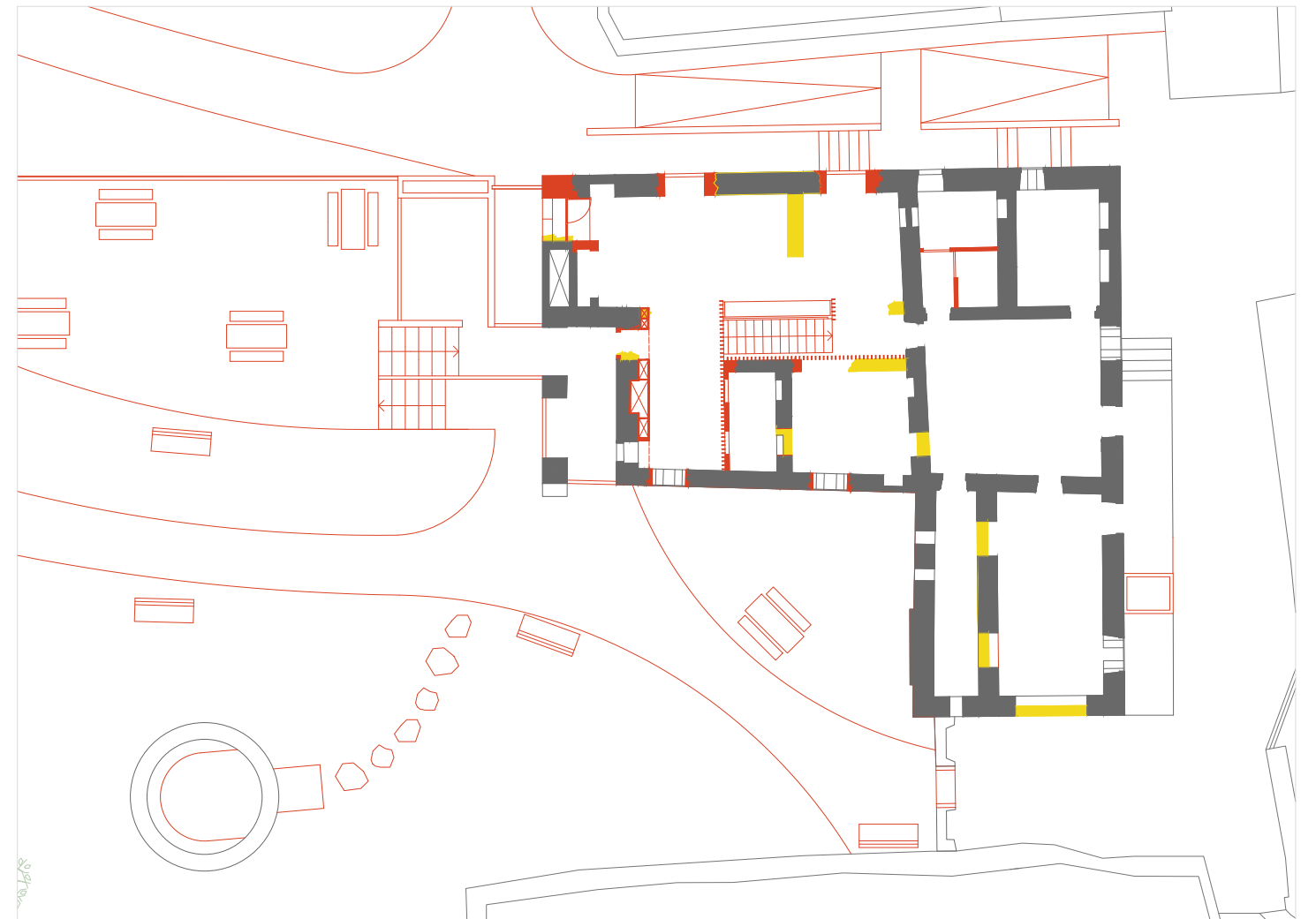
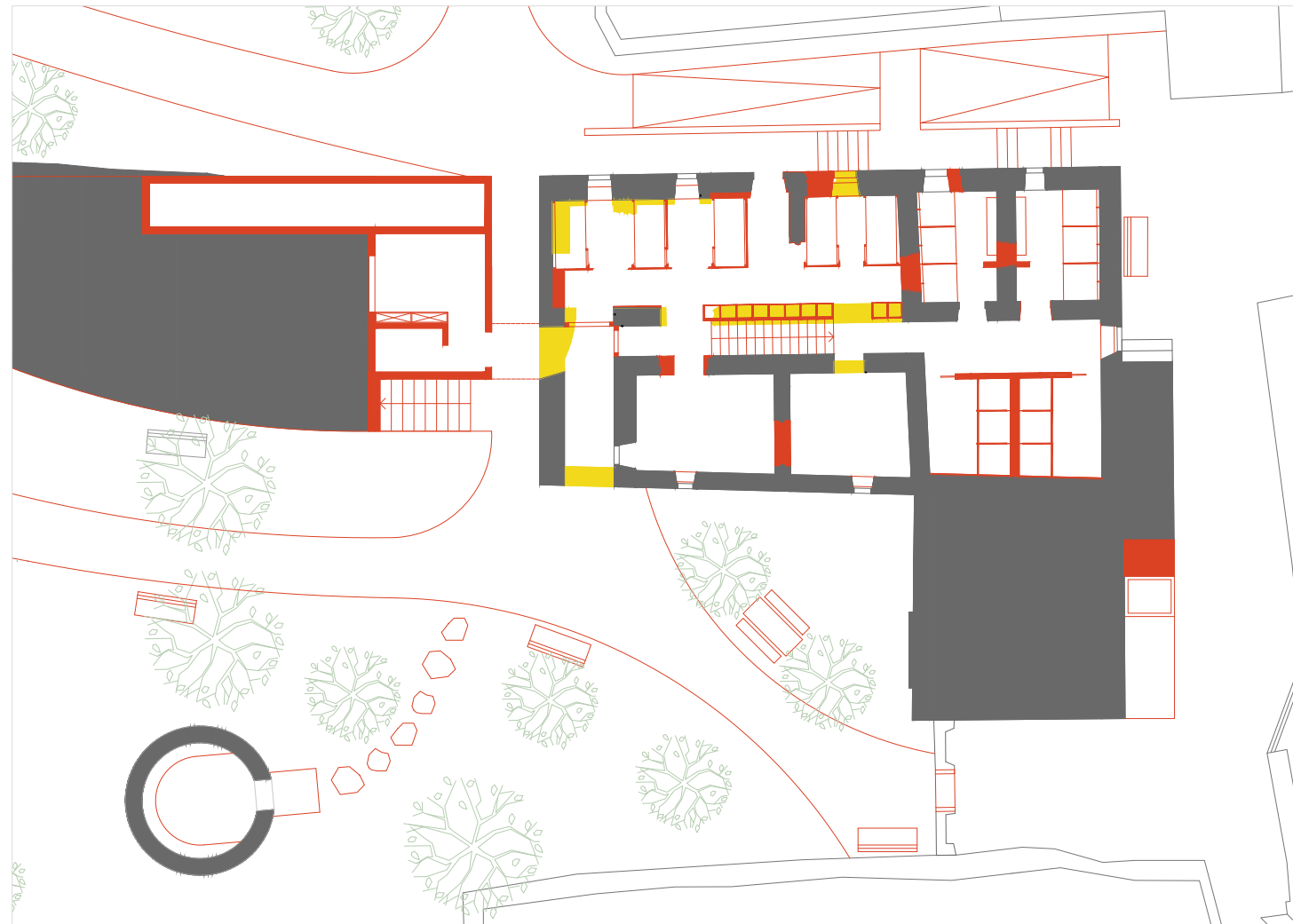
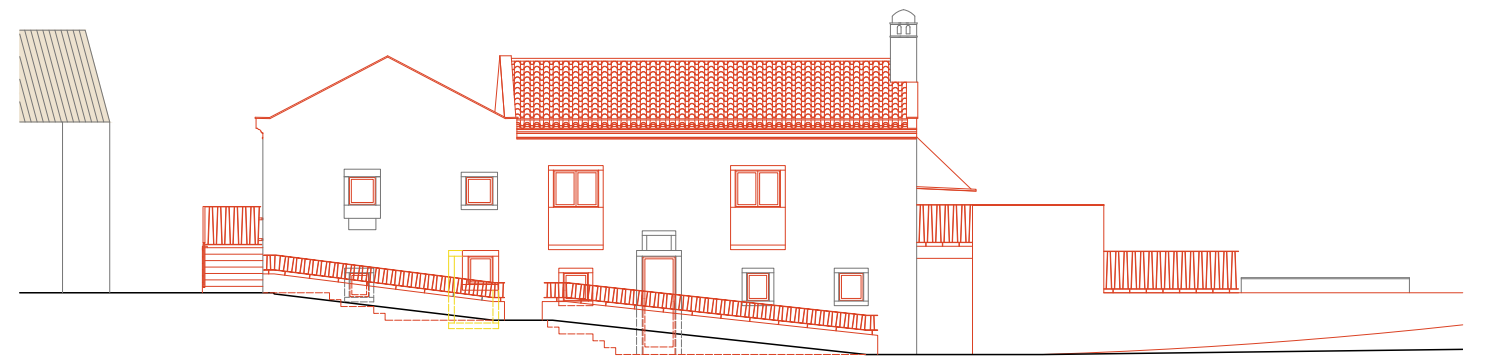
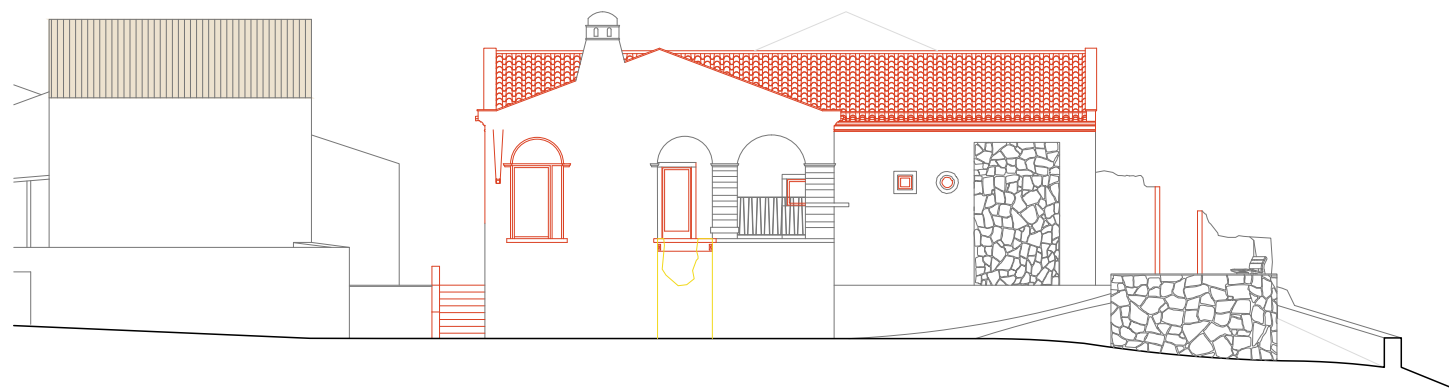


Fig. 139. Plantas de Vermelhos e Amarelos dos Pisos 0 e 1 do Paço dos Jesuítas



### **Definição Material e Construtiva**

A intervenção no Paço dos Jesuitas inicia-se pela recuperação das paredes estruturais e divisórias do edifício. Em alguns casos, através da reposição de segmentos de alvenaria em falta através do reaproveitamento de alvenarias provenientes da demolição de algumas paredes. É também realizada a injeção de argamassas, mas concretamente o sistema “SECIL - Reabilita Cal Inject”, uma solução de argamassa de Cal hidráulica natural indicada para o reforço de alvenarias antigas com o recurso à técnica injeção para a consolidação do interior das estruturas bem como o tratamento de fissuras.

Depois de recuperadas, as paredes são rebocadas com o sistema “SECIL - Reabilita Cal AC” uma solução de argamassa de acabamento de Cal Hidráulica Natural para sistemas de reabilitação de alvenarias antigas e adequado para posteriormente ser pintado de branco, tanto no exterior como no interior, à exceção de uma parte do alçado poente, que se apresenta saliente à parede do alçado, do muro que separa a rua do alçado principal e do antigo Pombal, onde se pretende manter a alvenaria de pedra aparente, em memória à ruína.

No alçado norte, o mais danificado, são reconstruídos dois vãos com varandim em cantaria de pedra calcária, replicados a partir do modelo dos vãos existentes no alçado sul que não se encontram completos mas o suficiente para se entender como seria a imagem original. Os vãos do alçado Sul, acompanham-se de conversadeiras, também estas com necessidade de reconstituição.

É também aplicada uma cornija e um pequeno friso de 10cm em pedra calcária no remate dos alçados com o intuito de manter a conotação religiosa do edifício. Esta cornija é aplicada com beirado em parte do alçado norte e em todos os restantes alçados, à exceção do alçado Nascente, que é aplicada a cornija sem beirado, perlongada com platibanda e rematada por uma pingadeira de pedra. Esta destaca-se das outras por ser a fachada da entrada principal do edifício.

A estrutura da cobertura é feita com asnas de madeira, encimadas de painel sandwich, para garantir o controlo de temperatura e de ruído, sobre o qual se usa chapa ondulada para a posterior colocação da telha de capa e canudo, para garantir uma drenagem eficaz das águas pluviais.



Fig. 140. Fotomontagem da Sala Comunitária



Fig. 141. Fotomontagem da Biblioteca

No interior do piso superior podemos encontrar a maioria dos pavimentos em soalho de madeira carvalho, sendo diferente apenas o pavimento da loja/café e das cozinhas, este revestido em lajetas de pedra calcária.

O nível do Pavimento do piso superior representou um desafio. Após a visita ao local foi possível perceber que as soleiras das portas do piso superior encontravam-se no mesmo nível das padieiras das portas do piso inferior (visível na fig.127). Por este motivo, o pavimento do piso superior foi alinhado pelo vão que une o átrio de entrada à Sala do Peregrino porque esta era a que apresentava melhores dimensões, tendo uma altura de 195 cm por 85 cm de largura. Neste sentido, os vãos de entrada para as divisões a que o átrio tem acesso, nomeadamente, as instalações sanitárias, o posto médico, a loja/café e a respetiva cozinha, tiveram as soleiras corrigidas para o nível do soalho, descendo cerca de 28 cm da sua posição original, que representou também um aumento da altura destes vãos que tinham inicialmente cerca de 167m e passaram a ter também 195 cm.

O teto dos espaços interiores também procura evidenciar a diferença de programas dos espaços. O espaço comunitário e a capela partilham um estilo de teto diferente e mais detalhado comparativamente com os espaços referentes ao albergue, posto médico e I.S.. Este revela a inclinação da cobertura bem como a sua estrutura, finalizando o revestimento com forro em madeira, aplicado na mesma orientação do soalho e das asnas. As paredes são rematadas com pormenores estéticos salientes em madeira criando a sensação de encaixe entre estas e as asnas. Nos restantes espaços do piso superior o teto é forrado com ripado, com a intenção de espelhar o soalho.

As caixilharias de todo edifício são com vidro duplo, de modo a fazer o controlo térmico do interior do edifício, em madeira carvalho tal como o mobiliário que separa as escadas da sala de estar e de refeições do albergue. Este mobiliário é feito de forma contínua entre o piso superior e o piso inferior e esconde a estrutura das escadas. As escadas são também em madeira carvalho e sem espelho, para tornar o piso inferior o mais permeável possível permitindo que a luz natural atravessasse o edifício. Esta solução deve-se a escassez de vãos no piso inferior e à pequena dimensão dos vãos existentes.

A pequena biblioteca contém uma estante em madeira carvalho que envolve a porta de acesso à sala de arrumos. A biblioteca é separada da sala de estar e de refeições do albergue através de um ripado também em madeira carvalho que se perlonga e contorna as paredes da sala dos arrumos servindo também de revestimento sobre o reboco branco.



Fig. 142. Fotomontagem da Sala do Peregrino



Fig. 143. Fotomontagem da Cozinha do Peregrino



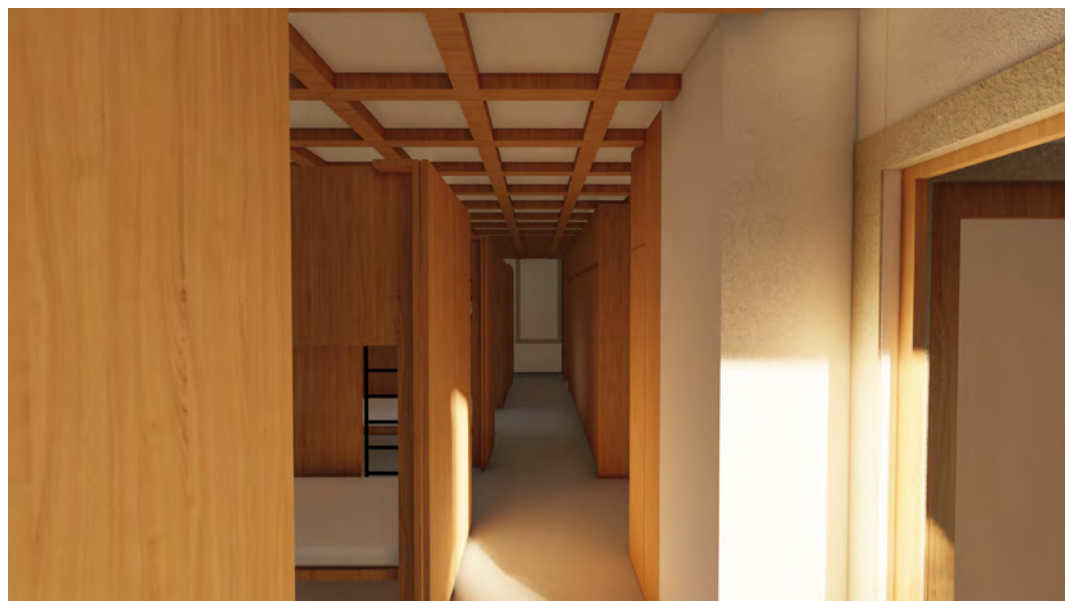


Fig. 144. Fotomontagem do quarto de Beliches



Fig. 146. Fotomontagem do corredor das Instalações Sanitárias



Fig. 145. Fotomontagem do quarto de Beliches

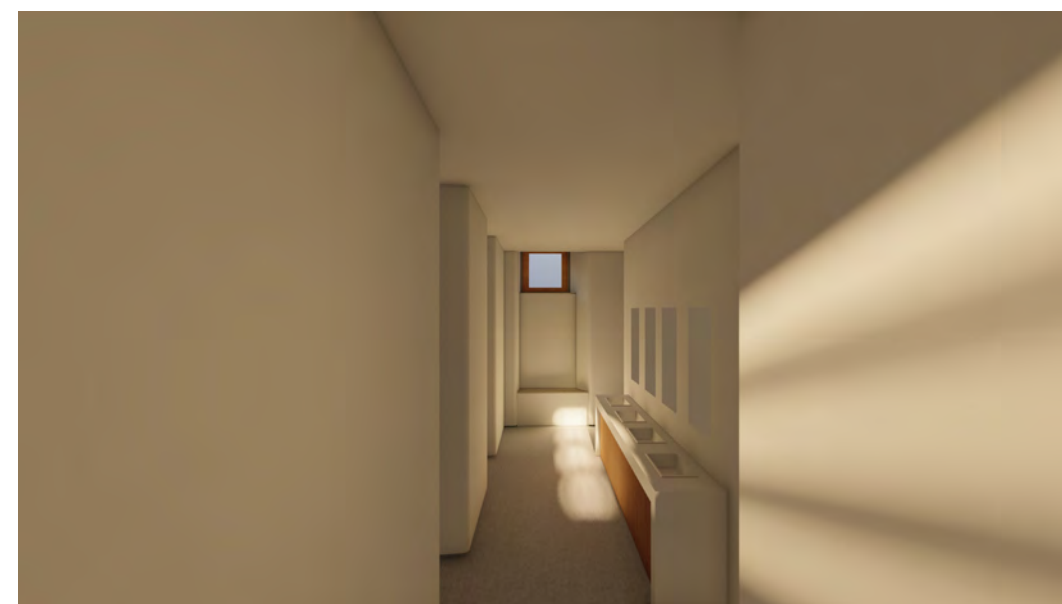


Fig. 147. Fotomontagem dos Lavatórios entre os Banhos e as Instalações Sanitárias

Este ripado esconde a parede construída para delimitar a sala de arrumos, feita com uma estrutura em madeira e revestida em contraplacado, contendo duas janelas fixas de vidro fosco com o formato dos nichos existentes na grande maioria dos espaços do edifício. Estas janelas ornamentam o espaço e permitem a entrada de luz natural na sala de arrumos.

Já no piso inferior o nível do pavimento é também alterado devido à alteração do nível do piso superior. A avançada ocupação de terras e natureza não permitiu entender qual seria a dimensão da alteração, ficando apenas determinado que o pé-direito a ser atribuído ao piso inferior é de 260 cm. A alteração do nível do pavimento originou também a alteração da soleira da porta existente no alçado Norte, passando esta a ter a mesma altura do pé-direito deste piso.

O pavimento é feito em microcimento, criando a sensação de continuidade ao longo de todo o piso. As paredes rebocadas e pintadas a branco, não contêm rodapés, tendo apenas uma cantoneira embutida dando a sensação de estarem a flutuar sobre o microcimento.

Os beliches e as camas são também feitos em madeira de carvalho e forrados em contraplacado. No caso do beliche que se encontra entre dois beliches, o acesso às camas é feito um pela esquerda e o outro pela direita, permitindo assim forrar uma lateral da cama de baixo e a lateral oposta da cama de cima e assim, ao fechar as portas de correr, criar dois espaços de três camas.

A estrutura de madeira do soalho é feita em grelha e é aparente no piso inferior constituindo o a imagem do teto e dando a sensação de se tratar uma peça única. Estas exercem também a função de segurar as paredes dos alçados criando uma maior estabilidade entre eles. Entre os quadrados formados por esta grelha é colocado contraplacado pintado de branco onde é embutida a iluminação.

Já fora do edifício preexistente é feito um anexo em frente ao alçado Poente através de construção nova. Como paredes estruturais em betão rebocado e pintado de branco, este dá continuidade ao Paço no alçado Norte e alberga a lavandaria e o depósito de água e a respetiva bomba. Com cobertura habitável, permite também a criação de uma extensão da varanda preexistente.

O pavimento exterior e envolvente ao Paço, à exceção da rua da entrada principal, é feito em gravilha de modo a distinguir o espaço exterior do edifício do espaço público da aldeia, acentuando a ideia de um ambiente semiprivado. Este pavimento é aplicado



Fig. 148. Fotomontagem do Alçado Norte



Fig. 149. Fotomontagem do Alçado Sul



por todo o terreno do Paço e no parque de merendas. No Parque podemos encontrar mesas feitas em pedra e bancos no mesmo material colocados ao longo dos percursos criados. Os percursos surgem no terreno do Paço de forma fluida unindo todas os possíveis acessos ao mesmo.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação evidencia a urgência de impulsionar a revitalização e regeneração dos núcleos urbanos de baixa densidade em Portugal, onde disparidades significativas, como o declínio da população e o crescente envelhecimento da mesma, marcam as regiões do interior do país. Nesse contexto, esta dissertação defende a necessidade de implementar estratégias de desenvolvimento integrado, adaptadas às características específicas de cada território. Essas estratégias visam fortalecer as dinâmicas revitalizadoras, explorando o potencial único de cada região, com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, as propostas desenvolvidas no âmbito do Seminário De Volta ao Rural ou Como Reforçar a Coesão da Cidade Regional desenvolvem-se sobre o território de Sicó, uma região caracterizada pelos seus recursos únicos, de elevado valor material e imaterial, com vasto património natural e arquitetónico que refletem a dimensão e importância cultural que esta região representa.

No entanto, para um desenvolvimento sustentável desta região é necessário adotar abordagens que reconheçam o conhecimento e as necessidades das comunidades locais. A estratégia desenvolvida em Atelier de Projeto IIC no ano letivo de 2020/2021 designada Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centros de Saber e Experiência tem como principal objetivo a adoção de políticas territoriais “palced-based”, concentradas nas características e contextos específicos de um determinado lugar. Reconhecendo que diferentes comunidades, têm necessidades, recursos e desafios distintos e as soluções devem ser adaptadas a essas particularidades. Nesse sentido foi necessária uma compreensão aprofundada do ambiente físico, social, económico e cultural de Sicó para o desenvolvimento de uma estratégia focada na identidade e nos recursos disponíveis nesta região.

Neste sentido esta dissertação identifica a Peregrinação como um dos recursos caracterizadores da região. Esta prática milenar, de enorme relevância cultural a nível mundial, ao longo da sua existência enfrentou diversos desafios de adaptação às transformações





da sociedade. Atualmente, com a modernização e globalização da sociedade, encontra-se mais uma vez fragilizada relativamente à capacidade de criar condições adequadas à crescente adesão de peregrinos que se assiste de ano para ano.

Ainda que a crescente adesão seja um fator positivo, este realça a urgência no desenvolvimento dos apoios diretamente relacionados com a atividade. Seja estes relacionados tanto com o alojamento e espaços de repouso ao longo do percurso e a sua devida manutenção como comércios locais, serviços de cuidados médicos. Deste modo, é possível garantir um bom funcionamento da peregrinação de forma a permanecer uma jornada que os peregrinos decidem fazer para se abstrair do afogo da rotina quotidiana, e não uma experiência stressante e uma corrida para garantir acomodação ao final das etapas diárias.

A estratégia a desenvolver parte do princípio de que a melhoria das condições da peregrinação pode trazer benefícios diretos para o desenvolvimento socioeconómico de Sicó. Esta gera empregabilidade através da promoção de novos comércios locais como também a comercialização dos produtos endógenos da região, valoriza os patrimónios naturais, cultural e histórico, e contribui para um desenvolvimento integrado das dinâmicas sociais através de novas formas de interpretar a interação entre os peregrinos e os habitantes locais.

Todos estes benefícios são integrados nesta dissertação através do Plano de Ação abrangente a todo o território de Sicó onde são exemplificadas diferentes formas de criar espaços de repouso para os peregrinos e da Reabilitação do Paço dos Jesuítas, na aldeia da Granja, com a criação de um albergue de base comunitária.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**Albergues Lisboa, Fátima, Santiago.** <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1HvjPoDBQ1m5ymjRdusDHDLuTUCrjd1F10NifzrDHBeY/edit#gid=0>

**Amaral, Pedro Bingre do** (2020). *Soure e a paisagem protegida de Sicó*. Pangeia - festival municipal de juventude. Soure

**Associações de amigos do Caminho.**(s.d.) O Caminho de Santiago. <https://www.caminodesantiago.gal/pt/descubra/associacoes-do-caminho/associacoes-de-amigos-do-caminho>

**Bailão, Inês S. dos S.** (2022). *Aprender na Aldeia. Casmilo: Uma Comunidade de Aprendizagem da Cidade-Região Sicó*. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

**Barber, Richard W.** (1991). *Pilgrimages*. Boydell & Brewer Ltd.

**Caminhos de Fátima** (2023). *Rota Carmelita*. Caminhos de Fátima. <https://caminhosdefatima.com/caminhos/rota-carmelita>

**Caminho Português de Santiago – Caminho Central.** visitPortugal. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/caminho-português-de-santiago-caminho-central>

**CNC, Centro Nacional de Cultura** (2018). Caminhos de Fátima. Centro Nacional de Cultura. <https://www.cnc.pt/caminhos-de-fatima/>

**Coutinho, José E. R.** (1986). *Ansião – Perspectiva Global da Arqueologia, História e Arte da Vila e do Concelho*.

**Cunha, Lúcio** (2003). *Maçico de Sicó - Valorização dos recursos naturais e criação de emprego a nível local. Territórios, Do Global Ao Local e Trajectórias de Desenvolvimento*, 185–198. Centro de Estudos Geográficos - Coimbra (CEGC).



**Fernandes, Jorge. Mateus, Ricardo. & Bragança, Luís.** (2016). *Arquitectura vernácula portuguesa: Lições de Sustentabilidade para a arquitectura contemporânea*. In 1.º Colóquio Internacional Arquitectura Popular. <http://hdl.handle.net/1822/43322>

**Ferrão, João** (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano: Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45–54. <https://doi.org/10.4067/s0250-71612000007800006>

**Freitas, Deolinda G. de.** (2018). *Impactos do Caminho de Santiago em Chaves. Perspetiva cultural*. Universidade do Minho.

**Giedion, Siegfried** (1948) - *Mechanization takes command*. New York: Oxford University Press. <https://archive.org/details/dli.ernet.7777/page/n7/mode/2up>

**Guerreiro, Filipa de C.** (2015). *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento, o território*. (tese de doutoramento) Faculdade de Arquitectura do Porto.

**Le Goff, Jacques** (2005). *A civilização do ocidente medieval*. Editora da Universidade do Sagrado Coração.

**Leal, João**(2009). *Arquitectos,engenheiros,antropólogos: estudos sobre arquitectura popular no século XX português*. Conferência Arquitecto Marques da Silva 2008, 1o, 62. <http://hdl.handle.net/10362/17090>

**Leal, João** (2000). *Etnografias portuguesas (1870-1970): Cultura popular e identidade nacional*. In *Etnografica* (Issue vol. 5 (2)). <https://doi.org/10.4000/etnografica.3592>

**López, José L., Veiga, Gustavo R., Pita, Manuela del P. S.**(2010). *Peregrinaciones y turismo. El Camino de Santiago*. ROTUR. *Revista de Ocio y Turismo*, 3(1), 39–48. <https://doi.org/10.17979/rotur.2010.3.1.1243>

**Lopes, Ana S. P. P., Sargento, Ana L. M., Moreira, Jacinta R. M., Fernandes, Maria E., & Lavrador, E. L. L.** (2015). *Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Terras de Sico 2020: uma parceria, um compromisso*. <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/1463>

**Magalhães, Pedro M.** (2023) *Caminhos de Santiago são cada vez mais procurados. E a religião não é o único factor*. Público. <https://www.publico.pt/2023/03/14/local/noticia/caminhos-santiago-sao-procurados-religiao-nao-unico-factor-2042424>





**Mendes, Ana C.** (2009). *Peregrinos a Santiago de Compostela: Uma Etnografia do Caminho Português*. Tese de Mestrado em Antropologia Social e Cultural. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.

**Monteiro, Alcides A.** (2019) *Territórios Do Interior, Coesão Territorial e Modelos de Governança*. Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade da Beira Interior (UBI) & Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL).

O Caminho de Santiago (s.d.) *Dos primeiros peregrinos à atualidade*. O Caminho de Santiago. <https://www.caminodesantiago.gal/pt/descubra/origens-e-evolucao/dos-primeiros-peregrinos-a-attualidade>

**Oficina De Acogida al Peregrino** (2023). *Estadísticas*. Oficina De Acogida al Peregrino. <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas-2/>

**Pereira, João M. C.** (2021). *Sicó – Cidade Região. Simbiose de Polos Urbanos e Fluxos em Espaço Rural como Catalisadores de Urbanidade*. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

**Pereiro, Xerardo** (2017). *Turiperegrinos portugueses no Caminho Português Interior de Santiago de Compostela*. *Revista e Desenvolvimento*, 413–423.

**Reis, Paula** (2012). *Desenvolvimento local em áreas rurais de baixa densidade: uma proposta de intervenção para as Aldeias Históricas de Portugal de Trancoso e Marialva*. Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i. Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

**Ribeiro, Catarina M.** (2022). *CRCD Casmiolo: Um Projeto De Urbanidade Para as Aldeias de Sicó*. Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

**Riegl, A.** (1987) *El culto moderno a los monumentos*. Caracteres y origen. Madrid: Visor Distribuciones. (1ª ed. 1903)

**Santuário de Nossa Senhora de Fátima**. visitPortugal. <https://www.visitportugal.com/pt-pt/content/santuario-de-nossa-senhora-de-fatima>

**Santos, Maria da G. M. P.** (2019). *Peregrinação entre tradição e modernidade: contributos para uma classificação*. REVER - Revista de Estudos Da Religião, 19(3). <https://doi.org/10.23925/1677-1222.2019vol19i3a3>





**Singh, Rana P.B.** (2006). *Pilgrimage in Hinduism. Historical context and modern perspectives*. In Dallen J. Timothy and Daniel H. Olsen (eds) *Tourism, Religion and Spiritual Journeys* (220-222) [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=PcN-AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA220&dq=Pilgrimage+in+Hinduism:+historical+context+and+modern+perspectives&ots=XYK-QKIyNwX&sig=6HAY6BXp9bCNkcCZkWLQoH8KJ8c&redir\\_esc=y#v=onepage&q=Pilgrimage%20in%20Hinduism%3A%20historical%20context%20and%20modern%20perspectives&f=false](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=PcN-AgAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA220&dq=Pilgrimage+in+Hinduism:+historical+context+and+modern+perspectives&ots=XYK-QKIyNwX&sig=6HAY6BXp9bCNkcCZkWLQoH8KJ8c&redir_esc=y#v=onepage&q=Pilgrimage%20in%20Hinduism%3A%20historical%20context%20and%20modern%20perspectives&f=false)

**Souza, Ricardo L. de** (2013). *Festas, procissões, romarias, milagres: Aspectos do catolicismo popular*. Ricardo Luiz de Souza. – Natal : IFRN, 2013. 160p.

**Stellarum, Iter** (2009). *A grande obra dos Caminhos de Santiago*. Mel Editores

**Paiva, Pedro** (2019) *Paço da Granja em Santiago da Guarda, Ansião*. Bússola do Tempo. <https://bussoladetempo.blogspot.com/2019/07/pacos-da-granja-em-santiago-da-guarda.html>

**Terras de Sicó** (2018). *Rede de Aldeias de Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências*. Plano Integrado de Intervenção.

**Terras de Sicó** (2020). *Estratégia de Desenvolvimento Local – GAL Terras de Sicó 2020: uma parceria, um compromisso*. Instituto Politécnico de Leiria.

**Turismo – Rotas**. TERRASdeSICÓ. <http://www.terrasdesico.pt/turismo-rotas>



## LISTA DE FIGURAS

**Fig. 1.** Capa de apresentação do Seminário De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional? Fonte: Professor Doutor Adelino Gonçalves

**Fig. 2.** Mapa de variação da população residente por concelho em Portugal entre 2011 e 2021. Fonte: INE

**Fig. 3.** Catedral de Santiago de Compostela. Fonte: <https://followthecamino.com/en/blog/cathedral-of-santiago-de-compostela/>

**Fig. 4.** Capela das Aparições em 1922 em Fátima. Fonte: <https://www.engenhariaeconstrucao.com/2017/05/fatima-seculo-de-construcao.html>

**Fig. 5.** Comemoração do 100º aniversário das aparições em 2017. Fonte: <https://www.engenhariaeconstrucao.com/2017/05/fatima-seculo-de-construcao.html>

**Fig. 6.** Basílica da Santíssima Trindade em 2021. Fonte: <https://www.engenhariaeconstrucao.com/2017/05/fatima-seculo-de-construcao.html>

**Fig. 7.** Basílica de Nossa Senhora do Rosário em 1954. Fonte: <https://www.engenhariaeconstrucao.com/2017/05/fatima-seculo-de-construcao.html>

**Fig. 8.** Basílica da Santíssima Trindade em 2021. Fonte: <https://www.engenhariaeconstrucao.com/2017/05/fatima-seculo-de-construcao.html>

**Fig. 9.** Municípios pertencentes à associação Terras de Sicó. Tomás Almeida ©

**Fig. 10.** Carta Geológica de Portugal. Fonte: ex-Instituto Geológico e Mineiro, atual INETI

**Fig. 11.** Distribuição geográfica das áreas protegidas da rede nacional em Portugal Continental. Fonte: FASE 2 | Proposta de Classificação das Terras de Sicó como Área de Paisagem Protegida Regional.

**Fig. 12.** População Residente em Portugal, Centro e nos seis Municípios da Terras de





Sicó entre 1991 e 2022. Fonte: INE – Recenseamentos gerais da população e estimativas anuais da população residente.

**Fig. 13.** Buracas do Casmilo. Fonte: Professor Doutor Adelino Gonçalves ©

**Fig. 14.** Canhão Cárstico do Vale do Poio Novo. Fonte: <https://greentrekker.pt/agenda/canhao-do-vale-do-poio-serra-de-sico-2/>

**Fig. 15.** Exurgência de Olhos de Agua de Ancos. Fonte: <https://olhares.com/olhos-de-agua-de-ancos-foto4483265.html>

**Fig. 16.** Mancha de Carvalho Cerquinho de Alvaiázere. Fonte: <https://www.cm-alvaiazere.pt/pages/1039>

**Fig. 17.** Escarpa da falha da Senhora da Estrela. Fonte: <https://whotrips.com/2021/10/22/miradouro-da-senhora-da-estrela-prottegida-por-uma-gruta/>

**Fig. 18.** Gruta do Soprador de Carvalho. Fonte: <https://vivernocampo.blogspot.com/2012/06/imersao-no-soprador-do-carvalho.html>

**Fig. 19.** Ruínas de Conimbriga. Fonte: <https://conimbrighoteldopaco.pt/turismo-e-cultura/>

**Fig. 20.** Vila Romana do Rabaçal. Fonte: <https://www.jhorizonte.com/posts/169/complexo-arqueologico-da-villa-romana-do-rabacal-ja-tem-ideias-de-projeto>

**Fig. 21.** Azeite Ouro do Sicó. Fonte: <https://ruiverissimodesign.com/portfolio-item/ouro-do-sico/>

**Fig. 22.** Criação de Cabras e Ovelhas. Fonte: <http://www.terrasdesico.pt/produtos/5/cabrito-e-borrego>

**Fig. 23.** Queijo do Rabaçal. Fonte: <https://www.campeaoprovincias.pt/noticia/feira-do-queijo-rabacal-envolve-50-expositores-de-seis-municipios>

**Fig. 24.** Vinhos de Sicó. Fonte: <https://noticiasdocentro.pt/vinhos-terras-de-sico-comemoram-30-anos/>

**Fig. 25.** Capa do livro Inquerito à Habitação Rural. Fonte: <https://www.abebooks.com/INQU%3%89RITO-HABITA%3%87%3%83O-RURAL-RAMOS-COSTA-F/30922064432/bd>





**Fig. 26.** Capa do livro Casas Portuguesas de Raul Lino. Fonte: <https://serralvesantiguidades.com/lote/lino-raul-casas-portuguesas>

**Fig. 27.** Capa dos livros Arquitetura Popular em Portugal (volume 1 e 2). Fonte: <https://www.bestnetleiloes.com/pt/leiloes/livros-33/arquitetura-popular-em-portugal-3>

**Fig. 28.** Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia do Casmilo. Fonte: Fotografia tirada pelos alunos na visita às aldeias

**Fig. 29.** Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia da Chanca. Fonte: Fotografia tirada pelos alunos na visita às aldeias

**Fig. 30.** Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia do Pombalinho. Fonte: Fotografia tirada pelos alunos na visita às aldeias

**Fig. 31.** Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia de Poios. Fonte: Fotografia tirada pelos alunos na visita às aldeias

**Fig. 32.** Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia da Granja. Fonte: Fotografia tirada pelos alunos na visita às aldeias

**Fig. 33.** Exemplos de arquitetura vernacular na aldeia de Ariques. Fonte: Fotografia tirada pelos alunos na visita às aldeias

**Fig. 34.** Vista satélite da Grande Rota 26 com as pequenas rotas que nela integram. Fonte: Google Earth e editado pelo autor

**Fig. 35.** Vista satélite das Rotas de Peregrinação que atravessam as terras de Sicó. Fonte: Google Earth e editado pelo autor

**Fig. 36.** Tabela de estatísticas de adesão de peregrinos ao Caminho Português Central. Fonte: site oficial Oficina de Acogida al Peregrino

**Fig. 37.** Gráfico do numero de peregrinos por ano e por Caminho (Francês, Português Central, Português da Costa). Fonte: site oficial Oficina de Acogida al Peregrino

**Fig. 38.** Gráfico do numero de peregrinos por mês e por Caminho em 2023 (Francês, Português Central, Português da Costa)

**Fig. 39.** Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmeita entre Coimbra e Cernache Fonte: Google Earth e editado pelo autor



**Fig. 40.** Sinalização do caminho no chão perto da Sé Velha de Coimbra. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 41.** Ponte de Santa Clara. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 42.** Ruína de uma casa no Vale do Inferno. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 43.** Parque dos Silvais em Condeixa-a-Nova. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 44.** Museu PO.RO.S em Condeixa-a-Nova. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 45.** Placa de sinalização de serviços existentes em Condeixa-a-Nova. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 46.** Sé Velha de Coimbra. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 47.** Marco de 96 km de distancia do Santuário em Eira Pedrinha. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 48.** Ruínas de Conímbriga. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 49.** Ruínas de Conímbriga. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 50.** Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmeita entre Condeixa-a-Nova e Rabaçal. Fonte: Google Earth e editado pelo autor

**Fig. 51.** Painel Informativo da Rota Carmelita acerca do Canhão Fluvio cárstico do Rio de Mouros. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 52.** Marco de indicação do Caminho de Santiago e da Rota Carmelita. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 53.** Placas de indicação da Grande Rota 26 e da PR2 - Rota do Sicó. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 54.** Muros de pedra seca ao longo do Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 55.** Parque de merendas no Lugar de Poço. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 56.** Local de interesse para intervenção de apoio à peregrinação. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 57.** Albergue de peregrinos “O bonito” no Rabaçal. Fonte: Tomás Almeida ©





**Fig. 58.** Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmeita entre Rabaçal e Granja. Fonte: Google Earth e editado pelo autor

**Fig. 59.** Pedreira localizada a cerca de 2,6 km antes de Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 60.** Local de interesse para intervenção de apoio à peregrinação. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 61.** Marco de 74 km de distancia do Santuário. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 62.** Foto tirada no sentido oposto ao Caminho de Fátima e Rota Carmelita com a indicação do Caminho de Santiago. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 63.** Fotografia tirada do local de interesse ilustrado na figura 60. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 64.** Edifício devoluto perto de Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 65.** Moinho do Cubo - alojamento local perto de Ribeira de Alcalamouque Fonte: Google Maps

**Fig. 66.** Edifício devoluto perto de Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 67.** Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmeita entre Granja e Ansião. Fonte: Google Earth e editado pelo autor

**Fig. 68.** Método tradicional de Conservação de Tremoço em Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 69.** Parque de merendas à entrada de Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 70.** Marco informativo de serviços existentes em Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 71.** Abergue “Pelegrino” em Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 72.** Igreja da Nossa Senhora da Conceição em Alvorge. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 73.** Encontro com rebanho de ovelhas durante o Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 74.** Mesa de rua a cerca de 1 km antes da aldeia da Granja. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 75.** Paço do Jesuitas na aldeia da Granja. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 76.** Marco indicativo da Rota Carmelita. Fonte: Tomás Almeida ©



- Fig. 77.** Arquitetura vernacula de Sicó. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 78.** Poço de água com bomba manual de volante a cerca de 2,3km de Anacos. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 79.** Cruz Grega em pedra de calçada em frente ao edifício da fig.80. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 80.** Edifício devoluto a 1km antes de Anacos. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 81.** Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmeita entre Ansião e Ribeira de Fárrio. Fonte: Google Earth e editado pelo autor
- Fig. 82.** Albergue “Ibon”. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 83.** Albergue “Ibon”. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 84.** Figo apanhado de uma figueira encontrada pelo Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 85.** Foto do tipo de solo percorrido pelo Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 86.** Marco de indicação da Grande Rota 26 e do Caminho de Fátima. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 87.** Pequena ponte sobre o Rio Nabão (seco). Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 88.** Leito do Rio Nabão (seco). Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 89.** Fonte de água com bomba manual. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 90.** Vista Satélite do Caminho de Fátima e da Rota Carmeita entre Ansião e Fátima. Fonte: Google Earth e editado pelo autor
- Fig. 91.** Armazenamento de telhas e lenha ao ar livre. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 92.** Tipo de solo percorrido pelo Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 93.** Arvore de Fruto encontrada pelo caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 94.** Chegada a freguesia de Fárrio. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 95.** Local de interesse para intervenção de apoio à peregrinação a cerca de 1,6km de Ribeira de Fárrio. Fonte: Tomás Almeida ©





- Fig. 96.** Igreja Paroquial de Ribeira de Fárrio. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 97.** Vista do local de interesse ilustrado na figura 95. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 98.** Albergue “Farrius Bar” em Ribeira de Fárrio. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 99.** Tradições pelo Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 100.** Ambiente e tipo de solo percorrido pelo Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 101.** Casa em ruína na aldeia de Cacinheira. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 102.** Identidade construtiva local em Carvalhal do Meio. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 103.** Ambiente e tipo de solo percorrido pelo Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 104.** Identidade construtiva local em Carvalhal do Meio. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 105.** Identidade construtiva local em Carvalhal do Meio. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 106.** Ambiente e tipo de solo percorrido pelo Caminho. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 107.** Setas de indicação desenhadas em postes de iluminação. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 108.** Chegada a Fátima pelas traseiras da Basílica de Nossa Sra. do Rosário. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 109.** Igreja Matriz de Gondemaria. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 110.** Colunata do Santuário de Fátima. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 111.** Basílica de Nossa Sra. do Rosário - interior do Santuário de Fátima. Fonte: Tomás Almeida ©
- Fig. 112.** Painel alusivo ao conceito de Sicó como Cidade-Região. Autoria: João Pereira (2021)
- Fig. 113.** Painel da estratégia de turma Aldeias de Calcário: Polos de Multifuncionalidade, Aglutinadores Sociais, Centos de Saber e Experiência. 2021. Autoria: João Pereira.
- Fig. 114.** Painel do Plano de Ação da aldeia do Casmilo. 2020. Autoria: Catarina Ribeiro, Inês Bailão, Rita Caniceiro.



**Fig. 115.** Painel do Plano de Ação da aldeia do Chanca. 2021. Autoria: Jénifer Cunha, Joana Almeida e Tiago Silva.

**Fig. 116.** Painel do Plano de Ação da aldeia do Pombalinho. 2021. Autoria: Ana André, Inês Gouveia e Renato Cardoso.

**Fig. 117.** Painel do Plano de Ação da aldeia do Poios. 2021. Autoria: Alexandra Ventura e Marina Gasarini.

**Fig. 118.** Painel do Plano de Ação da aldeia do Ribeirinho. 2020 Autoria: Joana Correia

**Fig. 119.** Painel do Plano de Ação da aldeia do Ariques. 2021. Autoria: Catarina Jegundo e Laura Almeida.

**Fig. 120.** Painel de Caracterização da aldeia da Granja. 2021. Autoria: Nuno Santos e Tomás Almeida.

**Fig. 121.** Painel do Plano de Ação da aldeia da Granja. 2021. Autoria: Nuno Santos e Tomás Almeida.

**Fig. 122.** Painel de Propostas de Requalificação do Espaço Público da aldeia da Granja. . Autoria: Nuno Santos e Tomás Almeida.

**Fig. 123.** Planta do Piso 1 e 2 Existente do Paço dos Jesuítas. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 124.** Imagens do exterior do Paço do Jesuítas e do espaço da antiga capela. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 125.** Planta do Piso 1 e 2 Existente do Paço dos Jesuítas. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 126.** Imagens do interior do Paço do Jesuítas. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 127.** Alçados Existentes do Paço dos Jesuítas - Escala 1:200 Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 128.** Algumas referências de projetos de arquitetura que influenciaram a elaboração do projeto:

Museu de Castelvecchio em Verona, Itália | Arquiteto Carlo Scarpa | Fonte: <https://divisare.com/projects/332703-carlo-scarpa-federico-puggioni-museo-di-castelvecchio>





Pousada Flor da Rosa no Crato, Portugal | Arquiteto João Luís Carrilho da Graça | Fonte: <https://www.carrilhodagraca.pt/frosa>

Colégio dos Jesuitas no Funchal, Madeira, Portugal | Fonte: <https://visit.funchal.pt/item/colégio-dos-jesuitas/>

Casa em Melgaço, Portugal | Arquiteto Nuno Brandão Costa | Fonte: <https://www.brandaocosta.com/projetos/melgaco/?d=projeto-19>

Casa Taliesin em Spring Green, Wisconsin, USA | Arquiteto Frank Lloyd Wright | Fonte: <https://divisare.com/projects/397852-frank-lloyd-wright-xavier-de-jaureguiber-ry-taliesin>

Convento de Santa Maria do Bouro em Braga | Arquiteto Eduardo Souto Moura | Fonte: <https://divisare.com/projects/287595-humberto-vieira-eduardo-souto-de-moura-luis-ferreira-alves-santa-maria-do-bouro-convent>

Casa de Afife, Portugal | Arquiteto Guilherme Machado Vaz | Fonte: [https://www.archdaily.com/910860/house-in-afife-guilherme-machado-vaz?ad\\_source=search&ad\\_medium=projects\\_tab](https://www.archdaily.com/910860/house-in-afife-guilherme-machado-vaz?ad_source=search&ad_medium=projects_tab)

**Fig. 129.** Locais escolhidos para exemplificar as intervenções de apoio à peregrinação. Fonte: Tomás Almeida ©

**Fig. 130.** Plano de Ação para a melhoria das condições da peregrinação em Sicó. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 131.** Exemplos de intervenções para a melhoria das condições da peregrinação em Sicó. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 132.** Planta do Piso 1 | Escala 1:200. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 133.** Planta do Piso 0 | Escala 1:200. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 134.** Planta de Cobertura com indicação da circulação das águas pluviais | Escala 1:200. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 135.** Alçado Nascente e Corte AA'. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 136.** Fotomontagens da antiga capela transformada no café/loja. Autoria: Tomás Almeida.



**Fig. 137.** Alçado Sul e Corte DD'. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 138.** Pormenor Construtivo do Corte BB' à escala 1:20. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 139.** Plantas de Vermelhos e Amarelos dos Pisos 0 e 1 do Paço dos Jesuítas. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 140.** Fotomontagem da Sala Comunitária. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 141.** Fotomontagem da Biblioteca. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 142.** Fotomontagem da Sala do Peregrino. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 143.** Fotomontagem da Cozinha do Peregrino. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 144.** Fotomontagem do quarto de Beliches. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 145.** Fotomontagem do quarto de Beliches. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 146.** Fotomontagem do corredor das Instalações Sanitárias. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 147.** Fotomontagem dos Lavatórios entre os Banhos e as Instalações Sanitárias. Autoria: Tomás Almeida.

**Fig. 148.** Fotomontagem do Alçado Norte

**Fig. 149.** Fotomontagem do Alçado Sul





## ANEXOS

1. Documento sobre o tema de Seminário de Investigação de Arquitetura
2. Ciclo de Conferências
3. Esquissos de Processo
4. Renderização 3D do Albergue “Paço do Peregrino”
5. Fotografias da maquete
6. Caracterização, Plano de Ação e Propostas da aldeia da Granja
7. Desenhos Rigosos
  - 7.1 Planta de Implantação - Existente | Escala 1:1000
  - 7.2 Planta de Implantação - Proposta | Escala 1:700
  - 7.3 Planta de Cobertura - Existente | Escala 1:200
  - 7.4 Vermelhos e Amarelos - Plantas e Alçados | Escala 1:200
  - 7.5 Planta de Cobertura - Proposta | Escala 1:200
  - 7.6 Planta do Piso 0 - Proposta | Escala 1:200
  - 7.7 Planta do Piso 1 - Proposta | Escala 1:200
  - 7.8 Alçado Nascente e Norte - Proposta | Escala 1:100
  - 7.9 Alçado Poente e Sul - Proposta | Escala 1:100
  - 7.10 Corte AA' - Proposta | Escala 1:50
  - 7.11 Corte BB' - Proposta | Escala 1:50
  - 7.12 Corte CC' - Proposta | Escala 1:50
  - 7.13 Corte DD' - Proposta | Escala 1:50
  - 7.14 Pormenor Construtivo - Corte EE' - Proposta | Escala 1:20
  - 7.15 Pormenor Construtivo - Corte DD' - Proposta | Escala 1:20
  - 7.16 Armazenamento de Águas Pluviais - Planta de Cobertura e Pormenor Construtivo - Corte FF' - Proposta | Escala 1:100 e 1:20



**DOCUMENTO SOBRE O TEMA DE SEMINÁRIO DE  
INVESTIGAÇÃO DE ARQUITETURA**





# De volta ao rural ou como reforçar a coesão da cidade regional?

Atelier de Projeto IID / Seminário de Investigação / Laboratório de Projeto ID - 2020.2021

Adelino Gonçalves  
ams@uc.pt

Mestrado Integrado em Arquitetura



---

## ÂMBITO. 3

- Enquadramento teórico-prático

## PROBLEMA e QUESTÕES. 6

- Temática do exercício de Atelier de Projeto IID e do Laboratório de Projeto ID
- Assuntos e temas teórico-práticos

## MÉTODO. 7

- Exercício de Atelier de Projeto IID

## ANEXOS. 16

- Vistas aéreas das aldeias
- Fotografias das aldeias

## BIBLIOGRAFIA. 29

## GLOSSÁRIO. 30

## SUGESTÃO DE TRAJETO PARA VISITAS. 30



*A abordagem política e económica que há décadas impera tomou o rural periférico e marginal, nomeadamente em relação a muitas das dinâmicas económicas globais. É necessário prosseguir uma intervenção que assuma a centralidade do rural, recuperando algumas das realidades sociais e económicas que ainda o caracterizam, procurando a sua afirmação numa estratégia de desenvolvimento, renovada e renovadora, e contrariando as adversidades. [...] A maior proximidade a centros urbanos e outras condições específicas de atratividade local podem criar condições favoráveis à instalação de "novos residentes" [...], gerando efeitos sensíveis na economia [...] e determinando maior heterogeneidade, por contraste com sociedades locais com uma clara predominância de antigos residentes, mais homogêneas e, em geral, com um processo de declínio mais acentuado.*

ANIMAR (2013: 6, 12)

2

## ÂMBITO

As unidades curriculares Atelier de Projeto IID, Seminário de Investigação e Laboratório de Projeto ID<sup>1</sup> centram a sua atividade pedagógica na problematização do desenvolvimento urbano, com enfoque nas áreas urbanas antigas (em contexto citadino ou no espaço rural), com o objetivo de perspetivar o seu desenvolvimento integrado.

Esta problematização é uma reação aos efeitos do crescimento "desconfinado" das cidades e da urbanização pulverizada das periferias e do interior do país, que contribuíram sobremaneira para a desagregação do território e exigem perspetivas políticas e ações concretas que reforcem a sua coesão.

O interior, em termos gerais, e os núcleos urbanos em espaço rural de uma forma particular, sobretudo os núcleos secundários (pequenas vilas e aldeias), foram vítimas da "litoralização" do país e de políticas fracas que não evitaram a migração da população para os centros urbanos principais, bem como a concentração

das principais atividades económicas nesses mesmos centros. Paradoxalmente, a par da infraestruturização do interior do país a partir das últimas décadas do século XX – rede viária, saneamento, eletricidade, etc. – a rede de equipamentos e serviços públicos sofreu processos de encerramento, sobretudo nas últimas duas décadas, e a população do mundo rural ficou desamparada de serviços de proximidade. Além disso, essa população diminuiu e envelheceu. Muito. Assim, a sustentabilidade do território nacional depende de políticas fortes que façam face aos desequilíbrios que se instalaram desde a segunda metade do século XX e promovam um efetivo reforço da coesão territorial.

Na última década foram desenhadas políticas com esse objetivo e as mais recentes estão expressas na revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território<sup>2</sup> (2019), na revisão do Programa para a Valorização do Interior<sup>3</sup> (2020) e no Programa Nacional para a Coesão Territorial<sup>4</sup> (2016).

<sup>1</sup> A referência à unidade curricular Seminário de Investigação respeita à turma prática coordenada pelo docente responsável por Atelier de Projeto IID e Laboratório de Projeto ID, unidades da área científica de Urbanismo do Mestrado Integrado em Arquitetura.

<sup>2</sup> Lei n.º 99/2019, Diário da República n.º 170/2019, Série I (05/09/2019), 3-267.

<sup>3</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, Diário da República n.º 62/2020, Série I (27/03/2020), 16-32.

<sup>4</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, Diário da República n.º 225/2016, Série I (24/11/2016), 4154-90.

3





As linhas de ação previstas nestes planos são diversas e visam, em termos gerais, "valorizar" o interior. Mas o interior não é homogêneo e tanto existem núcleos urbanos em espaço rural profundamente segregados, como existem outros que podem tirar vantagem de vários fatores relacionados com a sua localização, nomeadamente:

- A proximidade a centros urbanos principais, como as sedes de municípios ou capitais de distrito;
- A facilidade de acessos proporcionada pela proximidade a eixos rodoviários principais e secundários;
- Ou, ainda, o património cultural e natural da/ na sua região.

Em alguns contextos, a integração destes núcleos numa rede urbana mais vasta já existe, mas é ténue. São sistemas urbanos complexos que configuram uma **cidade regional**, embora (ainda) não sejam formalmente considerados como tal. São realidades que incluem, articulados entre si, espaços urbanos, suburbanos, rurais agrícolas e rurais não agrícolas. Nestes casos, as divisões administrativas só dificultam o reforço da coesão do conjunto, se os modelos de governo não se adaptarem e/ ou não forem sensíveis às interdependências de todo o mosaico de núcleos urbanos que os compõem.

4



Assim, a valorização do interior não corresponde necessariamente a um regresso ao mundo rural, mas antes o reconhecimento de uma centralidade do rural.

Uma valorização que aqueles instrumentos de política configuram como desenvolvimento económico, criação de emprego, reforço da autoestima das populações e comunidades rurais, promoção do património cultural e natural...

**E a arquitetura, como pode contribuir para essa valorização?**

5





### PROBLEMA(S)

Coesão territorial  
Valorização do interior  
Desenvolvimento de núcleos urbanos no espaço rural

### QUESTÕES

- Existe (ainda) uma clara distinção entre o mundo rural e o mundo urbano?
- A valorização do interior significa o mesmo, em termos operacionais, em todos os espaços rurais?
- A proximidade de núcleos urbanos em espaço rural relativamente a núcleos urbanos mais desenvolvidos, configura um quadro conceptual particular para planejar o seu desenvolvimento?
- Qual é a visão oficial/ real que existe para a valorização do interior? Estão previstas estratégias para a requalificação do espaço físico dos núcleos urbanos em espaço rural? Qual é o papel da arquitetura e do urbanismo nessa valorização?

6



*...é possível defender que os meios urbanos serão uma ponte entre as áreas rurais e o mundo exterior, tanto mais eficiente quanto conseguirem transformar-se em focos de uma cultura de ruralidade suscetível de contribuir não só para consolidar a visão patrimonialista atualmente dominante, mas, também, para a ultrapassar, reintroduzindo a componente produtiva com a centralidade que esta merece.*

João Ferrão (2000:53)  
Investigador Coordenador, ICS-UL

### MÉTODO

A reflexão crítica para problematizar os núcleos urbanos em espaço rural, será feita, no ano letivo 2020/2021, no âmbito do exercício **Aldeias do CALCÁRIO. Estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana em espaço rural.**

O contexto de fundo deste exercício é o conjunto de medidas e ações para o desenvolvimento das regiões do interior, planeadas pela Unidade de Missão para a Valorização do Interior, no âmbito do Programa Nacional para a Coesão Territorial (2016).

Com as iniciativas políticas para a implementação deste Programa, pretende-se fazer face aos desequilíbrios territoriais resultantes da "litoralização" do país e de um desenvolvimento focado nos principais centros urbanos, que resultaram num cenário em que as regiões do interior enfrentam graves processos de desvitalização, despovoamento, envelhecimento e empobrecimento.

Os impactos resultantes da marginalização do interior no desenvolvimento da rede urbana média/ secundária e, de um modo particular, dos núcleos urbano rurais, são conhecidos há muito e deram lugar a processos de intervenção continuada em algumas regiões do país, nomeadamente no centro-interior, como é caso do programa das Aldeias de Xisto, cujo planeamento se iniciou em 2000 e a sua implementação se fez a partir de 2002.

Porém, apesar dos esforços já empreendidos, o declínio prossegue e o seu controlo requer abordagens inovadoras, tanto

7





no que diz respeito às soluções, como no que diz respeito ao método para a sua operacionalização.

O desafio é afirmar a “**centralidade do rural**”, tirando partido dos valores e recursos existentes, incluindo, naturalmente, humanos.

Cada caso é um caso e muitas respostas têm de ser dadas com esta consciência, ou seja, não impondo soluções-tipo eventualmente bem-sucedidas em alguns casos, mas antes procurando entender as especificidades – dos problemas e dos desafios – de cada núcleo urbano.

Existem pequenos núcleos desprovidos de serviços de proximidade, públicos ou privados, mas guardam saberes e tradições com um grande valor social e cultural. Outros existem cuja demografia não está em perda, mas o espaço construído não é amigável. Existem também outros que são atravessados por rotas de património cultural ou natural, mas os benefícios que proporcionam não têm impedido a sua progressiva desvitalização.

Mas também existem territórios que partilham características comuns – positivas e/ ou negativas – e importa considerar que podem existir soluções partilhadas ou soluções cuja

8



implementação deve ser feita em rede, ou seja, de forma integrada.

Nas zonas de baixa densidade, por viverem no limiar da sustentabilidade, a exigência de visões integradas é particularmente importante e carece, por um lado, de uma evolução do governo local no sentido da governança em rede, e, por outro lado da instalação de práticas socioeconómicas de “colaboração”, “cooperação” e “cocriação”.

### **Património(s) partilhado(s); proximidade a centros urbanos de maior dimensão;**

dinamismo socioeconómico; agentes promotores de soluções, são argumentos importantes para a definição e implementação das estratégias necessárias, ou seja, integradas/ integradoras.

Este tipo de visão já existe para a globalidade do território nacional e está plasmada no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, revisto em 2019 em estreita articulação com o Programa Nacional para a Coesão Territorial. Várias medidas e ações previstas nestes programas concorrem

no sentido de mudar o paradigma do desenvolvimento territorial: antes focado nos principais centros urbanos e assente em visões bipartidas – centro vs. periferia; litoral vs. interior – pretende-se que evolua no sentido da gestão de redes – ou gestão em rede – estabelecidas com base nas ideias de “**complementaridade**” e “**partilha**”.

Em linha com os objetivos traçados nestes programas nacionais, têm sido elaboradas estratégias e planos de ação locais, nomeadamente na região centro e em algumas áreas específicas, em resultado da iniciativa de comunidades intermunicipais e/ ou de associações de desenvolvimento local.

Como exemplo, podem ser referidos alguns planos desenvolvidos pela Associação de Desenvolvimento Terras de Sicó (Terras de Sicó) para o seu território de intervenção.<sup>5</sup>

Trata-se de um território marcado por património cultural e natural com grande expressão em todos os concelhos, desde o facto de todos os municípios integrarem a Rede Natura 2000 Sicó-Alvaiázere, com um importantes referências no que diz

<sup>5</sup> O território de intervenção da Terras de Sicó corresponde ao conjunto das áreas de 6 municípios da região centro, a saber: Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure.



respeito à conservação da biodiversidade, até às marcas da romanização que nele existem e onde sobressaem o Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Soure), a Villa Romana do Rabaçal (Penela) e o arqueossítio de Conimbriga (Condeixa-a-Nova).

Em conjunto com o Paul de Arzila (Coimbra/Condeixa-a-Nova/Montemor-o-Velho) e o Paul da Madriz (Soure), todos os patrimónios presentes neste território constituem importantes fatores de atratividade turística e têm estado na base de muitas ações da Terras de Sicó.

Com o objetivo de valorizar estes patrimónios, a Terras de Sicó elaborou, em 2019, o Plano Integrado de Intervenção "Rede de Aldeias de Calcário: 6 Aldeias, 12 Experiências", um plano centrado na criação e promoção de produtos/ conteúdos turísticos, com ações organizadas em função de diferentes tipos de objetivos e segundo dois eixos de intervenção.

No conjunto destas ações, **o grande ausente é o espaço urbano dos núcleos visados.**

É fundamental reforçar a atratividade dos lugares por via da criação e/ ou melhoria da divulgação das forças deste território,

10



porém, as suas fraquezas – que existem e são variadas – não são debeladas apenas com a divulgação das forças e a garantia de serviços que assegurem a visita turística.

A melhoria do espaço urbano das aldeias também é necessária. Muito necessária.

Os produtos turísticos são diversos e tanto suportam atividades de experiência, como atividades de lazer e cultura. O tempo das visitas turísticas é variável, mas justificam, em qualquer caso, o investimento nas atividades do setor da hotelaria e da restauração. Por isso, com diferentes figurinos, já existe esse tipo de oferta em todo o território de intervenção da Terras de Sicó.

Os impactos das atividades associadas ao turismo na economia de cada aldeia e da Rede, serão diretos e dependerão no nível de integração das comunidades locais. Porém, espera-se/ deseje-se que se instalem outros impactos que se influenciem mutuamente e também tenham reflexos, por exemplo, na demografia, na melhoria da qualidade de vida dos residentes – que já existem e/ ou que venham a existir – e na qualidade do espaço urbano de cada aldeia.

As 6 aldeias objeto do Plano Integrado de Intervenção – uma de cada município associado da Terras de Sicó – são: Ariques

(Alvaiázere), Casmilo (Condeixa-a-Nova), Chanca (Penela), Granja (Ansião), Poios (Pombal) e Pombalinho (Soure).

Além dos valores associados ao património cultural e natural, esta rede beneficia de outros fatores que podem contribuir para reforçar a sua atratividade, nomeadamente:

- O facto de ser atravessada/ servida por importantes eixos rodoviários, principais e complementares, que garantem bons níveis de acesso regional, nacional e internacional (a Espanha);
- Boas condições físicas do território (solos e recursos hídricos) que proporcionam bons níveis de produtividade agrícola.
- A sua localização central entre duas CIM, a CIM da Região de Coimbra e a CIM da Região de Leiria, a primeira com um efetivo populacional de mais de 435 mil habitantes e a segunda com mais de 285 mil habitantes, perfazendo um total de mais de 720 mil habitantes.

No que diz respeito à população residente do contexto destas duas CIM, é assinalável a tendência de diminuição registada desde 2001, o que acresce importância à (re)qualificação da sua

11





rede urbana, principal e secundária, incluindo os pequenos núcleos rurais, para reforçar a sua atratividade em termos globais. Ainda a este respeito, é relevante o facto de as tendências demográficas do conjunto de municípios que compõem as duas CIM apresentarem desequilíbrios que se traduzem na existência de municípios em perda e de municípios com ganhos.

No primeiro caso, Coimbra e Pombal apresentam as maiores perdas desde 2001: - 14320 e - 4267, respetivamente. No segundo caso e no mesmo período, são 5 os municípios que apresentam aumentos populacionais: da CIM-RC, Condeixa-a-Nova e Lousã, respetivamente com mais 2170 e 1333, respetivamente; e da CIM-RL, Batalha, Leiria e Marinha Grande, com mais 817, 4952 e 2746, respetivamente.

Neste contexto, como forças de uma estratégia de desenvolvimento desta região, sobressaem as condições físicas do território, que permitem a produção de bens agroalimentares variados e de qualidade, e justificam o reforço na promoção deste setor de atividade. Além disso, as características paisagísticas e o património apresentam motivos e valores que justificam o reforço no *touring* cultural e no turismo de natureza.

Por sua vez, os níveis de acessibilidade e mobilidade proporcionados pela rede viária e pelo sistema de transportes coletivos, permitem que todo o sistema urbano das Terras de Sícó e, de modo particular, as Aldeias do Calcário, possam capitalizar a proximidade a núcleos de serviços e atrações com efeitos multiplicadores, como são, por exemplo, os casos de Coimbra (saúde, ensino, I&D, turismo, comércio), Figueira da Foz (turismo de sol e praia, desporto), Leiria e Marinha Grande (indústria e agropecuária).

Neste quadro de inserção territorial, o sucesso da rede Aldeias do Calcário passará pelo reforço da sua coesão e este objetivo poderá alcançar-se com a implementação das ações e medidas previstas no Plano Integrado de Intervenção, incluindo a criação de serviços/ equipamentos de interesse coletivo, a par da melhoria global do ambiente construído das aldeias.

Complementarmente e com o mesmo objetivo, será importante prover cada aldeia de instrumentos de apoio à gestão urbana com o objetivo de assegurar a qualidade e coerência do ambiente construído.

Este é o contexto do exercício **Aldeias do Calcário. Estratégia e táticas para reforçar a coesão de uma rede urbana em espaço rural.**





O grande **objetivo** do exercício é o reforço da atratividade das 6 aldeias através da melhoria global do ambiente construído, da criação de serviços/ equipamentos de interesse coletivo e de instrumentos de apoio à gestão urbana.

O **método** assenta numa leitura crítica das condições reais/ atuais de cada aldeia, bem como numa leitura crítica da visão estratégica elaborada pela Terras de Sicó para toda a Rede. Cada aldeia será objeto de estudo de, pelo menos, 2 estudantes cujos trabalhos serão organizados assim:

- Os trabalhos de um estudante incidem na melhoria do sistema do espaço não construído (espaço público e área não edificadas/ urbanizadas), podendo incluir, entre outras propostas a definir caso-a-caso, projetos de requalificação de espaços públicos, mobiliário urbano, sinalização e *lettering*;
- Os trabalhos do outro estudante dizem respeito ao projeto de equipamentos/ serviços de interesse coletivo, preferencialmente de reabilitação de edifícios existentes, numa fase correspondente a um anteprojecto.

Além destes dois tipos de trabalhos, existe a possibilidade de serem elaborados trabalhos com outros temas e outras perspetivas que abordem questões de interesse comum a todas

as aldeias, nomeadamente, trabalhos com carácter de “guião” ou “regulamento” para operações urbanísticas, incluindo edificação.

Para a realização destes trabalhos decorrerá um conjunto de ações que envolverão as principais partes interessadas, desde logo a Terras de Sicó, mas também cada uma das Câmaras Municipais associadas, Juntas de Freguesia e/ ou outras organizações que representem as comunidades visadas.

Estas ações desenrolar-se-ão num calendário a divulgar atempadamente e organizam-se tematicamente em 3 grupos – *conhecer*, *propor*, *divulgar* – e pretende-se que nas atividades a realizar em todas elas sejam proporcionados contactos e a discussão de ideias com todos os envolvidos, para o que se conta com o apoio logístico da Terras de Sicó.

No primeiro grupo de ações – **conhecer** – deverão ocorrer:

- Visitas de estudo às 6 Aldeias do Calcário e a outros pontos importantes do território em questão para, a par da consulta bibliográfica, construir um conhecimento crítico das suas características (forças, oportunidades, fracas, ameaças);
- Palestras por especialistas nas temáticas implicadas nos trabalhos a desenvolver;

14



- A consulta e discussão de documentos e instrumentos de gestão territorial/ urbanística.
- A execução de maquetes à escala 1:5000 e 1:1000.

O segundo grupo de ações – **propor** – diz respeito ao desenvolvimento das propostas de anteprojecto(s) e/ ou plano(s) para as aldeias que deverão ser representadas em painéis com a sua representação gráfica e em maquete(s) em escalas que variam entre 1:1000 e 1:200. No decorrer dos trabalhos deverão ser feitas visitas pontuais às aldeias para avaliar a viabilidade e pertinência das propostas.

Por último, o terceiro grupo de ações – **divulgar** – diz respeito à apresentação e discussão dos trabalhos em dois momentos distintos:

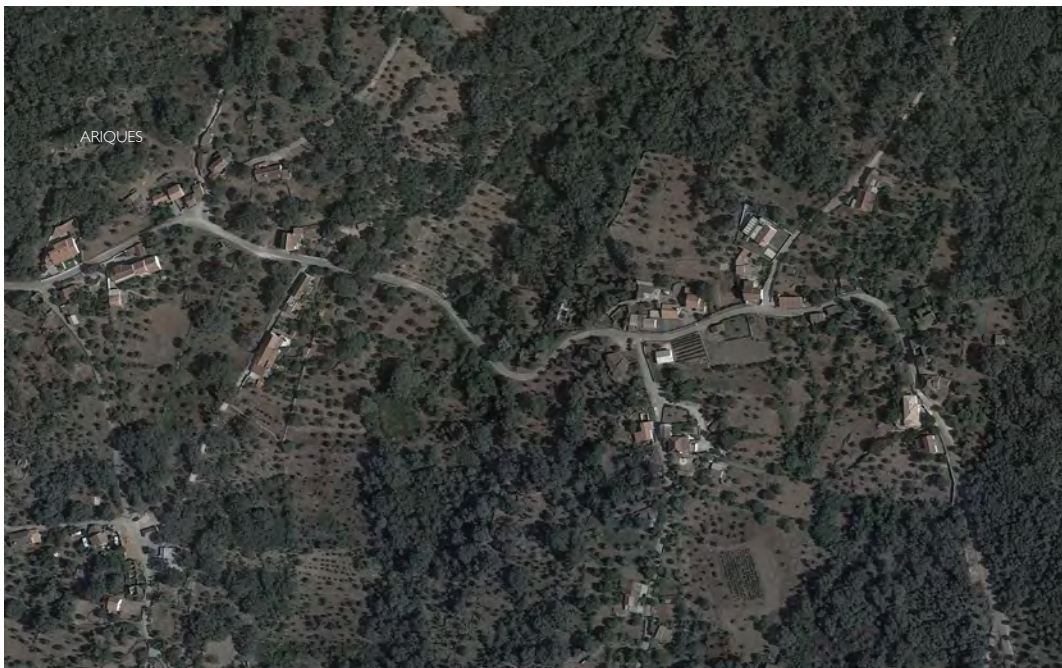
- No final do 1º semestre, com uma exposição pública dos trabalhos em local a definir em conjunto com a Terras de Sicó;
- No final do ano letivo, com as provas de discussão pública das dissertações de mestrado a que dizem respeito estes trabalhos.

15







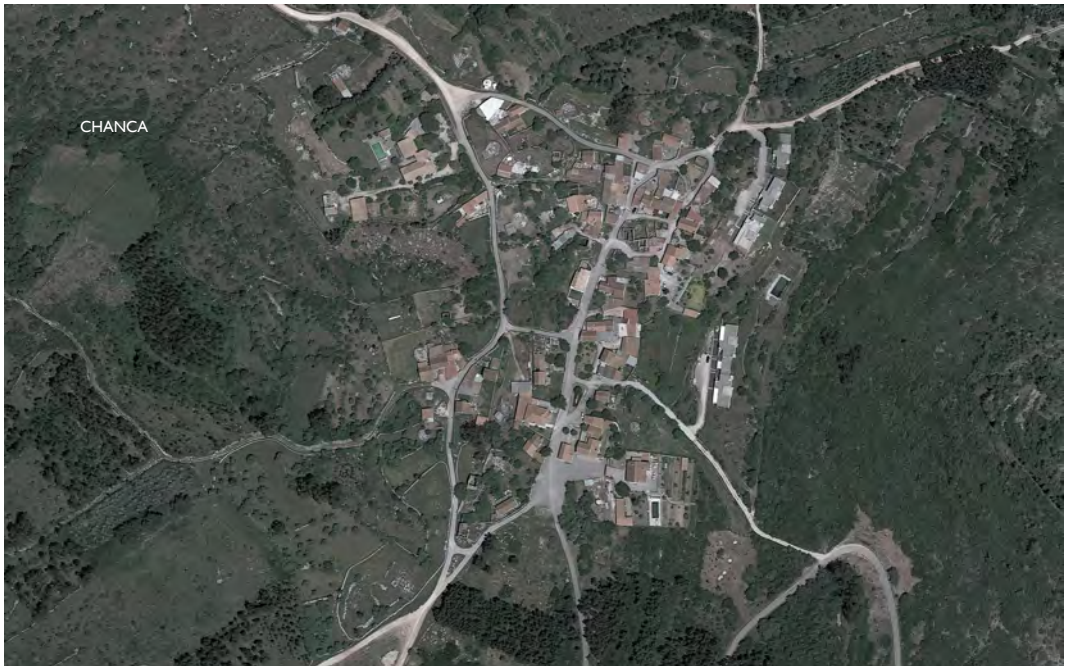










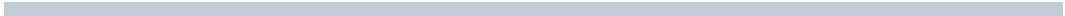




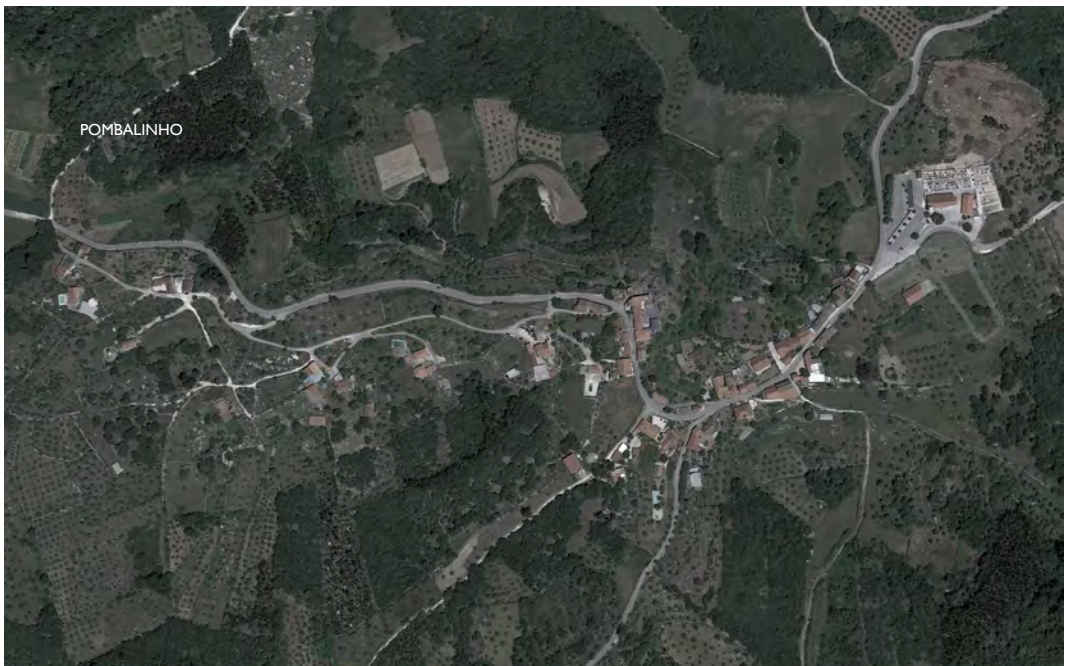


















#### BIBLIOGRAFIA (em desenvolvimento)

ANIMAR; ICE; ADCM (2013). [Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia](#). Vialonga: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.

ANIMAR; ICE; ADCM (2013). [Programa Mínimo de Revitalização de Aldeia. Anexos](#). Vialonga: Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, Instituto das Comunidades Educativas e Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura.

FERRÃO, João; LOPES, Raul (2004). "Understandig Peripheral Rural Areas as Context for Economic Development" in LABRIANIDIS, Lois (Ed.) (2004). *The Future of Europe's Rural Peripheries*. London: Routledge.

FERRÃO, João (2000). [Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação atual e pistas para o futuro](#). *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 45-54. doi: dx.doi.org/10.4067/S0250-71612000007800006

GEHL, Jan (2018). *Space to Grow. Ten principles that support happy, healthy families in a playful, friendly city*. Disponível em [https://gehl.institute.org/wp-content/uploads/2018/04/GehlInstitute\\_SpaceToGrow\\_single\\_pages.pdf](https://gehl.institute.org/wp-content/uploads/2018/04/GehlInstitute_SpaceToGrow_single_pages.pdf) [13/05/2020]

GEHL, Jan (2018). *Inclusive Healthy Places. A Guide to Inclusion & Health in Public Space: Learning Globally to Transform Locally*. Disponível em [https://gehl.institute.org/wp-content/uploads/2018/07/Inclusive-Healthy-Places\\_Gehl-Institute.pdf](https://gehl.institute.org/wp-content/uploads/2018/07/Inclusive-Healthy-Places_Gehl-Institute.pdf) [13/05/2020]

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte (2013). *How to Study Public Life*. Washington: Island Press.

MONTEIRO, Alcides A. (2019). [Territórios do interior, coesão territorial e modelos de governança. A propósito do Programa Nacional para a Coesão Territorial](#). *Sociologia Online*, 19, 127-151.

NELLO, Oriol; RODRÍGUEZ, Laura Soler; Rius, Joan Checa (2019). [L'atracció del camp. La percepció i l'atractiu de l'entorn rural en la joventut catalana resident en àrees urbanes](#). (62). Barcelona: Generalitat de Catalunya.



NELLO, Oriol (1998) - "[Los confines de la ciudad sin confines. Estructura urbana y Límites administrativos ne la ciudad difusa](#)" in MONCLÚS, Francisco Javier (1998) - *La ciudad dispersa*. Centre de Cultura Contemporània de Barcelona, pp. 35-57.

PORTAS, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2003). *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTAS, Nuno; Domingues, Álvaro; Cabral, João (2011). *Políticas Urbanas. Transformações, Regulação e Projetos* (Vol. II). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

#### Diplomas legais

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020, Diário da República n.º 62/2020, Série I (27/03/2020), 16-32 — Aprova a revisão do Programa de Valorização do Interior.

Lei n.º 99/2019, Diário da República n.º 170/2019, Série I (05/09/2019), 3-267 — Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, Diário da República n.º 225/2016, Série I (24/11/2016), 4154-90 — Aprova o Programa Nacional para a Coesão Territorial.

#### GLOSSÁRIO

Áreas não edificadas – área livres, sem edifícios, públicas ou privadas.

Edificado – conjunto de edifícios de/ numa determinada área urbana ou de/ num núcleo urbano.

Espaço físico – conjunto do edificado e das áreas não edificadas.

Espaços públicos – todo o tipo de áreas livres públicas construídas para servir diferentes tipos de usos (circulação automóvel e/ou de peões; transporte de bens; sociabilização e/ou comércio): vias, vielas, ruas, travessas, praças, pracetas, largos, rossios, jardins, parques, etc.

#### SUGESTÃO DE TRAJETO PARA VISITAS

<https://goo.gl/maps/loJpXmZX9RAjwSgu6>







## **CICLO DE CONFERÊNCIAS**



ciclo de conferências 2020-21  
no âmbito do curso de mestrado em  
**REABILITAÇÃO URBANA  
INTEGRADA**

Departamento de Matemática | Sala Gomes Teixeira | 17h00

14 de outubro | **Sicó: a dimensão  
cultural e natural da  
sua paisagem**

Carlos Silva

IGDPT - Centro de Estudos Geográficos e Ordenamento do  
Território da Universidade de Coimbra  
GDTUA - Centro de Estudos de Desenvolvimento Urbano  
USMA - Instituto Superior Universitário da Maia

ciclo de conferências 2020-21  
no âmbito do curso de mestrado em  
**REABILITAÇÃO URBANA  
INTEGRADA**

Departamento de Matemática | Sala Gomes Teixeira | 17h00

28 de outubro | **Urbanismo e ruralidade.  
A evolução do  
povoamento das terras  
de Sicó.**

José Ruivo

Museu Monográfico de Coimbra

**AULA ABERTA**

Contextos e conceitos na evolução das paisagens urbanas, mRUJ  
Seminário de Investigação em Arquitetura, PL3 e PL4, mIA

Departamento de Arquitetura da FCTUC | Sala T3 | 09h30  
ZOOM ID: 860 3853 0754 SENHA: 0552244

22 de outubro | **Conversa sobre riscos.  
O que isso tem a ver  
com a prática de  
arquitetura?**

Liliana Horta

Centro de Estudos Geográficos  
Laboratório de Investigação em Paisagem Urbana



**aula aberta**

Contextos e conceitos na evolução das paisagens urbanas

curso de mestrado em

**REABILITAÇÃO URBANA  
INTEGRADA**

2020-21

Departamento de Arquitetura da FCTUC | Sala T3 | 09h30  
ZOOM ID: 860 3853 0754 SENHA: 0552244

19 de novembro | **Políticas públicas e  
participação cívica:  
como agregar valor ao  
conhecimento perito?**

Giovanni Allegretti

Centro de Estudos Sociais  
Universidade de Coimbra

ciclo de conferências 2020-21  
no âmbito do curso de mestrado em  
**REABILITAÇÃO URBANA  
INTEGRADA**

Departamento de Matemática | Sala 3.4 | 15h00

25 de novembro | **Estratégias de cooperação  
territorial no âmbito do  
turismo cultural: dos  
Castelos e Muralhas do  
Mondego à Rota Carmelita**

Ivânia Monteiro

Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do  
Mondego

ciclo de conferências 2020-21  
no âmbito do curso de mestrado em  
**REABILITAÇÃO URBANA  
INTEGRADA**

Departamento de Matemática | Sala Gomes Teixeira | 17h00

9 de dezembro | **Incêndios rurais em  
Portugal. Arquitetura,  
interface urbano-rural e  
outras simbioses.**

António Patrão

Museu do Ambiente e Ação Climática

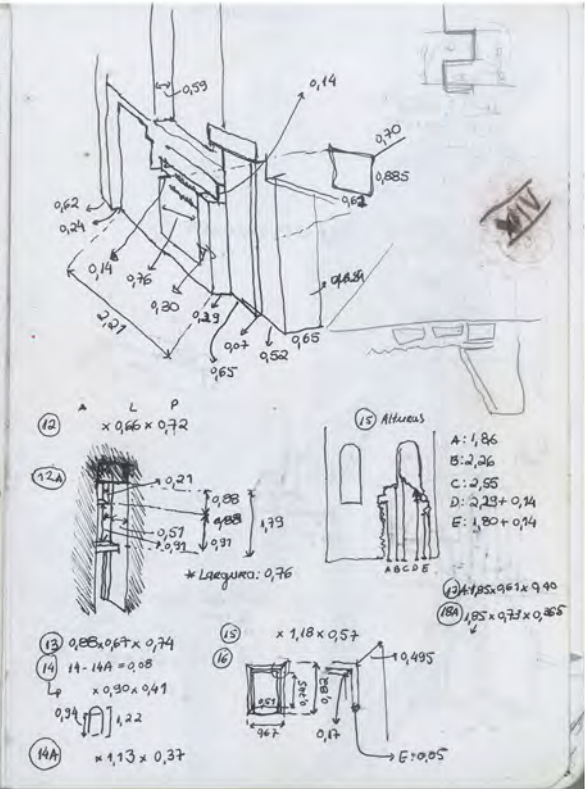
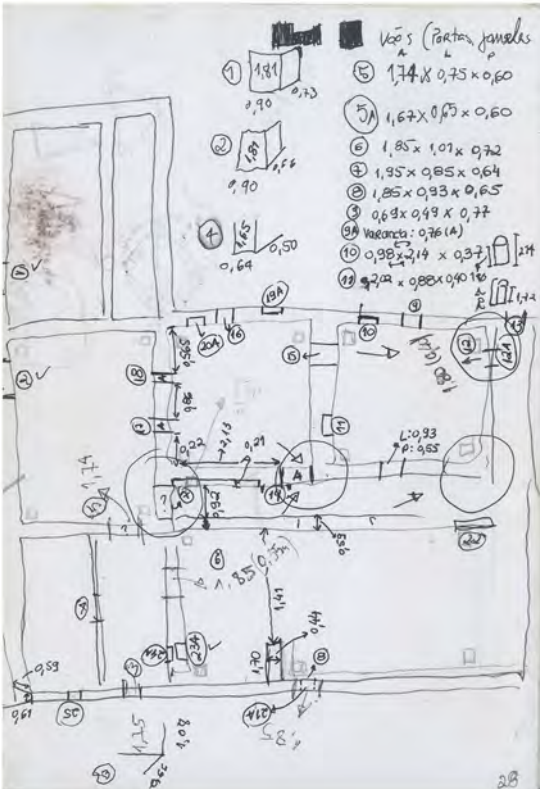
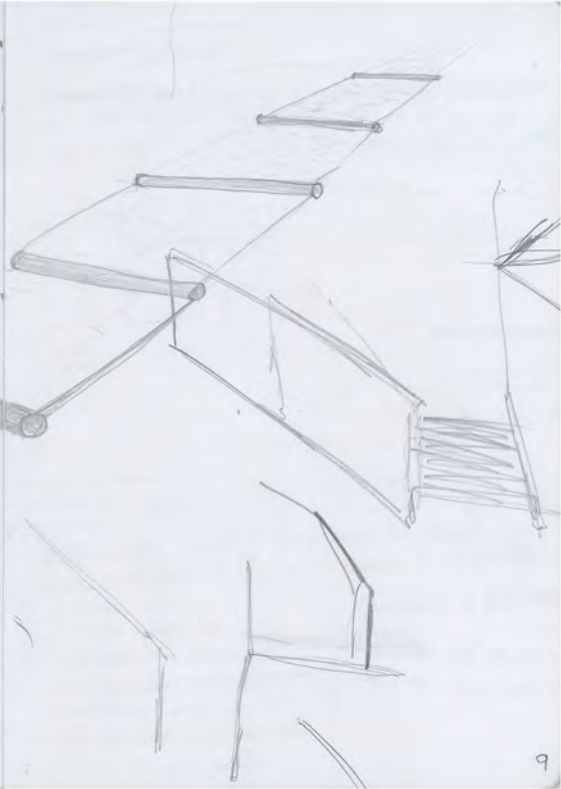






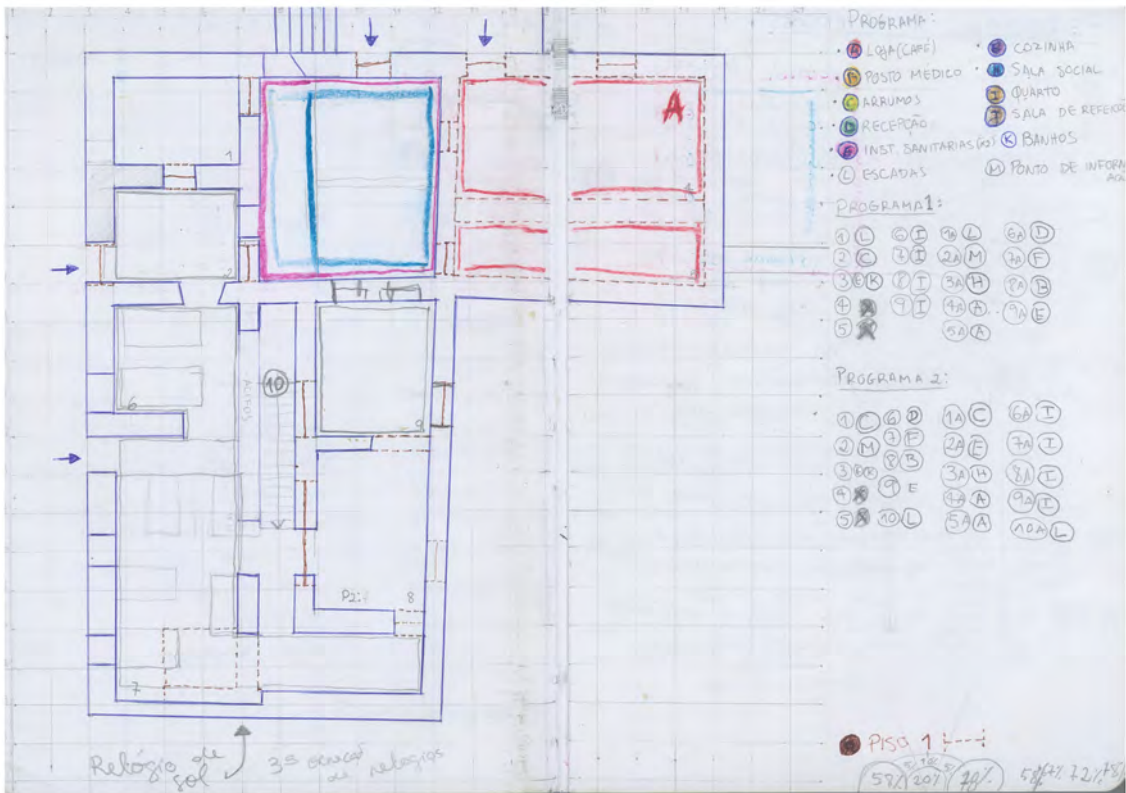
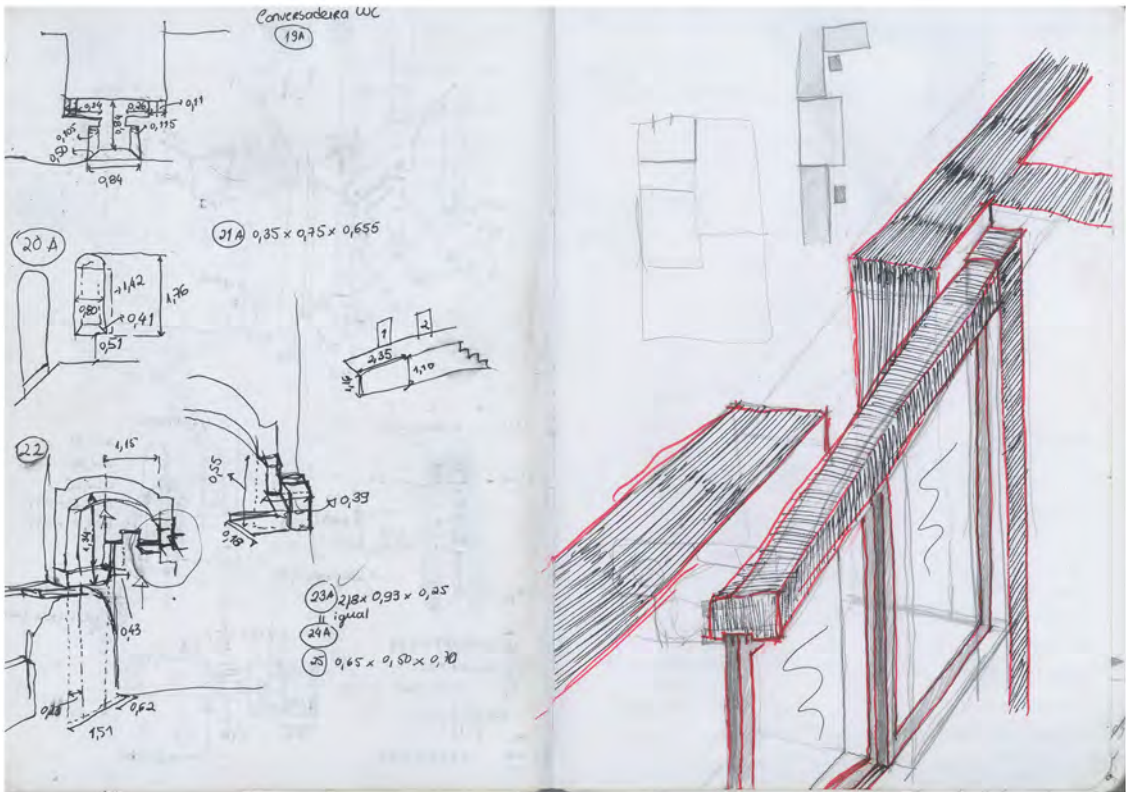
## **ESQUISSOS DE PROCESSO**












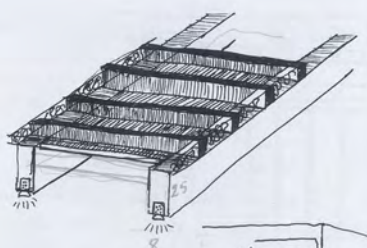
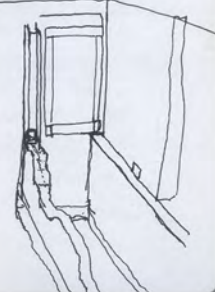


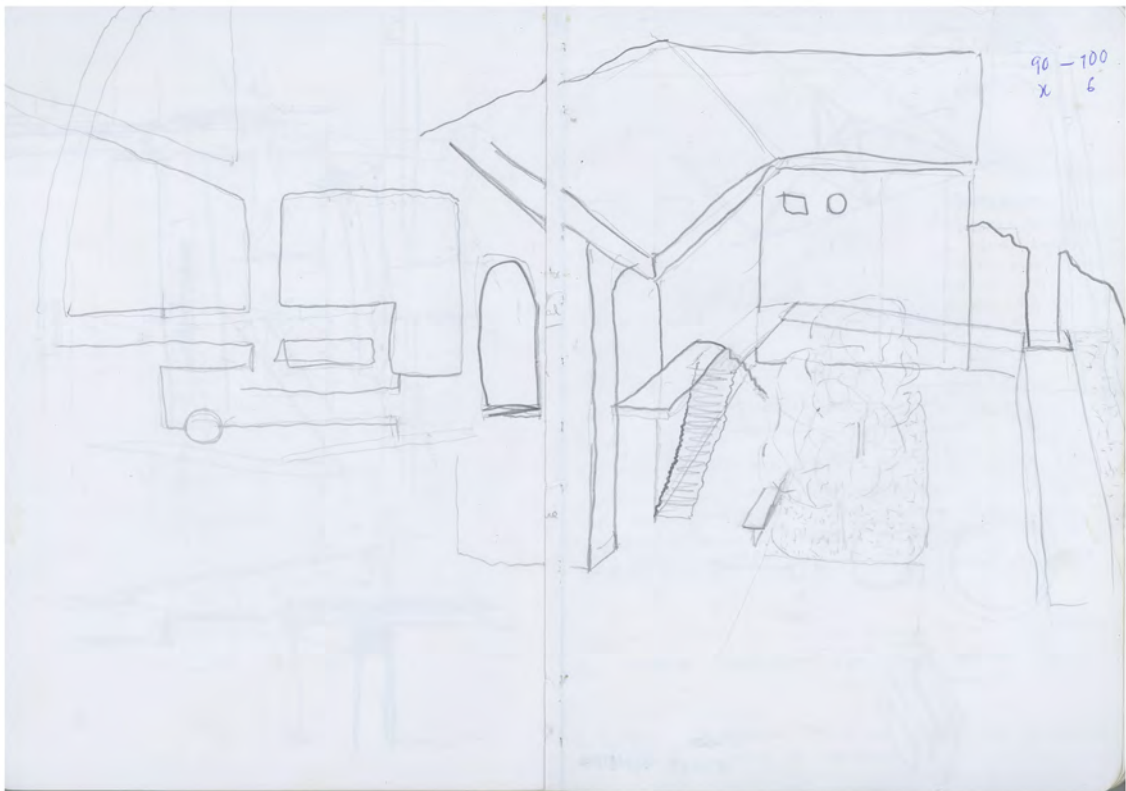


6 Assinalar os desvios para as aldeias  
Nos causamentos onde o caminho permite  
acesso às aldeias Antas próximas, que são  
as com os Bamburlo, Graça, Ribeirão e  
Aniqués. Poderia desta forma alisar o  
caminho logo após <sup>este</sup> ponto de causamento  
com o caminho, mostrando um pouco adiante  
que pode encontrar nessas aldeias, nomeada  
os programas dos seus colégios (Laboratório  
do Através do Sico, Centro Sênior (Bamburlo)  
Taxa de experiência (Ribeirão) Laboratório  
Sico, Abaque para Penugem (Graça)  
Carvalho Quintão (Aniqués)

7 Miradouro (Fixo)

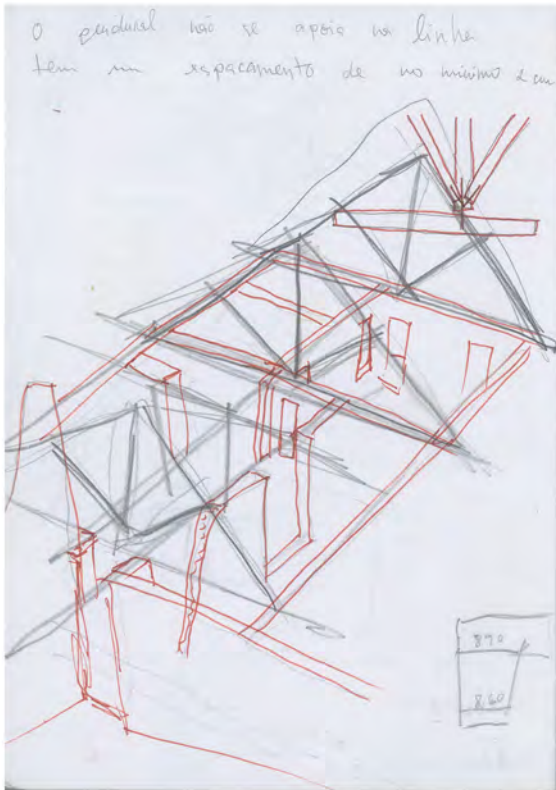
Que podem andar a par com  
as estruturas de repouso. (Mas provavelmente  
há com os postos de água potável)



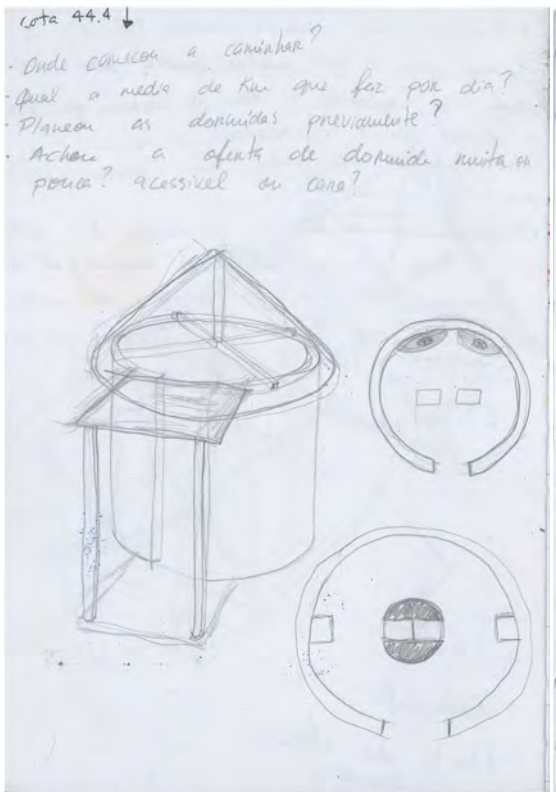






- Orientação das escadas rodaz 180°
- Entrada para o posto médico mudar para o +1 onde se encontra a zona de leitura que permite o espaço com a recepção e assim o posto médico fica com um acesso mais direto ao exterior.
- Acessibilidade → elevador no alçado Este, próximo a entrada principal, ao local original/initial deixando assim de ter rampas de acesso
- Localização das áreas (desalinhamento das paredes e orientação)
  - Espaço público

1 Cartografia  
2 Planta das aldeias  
3 cartop



Biblioteca Municipal  
Memórias Paraquias  
Setecentistas  
do Dr. Saúl Gomes  
e Dr. ~~Henrique~~  
Mário Rui Rodrigues

Blog  
Dr. Manuel  
Augusto Dias  
Viajante no  
tempo  
Claudia Santos  
917789963  
Henrique  
Mário Rui Rodrigues



# CAMINHOS DE FÁTIMA

## ROTA CARMELITITA

PADARIA - PASTELARIA  
" O MOLEIRINHO "

CERNACHE - COIMBRA

7/9/21

CAFÉ  
ROCK

Condexa - a velha  
7/9/21



07-09-2021



7-09-2021



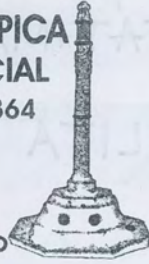
08-09-2021





ADEGA TÍPICA  
RESIDENCIAL  
T. 236 677 364  
ANSIÃO

Caminhos  
de Santiago



08/09/2021



09-09-2021



130N - Ansião  
09-09-2021

STEVE HARVEY

**Farrus Bar**

**Café-Snack Bar**

Rua Principal, nº 33 - Fátima

35-000 Ribeira de Fátima

09-09-2021

**Café e Pastelaria**

★ ★ RIBEIRO ★ ★

de: Henrique Rosa Lourenço

Contribuinte 803 935 773

CASAL RIBEIRO — TEL. 57 54 15

2490 OUREM

10-09-2021

**MIRIAM MONTEIRO UNIP., LDA.**

NIPC 514 890 959

RUA DOS COMBATENTES, 155

2435-125 CAXARIAS

TELS: 249 574 114 / 911 020 305

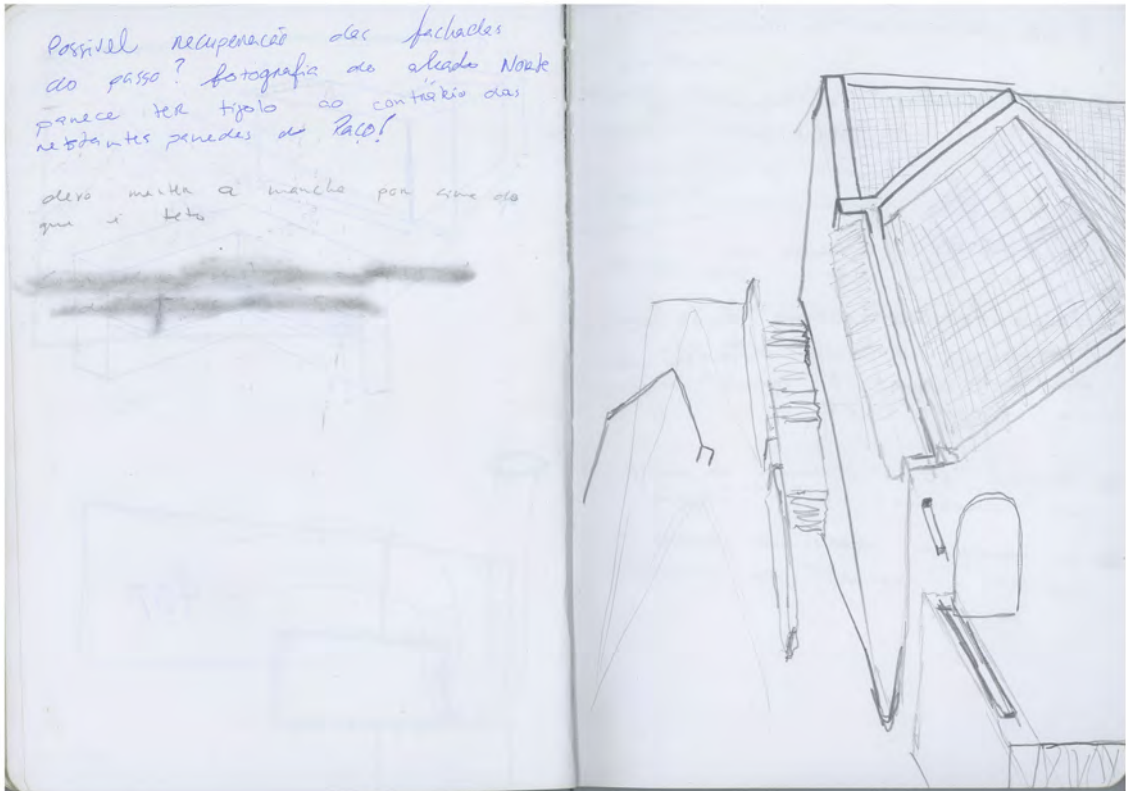
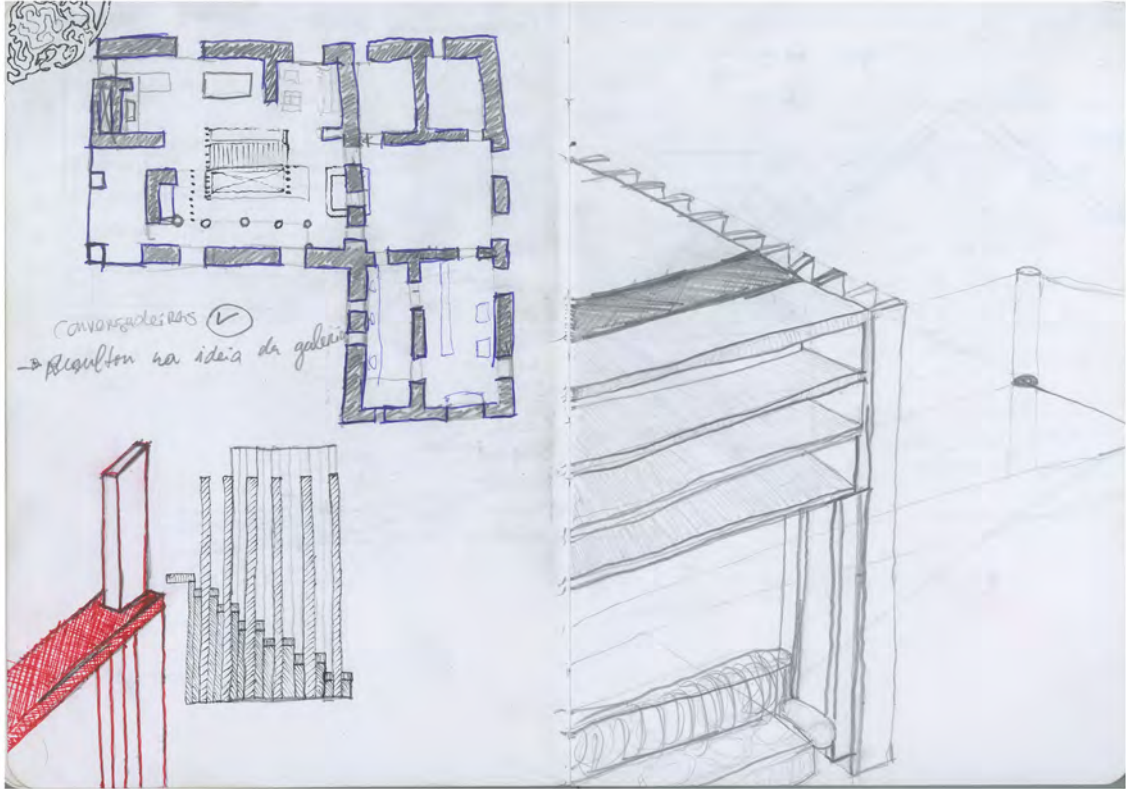
10-09-2021



10-09-2021











## **RENDERIZAÇÃO 3D DO ALBERGUE “PAÇO DO PEREGRINO”**























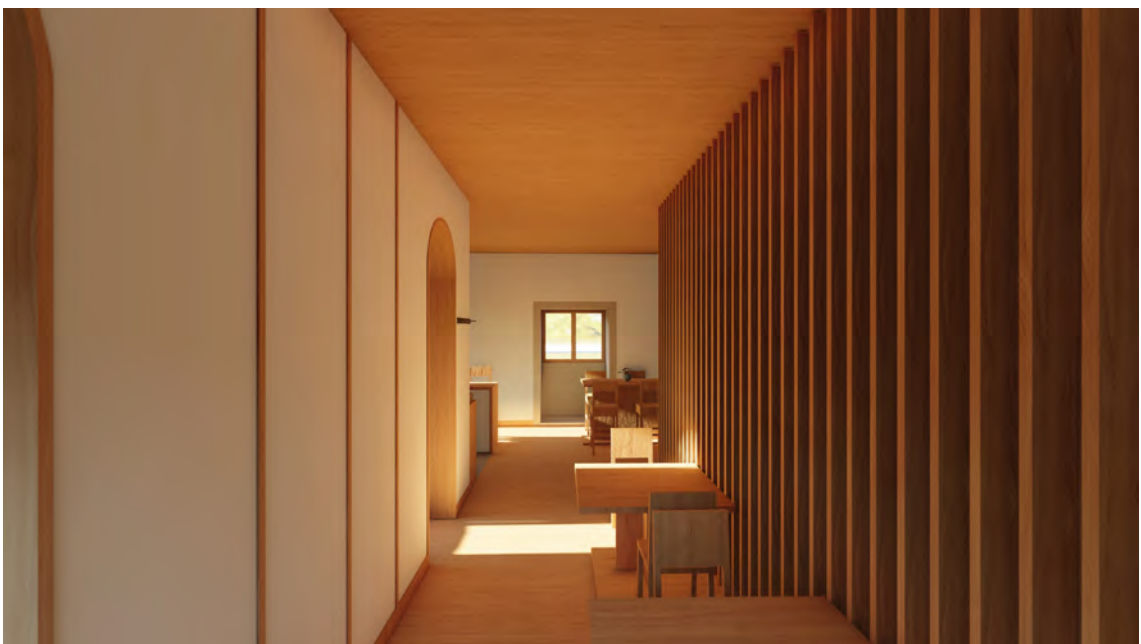






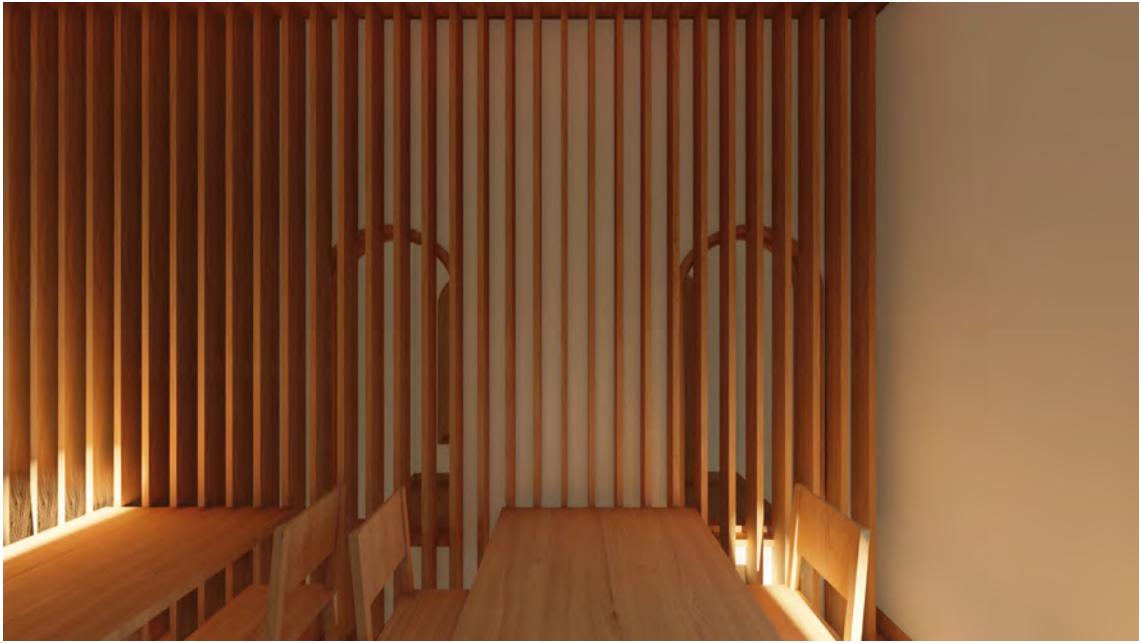










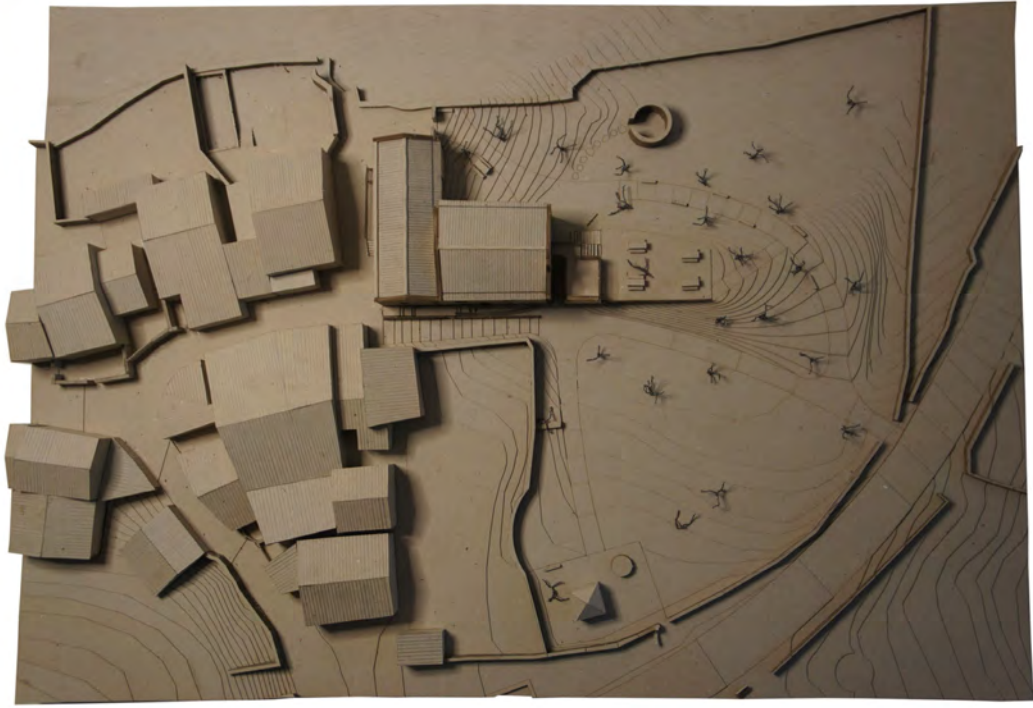




**FOTOGRAFIAS DA MAQUETE**









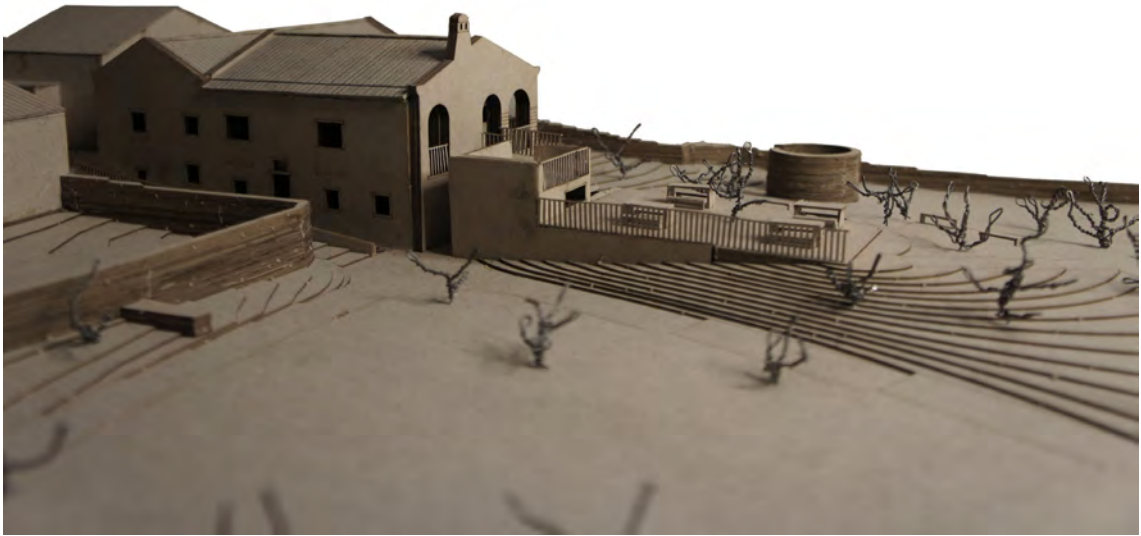






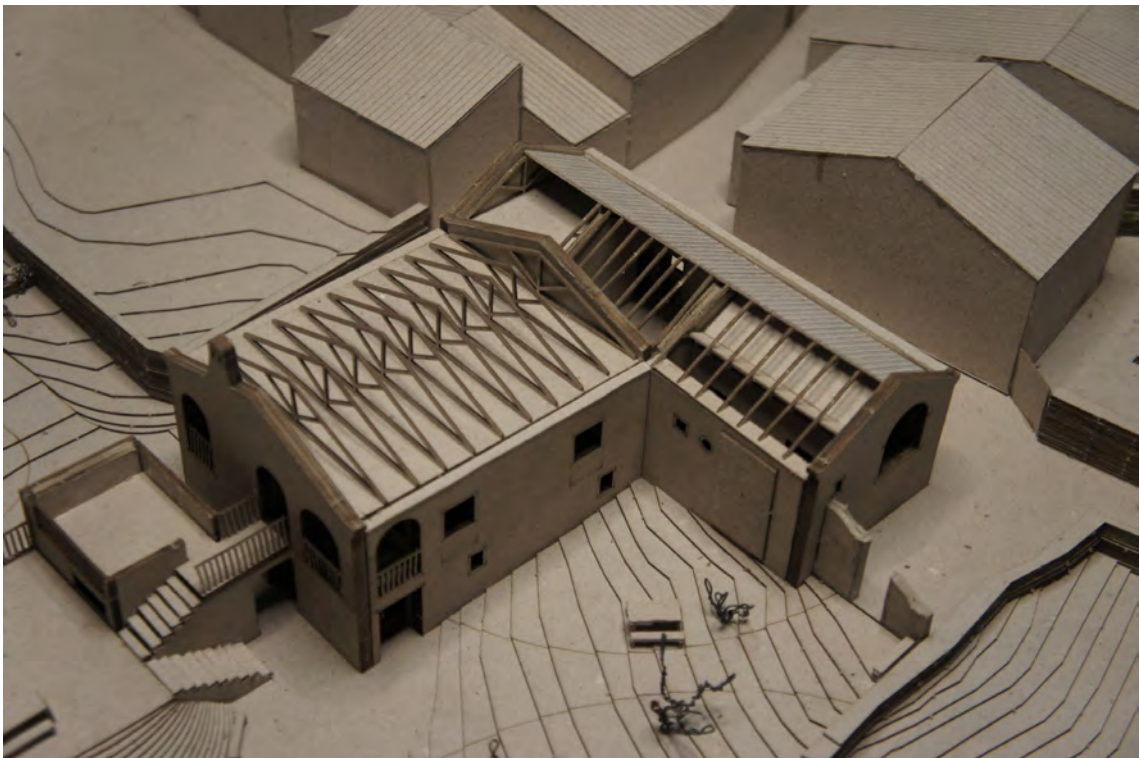
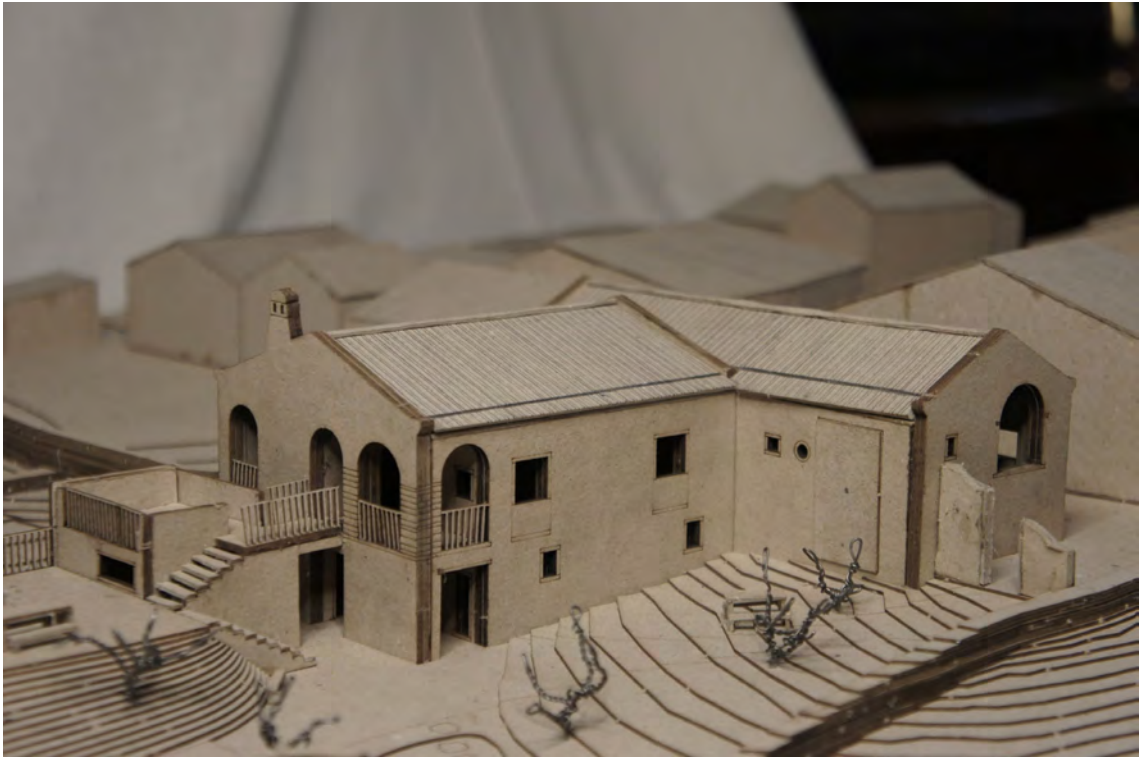




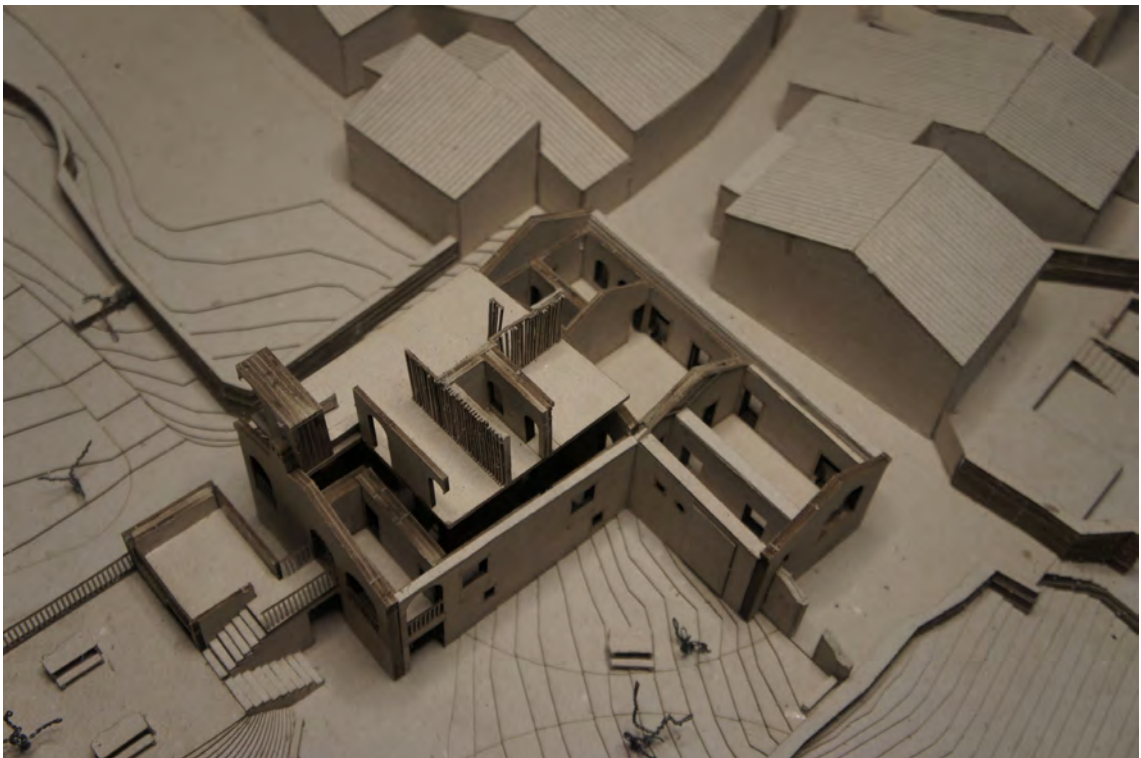
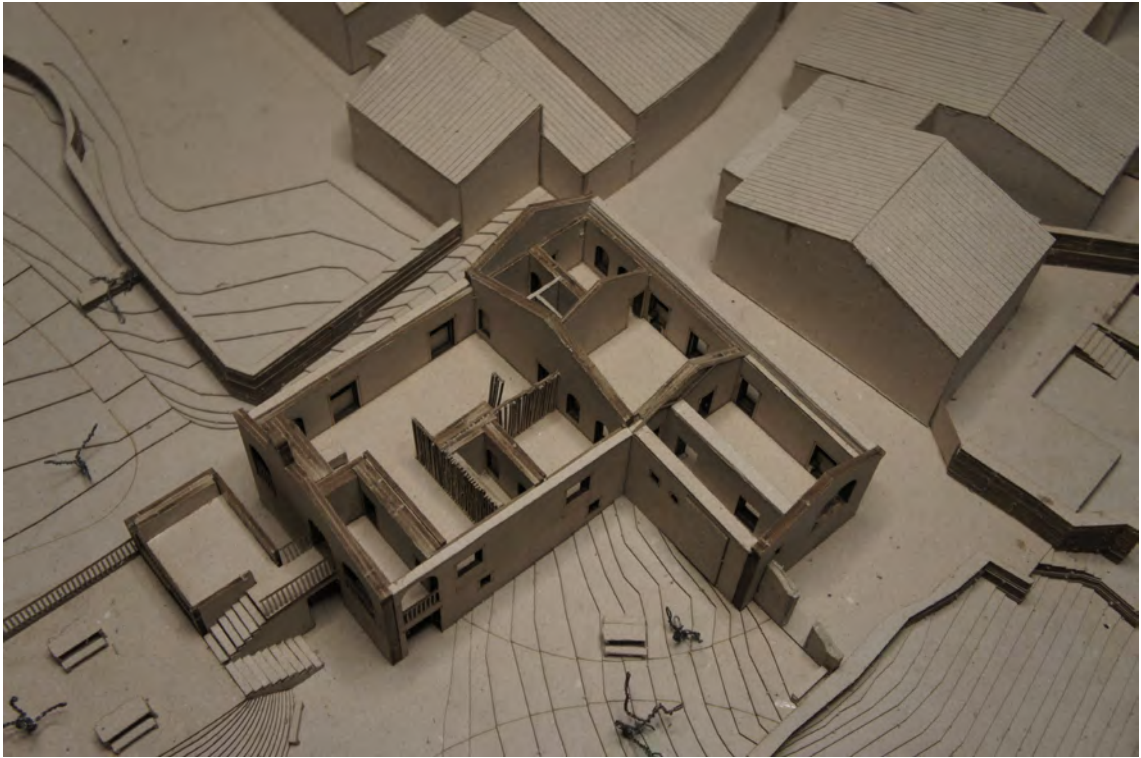






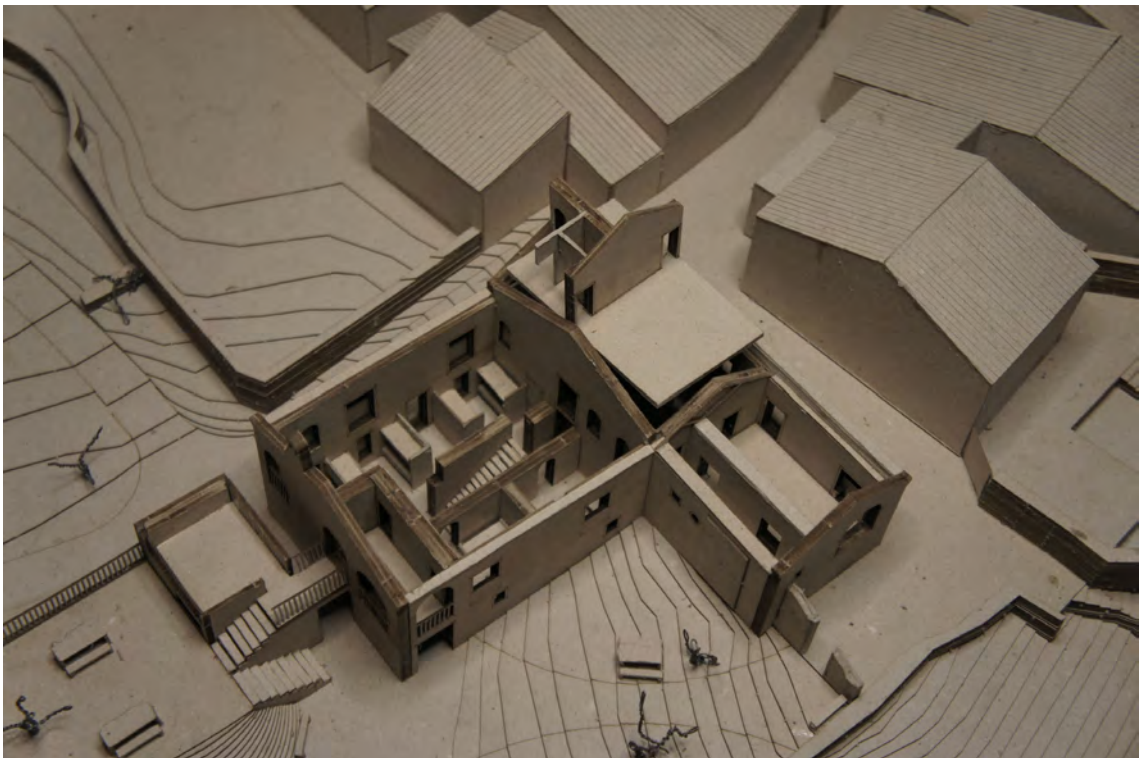
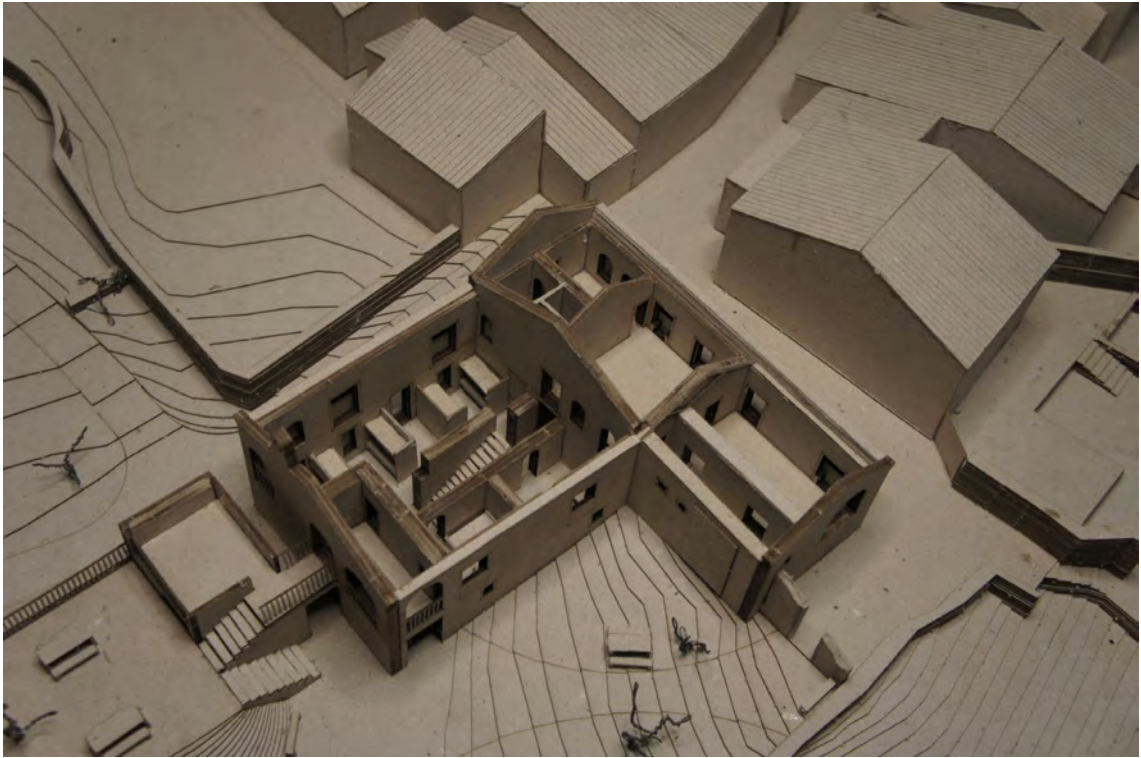




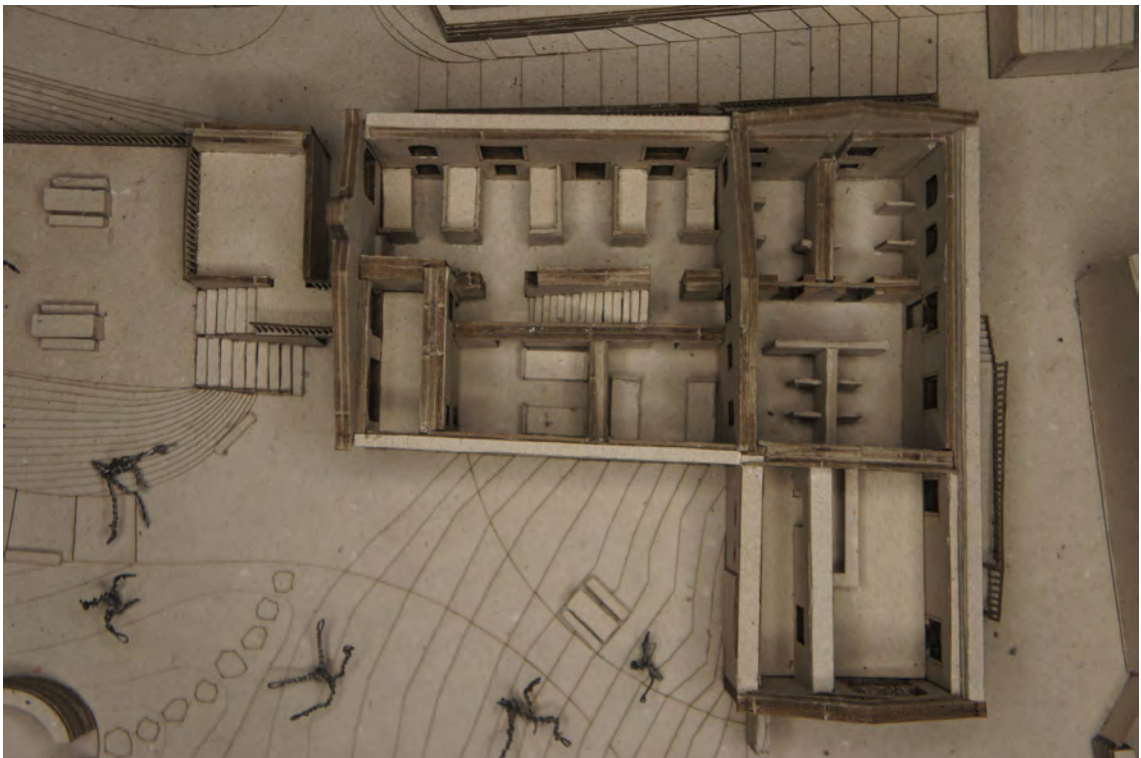
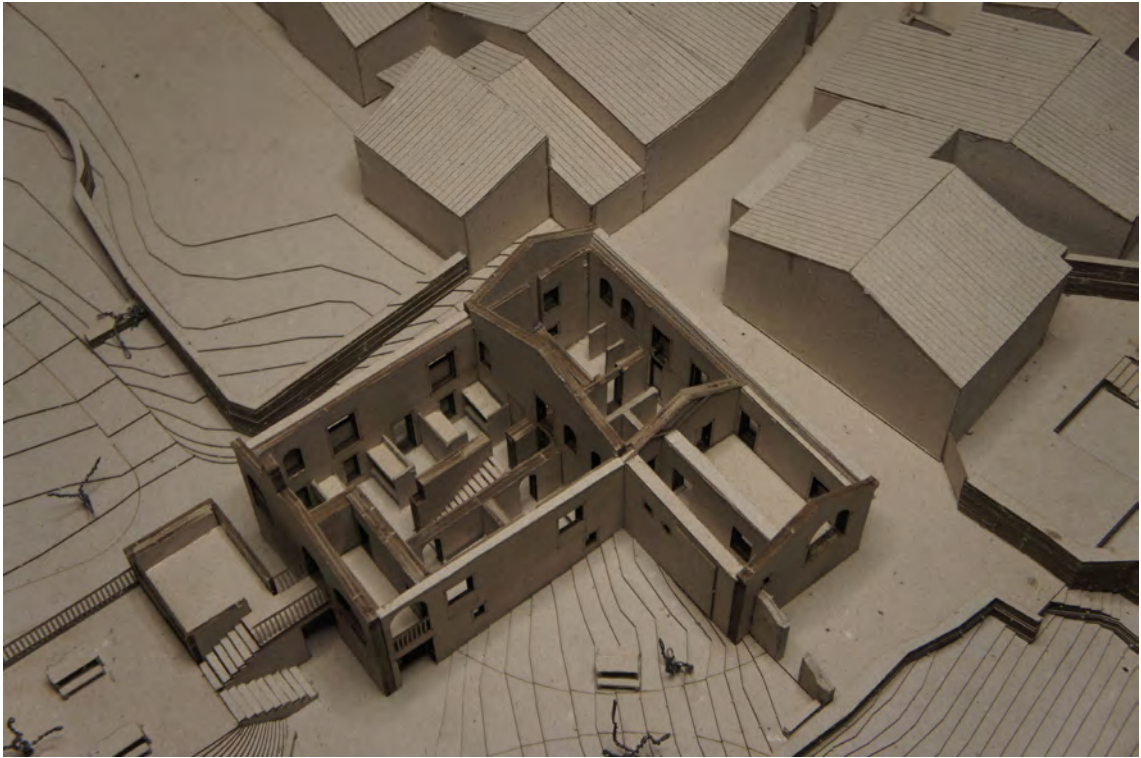






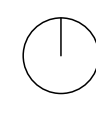
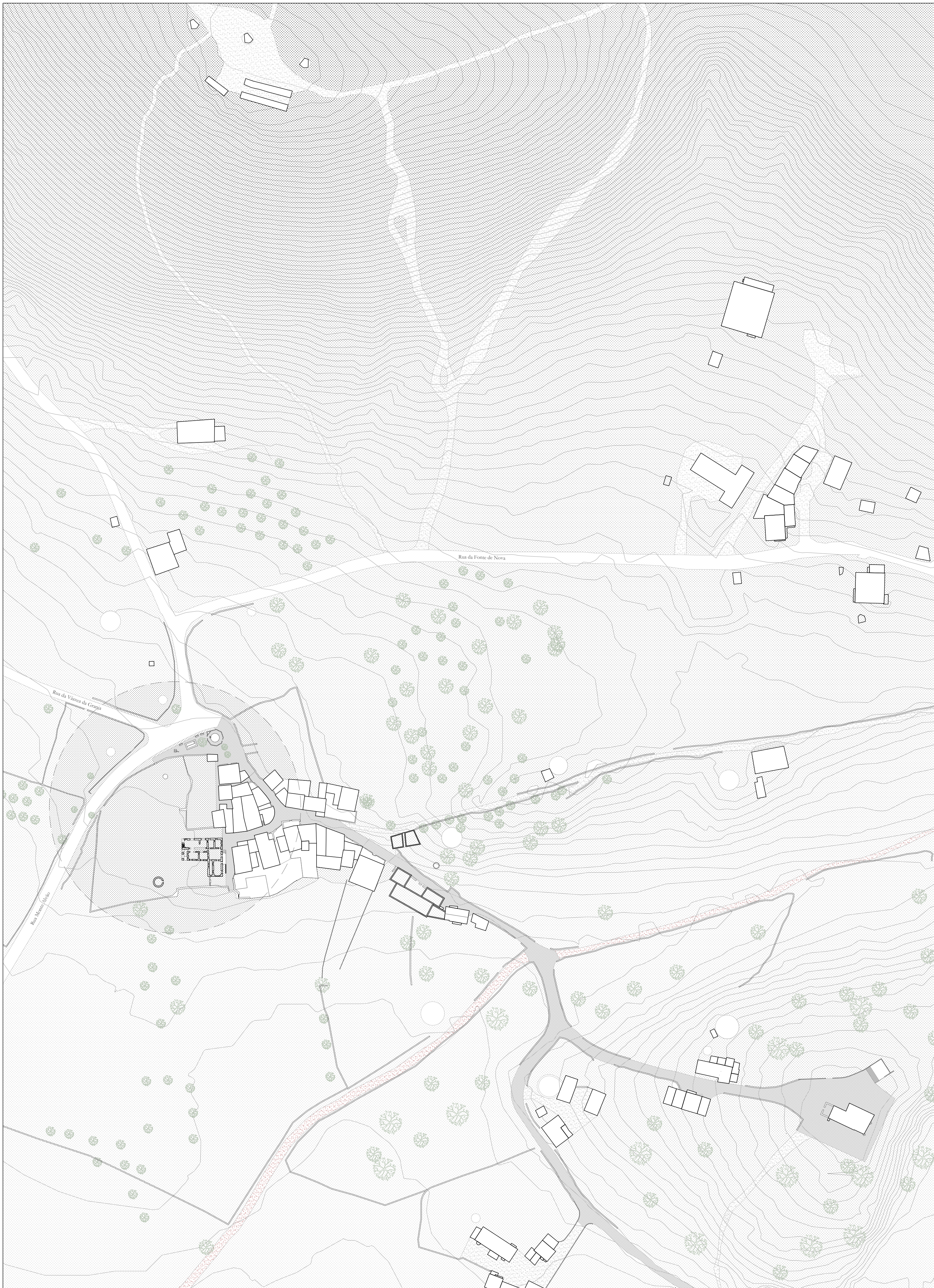




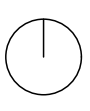




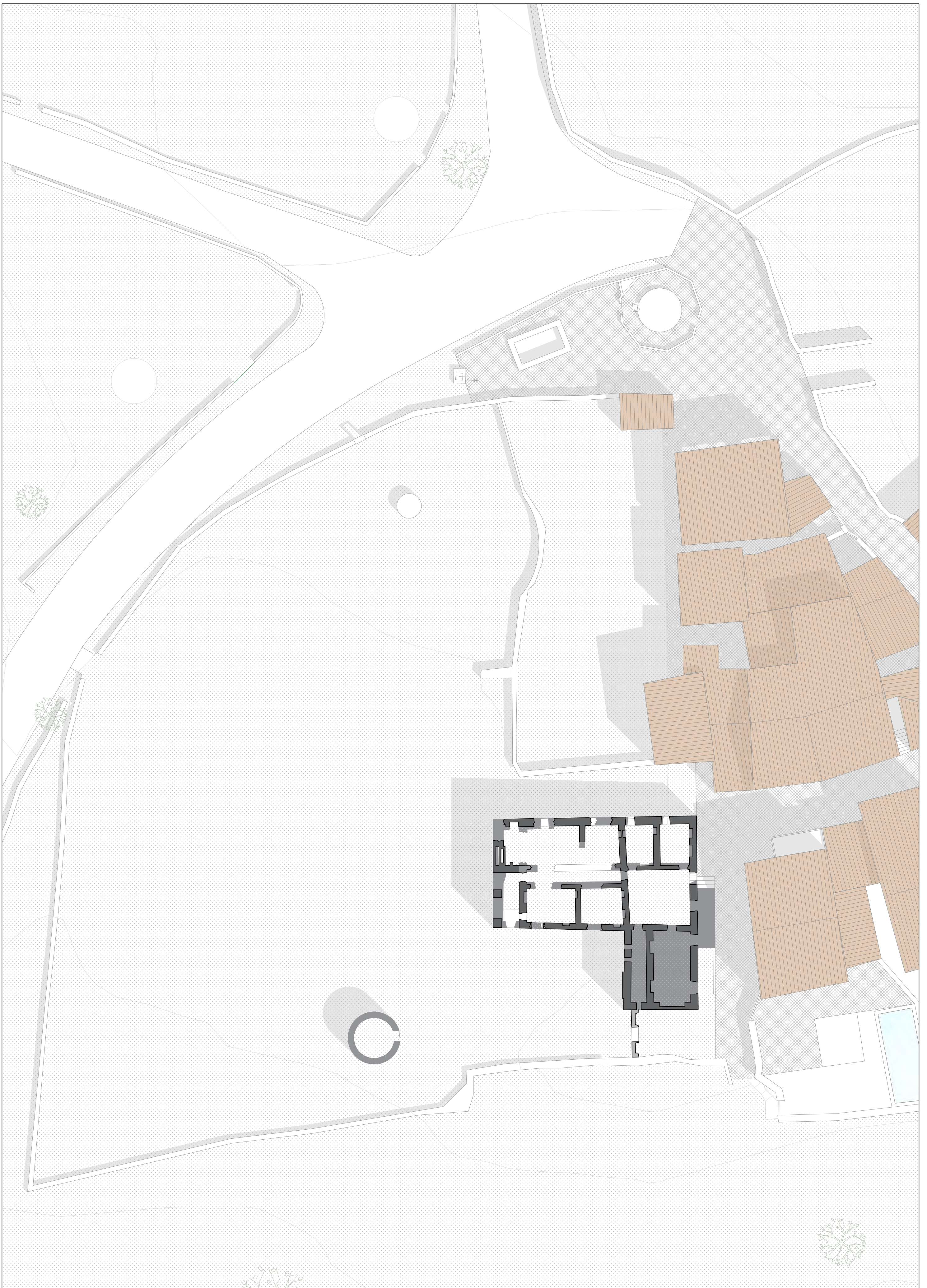




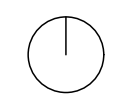
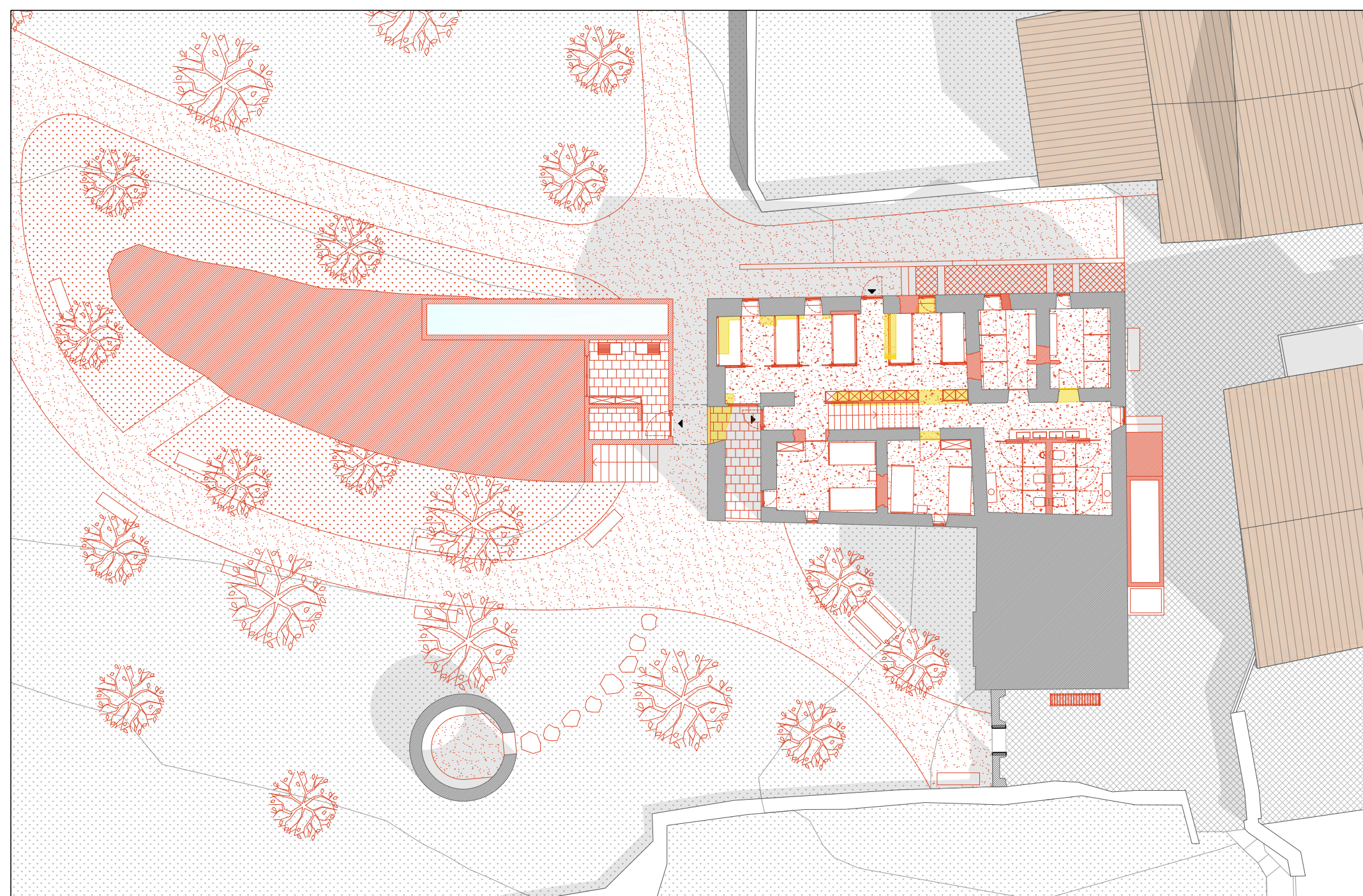
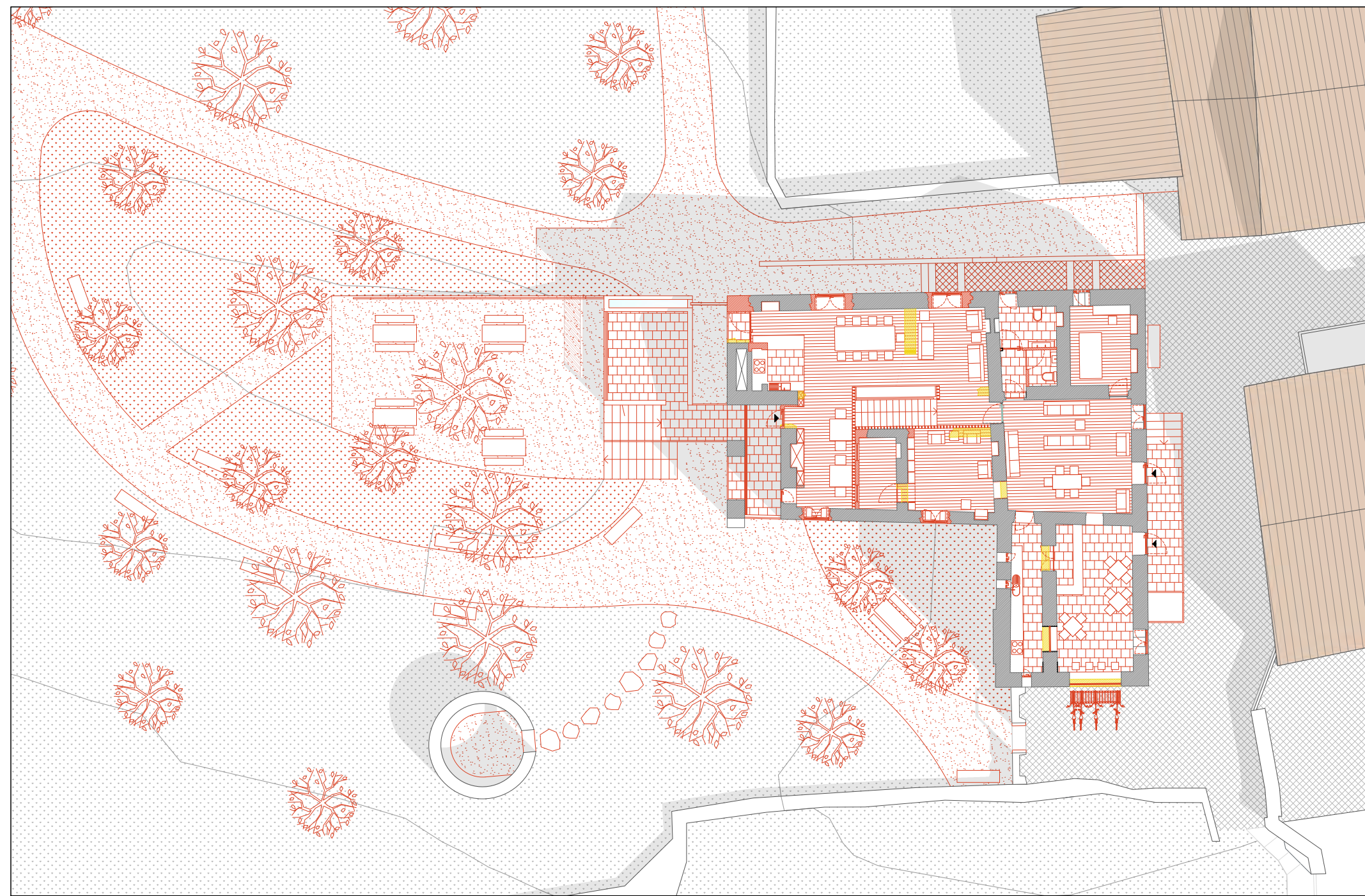
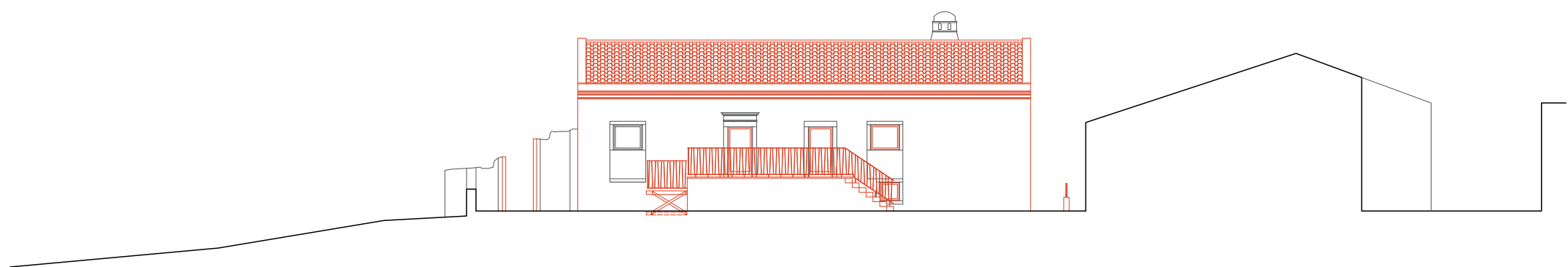
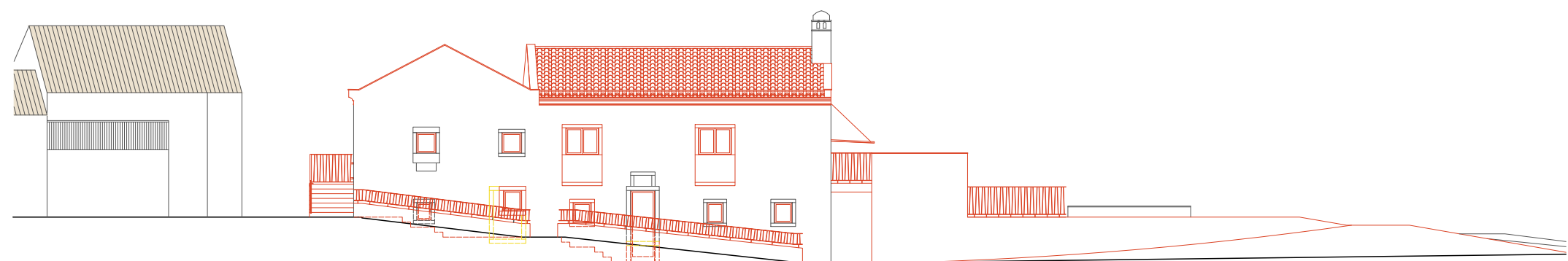
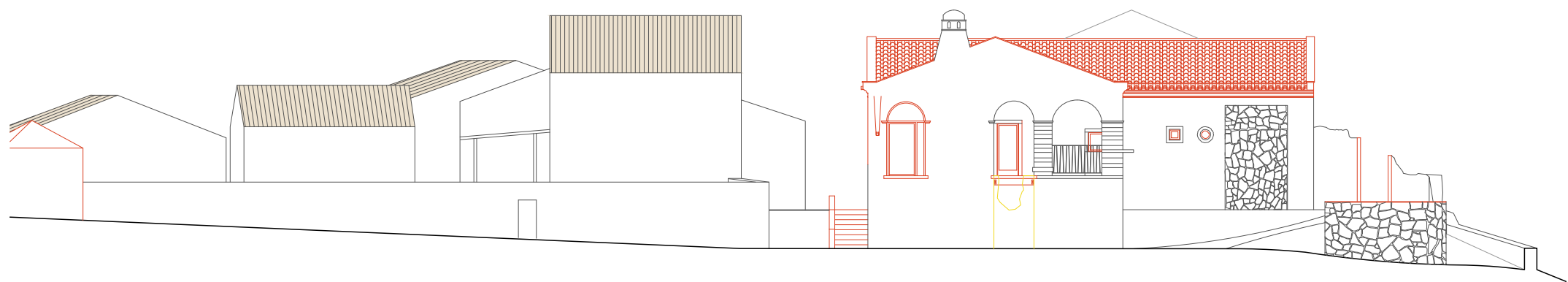
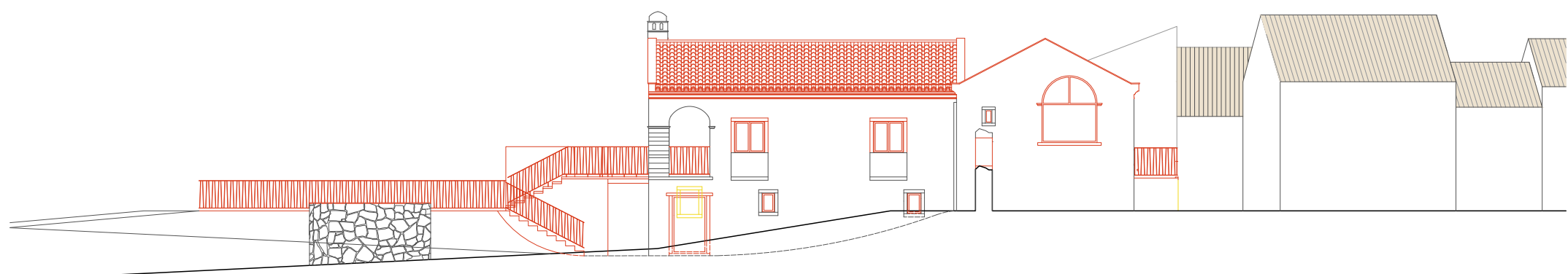




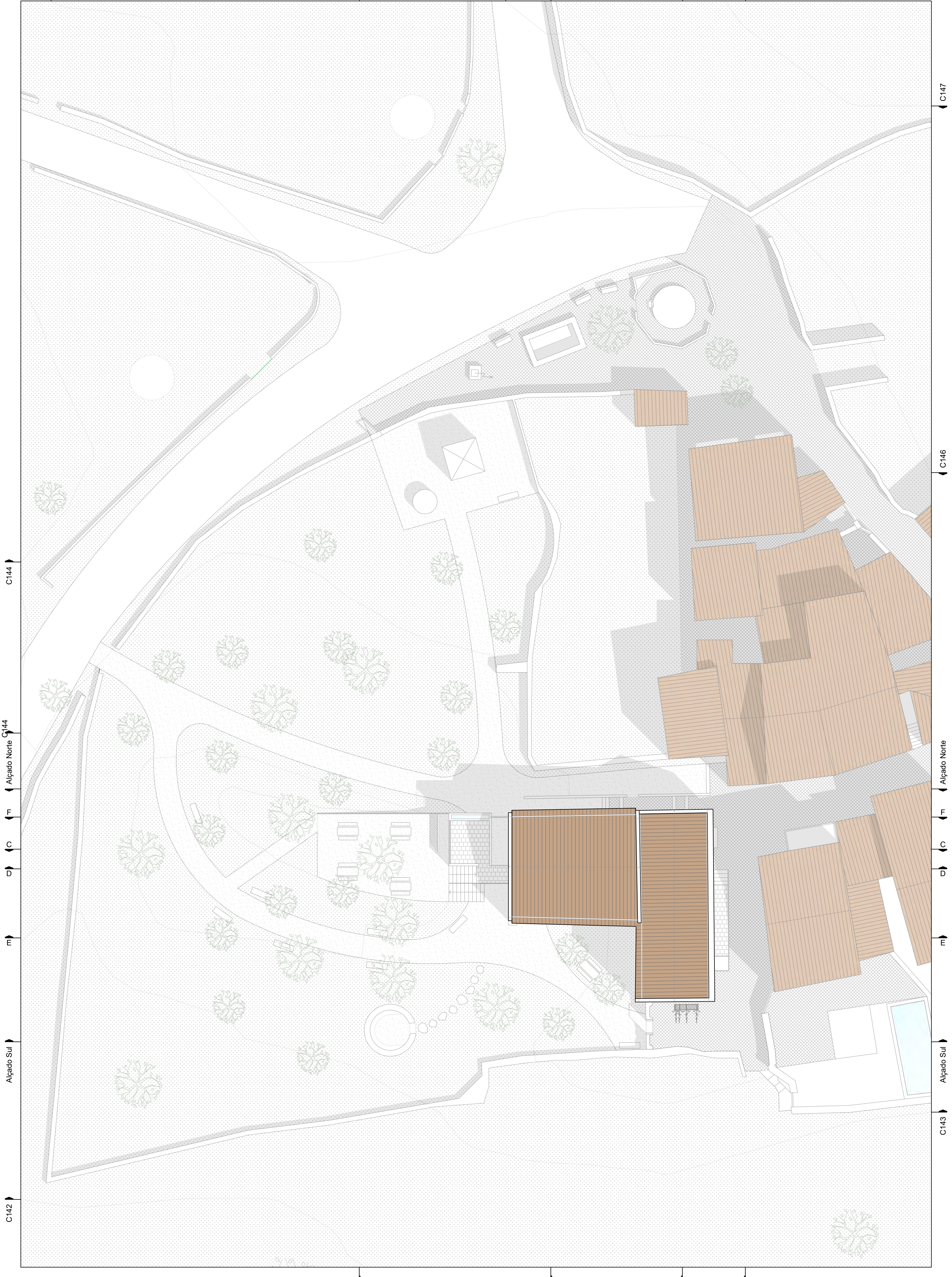




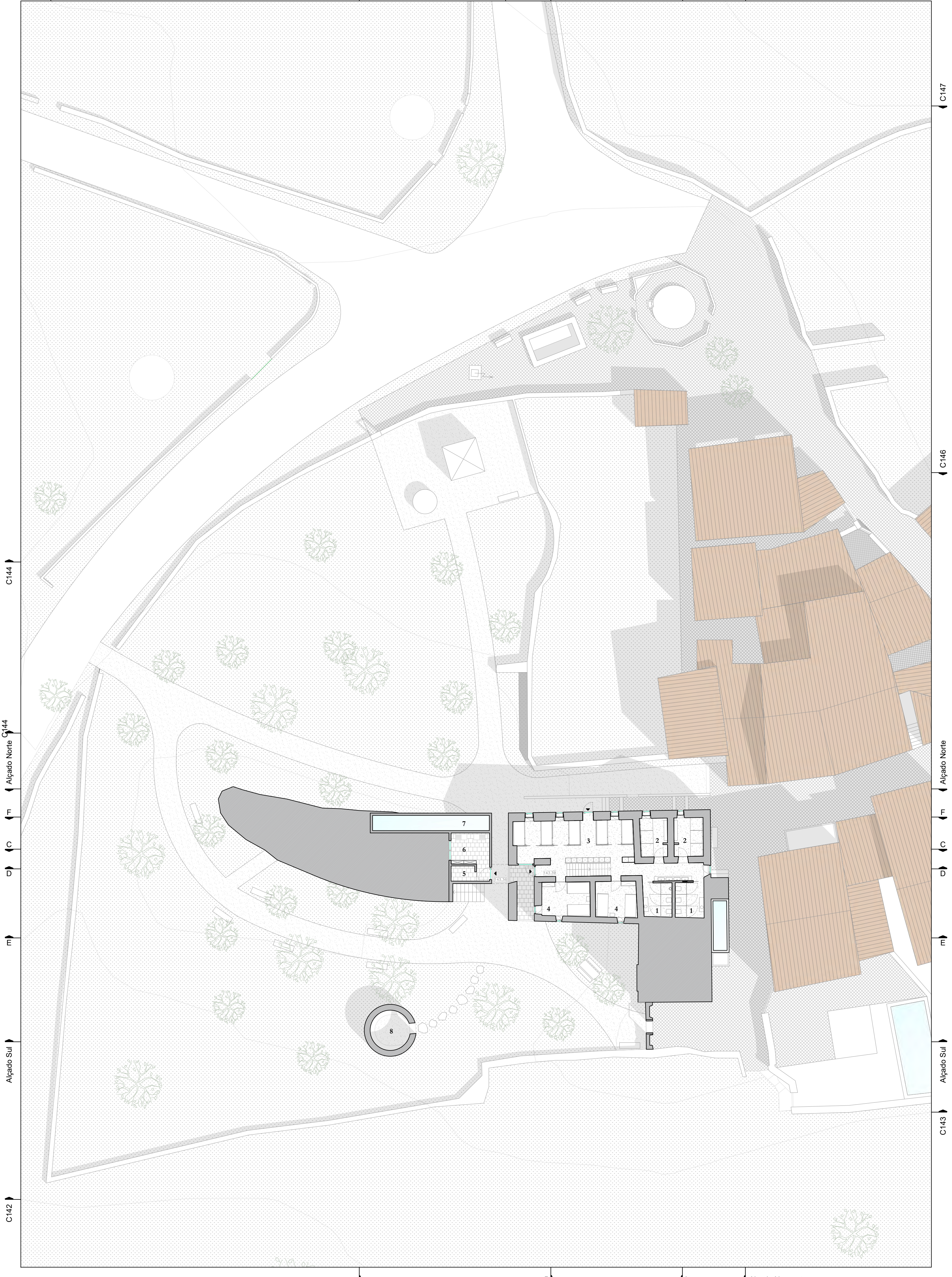












C144

Alçado Norte

F

C

D

m

Alçado Sul

C142

C147

C146

Alçado Norte

F

C

D

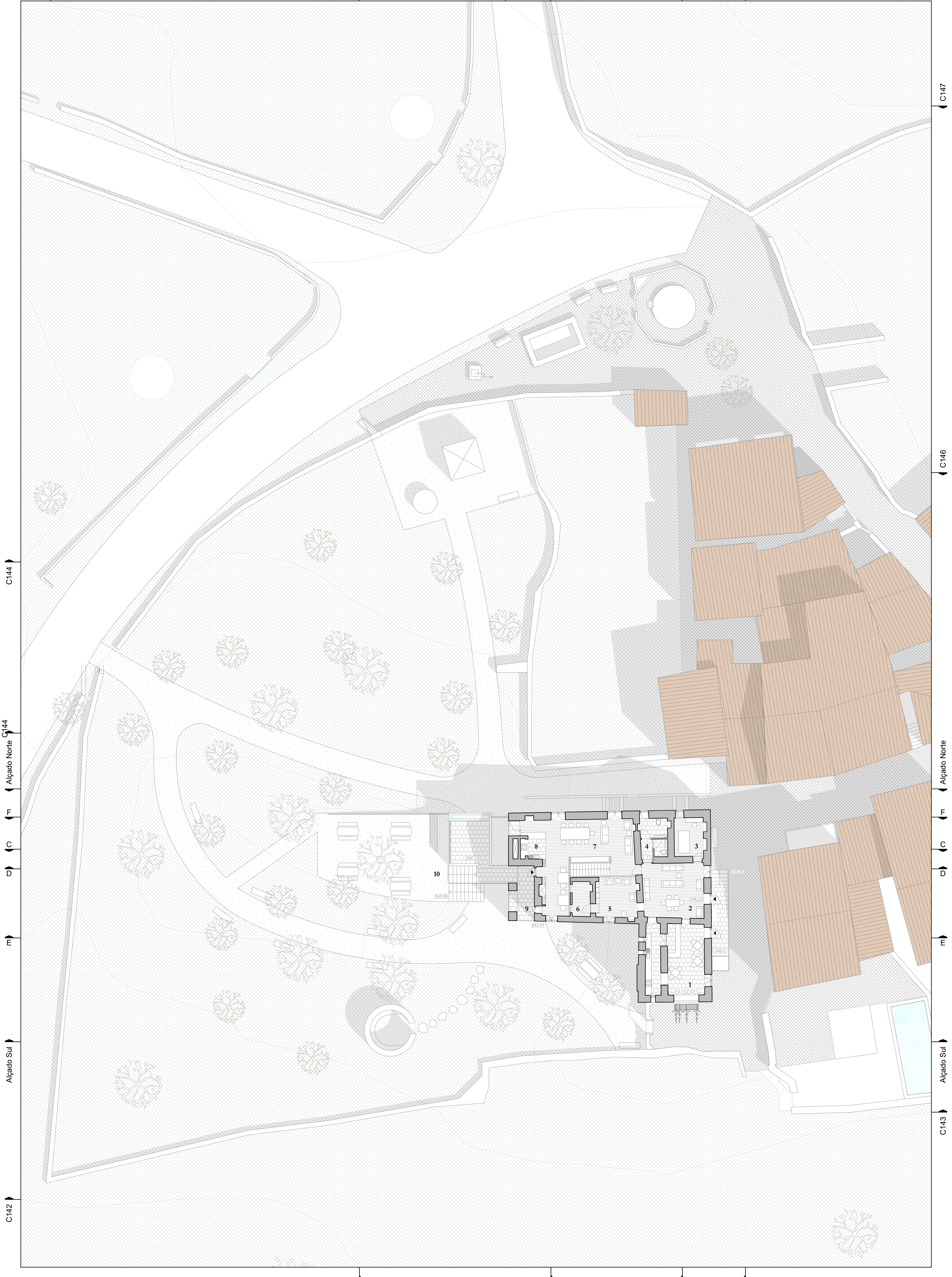
m

Alçado Sul

C143







C144

Alçado Norte

C

D

m

Alçado Sul

C142

C147

C146

Alçado Norte

F

D

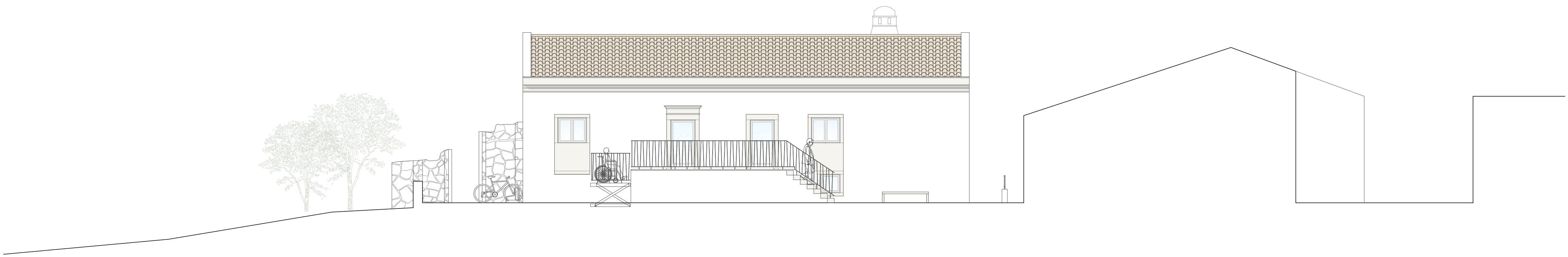
m

Alçado Sul

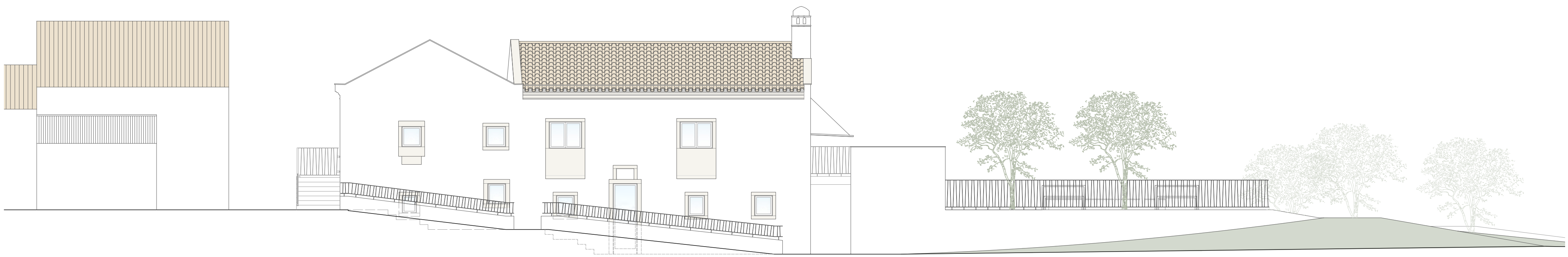
C143





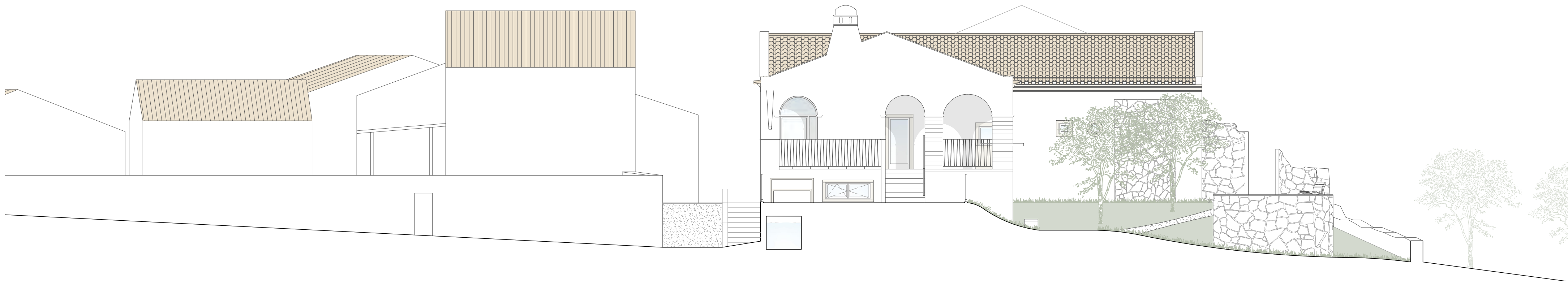


*Alçado Nascente*

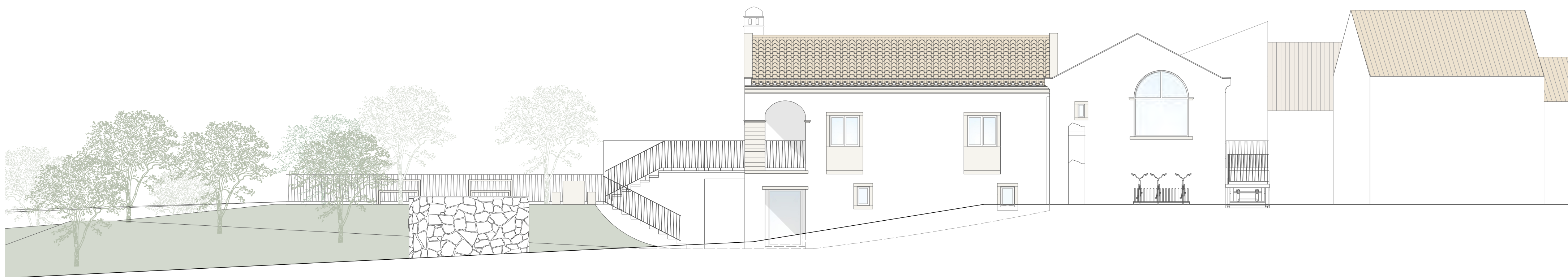


*Alçado Norte*

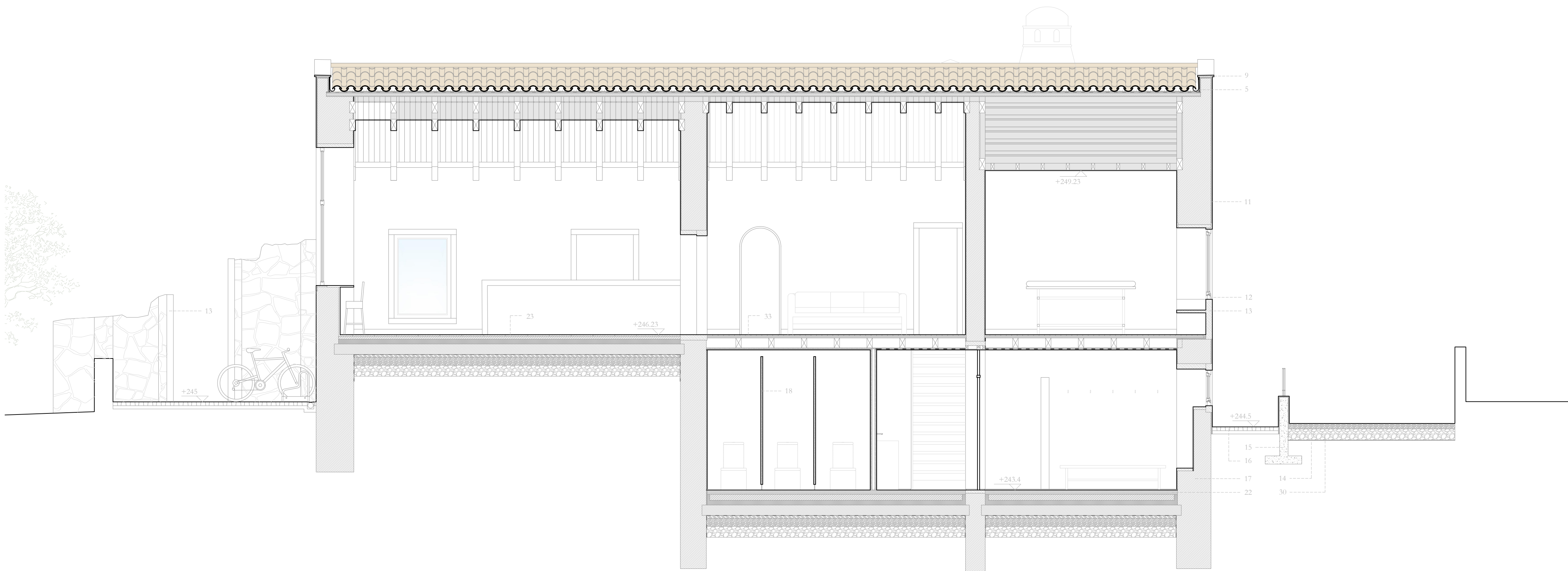




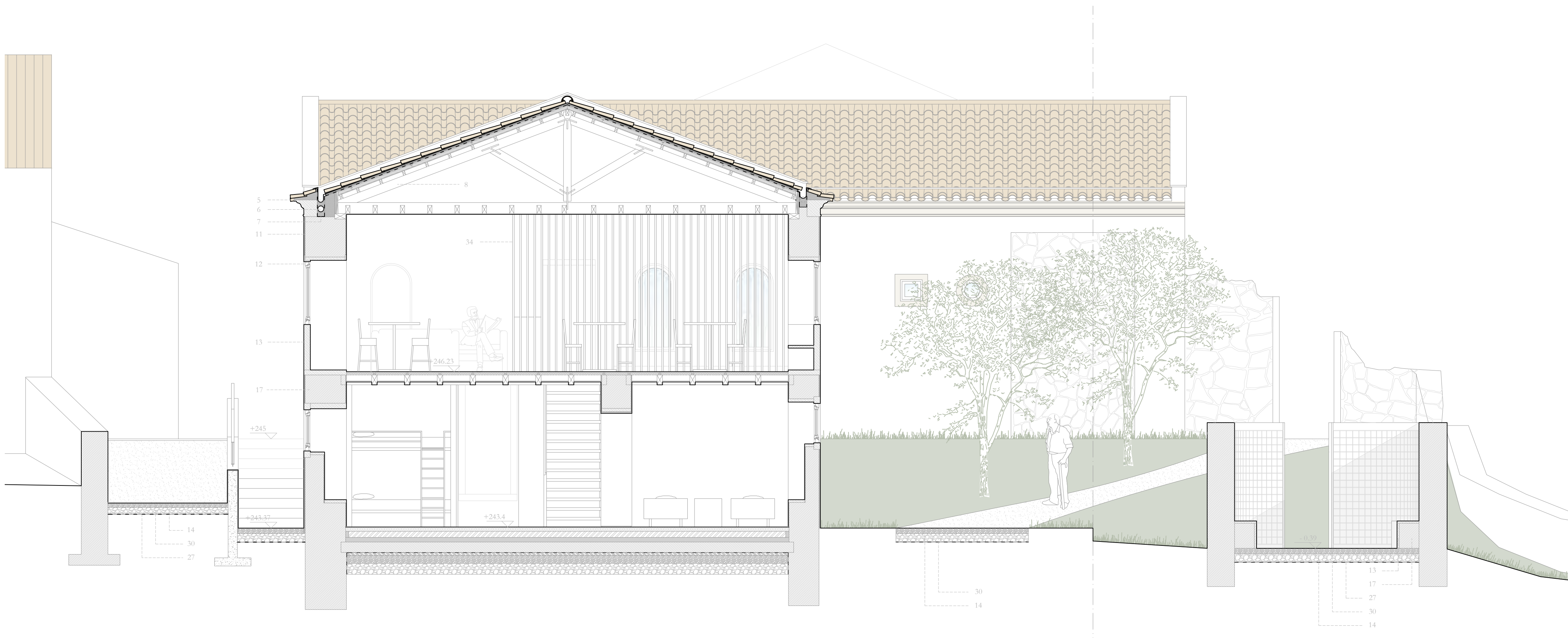
*Alçado Poente*

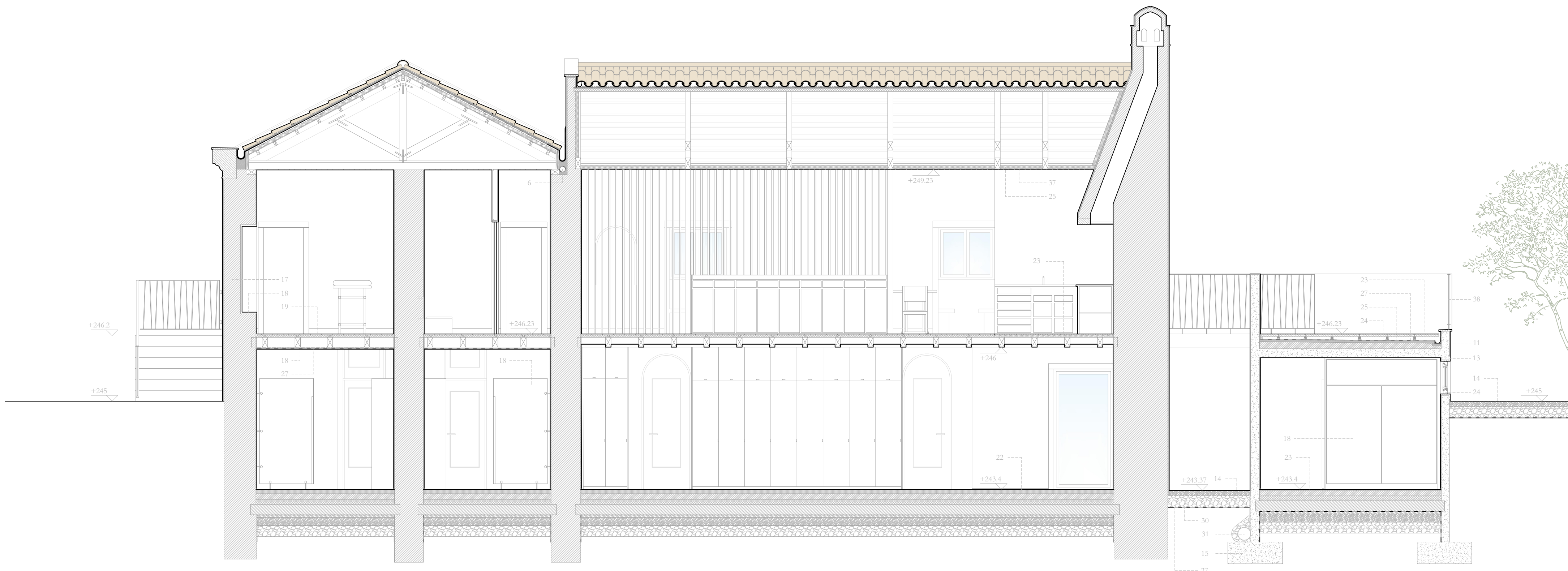


*Alçado Sul*

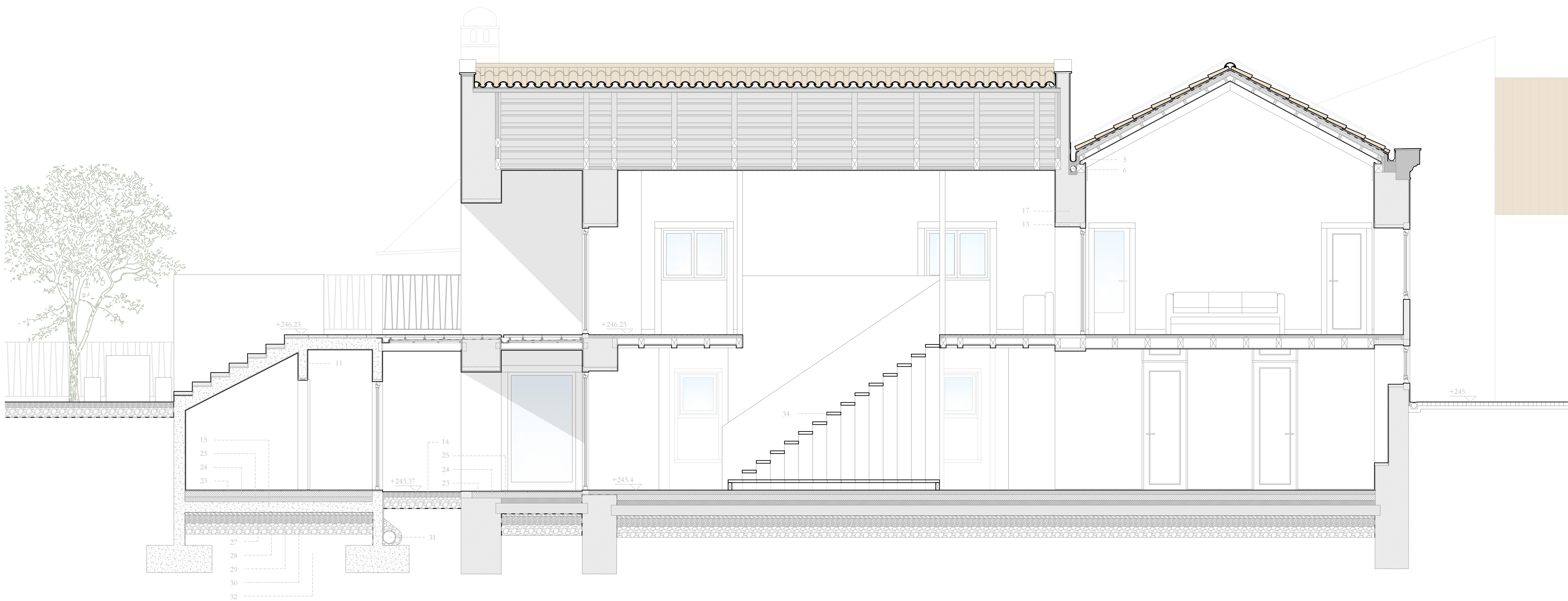


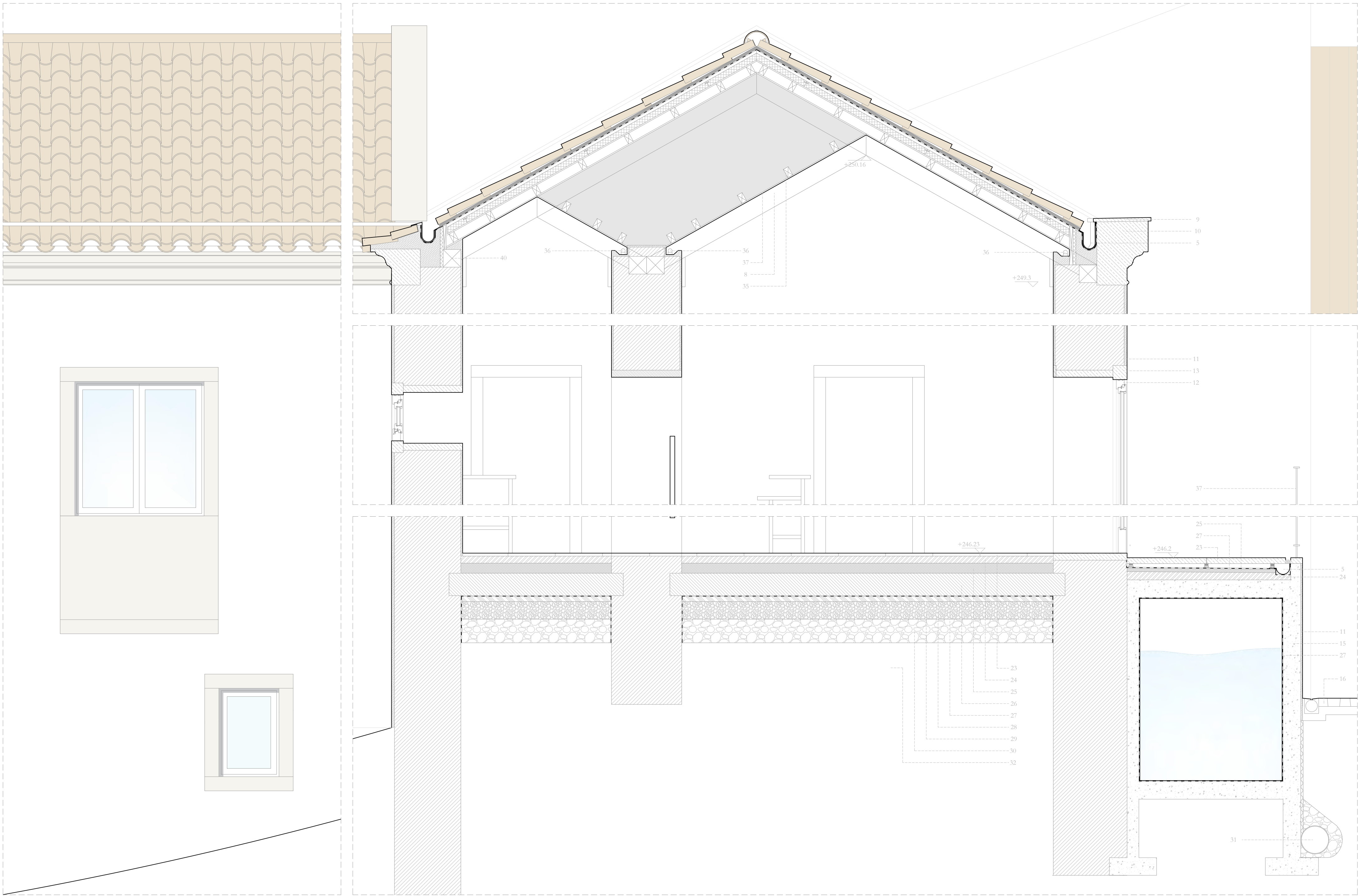




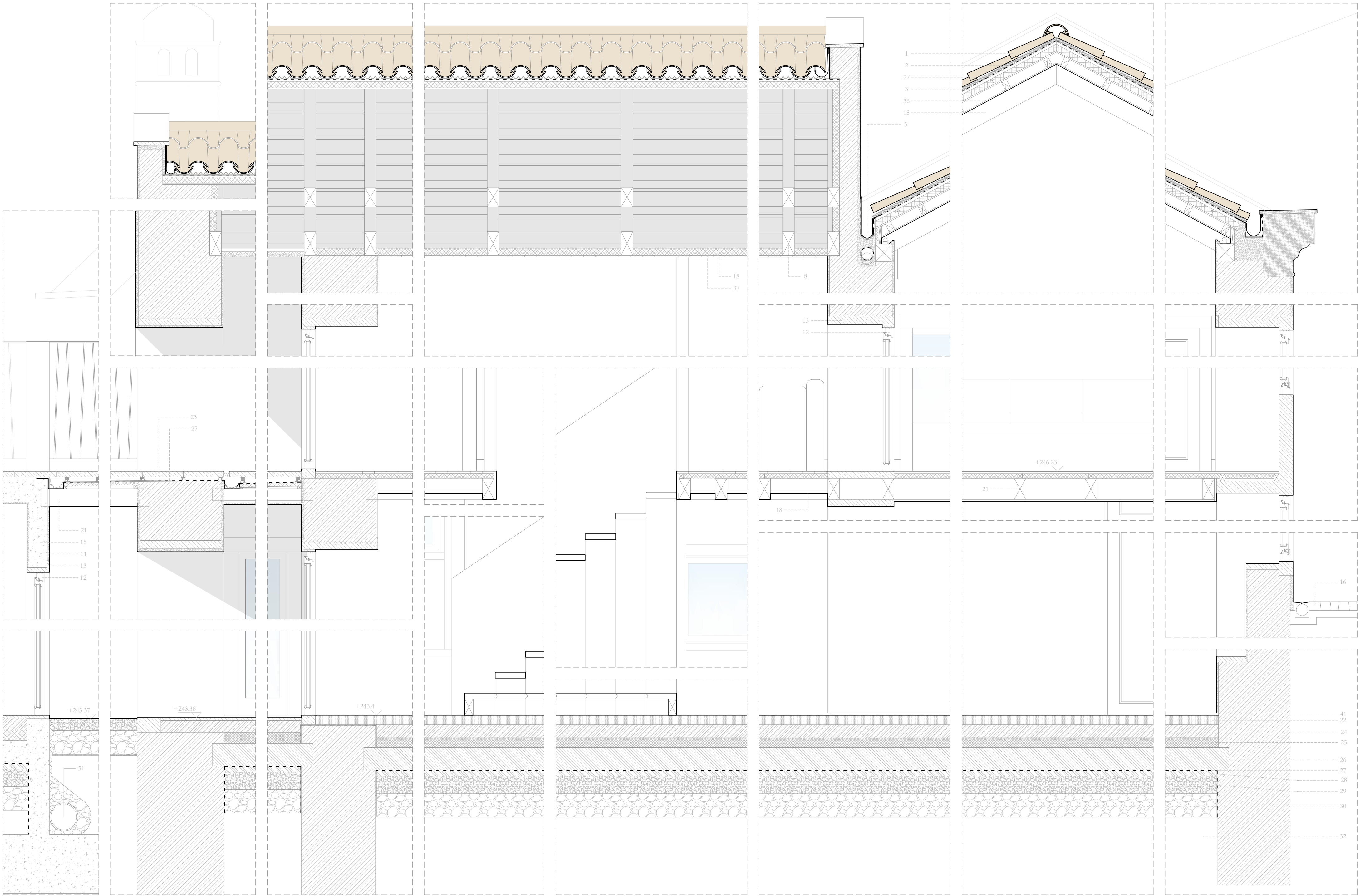




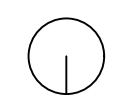
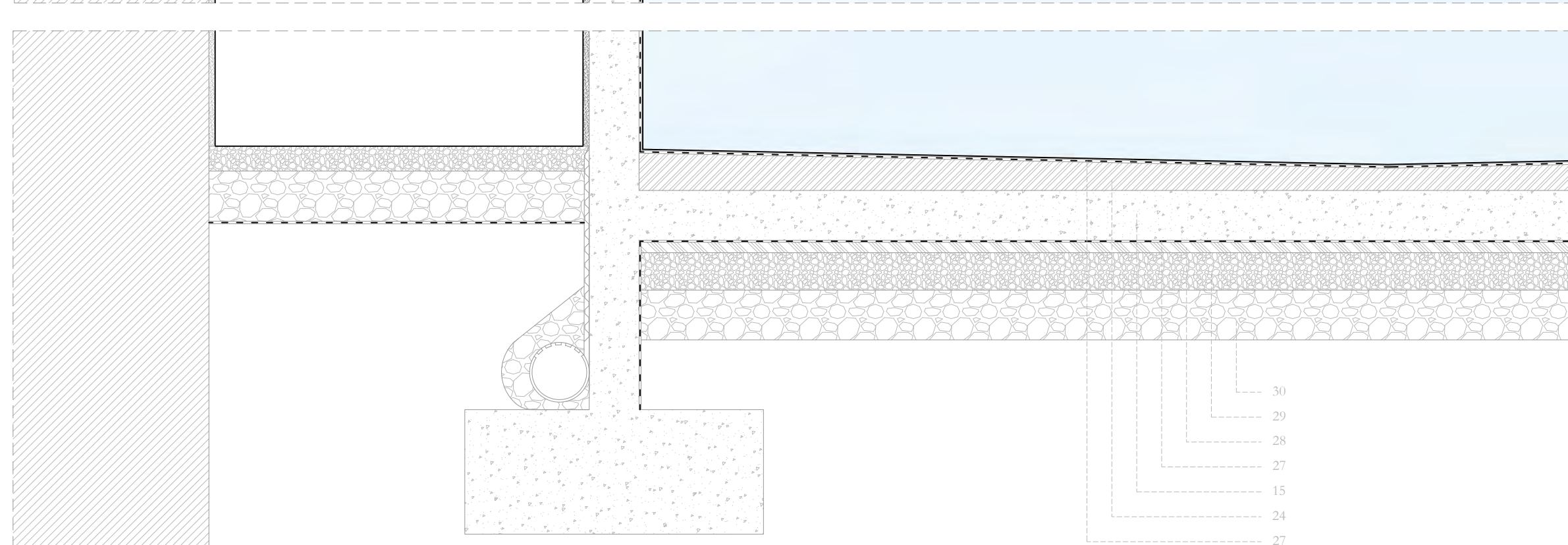
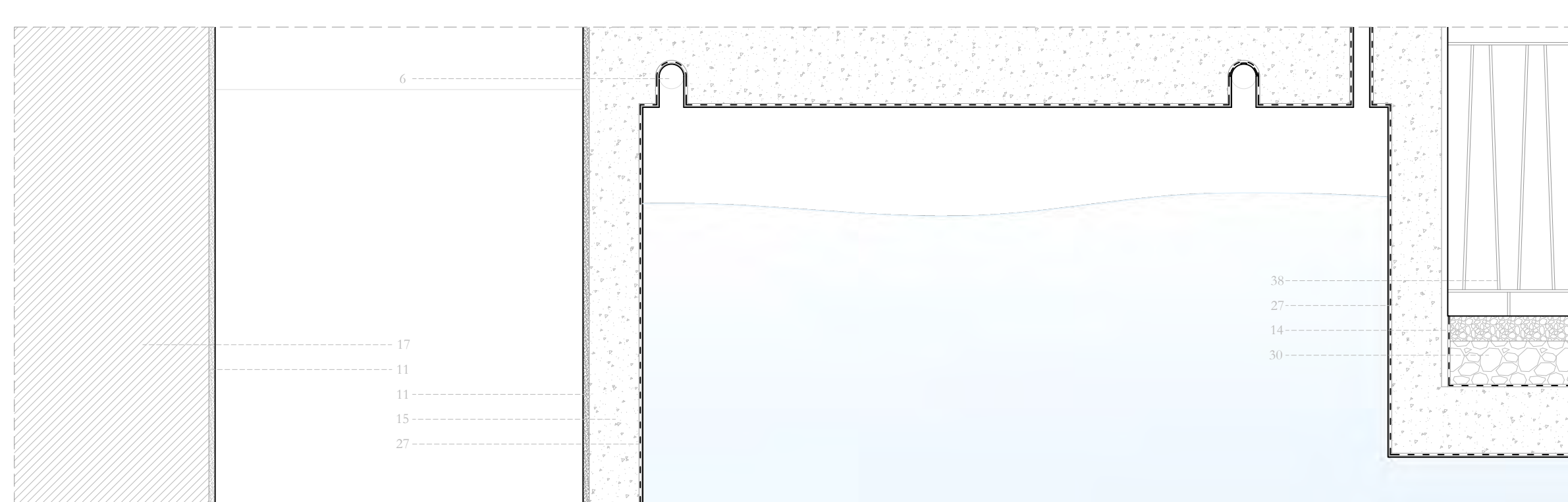
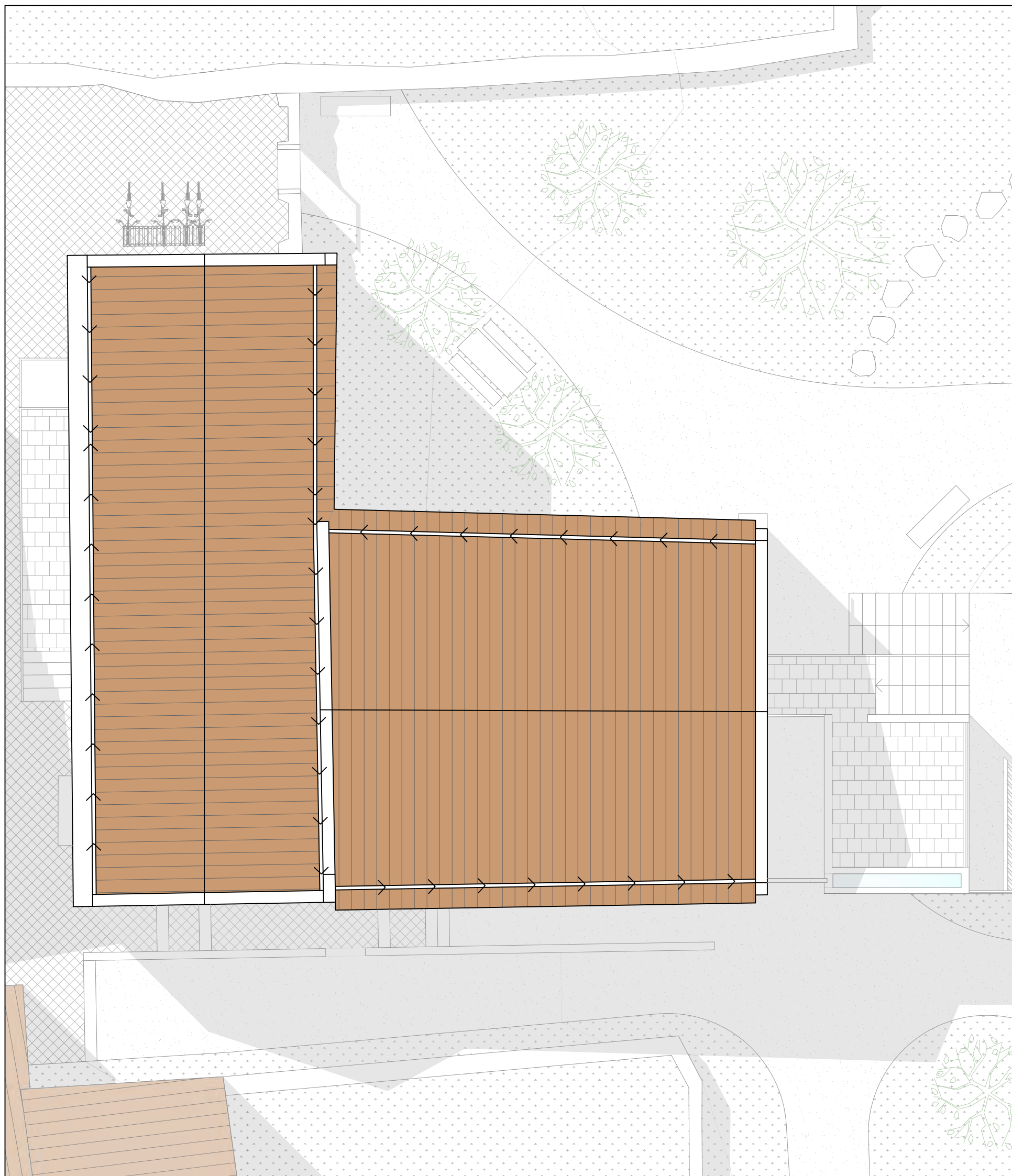
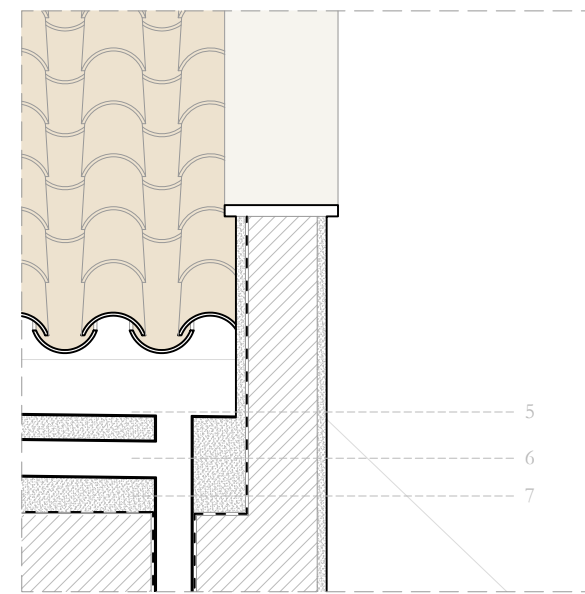
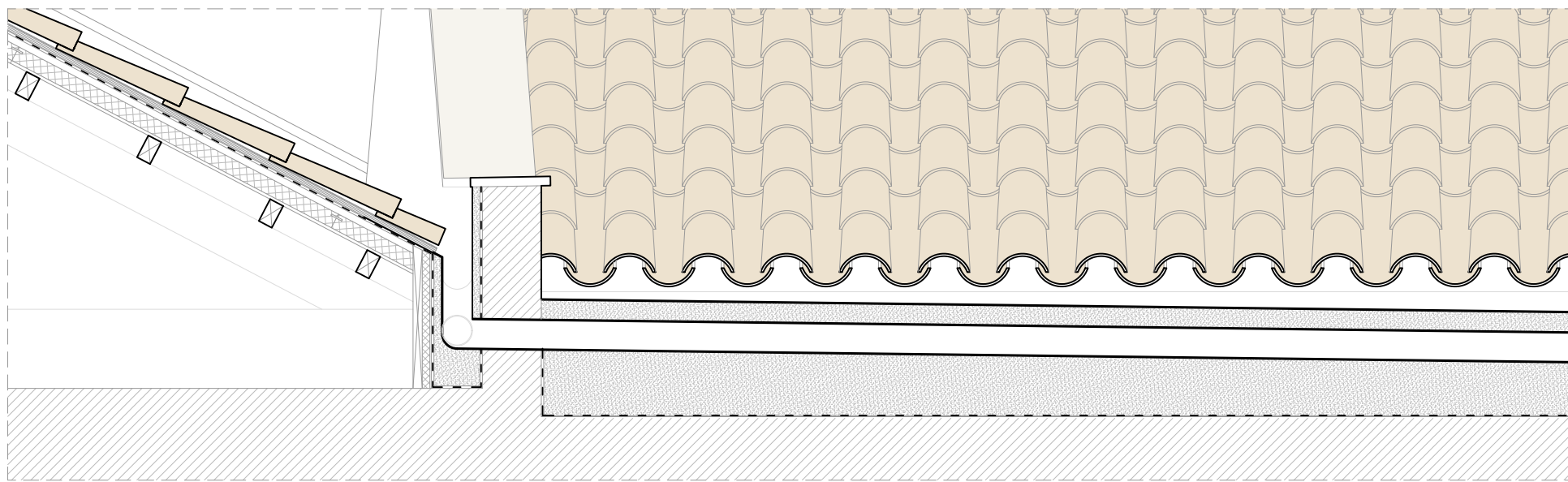














# Sicó:

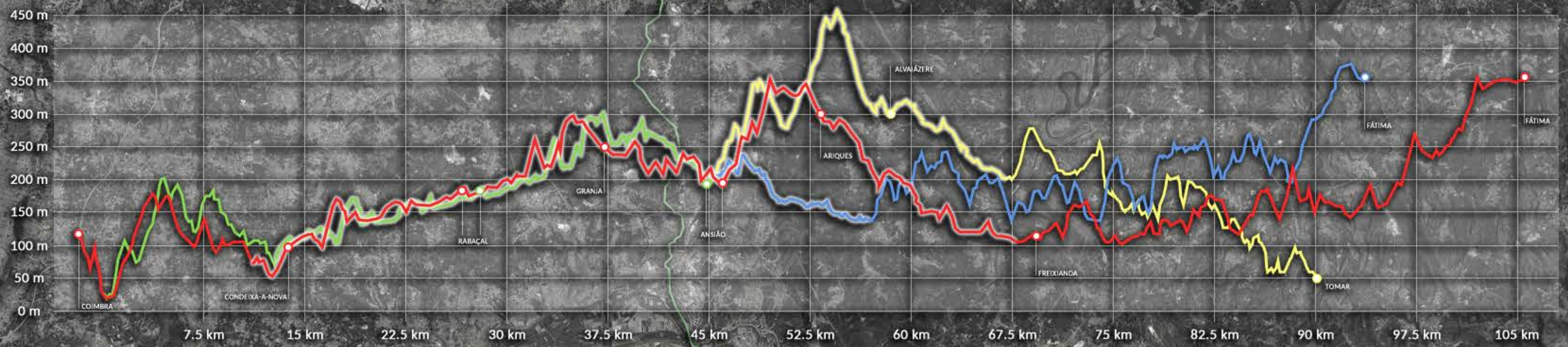
## PERCURSOS E PEREGRINAÇÕES

O maciço de Sicó é uma área geográfica de grande importância geológica, histórica e cultural do centro de Portugal. Com uma paisagem única, rica em biodiversidade, atrai todos os anos milhares de pessoas por diferentes motivos, desde o turismo e desporto de natureza, investigação científica e peregrinação.

O relevo desta área é dominado pela Serra de Sicó, que se estende entre os concelhos de Condeixa-a-Nova, Soure, Pombal, Ansião, Penela e Alvaizere, a sua geomorfologia é conhecida pelas suas formações rochosas características da sua formação cársica, como são os casos das buracas do Casmiolo, do canhão de Poios ou diversas áreas com lapíais, bem como grutas e algares.

A região é rica em produtos e costumes tradicionais que lhes estão associados e refletem a sua cultura e história. Entre os produtos agrícolas de Sicó, destacam-se a produção de azeite, mel e queijo, sendo este último um dos mais conhecidos, sobretudo o queijo Rabaçal que tem características particulares oferecidas pelas condições climáticas e flora da região.

A peregrinação e os percursos pedestres são uma prática bastante presente no maciço de Sicó e em crescimento nesta região, bem como em Portugal no geral. Os peregrinos ou caminhantes que aqui se movem com diferentes motivações, como a espiritualidade, desporto, aventura, procura de novas experiências ou simples lazer, são por isso um público-alvo para uma visita responsável. Estes caminhantes, independentemente dos seus propósitos, têm o privilégio de poder disfrutar de toda uma paisagem natural muito rica, bem como dos produtos e costumes que esta região tem para oferecer.



CAMINHO DE SANTIAGO  
CAMINHO DE FÁTIMA  
ROTA CARMELITANA  
CAMINHO DO CENTENÁRIO (ATE CONDEIXA-A-NOVA)

ROTA CARMELITANA  
CAMINHO DO CENTENÁRIO (ATE CONDEIXA-A-NOVA)

CAMINHO DO CENTENÁRIO

CAMINHO DE FÁTIMA

CAMINHO DE SANTIAGO  
CAMINHO DE FÁTIMA

CAMINHO DE SANTIAGO

GRANDE ROTA 26



**ALDEIA RAC**

LOCais DE INTERESSE PARA INTERVENÇÃO

ALDEIA

VILA

CIDADE

EXEMPLOS DE INTERVENÇÃO

ALOJAMENTO LOCAL

IGREJA / CAPELA

ALBERGUE

MERCADO

ESPAÇOS DE REPOUSO

CAFÉS / RESTAURANTES

POSTO MÉDICO / FARMÁCIA

ÁGUA POTÁVEL

LOCAL ANTERIOR TOTAL 2.3 KM 41

# ESPAÇOS DO PEREGRINO

## PLANO DE AÇÃO PARA A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DA PEREGRINAÇÃO NO MACIÇO DE SICÓ

Dentro dos concelhos pertencentes às Terras de Sicó atravessam caminhos de peregrinação como a Rota Carmelita, o Caminho de Fátima e o Caminho de Santiago de Compostela. Estes rotas, que se cruzam entre si e em determinados momentos da viagem partilham o mesmo percurso, atravessam aldeias e vilas ao longo do território, comunidades com identidade cultural que oferecem aos peregrinos a possibilidade de testemunhar a vida tradicional do mundo rural português.

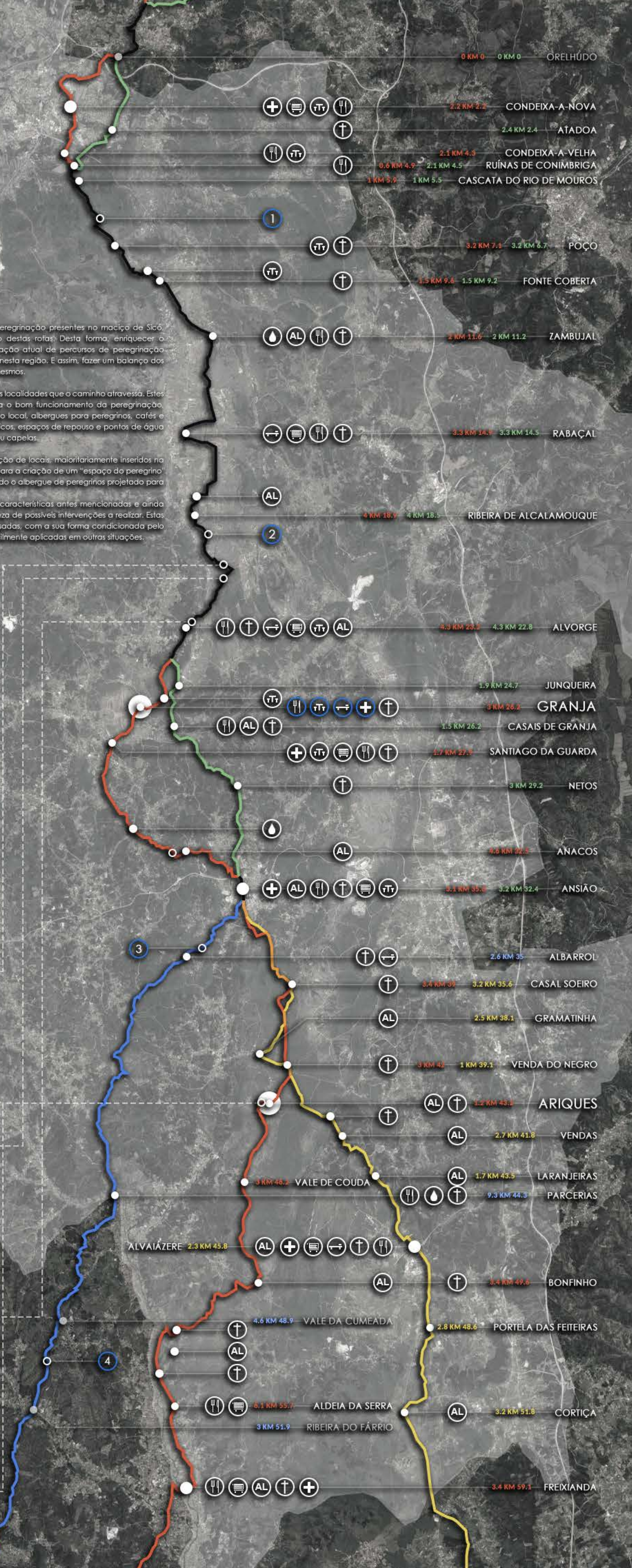
Neste âmbito é feita uma análise detalhada dos caminhos de peregrinação presentes no maciço de Sicó, realizada durante uma peregrinação feita pelo autor ao longo destas rotas. Desta forma, enriquecer o conhecimento a cerca deste fenómeno, dar a conhecer a situação atual de percursos de peregrinação existentes neste território e interpretar a forma como este se insere nesta região. E assim, fazer um balanço dos ambientes que os caminhos atravessam bem como o estado dos mesmos.

Através desta análise foi possível identificar os apoios já existentes nas localidades que o caminho atravessa. Estes apoios foram previamente identificados como fundamentais para o bom funcionamento da peregrinação, tanto relacionados com necessidades básicas, como o alojamento local, albergues para peregrinos, cafés e restaurantes, mercados e supermercados, farmácias e postos médicos, espaços de repouso e pontos de água potável, como também pontos de interesse religioso como igrejas ou capelas.

A estratégia para uma intervenção em rede consiste na identificação de locais, maioritariamente inseridos na natureza, com características de fácil adaptação e convenientes para a criação de um "espaço do peregrino". Bem como a identificação de outros edifícios onde poderia ser criado o albergue de peregrinos projetado para a aldeia da Granja.

Nas imagens podemos ver alguns exemplos de espaços com as características antes mencionadas e aliada através de 4 fotomontagens, são dados alguns exemplos da natureza de possíveis intervenções a realizar. Estas fotomontagens são criadas conforme os espaços onde foram pensadas, com a sua forma condicionada pelo local, mas ao mesmo tempo representam ideias que podem ser facilmente aplicadas em outras situações.

1. Uma estrutura de repouso com bancos, que permite ao peregrino um momento de descanso à sombra, mas também lhe proporciona a possibilidade de avançar sobre o vale e disfrutar de uma vista privilegiada através de um miradouro. Esta estrutura é também equipada com um depósito de água e um bebedouro (à esquerda da estrutura).
2. Uma estrutura simples, mas acolhedora, que se molda ao terreno, onde os peregrinos podem encontrar um abrigo temporário, disfrutando da paisagem que os rodeia. Esta também equipada com um bebedouro permitindo ao peregrino repor a água que reserva consigo.
3. Este exemplo demonstra o quão simples, mas eficaz e necessária, pode ser a intervenção, apropriando um canto delimitado por muros de pedra seca para a colocação de uma mesa. Esta permite ao peregrino realizar uma refeição rodeado pela natureza.
4. Uma intervenção mais complexa, com uma estrutura feita em madeira, que permite ao peregrino elevar-se sobre o nível do terreno onde se encontra. Localizado estrategicamente ao longo do percurso, este ponto de elevação proporciona ao peregrino um momento de contemplação, admirando a paisagem panorâmica do património natural que este território tem para oferecer. Um momento que pode facilmente renovar as energias do caminhante para dar continuidade à sua jornada.





## Objetivos

### - Pontos de Interesse Público

- A entrada da aldeia é o local fundamental para os habitantes, bem como para quem a visita, assume, portanto, um papel importante na coesão do território.

- A Capela da Nossa Senhora da Orada é património arquitetónico e cultural, sendo importante a sua conservação e valorização.

- Os moinhos de vento erguidos no topo da enconsta são um ponto marcante na paisagem do território e na cultura da região e dos ofícios artesanais.

### - Requalificação do espaço público

- Reforçar centros de identidade

- Fortalecer as relações entre espaços de interesse comunitário

- Requalificar vias pedestres descaracterizadas

A arquitetura vernácula presente dos edifícios da aldeia da Granja constitui uma das enormes riquezas culturais presentes neste território e que, certamente, é necessário respeitar e valorizar.

Nos locais assinalados a cor vermelha são propostos dois equipamentos com o intuito de fomentar o desenvolvimento económico, social, cultural e territorial da região de Sicó. Em ambas as propostas pretende-se reabilitar o edificado em ruína com o intuito de respeitar os materiais e a construção do local e, também, reforçar a criatividade e a sustentabilidade, valorizando os recursos endógenos do território, bem como a tradição e identidade da região.

## Legenda:

- Edificado
- Espaço Público de Interesse
- Conexão entre Espaços
- Reabilitação de Ruína
- Via Principal
- Via secundária
- Via Agro-Florestal
- Área Agro-Florestal



Fotografia da Entrada da Aldeia



Fotografia do Cruzamento



Fotografia Espaço Circundante da Capela da Nossa Senhora da Orada



## Propostas

### - Pontos de Interesse Público

I. A proposta de requalificação para a entrada da aldeia da Granja advém da necessidade de criar um espaço que sirva não só como ponto de chegada, mas também como o centro de identidade.

Aqui será integrado o Equipamento de Apoio à Visitação (EAV), pois funciona como ponto de informação e receção ao local.

II. Este é um ponto vital na conexão do eixo principal da aldeia que liga a entrada à Capela da Nossa Senhora da Orada. A proposta para este espaço consiste na requalificação da via pedestre descaracterizada que liga os dois aglomerados urbanos, na construção de um muro de pedra que intensifica o eixo principal e também na reabilitação do edificado em ruína e a instalação de um café para promover a coesão social da comunidade local.

III. No espaço envolvente da Capela da Nossa Senhora da Orada é proposto um parque de merendas. O desenho do parque integra-se no contexto florestal que o envolve e permite realização de várias atividades, promovendo o associativismo.

### Legenda:

■ Propostas de Requalificação



I. Planta à escala 1/250 | Fotomontagem Entrada da Aldeia

II. Planta à escala 1/250 | Fotomontagem Interseção de Vias

III. Planta à escala 1/500 | Fotomontagem Parque de Merendas